

UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA



## **Relatório do Reitor 2020/2021**

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

## Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação.....	5
1.1. Cursos conferentes de grau .....	5
1.1.1. Evolução global do número de estudantes relativamente ao último ano letivo .....	5
1.1.2. Caracterização do corpo discente .....	9
1.1.2.1. Licenciaturas .....	10
1.1.1.3. Mestrado Integrado de Arquitetura .....	18
1.1.1.4. Mestrados.....	21
1.1.1.5. Doutoramentos.....	24
1.1.3. Eficiência Formativa.....	25
1.1.3.1. Licenciaturas .....	27
1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura .....	33
1.1.3.3. Mestrados.....	35
1.1.3.4. Doutoramentos.....	37
1.1.4. Cursos não conferentes de grau .....	39
1.1.5. Conselho Científico .....	43
1.1.6. Conselho Pedagógico.....	45
1.1.7. O Provedor do Estudante .....	46
1.1.8. A Biblioteca .....	48
1.1.9. Serviços Editoriais e Atividade de Extensão.....	52
1.2. As atividades de Investigação .....	53
1.3. O corpo docente .....	65
1.3.1. Caracterização do corpo docente .....	69
1.3.2. Avaliação dos docentes.....	76
1.3.3. Atividades de investigação e outras não docentes.....	88
2. Representação da UAL .....	103
3. A internacionalização da UAL.....	115
3.1. Gabinete ERASMUS+ e de Mobilidades Internacionais .....	120
3.2. Gabinete de Relações Internacionais Institucionais .....	124
4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade .....	126
5. Avaliação/Acreditação .....	130
6. Considerações Finais .....	135

## Relatório do Reitor 2020/2021

---

Anexo 1 – Cursos que conferem grau .....	A-1
Anexo 2 - Cursos não conferentes de grau .....	A-19
Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico .....	A-38
Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico .....	A-49
Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante .....	A-53
Anexo 6 – Relatório das atividades da Biblioteca .....	A-58
Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão .....	A-67
Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D.....	A-71
Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída .....	A-80
Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.....	A-90
Anexo 11 – Representações do Reitor .....	A-144
Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias .....	A-148
Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2020/2021) .....	A-152
Anexo 14 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais 2020-2021 .....	A-154
Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete Relações Internacionais Institucionais – 2020/2021 .....	160
Anexo 16 - Relatório de Atividades do GIP - Gabinete de Inserção Profissional.....	A-163
Anexo 17 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2020/2021 ....	A-173
Anexo 18 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2020/2021 .....	A-179

## Introdução

O presente relatório, relativo ao ano letivo de 2020/2021, não pode alhear-se do contexto da Pandemia em que o ano decorreu, tal como o precedente, (embora neste só com maior incidência no segundo semestre), de tal modo que, sem deixar de se concentrar, designadamente na apresentação de dados estatísticos nesse ano letivo, não pode alienar relações e evoluções já verificadas em 2021/2022, já que a Pandemia por ele se prolongou, o que justifica até a produção mais tardia do relatório, à semelhança do que se passou no ano precedente.

Há, desde logo, dois pontos que o Reitor quer ressaltar e agradecer:

- A capacidade de adaptação e a resiliência dos estudantes, dos docentes e dos colaboradores da UAL, de tal modo que o ano letivo funcionou, em termos pedagógicos e logísticos, com resultados que evidenciam a superação das dificuldades postas pelas circunstâncias, sem embargo de se reconhecer que é sempre imprescindível o contacto social e pessoal.

Isto é bem patente nas respostas dos estudantes aos inquéritos lançados, em que um dos pontos mais valorizados é essa adaptação, quer em termos do nível e ritmo das aulas, quer à disponibilização dos meios apropriados, graças à Administração da CEU que não se poupou a esforços para se atingir esse resultado. Aliás, o Reitor quer expressar o seu reconhecimento pelo permanente espírito de cooperação entre o Reitor e a Administração da CEU, num esforço mútuo de superação das dificuldades que à UAL são postas, quer as internas, quer as que nos são, e não são poucas, impostas do exterior.

- O Reitor teve, desta vez, acesso aos Relatórios dos Coordenadores dos diversos cursos, em moldes mais padronizados, uma contribuição relevante para um melhor e mais aprofundado entendimento do que se passa ao nível de cada curso, que os dados mais agregados não permitem.

Quero agradecer a todos os relatórios realizados, esperando que também tenham servido para que os próprios Coordenadores tenham tirado daí informações que permitam uma melhor coordenação no futuro e a busca de soluções para alguns dos problemas e de sugestões que muitos deles incorporam.

A sua inserção neste relatório foi, sobretudo, como complemento ou correção dos dados gerais de que o Reitor dispõe, com particular atenção, nomeadamente no capítulo final, à avaliação dos pontos fortes e fracos e sugestões de melhoria que esses relatórios contêm.

Assim, este relatório não altera substancialmente a estrutura global dos relatórios anteriores, até pela preocupação de comparabilidade interanual, sem prejuízo de algumas alterações que as informações dos Relatórios dos Coordenadores e das circunstâncias específicas do ano letivo justificaram.

Neste contexto, o relatório tem 3 áreas relevantes, a maior das quais é, naturalmente, a das “Atividades pedagógicas, científicas e de investigação” (capítulo 1), ele próprio subdividido em três partes. A primeira incorpora uma visão integrada de tudo o que diz respeito aos “cursos conferentes de grau”, com exceção das “Atividades de investigação” (2ª parte) e do “Corpo Docente” (3ª parte), dado o papel singular que, a par dos estudantes, este “corpo” representa numa universidade que, por isso mesmo, justifica um maior desenvolvimento, desde a sua caracterização às suas atividades, passando também pela sua avaliação.

No que toca aos “Cursos conferentes de grau”, apresenta-se, inicialmente, uma evolução global do número de estudantes face ao ano letivo precedente, passando depois, à caracterização do corpo discente em vários aspetos, nomeadamente a sua distribuição pelos diversos ciclos de estudos e, dentro destes, a sua distribuição pelos diversos cursos, por anos, por turno letivo, por grupos etários, por género, por tipo de entrada na UAL, com particular atenção à origem e nacionalidade dos estudantes.

Este ponto termina com um subcapítulo sobre “Eficiência formativa”, em que se busca a caracterização da evolução dos estudantes dentro da universidade, nos diversos cursos.

Este primeiro capítulo completa-se com uma apresentação dos “Cursos não conferentes de grau”, ressaltando o relevante papel da Autónoma Academy na ligação ao exterior e à lógica da formação contínua, o funcionamento do Conselho Científico, do Conselho Pedagógico, do Provedor do Estudante, da Biblioteca e dos Serviços Editoriais e Atividades de Extensão.

O Reitor quer agradecer a todos os envolvidos nestas atividades a sua cooperação, ressaltando o papel fundamental e imprescindível para o bom funcionamento dos cursos. Relembra-se, aliás, o sistematicamente invocado Relatório da OCDE sobre o Ensino Superior e Investigação em Portugal em que um dos pontos iniciais mais ressaltado é o papel destas atividades no funcionamento das instituições de ensino superior.

A segunda área referida, que incorpora os capítulos 2 a 5, reflete basicamente as relações com o exterior, sem que isso queira significar, longe disso, que essas atividades não têm implicações não despiciendas sobre o funcionamento dos cursos e das unidades de investigação.

No capítulo 2 apresentam-se as atividades do Reitor nesse campo, nomeadamente no indispensável plano da representação da UAL. No capítulo 3, aborda-se o problema mais institucional da internacionalização da UAL, em particular do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais e do Gabinete de Relações Internacionais Institucionais, cuja presença transversal em quase todas as atividades da UAL é crucial, manifestando-se numa disponibilidade permanente às diversas e variadas solicitações que surgem e que o Reitor muito agradece.

No capítulo 4 aborda-se o problema da inserção dos estudantes da UAL na sociedade, referindo-se o papel do Gabinete de Inserção Profissional, designadamente na relação com a procura de emprego.

O Capítulo 4 aborda uma questão central da universidade – o problema da Avaliação/Acreditação – pela influência decisiva que tem nas condições (e até nas possibilidades) de funcionamento da universidade. Emerge, no campo da avaliação

interna, o papel do Gabinete da Qualidade, designadamente na realização dos inquéritos de avaliação da qualidade.

Também aí são abordados os problemas, dificuldades e condições que rodeiam a acreditação dos ciclos de estudos, cuja volatilidade e, tantas vezes, inconsistência, tem de ser encarada com decisão.

Finalmente, a terceira e última área é constituída pelo capítulo 6, um capítulo conclusivo, em que se abordam os principais problemas suscitados pelo funcionamento descrito nos capítulos precedentes e se esboça uma reflexão estratégica.

De notar que, tal como o relatório deste ano está construído, boa parte das críticas, e até alguma reflexão estratégica, vão sendo disseminadas pelos capítulos precedentes, suscitadas, de imediato, pela observação dos dados ou factos descritos em cada capítulo.

Acresce que todo o relatório é suportado por 18 Anexos, cuja produção se agradece a todos neles implicados. Cabe aqui um agradecimento especial à Dra. Ana Matos, pela produção do Anexo 1, com um conjunto de dados e seu tratamento específico numa perspetiva dinâmica, todos os anos enriquecido com novas abordagens.

Por fim, este relatório não poderia ter sido construído e completado sem a atenção, o esforço e a colaboração da Anabela Cunha, não só pela sua produção gráfica, mas sobretudo pelo trabalho permanente na recolha e também tratamento da muita informação recebida, para além (e isso não é menos importante) de o Reitor permanentemente ouvir a frase: “E então, o relatório?”.

O relatório é escrito, como sempre, com uma preocupação de posicionamento institucional, mas sem prescindir do espírito crítico, quiçá irreverente, de que o Reitor não quer prescindir, com o objetivo último de contribuir para uma UAL cada vez melhor.

A todos muito obrigado.

## 1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

### 1.1. Cursos conferentes de grau

#### 1.1.1. Evolução global do número de estudantes relativamente ao último ano letivo

A avaliação desta evolução não pode obnubilar a continuação da existência da Pandemia COVID19, tal como no ano anterior, embora com características e ritmos de evolução algo diferenciados. Esta “continuidade descontínua”, isto é, a continuidade da Pandemia com altos e baixos, tal como no ano precedente, mas com amplitudes e ritmos bem diferentes, teve uma resposta organizativa por parte da CEU/UAL, obviamente mais consistente, o que terá permitido uma estabilização e até um ligeiro crescimento do número de estudantes de 4,7%, atingindo-se o valor global de 3423.

Em termos de ciclos de estudo, essa estabilização também se verifica, embora, em termos relativos, tenha havido uma ligeira alteração dos pesos relativos. Assim, em 2020/2021, 74,3% foram estudantes dos primeiros ciclos (75,6% em 2019/2020, 21,1% frequentaram os segundos ciclos, incluindo aqui o Mestrado Integrado de Arquitetura (29,8% em 2019/2020) e 4,6% estiveram inscritos nos terceiros ciclos (3,8% em 2019/2020). Em todos os ciclos houve crescimento do número de estudantes, mas, em termos relativos, os segundos e terceiros ciclos tiveram um crescimento ligeiramente maior.

Dentro dos primeiros ciclos há, naturalmente, diferenças com subidas em Economia, Engenharia Eletrónica e de Comunicações, Gestão do Desporto, História, Psicologia e Relações Internacionais. Em termos absolutos, as variações positivas variam entre 1 estudante em Engenharia Eletrónica e Comunicações e 50 em Relações Internacionais, sendo ainda de salientar 20 em Psicologia.

A subida em Relações Internacionais é particularmente significativa não só pelo número absoluto, mas sim em termos relativos, pois corresponde a uma assinalável subida de 43,5% face ao ano letivo precedente.



Em termos relativos também houve subidas de assinalar nalguns cursos de menor dimensão, em que pequenas variações absolutas, têm uma expressão percentual de crescimento sensível, como são os casos de História (26,2%), Gestão do Desporto (14,3%) e Economia (14,2%), enquanto Psicologia, com um aumento em termos absolutos maior que estes, cresceu 9,3%, dada a dimensão do curso ou ainda e com maior significado, Direito, com “apenas” (apesar dos 50), 6,6%.

Em sentido contrário, há que assinalar quedas em Administração de Unidades de Saúde, Ciências da Comunicação, Engenharia Informática, Gestão e Informática de Gestão. Nestes casos as variações absolutas variaram entre 2 estudantes (Informática de Gestão) e 47 em Gestão.

Em termos relativos, esta queda de Gestão já é significativa (10%), enquanto nos outros cursos, só nos de menores dimensões, esta queda relativa foi relevante, designadamente a de Administração de Unidades de Saúde (27,9%), um curso que, dada a evolução estratégica da CEU/UAL, vai ser descontinuado.

Nos cursos maiores, como Ciências da Comunicação (5,6%) ou Engenharia Informática (5,5%), as quedas são relativamente pequenas, tal como em Informática de Gestão.

No que respeita aos segundos ciclos, há a salientar diferenças entre os dois anos. Apareceu o Mestrado em História e Património com 7 inscrições, em substituição de História: Arqueologia e Património que, entretanto, ainda mantém 1 estudante em lugar dos 4 presentes no ano precedente.

Também na área de Relações Internacionais foi descontinuado o Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, que passou a ser uma modalidade do Mestrado em Relações Internacionais, não havendo, portanto, entradas para o primeiro ano, mantendo-se, no entanto, 5 estudantes para terminar o seu ciclo de estudos.

Comparando os dois anos verificamos quem para além do novo mestrado já assinalado, há uma subida de frequência em Engenharia Informática e de Telecomunicações (apenas com mais 2 estudantes), Direito, com uma subida de 16 estudantes, um aumento de (6,8%), uma subida de 7 estudantes em Comunicação

Aplicada (mais acentuada em termos relativos (31,8%) e em Relações Internacionais, com mais 11 estudantes, uma subida relativa de 52,4%, mas que deve ser lida com cuidado, dado incorporar os estudantes que se teriam inscrito, eventualmente, na área científica entretanto descontinuada.

As descidas ocorreram em Gestão de Empresas (21 estudantes) e Psicologia Clínica e de Aconselhamento (1 estudante), sendo preocupante o caso de Gestão de Empresas com uma queda relativa de 13,2%. Por sua vez o Mestrado Integrado de Arquitetura teve uma subida de 16 estudantes (14,8%). Nos cursos do segundo ciclo, tal como no terceiro, importa ter também em atenção a presença relativa dos estudantes na fase “escolar” do ciclo e na parte relativa à realização da dissertação ou das alternativas regularmente permitidas.

Nesse aspeto, a percentagem de estudantes presentes nessa primeira fase, não incluindo aqui o Mestrado Integrado de Arquitetura, foi de 61,1%, uma percentagem ligeiramente superior à do ano precedente (57,3%).

Tendo em atenção a subida do número de estudantes em 2020/2021, verificamos que o seu número na fase de dissertação diminuiu face ao ano precedente, o que pode indicar desistências nesta fase ou, mais provavelmente, uma ligeira aceleração de concretização de dissertações face ao ano precedente.

O mestrado em que manifestamente o número de estudantes na fase da dissertação é até superior ao número de estudantes na primeira fase é o de Direito, situação essa, mesmo assim, ligeiramente atenuada face ao ano precedente e que, a manter-se, deve ser analisada com o devido cuidado. Essa preocupação estende-se também a Gestão de Empresas. Com efeito, também aí a percentagem de estudantes em processo de dissertação aumentou claramente, em parte devido à diminuição de entradas no ano de 2020/2021, aliás, inferior ao de Psicologia Clínica e de Aconselhamento (50), número, igual ao do ano precedente.

Passando, agora, aos terceiros ciclos, verifica-se uma subida de 43 doutorandos, uma notável subida de 38,1% face ao ano precedente.

Uma das primeiras razões para essa subida é a acreditação do Doutoramento em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que funcionou no primeiro ano com 18 estudantes, mas também houve subidas nos outros departamentos. Essa subida é particularmente significativa em Direito, com mais 17 estudantes, situação que não se repetirá num futuro próximo, dado que a esse doutoramento foi retirada a acreditação. Trata-se agora de procurar garantir que, dentro do tempo legalmente admitido, os atuais candidatos conseguem terminar o seu ciclo de estudos. Há também a subida de 4 estudantes em História (16%) e o mesmo número em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (14,8%).

Como era exetável face à presença de um novo doutoramento, o número de inscritos pela primeira vez passou apenas de 31 a 35 (subida de 12,9%). Assim, o número de novos alunos nos primeiros anos do ciclo manteve-se igual ao do ano precedente (26), apesar de haver mais um doutoramento a “compensar” a não entrada de novos alunos para Direito, dada a não acreditação do curso.

No caso dos doutoramentos, o número de estudantes a preparar a sua tese é claramente diferente, dada a diversidade de situações dos 4 doutoramentos. Um é recente e ainda não atingiu a fase de produção da tese, outro tem ainda poucos anos de funcionamento e dos dois mais antigos, História e Direito, o primeiro teve um saudável reforço nos últimos anos. Em contrapartida, a descontinuidade do de Direito, com claramente maior presença de estudantes, concentrar-se-á, naturalmente, na fase de realização de teses, exigindo da parte do Departamento de Direito uma atenção redobrada.

Feita esta comparação com o ano precedente, passamos à caracterização do corpo estudantil no ano 2020/2021.

A par das estruturas normais de frequência de ciclos de estudos, é de assinalar o recurso aos designados “programas de acumulação de conhecimentos” (Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2020/2021 do Anexo 1) em que os estudantes procuraram obter créditos específicos para obtenção dos diplomas, verificando-se, naturalmente, uma grande concentração nas

licenciaturas, embora haja também um número não irrelevante inscrito nos mestrados e no Mestrado Integrado de Arquitetura.

No total das 512 inscrições, 377 (73,6%) são disciplinas do primeiro ciclo, sendo de relevar que a fatia remanescente é quase totalmente absorvida por disciplinas do Mestrado de Direito, com 19,1% do total, sendo ainda de referir 4,5% para o Mestrado Integrado de Arquitetura.

Nas disciplinas dos segundos ciclos há apenas uma presença pouco significativa em Gestão de Empresas, Psicologia Clínica e de Aconselhamento (esta com 7 inscrições), Comunicação Aplicada e Engenharia Informática e de Telecomunicações.

Nas licenciaturas há uma presença não irrelevante em todos os cursos, sendo o de menor presença o de História (com 6) e o de maior, como seria de esperar, Direito (76), seguido de Gestão (62).

Mas, em termos relativos, a maior relevância vai para Economia com 50 inscrições, para além de Relações Internacionais e Engenharia Informática, com 36 cada.

A presença de Administração de Unidades de Saúde, com 11 inscrições, não deixa de surpreender.

Pelo peso que estas inscrições representam, importa acompanhar e estudar as motivações e resultados para melhor caracterizar o seu papel no processo ensino/aprendizagem.

### **1.1.2. Caracterização do corpo discente**

A análise da estrutura do corpo de estudantes da UAL far-se-á não apenas pela separação entre os ciclos, mas também a partir dos cursos dentro dos ciclos, ultrapassando a lógica do Departamento, cuja relevância é maior quando se trata de ter em conta a situação dos docentes e dos investigadores e de decisões logísticas.

Além disso, haverá que considerar a singularidade do Departamento de Arquitetura e, em particular, do seu Mestrado Integrado, com características que o distinguem dos outros mestrados, nomeadamente na qualificação estatística no Quadro 2 - Alunos

inscritos nos cursos distribuídos por género (2020-2021) do Anexo 1 – Cursos que conferem grau (que será a referência básica deste capítulo do relatório) e que, por isso mesmo, será alvo de uma análise separada.

### 1.1.2.1. Licenciaturas

Começando, naturalmente, pelos primeiros ciclos, identificam-se 12 cursos, com dimensões bem diferenciadas. Há um curso, aliás com 4 anos, mais um que os dos outros, que, desde logo, potencia a existência de maior número de estudantes, Direito, que é, de longe, o mais frequentado por estudantes, não só, nem principalmente, pelo facto atrás assinalado, mas pela “densidade” de estudantes em cada ano do ciclo. Aliás, é fácil ver, pela leitura dos valores constantes no Anexo 1, que o Curso de Direito tem claramente mais estudantes em qualquer dos anos do ciclo que os restantes cursos, só Gestão se aproximando um pouco mais dos valores de Direito.

Globalmente, Direito tem 32,0% (quase um terço) de todos os estudantes dos primeiros ciclos, sendo Gestão claramente o segundo (16,6%) e, para além destes, só Ciências da Comunicação excede os 10%, com 11,4%. Numa posição intermédia, ultrapassando os 100 alunos, estão Psicologia (9,3%), Engenharia Informática (8,8%) e, embora com dimensão relativamente menor, ainda Relações Internacionais (6,5%) e Gestão do Desporto (5,0%). Os cursos com menor dimensão são os de Economia (3,5%), Informática de Gestão (2,6%), História (2,1%), Administração de Unidades de Saúde (1,2%), este em descontinuação, como já foi referido e, por último, Engenharia Eletrónica e Telecomunicações (1%), que não tem tido o crescimento desejado e que é, claramente, necessário fortalecer, dada a estratégia da UAL que quer fortalecer essas áreas científicas. Note-se, contudo, que, em termos relativos, há uma tendência à melhoria, pois 50% dos estudantes são “novos” frequentadores do curso, tendo a maior fatia deles entrado para o segundo ano. Este valor destoa, em termos relativos, do que se passa nos outros cursos, todos eles com uma percentagem de estudantes “novos” entre 30,3% (Relações Internacionais) e 35,7% (Gestão), naturalmente em torno de um terço, dada a situação razoavelmente estabilizada do número de

estudantes nos últimos anos e a existência de 3 anos no ciclo de estudos. A outra exceção é, obviamente, Direito (22,8%), dado ser um curso de 4 anos.

Em termos globais houve 768 “novos” inscritos nos cursos, sendo 86,5% nos primeiros anos, 9,6% nos segundos anos, 3,4% nos terceiros anos e apenas, naturalmente, 0,5% no quarto ano de Direito.

Há 52,3% de estudantes do género masculino e 47,7% do género feminino, (ver Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2020-2021) que continua a ter, como nos anos precedentes próximos, uma ligeira melhoria feminina. Não deixa de ser curioso, no entanto, notar a completa igualdade do número de estudantes (355) dos dois géneros no conjunto dos primeiros anos deste ciclo de estudos.

No entanto, e como é de esperar, a distribuição por géneros ainda é bastante diferenciada entre os cursos.

Curiosamente, o curso onde há mais equilíbrio é o de Gestão, mesmo assim com valores algo diferenciados entre os géneros dos estudantes, predominando o masculino (59,5%), sendo o mais próximo em termos de equilíbrio o de Economia (no fundo as Ciências Económicas e Empresariais no conjunto) mas com predominância feminina (60,2%).

Segue-se um conjunto de cursos em que, ainda que só mais ligeiramente, a relação entre os números dos dois géneros é superior a um terço: Relações Internacionais (61,2% feminino), Direito (63,3% feminino), História (66% masculino) e Administração de Unidade de Saúde (65,4% feminino).

Os casos mais extremos são de predominância masculina: Engenharia Informática (87,5%), Gestão do Desporto (85,2%) e Informática de Gestão (80,3%). A predominância masculina é também muito clara em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações (73,1%), mas com a curiosidade do primeiro ano (com um número reduzido de estudantes, é certo), ser feminino.

A predominância feminina mais clara ocorre em Psicologia (79,2%) e Ciências da Comunicação (68,7%).

Um dos elementos importantes de caracterização é o seu nível etário (ver Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2020-2021) do Anexo 1).

No ano letivo 2020/2021, 21,7% dos estudantes dos primeiros ciclos tinham menos de 20 anos, uma percentagem bem superior à do ano precedente (18,4%), mantendo-se a tendência verificada continuamente no passado recente de rejuvenescimento do corpo estudantil. A faixa etária predominante é dos 20-23 anos (39,8%), sendo 36,2% no ano precedente.

Há ainda 13,4% de estudantes na faixa de 24-27 anos (15,4% no ano precedente) e 25% entre os estudantes com idade igual ou superior a 28 anos (30% no ano precedente).

Todos estes indicadores vão claramente, como já foi apontado, no sentido do rejuvenescimento do corpo discente, como resultado da entrada normal de estudantes mais jovens pelo concurso institucional e diminuição relativa do número de estudantes nos cursos em regime pós-laboral face aos estudantes em regime diurno.

Aliás, a manutenção de uma percentagem muito elevada de estudantes na faixa etária de 28 ou mais anos é reflexo do peso dos cursos em regime pós-laboral.

O Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2020/2021 do Anexo 1 é revelador desta situação e da sua influência na caracterização etária dos estudantes dos primeiros ciclos.

Assim, verifica-se que 65% do total dos estudantes de todos os ciclos frequentam os turnos diurnos e 35% o pós-laboral (o diurno tem praticamente o dobro de estudantes), mas quando nos centramos exclusivamente nos primeiros ciclos, a percentagem no turno diurno sobe a 68,9%. Se considerarmos apenas os estudantes dos dois primeiros anos, essa percentagem sobe para 80,8%, número que ilustra com clareza a evolução do corpo discente da UAL nesta característica.

Em contrapartida, é claro, os terceiros anos dos primeiros ciclos (56,3% no turno diurno) e o quarto ano de Direito (55,9% no turno diurno) mais não fazem, por contraposição, que confirmar a situação descrita.

Vale a pena, no entanto, fazer ressaltar algumas diferenças entre os diversos cursos. É natural que a maioria dos estudantes da faixa etária mais jovem esteja nos cursos maiores, com Direito (27,7%) e Gestão (17,4%), mas não podem deixar de se assinalar os valores em Ciências da Comunicação (15,8% do total de estudantes dessa faixa) e Psicologia (11,1%). Esta sinalização é consistente e mais bem vincada quando se tem em atenção que 30% do total de estudantes de Ciências da Comunicação tem menos de 20 anos, sendo este valor de 25,8% em Psicologia.

Em contrapartida o escalão dos mais velhos está mais presente em Informática de Gestão, com quase metade (47,8%) dos estudantes, seguido, a curta distância, de Administração de Unidades de Saúde (38,7%) e História (35,8%)

Na casa dos 30% está Direito com exatamente, 30%, que é também resultado de ter um curso de 4 anos, enquanto as outras licenciaturas são 3 anos. Neste nível etário os valores mais baixos são, destacadamente, Gestão do Desporto (9,4%) e Ciências da Comunicação (11,5%), com todos os restantes acima de 20%, com exceção ligeira de Economia (19,3%).

É claro que a comparação entre os cursos tem de ter em atenção, uma vez mais, o regime (diurno ou pós-laboral) em que os estudantes se encontram, bem como os diferentes processos de entrada, para além do concurso institucional.

Os Quadro 6, 7 e Quadro 8 do Anexo 1 permitem dar uma ideia do tipo de entradas potenciais e reais.

Assim, o Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2020-2021) mostra que, globalmente no campo das licenciaturas, o número de candidatos excedeu em 12,9% o número de vagas (960 candidatos e 850 vagas). Como é de esperar, não há uma total homogeneidade entre os diversos cursos, Assim, claramente, com excesso de procura face às vagas, aparecem Direito (58,5%) e Psicologia (42,9%), nos cursos de maior dimensão Economia que, entre nos cursos de menor dimensão teve o dobro de candidatos relativamente ao número de vagas (50 candidatos para 25 vagas) e ainda Informática de Gestão (48%):



Ainda em ligeiro excesso de procura sobre o número de vagas há a referir Gestão (11,3%) e Ciências da Comunicação (7%) nos de dimensão significativa.

Já abaixo do número de vagas há, preocupantemente, como já foi reiteradamente referido, Engenharia Eletrónica e de Comunicações, com apenas 32 candidatos para 60 vagas, isto é, pouco mais de metade. A diferença é ainda mais significativa em Administração de Unidades de Saúde, com um número de candidatos bem abaixo do número de vagas (15 candidatos para 40 vagas), consistentemente com, ainda que com outras razões, a decisão de descontinuar o curso.

Nos outros cursos há um ligeiro défice de candidatos face ao número de vagas, como Engenharia Informática (94 candidatos para 100 vagas), Relações Internacionais (73 candidatos para 75 vagas), Gestão do Desporto (44 candidatos para 45 vagas) e História (19 candidatos para 25 vagas).

Concretizaram-se 768 entradas, das quais 664 para o primeiro ano, ou seja, 78,1% das candidaturas, sendo, no entanto, de salientar que, apesar da nota mínima fixada para entrada ser de 9,5, a nota do último colocado em todos os cursos foi superior a 10, sendo os mais baixos o de Direito (10,5), Gestão (10,6) e Administração de Unidades de Saúde (10,7), Economia (10,8) e Gestão do Desporto (11,0).

Os outros situaram-se entre 11 e 12 valores, com História a ultrapassar os 12 valores (12,3) e, sem significado estatístico, dado o pequeno número de estudantes entrados, Engenharia Eletrotécnica e de Comunicações com 15,1, aliás, com densificação média e máxima iguais.

No extremo oposto, isto é, na classificação do estudante mais bem colocado, há uma grande dispersão entre 13 valores (Administração de Unidades de Saúde) e 19,7 valores (Gestão) e 19 (Psicologia), mas com todas elas, com a natural exceção do limite inferior, acima dos 14,8 valores, sendo ainda de relevar Ciências da Comunicação (17,2), Engenharia Informática (13,9) e Direito (16,5).

No caso dos valores médios, tirando as situações extremas de Administração de Unidades de Saúde (11,8) e da já referida Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, há uma significativa homogeneidade entre todos os outros cursos,

todos no intervalo de 13-14 valores, sendo a mais baixa a de Economia (13,0) e a mais elevada de Direito (13,9).

É importante ter em atenção estes valores que dão uma ideia do nível dos conhecimentos dos estudantes que entram, bem como da dispersão entre cada curso, que são informações relevantes para os processos pedagógicos a desenvolver em cada curso.

Retomando o problema do número de vagas, há que lembrar que, apesar do número de candidatos ser em excesso face às vagas, o número de entradas para o primeiro ano foi inferior às vagas. É que, tal como consta do Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2020-2021) e Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2020/2021, das 804 entradas pela primeira vez, há um número assinalável (114) de estudantes que se inscreveram em anos mais avançados, com a natural relevância em Direito (20) e Gestão (16) e, não menos relevantemente, dada a dimensão dos cursos, Economia (11), Gestão do Desporto (10), tal como Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações.

O referido défice de entrada para os primeiros anos face ao número de vagas ocorreu em quase todos os cursos, com exceção de Direito e Psicologia, sendo os maiores défices, como se depreende do que vem sendo descrito, em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações e Administração de Unidades de Saúde. Com as vagas quase completamente preenchidas estiveram Ciências da Comunicação, Gestão e História, tendo os outros percentagens de preenchimento de vagas variado entre 57,3% (Relações Internacionais) e 79% (Informática de Gestão), com Economia e Engenharia Informática (68%) e Gestão do Desporto (75,6%).

O Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2020/2021 permite um retrato mais claro do modo como se distribuem os novos alunos pelos diversos tipos de entrada. Assim, dos 664 estudantes entrados pela primeira vez para o primeiro ano, 537 estudantes (80,9% do total) através do concurso institucional, sendo ainda relevante o número dos que

entraram pelo concurso especial para os maiores de 234 anos (91 estudantes), o que corresponde a 13,7% das entradas para o primeiro ano.

Desse quadro há ainda a evidenciar a presença de 55 estudantes internacionais (cerca de 8,3% dos que entraram para os primeiros anos).

O Quadro 7 permite-nos, ainda, uma melhor caracterização da situação dos estudantes maiores de 23 anos. Inscreveram-se para as respetivas provas de acesso 135 estudantes, tendo 131 terminado todas as componentes da avaliação, tendo sido aprovados 95, ou seja, 72,5% de aprovações, tendo-se inscrito todos os aprovados.

Gestão recebeu, em termos relativos, o maior número (26, ou seja, 27,8%), seguido de Direito (15,8%) e Engenharia Informática (14,7%), Psicologia (10,8%) e Ciências da Comunicação (9,5%)m que, em conjunto, representaram 74 estudantes. Os restantes repartiram-se pelos outros cursos, com exceção de Administração de Unidades de Saúde que não teve qualquer candidato.

No que toca ao nível de aprovações há que distinguir, pela negativa, os casos de Direito, em que foram aprovados menos de metade dos candidatos dos que realizaram todas as componentes da avaliação.

Contudo, quando se analisam as classificações obtidas nessas provas, verificamos que todos os alunos que foram aprovados e Direito tiveram classificações iguais ou superiores a 14, tendo 2 deles obtido mesmo 17.

Também os de Gestão obtiveram boas classificações, entre 13 e 16 valores, tal como Psicologia, entre 13 e 17 valores.

As classificações iguais ou inferiores a 13 valores representaram 38,9% do total dos aprovados, havendo 31,6% de classificações entre 15 e 17 valores.

Estes resultados revelam uma heterogeneidade no nível de entradas deste tipo de estudantes, quer entre os cursos, quer mesmo dentro de cada curso, o que tem de ser tido em conta no traçado do processo pedagógico.

Quanto aos estudantes estrangeiros, o Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2020/2021, que descreve a distribuição de estudantes por

nacionalidade, evidencia bem que o número de estudantes não nacionais que frequentam as licenciaturas da UAL vai bem para além dos 55 já referidos, para além dos estudantes Erasmus+, devido à presença de muitos estudantes dos países lusófonos com relevância singular para Angola e Brasil.

Assim, nas licenciaturas, o número de estudantes angolanos representa 9,6% do total de estudantes das licenciaturas, enquanto os brasileiros representam cerca de 2,8% dos estudantes desse ciclo de estudos.

Em conjunto, angolanos e brasileiros representam, com (12,4%), quase o total de estudantes estrangeiros (13,7%) das licenciaturas, o que revela bem que os outros países presentes (14) têm números muito reduzidos, sem expressão significativa. Mesmo os restantes países lusófonos têm uma expressão muito reduzida, com relevância negativa para Moçambique, apenas com um estudante no curso de Direito, bem longe da Guiné Bissau (10 estudantes), São Tomé e Príncipe (9) e Cabo Verde (7).

Entre os outros países com um destaque também negativo está a Espanha, com apenas 3 estudantes, o que significa uma falta de captação de um “mercado vizinho” que continua a não ter expressão, apesar de algum crescimento mais interessante no caso do Erasmus+.

Os restantes vêm quase todos da Europa (4 de Itália, mais que de Espanha, 3 da Roménia, 2 da Ucrânia, 2 dos Países Baixos, 1 da Croácia, 1 da Macedónia do Norte), para além de 2 do Perú e 1 da África do Sul.

É de salientar, no entanto, que o peso relativo dos estudantes não portugueses nas licenciaturas é menor que nos outros ciclos de estudo, em que as outras nacionalidades, sobretudo a brasileira e, em menor grau, a angolana (invertendo-se as posições em relação às licenciaturas), como se verá adiante e se confirma já pelo peso dos não portugueses no contexto dos ciclos de estudo da UAL (860 é o seu número) representando 25,1%.

Nas licenciaturas a presença de angolanos e também de brasileiros é patente em quase todos os cursos, sendo a sua presença em termos absolutos maior em Direito. Mas, em termos relativos, no caso dos angolanos, é muito significativa a sua presença

no curso de Economia, com uma percentagem de 49,2% do total de estudantes desse curso, enquanto em Direito a sua participação é de “apenas” 11,5%.

Significativa é também, em Relações Internacionais, em termos relativos (13,9%), embora menor em valor absoluto que em Gestão.

Há uma maior concentração de estudantes brasileiros em Direito, pois 39,4% dos estudantes brasileiros estão nesse curso, ligeiramente superior à mesma percentagem de angolanos (38,7%).

É interessante notar que o único curso sem estudantes angolanos é o de História, frequentado por brasileiros que fazem o pleno de presença nos cursos.

Naturalmente, o curso com mais nacionalidades é o curso de Direito, com a presença de todos os países lusófonos referidos (com um peso assinalável da Guiné Bissau) e a presença interessante de estudantes de Itália, Países Baixos, Roménia e Perú.

Relações Internacionais, Gestão e Psicologia têm também a presença de um número significativo de nacionalidades.

Uma nota final para uma característica das licenciaturas no ano letivo de 2020/2021: a presença de 243 trabalhadores-estudantes (com um peso grande em Direito (36,8%) e Gestão (29,1%).

A referência a este facto é importante para melhor enquadrar as faixas etárias e o rendimento dos estudantes, já que nos outros ciclos (com exceção de 1 estudante de mestrado) não há estudantes inscritos nesta categoria (Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2020/2021) do Anexo 1).

### 1.1.1.3. Mestrado Integrado de Arquitetura

As características específicas deste curso, com algum hibridismo entre licenciatura e mestrado, dada a integração e conseqüente desafio singular ao processo ensino/aprendizagem, ainda por cima numa área de características tão diferenciadoras do resto dos cursos da UAL, justifica que seja tratado num ponto específico.

Acresce, além disso, que a frequência do curso tem características que o distinguem claramente das outras licenciaturas e dos outros mestrados, como revela bem o Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2020/2021, relativo à distribuição dos alunos por nacionalidades. Assim, 41,9% dos estudantes não têm a nacionalidade portuguesa, ao nível do que acontece no caso singular da licenciatura em Economia, mas diferentemente desta, por não haver entre os não portugueses concentração num só país. São, assim, de destacar, os 19 estudantes brasileiros (16,7%), os 17 angolanos (14,5%) e os 10 italianos (8,5%), estes continuando uma já longa tradição neste curso.

Podemos afirmar com segurança que, do ponto de vista dos estudantes, que este é o curso mais internacional da UAL, o que, só por si, e pelo seu significado em termos de relações internacionais, justifica o destaque concedido.

Por outro lado, apesar de ser um mestrado integrado, não deixa de ter alguma descontinuidade entre os primeiros 3 anos e os dois últimos no que diz respeito à presença dos estudantes, sendo de assinalar, desde já, alguma mudança face ao ano precedente com o aumento de estudantes nos primeiros anos. Assim, verifica-se que nos 3 primeiros anos (a que corresponde um diploma de estudo em Arquitetura) estiveram a frequentar o curso 72 estudantes (61,5%) do conjunto de todo o mestrado integrado, com a maior concentração de estudantes no último ano (5º), com 36 estudantes (39,8%). No entanto, nota-se uma situação singular no quarto ano, muito significativa quer no conjunto dos anos (é menos de metade do que o número de estudantes de qualquer dos outros anos), mas até em relação ao ano precedente (caiu também para quase metade dos números desse ano), quando houve uma subida de inscrições no conjunto do curso. Sendo um curso, como se referiu, de elevado nível de internacionalização e não dispondo de informação de como os estudantes não portugueses se distribuem pelos vários anos, não é possível comentar, em segurança, esse valor “anormal”.

Contudo, tendo em atenção a experiência passada, em que havia, normalmente, uma entrada de estudantes estrangeiros, designadamente italianos, a partir do 4º ano, verifica-se que em 2020/2021, contrariamente ao que sucedeu nos anos precedentes,

não houve qualquer nova entrada, apesar de o número de estudantes estrangeiros ser significativo, designadamente os italianos. Ter-se-á verificado uma preferência destes pela entrada logo pelos primeiros anos? Vale a pena estudar se há ou não mudança do padrão e caracterizá-lo devidamente para melhor conduzir quer a estratégia de atração, quer a organização pedagógica.

No que toca à distribuição por género, há quase uma equiparação entre ambos, com ligeira vantagem do feminino (52,1%), mas com uma singular distribuição pelos anos. O género feminino está claramente mais presente nos primeiros anos (60,7%), sugerindo uma maior entrada feminina no ano letivo de 2020/2021 e no quinto ano (60%), sugerindo maior concentração nesse ano ou porque em anos precedentes havia mais estudantes desse género ou porque acumulam mais aí por desfasamento dos trabalhos finais do curso. Novamente, o quarto ano, mesmo com um número muito baixo de inscrições, tem uma situação especial pois o género feminino representa apenas 22,2% do total de estudantes inscritos nesse ano.

No que diz respeito às idades dos estudantes, em comparação com as licenciaturas, é natural que, o peso relativo das faixas de 24 a 27 anos e de maiores de 28 anos possam ter maior expressão dada a duração dos cursos ser de 5 anos. De facto, neste contexto, a comparação tem uma referência híbrida da licenciatura (os 3 primeiros anos) e do mestrado (os últimos 2 anos). Na comparação com a licenciatura, o peso relativo das faixas etárias mais baixas tem tendência, obviamente, a ser menor, o mesmo sucedendo com a comparação com as faixas etárias de idade mais avançada relativamente ao conjunto dos mestrados e que, no fundo, mostra que essa comparação está, desde logo, prejudicada, revelando, de novo, a singularidade deste mestrado.

Tendo em conta esta situação específica, verifica-se que a faixa etária de maior peso é a dos 20-23 anos (33,3%), sendo a de maior expressão a de até 19 anos (22 estudantes, correspondente a 18,8%), seguido da faixa etária de 28 e mais anos (22,2%). Esta distribuição parece indicar um corpo discente relativamente jovem e com ritmo de progressão ao longo do curso bastante consistente. Sendo um curso só com o turno diurno, é natural que, em termos relativos, a idade tenda a ser menor.

De qualquer modo o Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura

e mestrado em Arquitetura (2020-2021) do Anexo 1 mostra que o número de vagas (65) está longe de ser preenchido, pois apenas houve 41 candidatos e só entraram 28, praticamente todos através do concurso institucional (Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2020/2021), isto para o primeiro ano.

Houve entradas para outros anos, designadamente de estudantes estrangeiros, acrescentando 8 aos entrados pelo primeiro ano pela primeira vez. Destes só 1 entrou pelo concurso para maiores de 23 anos (Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2020/2021), com classificações de 12, 14 e 15 valores nas componentes de avaliação realizadas.

Há dois estudantes com a categoria de trabalhadores-estudantes, mas um número significativo de estudantes inscritos no Programa de Acumulação de Conhecimentos (23).

### 1.1.1.4. Mestrados

Dos 12 cursos de mestrado que constam do Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2020/2021, distribuídos pelas respetivas classificações, do Anexo 1 importa salientar que dois deles (Engenharia e Tecnologia Informáticas e Relações de Ajuda e Intervenção), à semelhança do ano anterior, não funcionaram, o mesmo sucedendo com História, Arqueologia e Património, que foi descontinuado, mas apresenta ainda um estudante a concluir a dissertação.

Por seu lado o Mestrado de Estudos de Paz e da Guerra foi descontinuado, pelo que não apresenta estudantes no primeiro ano e seguem apenas os estudantes já presentes no curso (15), com vista a terminá-lo. Entretanto, esta área de estudos foi incluída como variante do Mestrado de Relações Internacionais.



Do total de 606 alunos inscritos, 600 estão inscritos nos 7 mestrados em funcionamento regular no ano letivo 2020/2021.

Desses 600, 235 (39,1%) estão na fase de dissertação e 365 (60,9%) estão nas partes letivas dos respetivos mestrados. Na generalidade, os estudantes de quase todos os mestrados, com maior ou menor diferença das percentagens acima apresentadas, seguem esse padrão. A única exceção é Direito com praticamente igual número de estudantes nas duas fases (mais um na dissertação) e, noutro extremo, o mestrado em Comunicação Aplicada, para além do de História e Património que só começou em 2020/2021, sem qualquer estudante na fase de dissertação, já que esse mestrado é de funcionamento recente.

Aliás, a cronologia de entrada em funcionamento dos diversos mestrados tem de se ter em conta na avaliação não só da repartição dos estudantes pelas duas fases, mas também pelo peso relativo de cada um deles no conjunto.

Assim, relativamente à repartição pelo número total de inscritos nos 7 mestrados, Direito ocupa, claramente, o primeiro lugar com 41,8%, seguido de Gestão (23%) e de Psicologia Clínica de Aconselhamento (19,2%) que, sendo os três que ultrapassam a centena de alunos, incorporam em conjunto, 84% dos estudantes, repartindo-se os outros 16% pelos outros 4 cursos com números em torno dos 30 estudantes, apenas com exceção de História e Património que só tem ainda o primeiro ano em funcionamento com 7 alunos.

Na repartição pelos dois primeiros anos nota-se um maior número no primeiro ano que no segundo, sinal de algum aumento de entradas, com um ligeiro excesso em Engenharia Eletrónica e de Computadores que tem menos um estudante no primeiro que no segundo ano e com uma dimensão fortíssima em Direito cujo número de estudantes no primeiro ano é cerca de um quinto do número de inscritos no segundo ano. A queda é de tal modo que Direito perde, claramente, o primeiro lugar no número de inscritos no primeiro ano, tendo cerca de metade de Gestão e de Psicologia Clínica e de Acompanhamento, ambos com o mesmo número (42). No entanto há uma reconfiguração na estrutura que permite a Direito manter, mesmo nos dois primeiros

anos, claramente o maior número de estudantes, já que há uma entrada direta de um número relevante de estudantes para o segundo ano. Aliás, se não se tiver em conta essa entrada, o número de estudantes novos no segundo ano seria idêntico ao do primeiro ano.

No que toca à distribuição por género há uma certa predominância do género feminino (56%), sobretudo concentrada nos dois primeiros anos, já que no caso da dissertação a presença é claramente paritária.

Contudo, naturalmente, há uma diferença entre os diversos cursos. Deste modo, a maior presença feminina é em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (79,1%), mas com a interessante entrada no primeiro ano de estudantes do género masculino que são quase o dobro dos existentes até aí, seguido de Comunicação Aplicada (62,1%), Relações Internacionais (56,3%) e Gestão de Empresas (55,8%). Em contrapartida, essa presença é só de 17,8% em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações e 28,3% em História e Património, com Direito em quase total paridade (mais em estudantes do género masculino).

No que respeita às idades, 431 (71,8%) estão na faixa etária dos 28 ou mais anos, 17,2% na faixa dos 24-27 na os e só 11% estão na faixa dos 20-23 anos. É de notar, contudo, a relativa juventude presente em Psicologia Clínica e de Aconselhamento, com 34,% dos estudantes dessa faixa e 20% do total do curso, Gestão com 28,8% dos estudantes dessa faixa e 13,8% do total desse curso e, de modo diferente, uma vez que só tem ainda 2 anos de funcionamento, Comunicação Aplicada que, tendo 18,2% do total de estudantes dessa faixa, representa 41,4% do conjunto de estudantes do curso. No polo oposto aparece Direito com apenas com 1 estudante nesta faixa (é certo que os 4 anos do curso são uma limitação a um número elevado nesta faixa, em comparação com os outros cursos com licenciaturas de 3 anos) concentrando 89,6% na faixa de 28 ou mais anos. Gestão também tem uma percentagem elevada nesta faixa 86,7%.

De salientar, como informação relevante para a interpretação dos níveis etários que na parte letiva dos mestrados há uma influência decisiva da frequência relativa dos turnos. Globalmente há 302 estudantes no pós-laboral (apenas 1 estudante de

diferença) mas há uma enorme desigualdade entre os dois anos. Assim, enquanto no primeiro ano os do turno diurno são apenas 16,4%, no segundo ano são 70%, uma reversão que será em boa parte explicada não só pelo número menor de estudantes no segundo ano, muito em consequência da já assinalada situação específica do Mestrado em Direito, o maior em número de estudantes.

Uma nota final para o número de estudantes inscritos no programa de acumulação de conhecimentos no ano letivo 2020/2021, como já se referiu, designadamente a quase centena em Direito, com pequenas situações nos outros mestrados.

### 1.1.1.5. Doutoramentos

No ano letivo 2020/2021 funcionaram 4 doutoramentos, em circunstâncias bem diversificadas. Em particular, de notar que o curso de Direito, um dos maiores no contexto da UAL, não foi reacreditado, pelo que já não recebeu estudantes em 2021, funcionando só com estudantes a partir do segundo ano, na perspetiva de conclusão dos seus cursos. Mesmo assim, com 78 inscrições, ainda representa exatamente 50% do número total de doutorandos da UAL nesse ano letivo, que totalizam 156.

No extremo oposto e, portanto, só com estudantes no primeiro ano do ciclo de estudo, está o novo Doutoramento em Media e Sociedades no Contexto da CPLP, com 18 estudantes (11,5% do total). Mais estabilizados estão Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia com 31 alunos (19,8%) e História (18,6%).

Quando se olha para a situação dos estudantes no que toca às partes letivas e de realização das respetivas teses, tem-se 34,6% na fase da tese e os restantes, divididos por vários anos com concentração nos primeiros anos, designadamente no segundo, dada a condição do curso de Direito. Assim, no primeiro ano há 24 estudantes (15,4% do total) e no segundo 35,3%, havendo ainda 3 estudantes no terceiro ano e 1 no quarto ano, situações que ocorrem preocupantemente, em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, pois podem representar uma falta de aproveitamento dos estudantes nos respetivos cursos.

No que toca à fase de realização das teses 36 (80%) são, naturalmente, em Direito, com 10 em História e 8 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia já que o de Media e Sociedade no Contexto da CPLP ainda se encontra no primeiro ano.

De notar, ainda, que dos 28 estudantes que entraram para o primeiro ano foi o novo doutoramento que contribuiu muito mais relevantemente, com 18 desses 28, assinalando-se, com preocupação, os apenas 3 novos estudantes no curso de Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, bem longo dos 16 presente no segundo ano.

No que se refere às repartições por género, globalmente, a maioria, ao contrário dos outros ciclos de estudo, é do género masculino (65,4%), sendo esta preponderância apenas perdida no caso do novo ciclo de estudos, mas por pequena diferença (10 femininos e 8 masculinos). Curiosamente, no que se refere exclusivamente à realização da tese, a percentagem feminina sobe algo (40,1%).

A situação em termos etários, como se espera, é bem diferente, concentrando-se todos os estudantes na faixa dos 28 ou mais anos, salientando-se ainda, na parte letiva, 35,2% em turno diurno, mas só, praticamente, a partir do segundo ano, pois no primeiro ano, à semelhança do que ocorre com os mestrados, praticamente todos os estudantes estão em turno pós-laboral.

### 1.1.3. Eficiência Formativa

Nos relatórios precedentes o Reitor tem feito várias abordagens ao problema, referindo que não faz sentido num relatório desta natureza este assunto não ser abordado em profundidade, tendo em atenção, em particular, os objetivos gerais e específicos da universidade.

Nos relatórios relativos ao ano precedente foi salientada e justificada a opção pela avaliação da “evolução” dos estudantes e não pelo “nível atingido”, ou seja, a classificação final do curso, já que o nível atingido não depende só do curso universitário, mas também das condições de partida dos estudantes que, como é notório, são muito diferenciadas, quer inter quer intra cursos, para já não referir as

situações exteriores à universidade em que os diferentes estudantes se inserem, com algum reflexo nas diferenças entre os turnos diurnos e pós-laboral.

A opção por esta abordagem levar-nos-ia a considerar, como primeiro indicador, o que poderíamos designar por “valor acrescentado” que o percurso universitário lhe conferiu nos vários cursos, sendo que, para ser um indicador completo, não se poderia situar só na variação da aquisição e utilização dos conhecimentos, mas também no modo como o estudante se empenhou na vida da sociedade e desenvolveu vertentes não diretamente captáveis pelas classificações obtidas.

É óbvio que não podemos esquecer essas classificações pois são um dos poucos indicadores mensuráveis, embora com substanciais heterogeneidades, quer nos indicadores de entrada, quer nos de saída dos cursos, que não podem ser ignoradas.

Por outro lado, há que ter em conta outro indicador, não menos relevante: o número de anos que cada estudante demora a realizar o seu curso. Finalmente, não esquecer que os resultados globais são largamente influenciáveis pelo número de desistências dos estudantes que, ainda por cima, têm causas muito variadas e que estão longe de se identificarem apenas com os estudantes que desistiram por entenderem não conseguirem ultrapassar, em tempo útil, as dificuldades dos seus cursos ou até o desinteresse por os concretizarem.

Estas situações são manifestamente diferentes daquela, socialmente indesejável, mas, infelizmente, bem presente, que é o abandono por não ter condições económicas para continuar os seus estudos.

Se todas estas situações, de difícil identificação, já deveriam relativizar o valor das análises e conclusões que os indicadores escolhidos sugerem, que se dirá, então, de mais um ano em que, devido à Pandemia e aos seus “picos”, a lecionação foi intermitente e híbrida, potencialmente capazes de agravar as assimetrias já existentes entre os estudantes?

É neste cenário de “desconfiança” na interpretação dos indicadores possível, dadas as possibilidades de conseguir um número com credibilidade em termos estatísticos, que se apresentam os resultados do ano letivo 2020/2021.

Tal como em anos precedentes, esses indicadores são as médias de conclusão dos cursos dos diplomados dos três ciclos, o tempo de conclusão dos cursos tendo como referência o tempo previsto para o caso de não haver fracasso em qualquer dos anos ou das atividades previstas para o percurso de obtenção de cada diploma, acrescido, quando possível, pelas informações sobre “abandono” e “desistência” e situação dos estudantes em etapas dos cursos relativos aos segundos e terceiros ciclos. Os valores de referência para o cálculo destes indicadores encontram-se nos Quadro 4, Quadro 5, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15 e Quadro 16 do Anexo 1, obtidos graças ao profundo empenho e melhoria contínua da Dra. Ana Matos, a quem estou muito grato.

### 1.1.3.1. Licenciaturas

A média global dos diplomados da UAL em 2020/2021 foi de 13,4, um valor muito próximo da média dos candidatos que entraram pelo concurso institucional nesse ano letivo (13,5), mas que, obviamente, não serve de referência sem restrições à comparação, pois a referência deveria ser em relação aos estudantes que entraram há 3 anos para a quase generalidade dos cursos, com exceção de Direito que só teve estudantes com o curso de 4 anos. Consultando o Relatório do Reitor 2018/2019 verificámos que a média de entrada dos estudantes do concurso institucional de 2018 foi de apenas 12,5, o que revela uma subida não negligenciável da média dos estudantes que entraram em 2020/2021 por via do concurso institucional.

Nesse sentido, e não contando com níveis de exigência e critérios de classificação, dos dois níveis de estudos (secundário e universitário), nem com o peso e a evolução dos estudantes que entraram por outros processos, há uma valorização clara dos estudantes com diplomas de licenciatura em 2020/2021 face às classificações à entrada dos primeiros anos.

Claro que isto tem, ainda, outras condicionantes na interpretação, pois só seria correto se todos os estudantes completassem o curso em 3 anos, sem desistências, o que, obviamente, não acontece. O resultado final é “deformado” pelas desistências, entradas a meio dos ciclos e estudantes que nesse ano terminaram os seus cursos em mais de 3 anos. Mas tendo em atenção o outro indicador de número de anos de

conclusão do curso por parte dos estudantes, como se verá a seguir, faz sentido manter, qualitativamente, a afirmação de valorização dos estudantes quem terminaram as licenciaturas em 2020/2021.

Esta evolução global apresenta, contudo, diferenças significativas entre os diversos cursos. Assim, o intervalo das médias está entre 12,5 (Direito) e 15,0 (História), com Psicologia muito perto (14,8) e as duas engenharias ainda acima ou igual ao 14,5 (Engenharia Informática e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações 14,6).

Ainda na faixa dos 14, exatamente com 14,0, estão Ciências da Comunicação, Gestão do Desporto e Informática de Gestão. Acima da média global está Gestão (13,5), com Economia (13,2), Relações Internacionais (13,1) e Administração de Unidades de Saúde (13,0) abaixo dessa média.

Dado o significativo peso de Direito, o seu afastamento (em sentido negativo) da média global tem efeito não despreciando sobre a média final, tanto mais que o outro curso de maior número de diplomados não compensa, ficando perto da média. Uma das explicações plausíveis é a grande assimetria existente entre os estudantes de Direito que se distribuem, aliás, pelos dois turnos em funcionamento.

Por outro lado, este peso de Direito puxa a moda do conjunto das classificações dos diplomados para o 13, que corresponde a cerca de 27% do total das classificações, cujo intervalo de variação vai de 11 (com 6,4%) a 18 (0,3%), correspondentes a apenas 2 classificações atribuídas em Psicologia.

Aliás, significativamente, também a moda em Direto é 12, enquanto o intervalo de variação vai de 11 (com 61,4% destas classificações relativamente a esta classificação em todas as licenciaturas) até 15, nota máxima obtida apenas por 7 estudantes (5,6% do total dos diplomados em Direito e 4% do total das licenciaturas em que esta nota foi atribuída), nota máxima atribuída também em Relações Internacionais, com 4 estudantes (10% dos diplomados do curso e 3,2% do total desta classificação atribuída no conjunto das licenciaturas). Apenas Administração de Unidades de Saúde obteve um intervalo de variação [11, 14] menor e menor classificação máxima.

As modas mais elevadas observaram-se em Psicologia (15 valores, correspondente a 31,7% do conjunto de classificações dos seus diplomados e 21,1% no conjunto das licenciaturas) e Engenharia Informática (35,8% das classificações dos diplomados do curso e 15,1% no conjunto das licenciaturas).

As classificações correspondentes ao “Muito Bom” (16 e 17) foram 49 (7,1%) do total, com Psicologia e Engenharia Informática a serem responsáveis por 61,2% dessas classificações, sendo a maior (17) obtida em Psicologia com 38,5% de todos os 17 atribuídos.

Estes resultados são a evidência da heterogeneidade verificada ente os diversos cursos, sendo importante verificar algumas relações se não de causalidade, pelo menos de correlação, para melhor entender estes resultados.

Uma das hipóteses que surge pela observação dos dados é a influência da dimensão (provavelmente a dos turnos não será menos irrelevante, mas não se dispõem de dados nesse sentido).

A estimação do coeficiente de correlação entre a dimensão (em número de estudantes) de cada curso e das respetivas médias finais conduziu ao valor de -0,487, uma correlação negativa que indica a tendência de cursos de menor dimensão apresentarem melhores médias. Naturalmente este resultado, porventura não inesperado apesar do pequeno número de cursos, presta-se à formulação de várias hipóteses cuja verificação contribuirá para a justificação deste resultado, não sendo, desde logo, de excluir, que a menor dimensão, ao proporcionar uma maior e mais intensa proximidade entre docentes e estudantes, seja propícia a uma efetiva concretização de um processo de ensino /aprendizagem mais eficiente.

Outra hipótese interessante é a relação entre as médias das classificações dos diplomados por curso e as médias de entrada 3 anos antes (com um efeito um pouco distorcido por causa dos 4 anos do curso de Direito).

Esta estimação, por sua vez, teve também como resultado, um coeficiente de correlação negativo (-0,114), mas com um peso significativamente menor que o anterior, tanto mais que, como já foi referido, o número de cursos é pequeno.



Não será, no entanto, ilegítima a hipótese de que as médias de entrada nos diversos cursos (não está em causa a relação de classificação de entrada de cada estudante com a do seu diploma, pois isso não foi testado) pouca relação tem com as classificações médias finais dos cursos.

Como foi referido, um dos indicadores da eficiência é aquele que mede o “ritmo” a que os estudantes concluem os seus cursos (Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2020/2021 do Anexo 1).

Do total de diplomados nas licenciaturas (687), com o maior número em Direito (174, 25,3% do total) e o menor em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (5, 0,7% do total) com Administração de Unidades de Saúde (10, 1,5% do total). Com números mais próximos de Direito surge, naturalmente, Gestão (146, 21,3% do total) e mais afastados, mas com um número significativo ainda, Ciências da Comunicação (86, 12,5%) e Psicologia (82, 11,9%). Em situação intermédia, Engenharia Informática (53, 7,7%) e Relações Internacionais (40, 5,8%). Os outros cursos, de menor dimensão, tiveram números de diplomados mais reduzidos, entre 14 (História) e Gestão do Desporto (28), com Economia (24) perto e Informática de Gestão (18) mais longe.

Importa agora verificar a dinâmica de concretização destes diplomas. O principal resultado é francamente animador pois 87,2% dos diplomados concluíram os seus cursos no número de anos da licenciatura, 8,8% em mais um ano, com apenas 1,6% em mais 2 anos e só 2,1% em mais 3 ou mais anos, o que significa uma taxa de retenção relativamente baixa, pouco superior a 10% (11,8%). Só que, uma vez mais, há diferenças importantes entre os diversos cursos.

Assim, as maiores taxas de concretização no número exato de anos da licenciatura verificam-se em Ciências da Comunicação (93,0%) e Gestão do Desporto (92,9%), com Psicologia ainda acima dos 90% (91,5%). Acima da média, estão, ainda, curiosamente, Direito (88,5%) e Relações Internacionais (87,5%). Abaixo da média, mas acima dos 80% estão Gestão (86,3%) e História (85,7%). As mais baixas, já abaixo de 80% (com Administração de Unidades de Saúde exatamente com esse valor) surgem Engenharia Informática 79,2% e Informática de Gestão (79,8%) com Engenharia Eletrónica e

Telecomunicações, só com 5 alunos, com uma taxa de 60%, sem significado estatístico, com 3 a obter no diploma em 3 anos e 2 em 4 anos.

Obviamente, o que mais preocupa é o “arrastar” dos cursos, designadamente os que demoram 2 ou mais anos a obter o diploma, particularmente os que demoram mais 3 ou mais anos que, embora relativamente poucos, não podem deixar de merecer atenção. No caso mais agudo, de mais 3 ou mais anos, estão apenas 4 cursos, naturalmente os de maior dimensão: Gestão com 5 diplomados e Direito com 3, este suplantado mesmo por Engenharia Informática com 4, aparecendo ainda 1 em Economia.

Estes resultados confirmam um “ritmo” de aproveitamento que se pode considerar bom, atendendo às circunstâncias e às características dos estudantes da UAL, sendo de referir que, ligando os dois indicadores (média dos diplomados e tempo de concretização dos cursos) Direito parece caracterizar-se por um “ritmo” de conclusão dos cursos relativamente apreciável, mas com um nível de classificação claramente diferente da generalidade dos outros cursos, o que deverá ser devidamente ponderado.

Como já se referiu, um dos pontos que importa ter em consideração é o número de abandonos registados (Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2020/2021) que, em 2020/2021 foram 45 estudantes, registando-se desistências em todos os cursos, com exceção de Economia, embora em número reduzido, como se depreende do total.

Para este contribuíram, principalmente, como é de esperar, Gestão (10) e Direito, sendo ainda de considerar, dada a pequena dimensão do curso, 5 em História que, no total, somam mais de metade das desistências registadas.

Há também, o que é de salientar, registos dos motivos de anulação das matrículas, mas na estatística das razões invocadas não se distinguem os diversos ciclos de estudos, pelo que cabe aqui uma avaliação conjunta dessas razões, tanto mais que os registos de anulação, num total de 55, foram, como se vê, fundamentalmente nos primeiros ciclos, havendo a registar 7 nos segundos ciclos (4 em Psicologia Clínica e

de Aconselhamento, 2 em Direito e 1 em Engenharia Informática e de Telecomunicações, havendo ainda a salientar 3 no Mestrado Integrado de Arquitetura]. Assim, no topo dos motivos de anulação das matrículas, surge claramente a colocação noutra universidade (36,4%), percentagem igual à soma das dificuldades financeiras e dos motivos pessoais e familiares). Estas três razões, que são quase três quartos das motivações totais, são exetáveis e respondem as duas últimas a situações normais na vida de todos os dias. Quanto à primeira das motivações parece indicar que a matrícula na UAL, pelo menos nalguns casos, não foi por escolha, mas por precaução, como resguardo de uma esperada, mas difícil, colocação noutra curso e noutra instituição, situação bem conhecida de todos nós.

As outras razões são todas compreensíveis e naturais: 5 por horários incompatíveis, 4 por não se identificarem com o curso, 3 por doença e também 3 por regresso ao país de origem.

No fundo estas desistências de apenas 1,6% do total de alunos de todos os cursos e ciclos de estudos, não tem grande peso no contexto da UAL e dos seus cursos, para além de um ou outro caso, sobretudo nos cursos de menor dimensão, como foi o caso já referido de História.

Só que, como se revela num cuidadoso cálculo presente no Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2020/2021 versus abandono do Anexo 1, o registo de anulação da matrícula omite o abandono dos cursos da UAL por causas não identificadas, entre anos letivos.

Com efeito, nesse quadro compara-se o número de inscritos em 2020/2021 com a previsão de inscrição dos estudantes a partir do número de estudantes inscritos no ano letivo precedente a que se diminui o número de diplomados nesse ano e se acrescentam os inscritos pela primeira vez.

É claro que esta previsão, até por ser difícil a estimação, pode ignorar alguns fluxos que são bem patentes no Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2020/2021 como “reingressos”,

“mudança de par instituição/curso” e até “estudantes estrangeiros” incluindo os estudantes Erasmus+.

Esta nota é sugerida pelos “acréscimos positivos”, alguns deles bem significativos em termos percentuais, como são os casos de Relações Internacionais (um desvio positivo de 22,2%) e História (17,8%), com Psicologia (6,8%) e Economia com valores mais residuais.

Em sentido contrário não pode deixar de se ter em atenção a generalidade e, nalguns casos a expressão dos desvios negativos, sendo os mais significativos os de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (-18,8%) e de Administração de Unidades de Saúde (-18,4%). Se o valor deste curso é exetável dada a sua descontinuidade, já o primeiro é profundamente preocupante pois trata-se de uma “perda” numa área de aposta estratégica que tem tido dificuldades em afirmar-se e em que esta indicação só pode obrigar a uma reflexão sobre o que há que mudar neste campo.

De relevo (negativo) são ainda as percentagens estimadas para Informática de Gestão (-15,2%) e Engenharia Informática (-10,8%), que dada a área em que se inserem, só agravam a preocupação precedente.

Nota negativa, embora de menor dimensão, para Ciências da Comunicação (-6,8%), Gestão (-4,3%) e a quase irrelevante em Direito (-1,2%)

Dado o processo e o número de anos em presença na estimação, estas previsões podem ser mais o reflexo de uma situação conjuntural de que uma tendência marcada, mas é bom não ignorar os sinais.

#### 1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura

Nos Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2020/2021 e Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclo no ano letivo 2020/2021, distribuídos pelas respetivas classificações do Anexo 1 isolam-se informações relativas ao designados “Estudos de Arquitetura”, que correspondem ao que seria o primeiro ciclo em Arquitetura, do Mestrado Integrado que, com esse

isolamento, deixaria, verdadeiramente, de ser integrado. Tem, no entanto, a vantagem de permitir distinguir, dentro do mestrado integrado, a dinâmica de evolução do curso, bem como os níveis de classificação.

Assim, verifica-se que há 7 “diplomados” em “Estudos de Arquitetura” e 14 em Arquitetura, não ficando claro que esses continuarão na parte de “mestrado” do curso.

No caso dos “Estudo de Arquitetura” a média das classificações dos “diplomados” foi de 15,3, com um intervalo de variação de [13, 18] e moda de 15, enquanto a média dos diplomados do Mestrado Integrado foi de 14,9, com um intervalo de variação de [13, 16] e moda também de 15.

Estes resultados são, em termos relativos, algo surpreendentes porque, nos anos precedentes, as classificações obtidas nos anos terminais, incluindo os trabalhos finais de projeto, eram claramente superiores às dos anos iniciais, sendo que essa diferença se verifica quer pela clara subida de classificações dos estudantes na fase dos “Estudos de Arquitetura” e uma relativa descida no caso dos Mestrados Integrados. Será interessante seguir esta evolução, para verificar se esta é uma situação conjuntural ou se terá influência na “performance” futura do conjunto do Mestrado Integrado, já que as classificações da primeira fase são, necessariamente integradas na classificação final.

Já quanto ao tempo para concretização nos cursos verifica-se quem só 1 dos 7 estudantes “diplomados” em “Estudos de Arquitetura” não concluiu esta fase nos 3 anos, levando mais um ano a concretizá-la.

Situação bem diferente se verifica no Mestrado Integrado em que apenas 71,4% dos diplomados obteve o seu diploma ao fim dos 5 anos, havendo 2 estudantes que precisaram de mais um ano, outro de mais dois anos e outro de três ou mais anos.

Contudo, este resultado, sendo pior que o do conjunto das licenciaturas (com a tal exceção de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações) é bem superior ao do conjunto dos mestrados que, como se lerá de seguida, nem sequer chegou a um quarto dos diplomados os que concluíram os seus cursos nos anos previstos.

### 1.1.3.3. Mestrados

Retomando o ponto anterior, designadamente em que se refere ao tempo de conclusão dos cursos deste ciclo por parte dos estudantes, importa realçar, desde já, que o baixíssimo número de estudantes que concluiu o seu curso no número de anos normal (no sentido da duração formal do curso) tem de ser encarada com muita preocupação.

Esta preocupação não resulta tanto da comparação com o que se passa no Mestrado Integrado de Arquitetura, uma vez que a estruturação e o funcionamento desse mestrado apresentam uma continuidade de imersão de estudantes no curso que, manifestamente, não é o caso dos outros mestrados. Ela vem, antes, da verificação de que essa percentagem de conclusão na duração normal é até bastante inferior à do ano precedente que, sem ser notável, atingiu 41,1%, quase o dobro de 2020/2021.

Podem buscar-se várias causas, designadamente as dificuldades e as demoras na ligação orientador/mestrando, mas é uma hipótese que não é claramente suportada pela comparação com o ano precedente, já que o número de estudantes que concluiu os cursos é bem superior (31,9%) e o número dos que concluíram na duração normal mais do que o dobro. A preocupação, apenas em termos relativos, face ao ano precedente, atenua-se já que as percentagens dos que levaram mais 2 anos ou mais a concluir o curso se repete em ambos (26,6%), em resultado de uma clara recuperação relativa no caso de os estudantes terminarem os seus cursos no ano seguinte ao da duração formal do curso, com esse número em 2020/2021 a superar mesmo o do ano precedente, apesar de haver menos diplomados.

Este resultado global é, estatisticamente, determinado em boa parte pelo que se passa com o Mestrado de Direito, responsável por 57,4% dos diplomados em 2021, bem inferior, aliás, ao verificado no ano precedente em que esse peso foi de 71%. Só que, nesse ano e nesse mestrado, o número de diplomados que concluíram o curso no número formal de anos do curso foi de 81,1%, enquanto em 2020/2021 caiu, claramente, para 33,3%, mesmo acima da média global (23,4%), o que, obviamente, significa que, em outros mestrados, a situação foi ainda pior. E aí, o sinal mais

perturbador vem do Mestrado de Gestão, em que dos 17 diplomados apenas 1 (5,9%!) obteve o seu diploma no número formal, mas, sobretudo, do Mestrado de Psicologia Clínica e de Acompanhamento em que nenhum dos diplomados obteve o diploma no tempo normal.

Também no que toca às demoras mais significativa (demora de mais dois ou mais anos) a preocupação com o curso de Direito, com 14,8% do total dos seus diplomados e apenas 32,0% do total do conjunto de mestres diplomados nessas condições, está longe do que nos sinaliza Gestão, com 58,8% dos seus diplomados nessas condições, representando, além disso, 40% do total de todos os mestrados e, em menor grau, Psicologia Clínica e de Aconselhamento com 35,7% dos seus diplomados nessas condições.

Mas os cursos de menores dimensões, até com números reduzidos de diplomados, também têm alguns diplomados nestas condições, com a obtenção dos diplomas no número de anos formal também relativamente baixo (50%).

A dimensão dos cursos não parece, portanto, uma explicação plausível para estes resultados, como a mera observação dos valores apresentados bem evidencia.

Há que procurar razões para uma eficiência formativa que está bem longe do desejável.

No capítulo das classificações finais há a assinalar uma média global de 15,1 valores, com uma moda de 15 e um intervalo de variação de [10(!), 18], assinalando-se ainda 15 diplomados (16%) com classificações inferiores a 14 (Bom), o que constitui um claro sinal de falta de qualidade desses diplomados, pelo menos, naquilo que demonstraram quer no curso, quer na dissertação e sua defesa. Um aspeto claramente a rever, sendo o 10 acima assinalado, um flagrante sinal de que algo há que mudar. Em contrapartida, em relação ao valor modal (que, praticamente, coincide com a média) há 44,7% de classificações acima dela e 30,9% abaixo, evidenciando um enviesamento no sentido de notas superiores à moda.

Estes resultados são também um sinal de significativas diferenças entre os vários cursos. Assim, a melhor média foi obtida em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

[16,5], com um intervalo de variação significativamente mais apertado [14, 18] e uma moda de 17, portanto sem qualquer classificação inferior a Bom, de algum modo compensando a relativa demora na obtenção dos diplomas.

A classificação média mais baixa é a do Mestrado em Relações Internacionais (13,5), sem verdadeiro significado estatístico, pois se diplomaram apenas dois estudantes com classificações de 12 e 15 valores.

A segunda melhor média é a de Engenharia Informática e de Telecomunicações, com 6 diplomados, mas uma grande variação, pois 3 dos 6 diplomados tiveram a classificação de 18 valores, que representam também 50% de todas as classificações de 18 do conjunto dos diplomados, enquanto os outros três obtiveram respetivamente 12, 13 e 15 valores, ou seja, 2 deles (um terço) abaixo do Bom.

A média em Direito foi de 14,9, com o intervalo de variação igual ao do conjunto dos mestrados [10(1), 18], uma moda de 15 valores e 14,8% com classificações abaixo de Bom. Em contrapartida, um terço dos diplomados obtiveram classificações de Muito Bom (16 ou 17) e um deles obteve mesmo o 18.

Estes dois mestrados evidenciam bem a heterogeneidade existente e que tem de ser devidamente avaliada, tanto mais que, também Gestão, com uma média de 14,7, segue o mesmo caminho. Com efeito, apresenta 23,5% de classificações abaixo do Bom, enquanto a moda (16) é a mais elevada de todos os cursos, representando 29,4% do total de classificações dos seus diplomados, com um intervalo de variação de [11, 17], com evidente enviesamento.

### 1.1.3.4. Doutoramentos

O número de diplomados com o grau de doutor é, necessariamente, reduzido, não só devido ao número de cursos existente na UAL, mas também ao facto de alguns deles serem recentes, não havendo ainda diplomados e o fluxo de outros ser muito baixo. Acresce que o efeito da Pandemia foi particularmente sensível neste ciclo de estudos, como se verifica pelo facto de, no ano 2019/2020 apenas ter havido um doutorado. Nesse aspeto, 2020/2021 foi francamente melhor (8 doutorados), pois o processo de



funcionamento dos júris por videoconferência foi bem conseguido, tendo proporcionado provas públicas participadas e com interesse.

A experiência do Reitor, que presidiu a todas elas, é francamente positiva, como sucedâneo das provas públicas presenciais, obviamente sempre desejáveis.

Dos 8 diplomados, 3 são de História, 3 de Direito e 2 de Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, sendo de relembrar que o Doutoramento em Direito não foi reacreditado pelo que o fluxo de doutorandos vai diminuindo naturalmente.

No que toca ao tempo para obtenção dos diplomas, apenas 1 dos doutores (em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) concluiu o curso no tempo normal e com outro, em História, que concluiu em mais um ano. Os outros 6 (três quartos!), concluíram em mais dois ou mais anos, não podendo deixar de manifestar a preocupação de metade (4) terem concluído em mais três ou mais anos para além do tempo normal.

É um resultado que tem de ser revertido e levanta sérias preocupações no que toca à possibilidade de os doutorandos concluírem os seus cursos no caso de doutoramentos descontinuados.

Em particular, é de notar que um dos diplomados em Direito demorou mais 2 anos e os outros 2 demoraram mais 3 ou mais anos!

No que respeita às classificações obtidas, a média global foi de 16,5, com uma moda de 17 e um intervalo de variação de [14, 18].

As melhores classificações foram obtidas em História (dois 17 e um 18), tendo as classificações em Direito sido de 14, 16 e 17 e em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia 15 e 18.

Estes resultados são bem diferentes de anos anteriores, não havendo qualquer classificação abaixo de Bom (foram dois diplomados com esse nível), 3 com Muito Bom e 2 com 18 (Excelente).

É sempre difícil fazer comparações entre cursos, dada as diferenças existentes entre as abordagens e os diferentes júris, mas a experiência das provas públicas a que o

Reitor presidiu mostram, em geral, uma qualidade superior ao passado, o que, em boa parte, se deverá ao estabelecimento de um controlo de qualidade mais adequado e mais exigente, atempadamente introduzido e cujos resultados parecem apontar no bom sentido.

### 1.1.4. Cursos não conferentes de grau

A evolução da Pandemia, provocando uma aceleração da digitalização, ao mesmo tempo que colocou desafios à realização destes cursos, acelerou os meios e os métodos de os concretizar, sendo ambos os desafios bem respondidos pela Autónoma Academy, como é bem claro no seu Relatório de Atividades relativo ao ano letivo de 2020-2021 que se apresenta no Anexo 2 - Cursos não conferentes de grau.

Como é habitual o relatório é exaustivo, incorporando o plano de atividades e orçamento para o ano letivo de 2021-2022, de tal modo que ao Reitor apenas cabe, a par da manifestação de apreço por todos os resultados conseguidos no meio da Pandemia, fruto de um rigoroso e inovador trabalho da Direção e da dedicação de todos os membros que aí colaboram, relevar alguns pontos desse relatório, pelo seu significado para a UAL e para o Universo CEU.

A nota de mudança mais sensível é o acolhimento dos cursos da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM), na sequência da integração definitiva desta escola na CEU, que, como é referido no relatório, "exigiu especial atenção quer na gestão de recursos humanos, quer em termos de procedimentos e gestão da oferta formativa", constituindo um desafio para o ano letivo de 2021-2022, já pela marcada descontinuidade que constitui no contexto da Autónoma Academy. Esse desafio que já está, em parte, respondido pela integração com sucesso das pós-graduações da ESESFM, incluindo a de uma colaboradora cujo esforço de adaptação e espírito de cooperação são salientados, havendo agora que aprofundar essa integração no que toca aos critérios e métodos desenvolvidos pela Autónoma Academy, respondendo às características especial da nova área, cujo crescimento e interesse social são bem reconhecidos.

Essa integração permitiu que, no ano letivo de 2020-2021, através da Autónoma Academy, se tenham gerido 714 alunos (+45% que em 2019-2020), correspondendo a um aumento de 64% de horas de formação.

Considerando apenas as ofertas formativas, que não incluem as áreas de enfermagem, o número de alunos ficou ligeiramente abaixo do ano precedente, tal como o número de horas de formação, mas tem que tal tenha condicionado os resultados económicos e financeiros, graças a readaptações resultantes, por um lado do adiamento de dois cursos, com alunos inscritos, mas que exigiriam a utilização dos estúdios da UALMedia, do não arranque de outros dependentes de concursos para “carreiras” específicas ou, ainda, da não existência de condições para resposta adequada a cursos “à medida” para empresas e, por outro, de “um esforço de concentração nos cursos “core” da Autónoma Academy, as Pós-Graduações e os MBA”, sendo possível, com vantagens pedagógicas e financeiras, criar turmas com um maior número de alunos.

Nestes cursos participaram 461 alunos, repartidos por 26 cursos (2 deles a terem 2 formações neste ano), revelando uma grande diversidade de áreas do conhecimento, como gestão, história, psicologia, direito, ciências da comunicação, entre outras).

Já no que toca aos cursos da ESEFSM foram abertos 8, com uma frequência de 197 alunos, embora estes cursos tenham sido, naturalmente, mais perturbados pela Pandemia que, em muitos casos, não permitiu a realização de estágios na continuidade dos cursos.

Pela oportunidade e interesse social desses cursos de pós-graduação é importante referenciá-los: Cuidados Paliativos, Enfermagem de Neonatologia, Enfermagem de Trabalho, Enfermagem de Saúde Familiar, Gestão e Inovação em Saúde, Intervenção à Pessoal em Situação Crítica, Prevenção e Tratamento de Feridas e Prevenção e Controlo de Infeção.

Tendo em atenção o grande esforço e nível extraordinário de ocupação profissional dos profissionais de enfermagem no contexto da Pandemia, não pode deixar de assinalar-se o nível de participação nesses cursos.

Os resultados obtidos pela Autónoma Academy em condições tão difíceis assentam, fundamentalmente, em dois pilares: a Comunicação (aí incluindo a alargada e eficiente utilização dos meios digitais) e a Avaliação da Qualidade dos cursos, que são o garante do seu reconhecimento.

No que toca ao primeiro pilar, para além da bem conseguida estratégia de comunicação através de um conjunto de iniciativas como a criação de uma newsletter, o envio de SMS/Marketing ou a presença na Feira Internacional da Expo.Edu.Virtual 2021, há que relevar o número e o nível de atividades desenvolvidas *on line*, desenvolvendo ainda mais os *webinares* no âmbito da Pós-Graduação em Tradução (21 no total), totalizando 4094 participantes e criando 12 *webinares* de atividades muito variadas que tiveram 1481 participantes.

Pelo número significativo de participação, são, a título de exemplo, de referir os *webinares* "A proteção de dados e o 'passaporte' digital verde" (268 participantes), "A programação neurolinguística ao serviço da vida e da carreira" (263) e o Stress no contexto pandémico" (210).

No que respeita ao pilar da qualidade, é de referir a continuidade da política de promoção e controlo de qualidade, através da realização "de inquéritos de satisfação da qualidade" incluindo questões específicas para as dimensões do ensino à distância, para a grande maioria dos cursos.

De salientar que os resultados são muito positivos, com apenas 6% das respostas a darem indicações negativas, embora, apesar dos esforços feitos, a taxa de participação nos inquéritos tenha ficado bem longe do desejável.

Tendo em atenção que são sempre tiradas consequências de resultados negativos, é óbvio que estes têm de ser estatisticamente significativos para fundamentar quaisquer decisões, o que pode ficar invalidado por uma taxa de respostas baixa.

Estes resultados e esta experiência conduziram a Autónoma Academy a uma reflexão sobre o que será a formação pós-graduada e executiva no pós-pandemia, tendo em atenção a alteração dos meios e dos modos de lecionação, com o consequente

alargamento do mercado potencial, também, um aumento e diversificação da concorrência.

Essa reflexão, em estreita colaboração com a CEU, levou à consideração de "um projeto de desenvolvimento das linhas estruturantes de um modelo de ensino misto que conjugue, articuladamente, desde a conceção dos cursos, o ensino presencial e o ensino à distância, em modo síncrono e assíncrono", desafio esse que é alvo no ano letivo de 2021-2022 de um prévio ensaio em dois cursos.

Na apresentação dos resultados económico-financeiros, optou o relatório por, durante um ou dois anos, reportar os resultados específicos da Autónoma Academy em separado dos da ESEFSM, até pelas dificuldades "em afetar com rigor os resultados dos cursos e de proceder a uma correta afetação das receitas e dos custos".

Neste contexto, é de relevar um volume de receitas de 642 mil euros (7% acima do ano letivo precedente), embora, como é natural face à opção de não abertura de alguns cursos, com um crescimento inferior ao previsto no plano de atividades.

Isso não teve, contudo, influência nos resultados pois, tendo em atenção a racionalização de custos já referida, foi possível obter um resultado superior a 180 mil euros (46% superior ao do ano precedente) e ainda 20% acima do previsto no plano de atividades.

Considerando a integração da ESEFSM, os resultados já ultrapassam os 300 mil euros, 50% acima dos valores orçamentados.

Não é demais salientar a contribuição da Autónoma Academy para o financiamento global da CEU, sem esquecer, e isso não é menos relevante para o Reitor da UAL, a expansão da visibilidade dada à "marca" UAL.

Mas, mais do que isso, importa ter em atenção a função "charneira" que a Autónoma Academy pode desempenhar no contexto da CEU, sendo um elo de união entre a parte universitária (UAL) e a politécnica (neste momento constituída pela ESEFSM), dada a natureza das formações que pode oferecer que apelam à colaboração de todos os docentes, para além de ser um potencial veículo (através da criteriosa concessão de ECTS) de captação para os segundos e até terceiros ciclos do ensino superior.

Importa ainda relevar o projeto de apresentação das “perspetivas para o ano letivo 2021-2022” que será integrado neste relatório do Reitor no último capítulo.

Reiterando o apreço por todo o trabalho realizado, o Reitor agradece ao Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro, à Dra. Celina Luís e a toda a equipa da Autónoma Academy, não esquecendo o apoio constante do CA da CEU a todo o desenvolvimento proposto pela Direção da Autónoma Academy.

### 1.1.5. Conselho Científico

As atividades do Conselho Científico no ano letivo 2020-2021 (2º ano do triénio do mandato em curso) estão descritas com todo o rigor e pormenor no Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico. Acresce que para além da descrição dessas atividades, há uma cuidadosa e frontal avaliação dessas atividades, bem sintetizadas quer logo na Introdução, quer nas Conclusões.

Remetendo o leitor para esse anexo, o Reitor não pode deixar de relevar alguns pontos mais significativos dessa atividade, começando por lembrar que elas ocorreram no meio de uma Pandemia, sem se notar no relatório qualquer efeito negativo sobre a operacionalidade do Conselho Científico.

A primeira nota vai para a realização de 11 sessões do Conselho, ou seja, em média uma por mês (não contando o mês de agosto), ultrapassando largamente o estabelecido no Artigo 23º dos Estatutos da UAL, que fixa uma reunião ordinária trimestral durante o ano letivo, admitindo “reuniões extraordinárias consideradas convenientes pelo seu presidente ou, pelo menos, por dez dos seus membros”.

Esta decisão do Exmº Presidente do Conselho Científico reflete bem a sua preocupação de responder sem delongas à aplicação das suas competências, contribuindo, decisivamente, para o bom funcionamento da UAL.

No mesmo sentido tem de se saudar o nível de participação excecional que ronda os 87%, sinal, também, da flexibilidade que as sessões *on-line* proporcionam, sem deixar de reconhecer que, em certas situações ou perante temas mais delicados, as sessões presenciais serão eventualmente mais adequadas.

Tendo em atenção a referência de 23 membros efetivamente presentes, o intervalo de presenças foi [14, 22] membros, com uma média ligeiramente superior a 19, tendo 8 membros estado presentes em todas as sessões e 8 apenas com uma ausência.

Em segundo lugar, no contexto das suas competências específicas, o Conselho avaliou e decidiu, com grande celeridade, assuntos relacionados com a aprovação de projetos de tese, alteração e registos de teses, aprovação de júris de provas públicas e admissão de candidatos a cursos de mestrado e doutoramento

Para além disso, deu resposta, através de uma atenção específica aos instrumentos de regulação e acompanhamento dos processos de ensino, às alterações dos processos de avaliação e acreditação da A3ES, bem como antecipou orientações para potenciais alterações estratégicas que venham a acontecer. Neste último aspeto há que dar relevo ao Ensino à Distância (EaD) e a um Despacho do Presidente sobre o "Controlo de qualidade do progresso das teses de doutoramento", de grande significado no que toca à preocupação da melhoria da qualidade do próprio processos e acompanhamento e orientação das teses.

Por último, importa relevar a preocupação do Conselho de recolher pareceres e conselhos de personalidades com reconhecida competência nalguns dos temas que o Conselho tem de resolver. É de notar 16 presenças, muito ligadas à criação de novos cursos, a questões ligadas à A3ES e à autónoma Academy, neste caso para apreciar a possibilidade de atribuição de ECTS a alguns dos cursos aí lecionados, tendo em particular atenção o conteúdo desses cursos e o rigor da avaliação.

O Reitor quer, para além do apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, que se estende a todos os conselheiros, agradecer ao Exm<sup>o</sup> Presidente do Conselho Científico a contínua colaboração frontal e sempre disponível com o Reitor, que tem permitido antecipar e ultrapassar muitas situações delicadas.

Por último, o Reitor quer, na linha do referido no relatório, associar-se ao agradecimento do Presidente ao Secretário, Doutor Bruno Maia e à D. Helena Silva pelo apoio administrativo e logístico.

### 1.1.6. Conselho Pedagógico

Conforme se evidencia no Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico, o ano letivo de 2020/2021 foi particularmente difícil pelos “múltiplos constrangimentos impostos pela Pandemia COVID19”, tendo levado a que as reuniões do Conselho Pedagógico, fossem, em exclusividade, por videoconferência.

As dificuldades de um funcionamento regular, com respeito pela paridade entre membros docentes e estudantes consagrada nos Estatutos da UAL, ainda foram mais agravadas pela Pandemia que não permitiu a realização de eleições dos estudantes, cujo mandato é anual, tendo sido prorrogada a atividade do Conselho, com a mesma constituição, para dar resposta urgente às situações que relevam das suas competências, que constam do Artigo 25º dos Estatutos da UAL, em particular a promoção “de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico das unidades orgânicas”, “da realização de avaliação de desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes e a sua análise e divulgação”, “apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias”, estas em articulação com o Exmº Provedor do Estudante e, ainda, “pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudo e sobre os planos de ciclos de estudos ministrados”.

Foram realizadas 4 sessões durante o ano letivo, no exercício das competências atrás referidas, incluindo também as relativas à “pronúncia sobre o calendário letivo e os mapas de exames”.

O relatório do Anexo 4 refere que “Apesar da situação difícil que a Pandemia ocasiona, o Conselho teve sempre quórum para funcionar”, só que, conforme já foi referido, “o aspeto paritário foi fortemente comprometido em detrimento dos conselheiros discentes pouco presentes”.

Apesar desde indesejável desequilíbrio, não pode deixar de ser destacada a presença assídua dos docentes às sessões do Conselho, com uma participação que o Anexo 4 classifica como “fortemente interventiva e empenhada”.

O Reitor quer deixar bem expresso o seu reconhecimento por este trabalho em condições difíceis, bem como os esforços constantes do Exmº Presidente do Conselho



Pedagógico para assegurar o seu funcionamento, com o que contou com o inestimável apoio e colaboração da Secretária do Conselho, Conselheira Telma Ruas, cuja cooperação com o Reitor foi constante, levantando os problemas que podem perturbar o futuro funcionamento do Conselho.

No Anexo 4 dá-se nota dessas preocupações, que têm implicações futuras que não podem ser ignoradas. É de salientar, em particular, nesse Anexo, o ponto seguinte: "Tendo em consideração as dificuldades práticas de funcionamento de um Conselho Pedagógico no formato inscrito nos Estatutos em vigor na UAL, uma alteração aos mesmo foi sugerida. Essa alteração parece indispensável para poder agilizar e aumentar a eficiência de funcionamento do nosso Conselho".

O Reitor reconhece que esta preocupação é legítima e a situação pandémica apenas veio exacerbar o problema. A dificuldade de ajustar o funcionamento do Conselho Pedagógico aos Estatutos, entre outras coisas, decorre fundamentalmente do mandato dos estudantes e do número crescente de membros que, se todos estiverem presentes, se assemelhará mais a uma "Assembleia Geral" que a um "Conselho", sendo praticamente impossível a participação ativa da generalidade dos conselheiros.

O assunto será retomado no capítulo final deste relatório.

#### **1.1.7. O Provedor do Estudante**

A definição do Provedor do Estudante e a identificação das duas competências são feitas nos Artigos nº 50 e nº 51 dos Estatutos da UAL.

Ao reler esses artigos e ao ter em atenção a atividade do Exm<sup>o</sup> Senhor Provedor, Dr. Ruy Seabra, durante este ano letivo tão perturbador, bem vertida no seu relatório que consta do Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante, o Reitor quer tornar bem presente o rigor com que essa função foi, como sempre tem sido, bem cumprida.

O Artigo 50<sup>o</sup> estabelece que a sua "ação se desenvolve em articulação com os órgãos de governo da UAL...", devendo o Provedor do Estudante ser "uma personalidade de

reconhecida idoneidade, mérito e independência e integrado na missão atribuída ao ensino superior".

Por sua vez, o Artigo 51º que refere que o Provedor do Estudante "deve atender a todas as questões que envolvam estudantes e que lhe sejam suscitadas por estes, pelos órgãos de governo da UAL ou pela Entidade Instituidora", devendo elaborar "uma recomendação dirigida à entidade Instituidora, quando se trate de âmbito disciplinar, ou ao Reitor nos demais casos".

Esta especificação é oportuna para clarificar o papel do Provedor do Estudante, permitindo melhor avaliar o seu papel e o cuidado, bem visível também no Anexo 5, com que aborda as situações e distingue os seus contornos. O seu bom senso, sentido de proporcionalidade e de gradualismo tem permitido tratar todas as situações com respeito pelos estudantes, sem tergiversar sobre a sua responsabilização, quando tal se imponha, dando-lhe apoio e razão quando tal se afigura justo, como se verifica bem no Anexo 5 no ponto "Assuntos" em que resume o tratamento de algumas reclamações dos estudantes.

O Reitor remete o leitor para o quadro resumo de todos os assuntos em que cada assunto é descrito com total transparência, evidenciando o rigor e a independência que caracteriza o Senhor Provedor.

Nesse quadro vale a pena ter em atenção as questões relativas à autonomia pedagógica dos docentes que suscita, por vezes, incompreensões, agravadas pela situação de Pandemia que alterou os processos de relacionamento, designadamente nos processos e decisões de avaliação.

A independência do Provedor é bem evidente na tomada de decisão face a atrasos na publicitação das avaliações que põem em causa ou não honram, como bem refere, o nome da CEU/UAL.

Ao Dr. Ruy Seabra o Reitor quer deixar bem expresso todo o apreço pelo trabalho desenvolvido e pela cordialidade por que se têm pautado as nossas relações.

### 1.1.8. A Biblioteca

O relatório da Biblioteca consta do Anexo 6 – Relatório das atividades da Biblioteca, contendo uma cuidadosa e bem sintetizada informação quer sobre as atividades no ano letivo 2020-2021, mas também sobre as suas condições de funcionamento e relacionamento com diversas entidades, para além de, como é habitual, apresentar, no final, o plano de atividades para 2021-2022, que será abordado no final deste relatório.

Como seria de esperar, e é bem salientado logo na Introdução, a vivência da Pandemia impôs, “um conjunto de novas dinâmicas e de novas exigências da comunidade académica, designadamente no período de confinamento, levando, naturalmente, a “uma maior incidência dos serviços da biblioteca no apoio à distância” às várias atividades letivas e de investigação, com natural incremento do “serviço de empréstimo domiciliário em regime de *takeaway*”.

Este facto é completamente assumido na construção do relatório em anexo, com uma estrutura diferente dos precedentes, subdividido por 5 temas, para além do já referido para o ano letivo de 2021-2022, cuja ordenação assume bem as atividades relevantes e que suscitaram maior e diferenciada resposta por parte da Biblioteca.

Neste contexto, o Reitor não pode deixar de salientar, com satisfação, que o primeiro tema tratado seja “1. Apoio à Investigação” e, sobretudo, a constatação expressa no relatório de que “o aumento de produção científica exigiu um maior apoio dos serviços da Biblioteca e do Repositório Institucional aos investigadores e aos editores dos Centros de Investigação”, já que é fundamental o desenvolvimento da investigação científica na UAL e esta tem de ter uma grande “alavanca” na recolha, partilha e uso da informação, agora maioritariamente digital, de que a Biblioteca é o “pivot” essencial.

Há, no entanto, uma informação, em princípio paradoxal, quando se comparam os dados de 2020/2021 com os de 2019-2020. Com efeito, a uma significativa subida (35,6%) do número de depósitos de documentos em Camões - Repositório Institucional das Universidade Autónoma de Lisboa e, em particular, o impressionante incremento

nos "downloads" que atingiram o número de 1.155.349, correspondendo a uma subida de quase 240% face ao ano precedente, o número de consultas caiu (11,4%), em sentido completamente contrário às outras duas tendências.

Isto significa que a razão "download/consultas" passou de 0,547 (ou seja, em média, cerca de duas consultas deram origem a um só "download") para 2,09 (ou seja, em média, cada consulta deu origem a cerca de 2 "downloads", quadruplicando o efeito da consulta.

Este é um indicador estatístico pouco fundamentado, pois não está provado, nem conseguimos garantir, que há uma relação estreita entre o número de "downloads" e o número de consultas. Contudo, não é uma hipótese irrealista, não sendo arriscado afirmar uma maior intensidade de recolha de informação em 2020-2021, confirmando o aumento da atividade de investigação que já se referiu. Aliás, o próprio anexo ratifica, de algum modo, esta hipótese ao referir que o trabalho conjunto entre a Universidade Autónoma de Lisboa e a FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia permitiu que professores/investigadores procedessem quer à atualização do repositório institucional, quer à atualização dos curricula na "Ciência Vitae".

Parece que a Pandemia favoreceu a investigação na UAL, sendo de esperar que este potencial de crescimento se não perca.

Naturalmente, o segundo tema do relatório é o "Apoio ao ensino e aprendizagem" que exigiu uma grande flexibilidade e variedade de intervenções por parte da Biblioteca, com naturais diferenças entre os tempos de ensino presencial e os tempos de ensino em confinamento, implicando "a formação de utilizadores de bases de dados em contexto de sala de aula e através da plataforma zoom". A formação estendeu-se também a "uma ferramenta de grande utilidade para apoiar os docentes na criação de listas bibliográficas no e-learning, para além da promoção de EIB - empréstimo interbibliotecas - que é sempre de salientar pelo que representa de cooperação entre instituições.

Finalmente, ainda no capítulo da informação para o ensino aprendizagem, as informações contidas no anexo, designadamente os dois gráficos relativos ao

"Empréstimo domiciliário *takeaway*" – 463 pedidos – e "Reserva de Salas" – 121 pedidos – revelam, tendo em atenção os valores mensais assinalados, a influência do confinamento, embora a interpretação dos números e das tendências tenha de ser "temperada" pelas diferenças entre os "tempos letivos", os "tempos de avaliação final" e as "férias".

Ainda neste importante aspeto de cooperação interinstitucional no ensino superior, não podemos deixar de salientar, com regozijo, a adesão da Biblioteca da UAL à Biblioteca Comum - Catálogo Coletivo das Bibliotecas das Instituições de Investigação e Ensino Superior em Portugal".

Este esforço de valorização da atividade da Biblioteca introduz-nos, nos três pontos seguintes, de características mais estruturantes das suas capacidades, começando pelo 3º tema - "Adequação e Desenvolvimento do Fundo Documental e Espaço Físico".

Também aqui a Pandemia aparece logo no início ao referir a necessidade de introduzir alterações (colocação de separadores acrílicos nas mesas de estudo) e critérios de ocupação do espaço (diminuição do número de lugares de trabalho).

Noutro plano, aumentou-se, como resultado das exigências da avaliação, a renovação e a assinatura de 12 títulos de publicações periódicas. Dá-se também conta da catalogação de 242 monografias, 71 publicações periódicas, aquisição de 30 monografias. Relevo para o tratamento documental de 106 dissertações e 7 teses de doutoramento.

Neste ponto do relatório não pode passar em claro a perplexidade que surge pela leitura da repartição da Aquisição de Monografias pelos diversos cursos. Em particular, não pode deixar de se salientar que 2 departamentos são responsáveis por 59%, enquanto os grandes departamentos, designadamente os de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais têm fraca representatividade. É claro que não se podem tirar conclusões seguras sem atender ao "stock" bibliográfico existente em cada área, sendo natural que áreas com menor "stock" inicial tenham necessidade de um maior número de aquisições. Mas, mesmo assim, e atendendo à experiência que

o Reitor tem tido da leitura das bibliografias das unidades letivas dos cursos em questão, as informações aqui referidas continuam a suscitar-lhe fortes preocupações.

O 4º tema - "Promoção da Biblioteca Digital" vem na sequência normal do ponto anterior e corresponde à sua adaptação e até, de algum modo, substituição do tipo de modo de produção e recolha de informação. Independentemente da opinião (relutante do uso das redes sociais e, em particular, do Facebook, entendo que a Biblioteca não pode deixar de responder e procurar atingir os meios que os seus potenciais utilizadores usam com mais frequência (quando não quase exclusivamente!). Daí a natural promoção dos seus serviços por essa via, em particular "a utilização das Bases de Dados assinaladas pela Universidade e a utilização dos recursos da Biblioteca Virtual".

O último tema - "Promoção de parcerias e departamentos institucionais" - está fundamentalmente virada para dentro da UAL e do papel dos variados membros da comunidade na melhor utilização dos meios que a Biblioteca proporciona, sendo de salientar, em particular, os "contactos com os Diretores dos Departamentos (a que o Reitor se atreve a propor que se acrescentem os Coordenadores dos Cursos) e a parceria com o GAID, com relevância acrescida face ao detetado e importante aumento da atividade de investigação na UAL.

O Reitor quer deixar bem expresso à Diretora da Biblioteca, Dra. Catarina Figueirinha Lopes, e a todos os colaboradores, o seu grande apreço e agradecimento pelo trabalho desenvolvido e, em especial, pela capacidade de responder a inopinados desafios de uma maneira flexível e eficaz.

As informações contidas no relatório têm grande relevância para o Reitor sentir o "pulsar" da Universidade no que toca à importância que a comunidade académica dá à informação, ponto essencial de um espírito crítico, inalienável na formação universitária.

Nesse sentido, e tendo em atenção que a digitalização é cada vez mais presente no campo da informação a criar e a usar no meio universitário, o Reitor atreve-se a pedir que, se for possível, o próximo relatório dê uma informação com a possível

discriminação sobre a utilização de “Bases de Dados assinadas pela Universidade e a utilização dos recursos da Biblioteca Virtual”. Em particular, se possível, uma informação detalhada sobre a utilização da B-on.

### 1.1.9. Serviços Editoriais e Atividade de Extensão

Conforme o relatório constante do Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão, os Serviços Editoriais assumem uma verdadeira condição de serviços para se concretizarem edições, tendo sido optado por não ter uma editora no sentido clássico do termo.

Por isso, como aí se refere, as atividades desses serviços têm sido:

- a) “Fomento da edição em acesso aberto através do repositório institucional, com todos os requisitos de um livro, cumprindo os desígnios da FCT.”
- b) O papel de facilitadores na relação autor/editor comercial, “para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio da UAL”.

Essas atividades são sobretudo de contacto com os autores, tradutores, revisão e edição de textos, para além da gestão administrativa de pagamentos.

Par além dos apoios personalizados a docentes, assinala-se a sua presença nos Conselhos Editoriais da Janus.net e da “Estudo Prévio”, ambas revista da UAK, representando também a UAL junto da Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior (APEES), bem como no que é designado por “Plataforma online” onde se apresenta a produção de e-books e o apoio ao NIP-CiM.

Além disso são referidas 8 edições em curso, todas em impressão, sendo uma delas, de parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), também e-book. De assinalar a preocupação com a cooperação com e apoio de entidades institucionais e o grande peso da área de História nessas edições em curso.

Nas edições concluídas para além das publicações periódicas on-line, com diferentes graus de participação, na criação e difusão, há que salientar mais 4 monografias, todas na versão e-book, neste caso com relevo para o Departamento de Ciências da

Comunicação, presença também do Departamento de História, Artes e Humanidades e uma oportuna incursão na área da gestão do desporto em tempos de crise, do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais.

Como também é habitual, há uma segunda parte do Anexo 7 relativo ao “Plano Anual, Perspetivas Estratégicas a Desenvolver” que será retomado no capítulo final deste relatório.

Esta área de serviços assume diversas modalidades (por vezes de difícil conciliação) tecnológicas que ora competem ora se reforçam.

Este é um desafio que a Mestre Madalena Mira tem acompanhado com grande empenho e que o Reitor não pode deixar de realçar.

## 1.2. As atividades de Investigação

Não é fácil abordar um tema destes no contexto do Relatório do Reitor e muito menos tendo em atenção tudo o que em relatórios precedentes foi escrito.

Apesar disso, mantém-se este ponto no relatório, começando por recordar, tal como nos anteriores, que este ponto específico não captura todo o conjunto de atividades de investigação, em particular as que se referem à dos docentes isoladamente ou integrados em unidades de investigação que se referem no ponto seguinte.

Contudo, e sem temer o risco de repetição, vale a pena voltar a fazer a exegese do Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, pelo peso e consequências (aliás funestas) que teve nesta área no ano letivo de 2020/2021.

Não é demais lembrar que o Preâmbulo do referido diploma refere como base de fundamentação deste diploma o estudo da OCDE com a “avaliação dos sistemas de ensino superior e de ciências, tecnologia e inovação portugueses por solicitação do Ministro das Ciências, Tecnologias e Ensino Superior”.

Acrescenta-se, a seguir, que “O processo veio a resultar num conjunto de recomendações, apresentadas pela OCDE em fevereiro de 2018...”, acrescentando-se que as “As recomendações vêm ao encontro de orientações já seguidas pelo Governo



nos últimos anos...” daí concluindo que “Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE, é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior”, com particular relevância para decisão de reforçar “as exigências sobre a capacidade das instituições de ensino superior para desenvolver atividades de I&D, segundo o subsistema em causa, passando estas exigências a ser consideradas para efeitos de acreditação em todos os ciclos de estudos”.

Em particular “É garantido que a acreditação de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor depende da existência de ambientes próprios de investigação de elevada qualidade, designadamente considerando os resultados da avaliação das unidades de I&D, regularmente realizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., e a integração alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com classificação mínima de Muito Bom na área científica correspondente” (o sublinhado é meu).

Clarifica que “as atividades de I&D integradas no ciclo de estudos conducentes ao grau de doutor podem ser realizadas em qualquer ambiente de criação de conhecimento, incluindo empresas, centros de interface tecnológico e unidades de cuidados de saúde com atividade relevante de I&D, entre outras instituições científicas e tecnológicas, com garantia de adequada orientação científica e sem prejuízo da competência exclusiva das instituições de ensino superior para a atribuição dos graus académicos”.

Por último refere-se que, desde que haja condições comprovadas “É valorizada a criação de ciclos de estudos em áreas emergentes ou multidisciplinares...”.

Como se refletem estas intenções nas condições de investigação impostas aos diversos ciclos de estudos e qual a sua consistência institucional e de organização, tendo em vista os objetivos definidos?

Começando pelo ponto relativo aos ciclos de estudos, a alínea d) do nº 2 do Artigo 6º impõe que para poder atribuir o grau de licenciado a instituição de ensino superior universitário tem de desenvolver “atividades de formação, investigação e desenvolvimento experimental de nível e qualidade reconhecidos, com publicações ou produção científica relevantes”.

Desde já uma nota essencial para avaliar a consistência do diploma: enquanto as alíneas a) a c) desse nº 2 se referem sempre, individual ou coletivamente, ao corpo docente e aos recursos humanos, a alínea d), acima referida, refere-se à instituição, ou seja, deve ser a instituição como tal que desenvolve essas atividades científicas. Acresce que não há qualquer exigência de competência pedagógica imprescindível para um adequado processo de ensino/aprendizagem.

Curiosamente, as exigências na área da investigação que se impõem para o grau de mestre nas instituições de ensino superior universitário são exatamente iguais às da licenciatura, só que, estranhamente, aparecem na alínea c) por troca com as condições para o coordenador do ciclo de estudos que aparecem na d).

Desde já outra nota, desta vez interrogativa: A formação em termos de investigação de um licenciado é igual à de um mestre? Será que o nº 3 que altera apenas as percentagens relativas à presença das categorias de docentes é suficiente para assegurar a diferenciação? Ou não será antes que os primeiros de segundos ciclos, cuja base é a existência de um curso, estão mais próximos entre si, na lógica da gradualidade de criação do espírito de investigação científica que os doutoramentos, que, aliás, como já está referido atrás, têm uma atenção e distinção especial no próprio preâmbulo do diploma?

Por isso as condições exigidas à instituição de ensino superior universitário no que respeita às atividades de I&D têm uma formulação diferenciada que constam de duas alíneas, c) e d) do nº 2 do Artigo 29º:

“c) Disponham, nessa área (o sublinhado é meu), dos recursos humanos e organizativos necessários à realização de atividades de I&D, nomeadamente através da demonstração da integração mínima de 75 % dos docentes do doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade (o sublinhado é meu), obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.;

d) Demonstrem possuir uma experiência acumulada em I&D, concretizada em produção científica e académica relevante nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade”

Como o nº 2 do Artigo 29º - Atribuição de grau de doutor – estabelece que as condições contidas nas suas alíneas têm que ser cumulativamente cumpridas; será que estas alíneas c) e d) são compatíveis com as posições assumidas no Preâmbulo, designadamente a “presença alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com a classificação mínima de Muito Bom” e com a classificação seguinte da diversidade de situações que caracterizam cumprindo as condições de realização de “atividades de I&D integradas em ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor”?

O nº 5 do mesmo Artigo 29º parece indicar essa incompatibilidade, já que estabelece que “Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 (ou seja, o que refere a classificação mínima de Muito Bom), para as unidades de investigação em que os docentes se integrem, apenas são contabilizados os docentes integrados em unidades de I&D que sejam:”

E nessa descrição das alternativas de unidades que satisfaçam algumas dessas alíneas tem sempre de estar presente a “instituição de ensino superior” em causa.

Isto exclui, liminarmente, que para a exigência dos 75% de docentes em unidades de investigação com a classificação de Muito Bom, possa ser constituída, ou até completada, por docentes da “instituição de ensino superior em causa” que sejam investigadores em unidades de I&DF de outro tipo, como as referidas no Preâmbulo ou de outras instituições de ensino superior.

A ser assim, um doutoramento para ser acreditado tem de assentar numa ou mais unidades de investigação ligada à “instituição de ensino superior em causa”, todas elas com a exigência de uma prévia acreditação pela FCT com a classificação mínima de Muito Bom.

Por último, a quase inconsistência (só ultrapassada em situações especiais) entre a preocupação da multidisciplinaridade sempre manifestada (para já não falar na abertura a novas “áreas”), permanentemente contrariada pela exigência de cumprir

requisitos exclusivamente numa área científica (como os sublinhados anteriores evidenciam), para além da indefinição que resulta da confusão de áreas, de ramos e de especialidades.

Este conjunto de observações parece ser suficiente para pôr em evidência quer exigências que não fazem sentido para que as instituições possam ter os seus cursos acreditados, quer, mesmo no contexto dessas exigências, uma séria confusão entre objetivos a atingir e os meios para o conseguir.

Uma coisa é evidente: a base de acreditação dos ciclos de estudos (máxima dos terceiros ciclos) é, exclusivamente, o nível e as condições de investigação que são condição necessária, mas não suficiente e que, ainda por cima, e cá está a confusão da organização institucional, não depende da Agência de Acreditação, mas da Fundação para a Ciência e Tecnologia. E as desarticulações institucionais vão mais longe: enquanto as candidaturas à abertura de novos ciclos de estudo têm uma periodicidade anual, as avaliações ditas “regulares” (no Preâmbulo do diploma) da FCT são sincopadas em ciclos de 4 anos, o que, formalmente, impede que um novo curso, de terceiro ciclo, possa ser apresentado durante esses 4 anos, mesmo que, entretanto, a instituição de ensino superior tenha procurado concretizar uma proposta compatível com as exigências do Artigo 29º do Decreto-Lei nº 65/2018.

Tudo isto é a negação da autonomia universitária e da transparência e coerência das regras que, naturalmente, devem enquadrar essa autonomia.

Mas a situação é ainda mais agravada pelo modo como foi usado o trabalho da OCDE para justificar o conteúdo do Decreto-Lei nº 65/2018, pois não só foi esse trabalho que esteve na base do decreto, mas um “draft” para discussão (que aliás teve muita controvérsia), como também as recomendações para que a FCT assumisse as funções que lhe são cometidas em nada se conforma com essas recomendações.

Esse assunto será retomado no capítulo final deste relatório, sendo que esta primeira abordagem do enquadramento visa apenas mostrar a impossibilidade de traçado de uma estratégia universitária consistente, designadamente no capítulo da investigação e é a essa luz que a breve descrição das atividades de I&D da UAL devem ser lidas.

Para além das atividades específicas referidas pelos docentes no ponto seguinte do relatório, as atividades de investigação estão fundamentalmente concentradas em unidades de investigação, não esquecendo ainda, mais no campo da divulgação ou comunicação científica, também nos departamentos, designadamente no que toca à realização de seminários, conferências e congressos.

Do ponto de vista da organização interna, o Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID) tem um papel aglutinador no campo da informação e apoio logístico e à gestão, bem como de relação com entidades externas, com particular relevância na concretização e apoio ao desenvolvimento de projetos de investigação. O Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D um relato das atividades que desenvolve e que acompanha, pelo que cabe neste ponto chamar a atenção apenas para algumas atividades ou alguns problemas mais significativos. O Reitor quer expressar o seu agradecimento pela disponibilidade e pelo desempenho da Dra. Cristina Dias como responsável pelo GAID.

O Anexo 8 apresenta informações em que se separam as atividades específicas do GAID daquelas em que o seu papel essencial é de apoio ou de coleção de informação. Entre as primeiras ressalte-se o seu papel junto da FCT como elo de ligação, com particular relevância na gestão financeira, em sintonia com os Serviços Administrativos e Financeiros da CEU, dos montantes de apoio concedidos ao CIP (Centro de Investigação em Psicologia), única unidade da UAL financiada pela FCT, na sequência da última avaliação. No mesmo âmbito há que referir o desencadear de procedimentos concursais para contratação, junto da FCT, de bolseiros de investigação.

Noutro plano são de referir as relações com as unidades de investigação, nomeadamente no que respeita aos eventos científicos nacionais e internacionais, bem como no auxílio nos procedimentos ligados à submissão de candidaturas de projetos de investigação, bem como no apoio ao processo de desenvolvimento do site de uma revista ligada a uma unidade de investigação.

No campo da informação há a referir a criação de um novo site para o GAID, com nova e mais funcional configuração, no qual também disponibiliza um conjunto de tabelas com revistas, com relevo para as indexadas na SCOPUS e na Web of Science. Lançou também a primeira newsletter, em que se dá particular atenção às “calls” para anúncio de concursos de instituições nacionais estrangeiras, bem como de bolsas e prémios, para além, naturalmente, de conferências e congressos.

Finalmente, há que dar nota da elaboração e submissão do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional solicitado pela DGEEC, envolvendo todo o corpo docente da UAL.

Na componente de apoio há que referir o apoio à participação da CEU/UAL em concursos promovidos pela FCT, designadamente uma candidatura individual por parte de um docente/investigador e a submissão de 10 candidaturas por unidades de investigação ao concurso de Projetos de IC&DT da FCT, isoladamente ou em associação com outras instituições de ensino superior. Contudo, apesar das boas pontuações, não foi conquistado qualquer financiamento, até porque foi muito baixa a percentagem de projetos financiados.

Para além dos concursos da FCT houve outros apoios a concursos abertos por outras entidades públicas por via da CEU/UAL, mas sem a obtenção de qualquer financiamento, com a exceção do Relatório Científico relativo ao Projeto “Resolução de Conflitos”, coordenado pelo Prof. Ricardo de Sousa, que teve cofinanciamento do Instituto Camões.

Finalmente, no que respeita à informação mais específica sobre atividades científicas, há a referir o resumo das iniciativas consideradas de maior relevo caracterizadas pelas unidades de investigação, antecedido por uma referência às publicações dos docentes, salientando “cerca de 30 artigos nem revistas científicas indexadas na Web of Science e 92 artigos em revistas científicas indexadas na SCOPUS. Em complemento, chama-se a atenção para o ano seguinte e para o próximo ciclo de avaliação das unidades de investigação pela FCT e a necessidade de preparar adequadamente essas

candidaturas à avaliação, sem esquecer as possibilidades de parcerias com outras instituições e a ligação ao mundo empresarial.

A parte mais extensa do Anexo 8 centra-se, naturalmente, nas atividades das várias unidades de investigação, fazendo-se, como já foi referido, um resumo do que foi considerado mais relevante. Contudo, há que ter em atenção que a estrutura, a dimensão, o tempo de existência e os departamentos em que se inserem, justificam diferenças significativas do nível de investigação atingido e das suas perspetivas futuras. Em particular, tendo em atenção as considerações iniciais deste ponto do relatório, a existência de doutoramentos ou a perspetiva da sua concretização ou, não menos relevantemente, da garantia da manutenção da acreditação dos existentes, explica, em muito, as diferentes situações.

Essa diferença manifesta-se logo na apresentação das unidades à avaliação da FCT, a que se apresentaram o Observare, Ratio Legis e CIP, as duas primeiras ligadas a doutoramentos na altura acreditados e CIP, com Psicologia a apresentar, ainda sem sucesso, candidaturas à acreditação de um doutoramento.

Entretanto, CIP manteve a sua classificação de Bom, Observare, inesperadamente, passou do Bom a Fraco e Ratio Legis manteve o fraco, ao mesmo tempo que o doutoramento em Direito perdia a sua acreditação.

Neste contexto, a situação é preocupante pois terá de haver uma grande alteração para que o Muito Bom, que abria portas à manutenção ou a nova acreditação de um doutoramento, possa ser atingido, sendo certo que a situação do CIP parece mais favorável, dado o Bom atribuído na última avaliação e o esforço feito na recuperação da revista PSICQUE, embora haja ainda muito trabalho pela frente.

Em contrapartida, há três unidades de investigação, sedeadas em três departamentos, que não foram submetidas a avaliação da FCT e que têm doutoramentos acreditados.

São os casos do CICH (Centro de Investigação em Ciências Históricas), ligado ao Departamento de História, Artes e Humanidades, o NIP-COM (Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas), ligado ao Departamento de Ciências da Comunicação (Doutoramento em Media e Sociedades no Contexto da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa) e o CEACT (Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território), ligado ao Doutoramento em Arquitetura.

O resumo das suas atividades no Anexo 8 e o facto de dois dos doutoramentos, Arquitetura (apenas aprovado e não iniciado) e Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, são indicação clara de que dificilmente as unidades de investigação dos seus departamentos terão condições de se apresentar, isoladamente, ao novo ciclo de avaliações da FCT, pelo que há que procurar novos caminhos para a sua evolução e para a manutenção da acreditação dos doutoramentos. Aliás, o CEACT com um interessante tipo de atividades, muito ligadas ao urbanismo e com uma revista “Estudo Prévio” com características muito especiais, não nasceu, nem terá sido pensada para servir de âncora a um doutoramento, enquanto o NIP-COM é ainda um “núcleo” em evolução.

Já o CICH, com uma atividade intensa de seminários e conferências, no âmbito da cátedras com grande ligação a diferentes universidades estrangeiras, tem várias participações em colaboração com outras instituições de ensino superior em projetos comuns, com saliência para a sua participação numa proposta de criação de um doutoramento em Património, Tecnologia e Território, com o Instituto Politécnico de Tomar e Centros de I&D com as classificações exigidas.

Por outro lado, muitos dos docentes do Doutoramento em História estão, há muito, ligados a outras unidades de investigação que satisfazem os requisitos exigidos, embora, como já foi salientado, essa condição, na estrita interpretação do Decreto-Lei nº 65/2018, possa não ser suficiente.

O Ratio Legis tem realizado alguma atividade de interesse académico, mas não se reformulou em termos de poder evoluir rapidamente no sentido desejado, como é evidente até pelo modo como a Revista Galileu se tem (ou não tem) apresentado. Daqui resulta também a urgência de uma estratégia, provavelmente em cooperação, para reacreditar um doutoramento, imprescindível a uma área científica central na UAL.

Já o caso do Observare é diferente e o resumo do Anexo 8, tendo em atenção que está em análise um ano em que a pandemia pôs em causa muitos tipos de encontros, não



pode espelhar todo o acervo de organizações nacionais e internacionais de natureza científica que tem organizado e participado, com grande nível de cooperação externa e expressão internacional.

Acresce a isso a publicação da revista indexada na SCOPUS, “Janus.net”, com publicação regular e elevada participação de autores internacionais, que se esperaria não ter caído no nível de avaliação, como o relatório precedente se analisou.

É certo que, tendo em atenção os últimos dois anos e, em particular, o ano letivo 2020/2021, a uma relativamente intensa participação de muitos dos seus investigadores e docentes do doutoramento (Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia), não tem correspondido (tanto quanto a informação disponibilizada para o relatório permite verificar) uma produção de artigos em revistas indexadas que serão, provavelmente, uma exigência de uma melhor avaliação.

Em particular, é notória a ausência nos números mais recentes da Janus.net de investigadores do Observare e dos docentes do doutoramento. Este critério aparece, contudo, tratado ambivalentemente nalgumas das avaliações feitas pelas Comissões de Avaliação. Ou põem em causa o mérito da publicação na revista da própria instituição ou, em sentido contrário, criticam a sua ausência. Claro que tudo depende do mérito atribuído à revista, sendo que já é uma revista indexada na SCOPUS. A não publicação nela será compensada pela publicação noutras revistas indexadas, desejavelmente mais “cotadas” (embora este critério seja cada vez mis posto em causa), mas o facto é que o Reitor não tem informações que lhe permitam garantir que essa compensação existe, o que pode pôr em causa a avaliação do Observare.

É certo que no Relatório do Coordenador do Doutoramento se refere que “Seis anos após a abertura desde curso do terceiro ciclo, em 2021, a A3ES procedeu a uma avaliação do doutoramento que resultou em nova acreditação, sem condições, em linha de parecer com a CAE. Esta avaliação é por um período de 4 anos.

Contudo, há que ter em conta os já referidos (e inaceitáveis, por terem influência decisiva na acreditação dos terceiros ciclos) ciclos de avaliação e a necessidade de, à

data da reacreditação, e a manterem-se as exigências sobre as unidades de investigação, o Observare, por si ou em cooperação, responder aos requisitos.

As três outras unidades referidas no Anexo 8 têm objetivos e estruturas bem diferenciadas.

O CARS (Centro de Análise Económica de Regulação Social) é uma pequena unidade, com um foco específico, tendo, nesse contexto, uma apreciável produção científica, designadamente livros, com um artigo publicado numa revista internacional. Constitui um “nicho” específico que, obviamente, por si só não poderá responder às exigências de uma avaliação da FCT.

O Autónoma TechLab, relativamente recente e ancorado no Departamento de Engenharias e Ciências da Computação tem tido um relevante papel no aperfeiçoamento e melhoria dos sistemas de informação e computação da UAL e, em consequência, do suporte da investigação, sendo de salientar as parcerias quer empresariais, quer universitárias e com outras unidades de investigação, com relevo para o Instituto de Telecomunicações. Tem alguns dos seus investigadores ligados a unidades de investigação de mérito reconhecido e há que repensar a sua evolução estratégica, designadamente tendo em vista um futuro doutoramento nestas áreas científicas.

Finalmente, o CICEE – Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais nasceu, num enquadramento especial, visando já a construção de uma proposta de criação de um doutoramento na área das Ciências Económicas e Empresariais, para colmatar o défice que foi criado pela não acreditação, há quase uma década, do Doutoramento em Economia existente na UAL à altura.

Foi nesse sentido que o CICEE se desenvolveu em poucos anos, tendo, como se refere no Anexo 8, como um dos seus objetivos estatutários “A promoção da integração em redes de investigação e parcerias de natureza científica, designadamente protocolos e acordos de cooperação com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, visando a participação e a integração do CICEE em linhas, grupos, projetos e programas de investigação e de formação avançada”. Nesta linha, referem-se três

parcerias para concurso comum a projetos de investigação, um com o Centro de Estudos de Gestão e Economia da Universidade Católica, no Porto, e outro com o Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologia e Arquitetura do ISCTE-IUL, bem como a Unidade de Investigação em Governança da Universidade de Aveiro, para efeitos de apresentação de candidaturas aos concursos para projetos de IC&DT de 2020 e 2021.

Esse objetivo, naturalmente relevante, não pode ser atingido sem o desenvolvimento de uma estrutura interna que conduza a que parceiros potenciais reconheçam interesse nessa colaboração.

E isso tem sido feito com grande evidência, desde a criação da série de *working papers* (8 em 2021, 3 em 2020 e já 7 em 2019) com grande envolvimento dos investigadores do centro.

Para além disso não pode deixar de ser referido que até ao final de 2021 os investigadores ligados ao CICEE produziram 49 publicações, boa parte delas em revistas indexadas em bases relevantes.

A manutenção do espírito de investigação está também presente no ciclo de seminários de investigação, abertos a investigadores de outras instituições, de periodicidade mensal, embora com uma incompreensível ausência de docentes e investigadores da UAL nessa área.

Por outro lado, desde o início do CICEE houve a preocupação de estar ligado a uma revista cuja temática essencial fosse a do doutoramento que se perspectivava (“Business Economics”), tendo sido criada a “European Review of Business Economics”, on-line ([erbe.autonoma.pt](http://erbe.autonoma.pt)) já com o primeiro número saído em junho de 2021 e um segundo em dezembro do mesmo ano, estando prevista a candidatura à indexação em breve.

Há que referir, por fim, que nos seus objetivos estão, desde o princípio, a ligação à inclusão de mestrados nas produções das suas dissertações, bem como os potenciais doutorandos, como investigadores auxiliares, na realização das suas teses. Contudo, este é um objetivo que urge concretizar.

De notar que o CICEE está inscrito na FCT, mas não foi ainda avaliado, porque a sua criação foi posterior ao ciclo de avaliações da FCT, tendo sido traçada uma estratégia, que deve ser bem acompanhada, para que o centro possa vir a entrar no próximo ciclo de avaliações, esperando que se possam atingir as condições necessárias para uma avaliação de mérito, reconhecendo-se que os passos dados são já relevantes.

### 1.3. O corpo docente

No relatório relativo ao ano precedente introduzimos este ponto através de uma série de considerações que evidenciaram bem as condicionantes, os equívocos e as inconsistências que perturbam, quando não inibem, qualquer estratégia bem estruturada de uma universidade privada para a constituição e manutenção do seu corpo docente. Este conjunto de incertezas e conseqüentes inseguranças reflete-se, também, na própria capacidade de adesão de docentes que não se sentem legitimamente motivados a arriscar uma ligação privilegiada a essas universidades.

É bom recordar que as universidades privadas, em Portugal, nasceram como resposta a um excesso de procura por parte dos estudantes face à deficiente oferta das universidades públicas. Esse “nascimento” fez-se, naturalmente, no campo do corpo docente, em larga escala pela “aquisição” ou “partilha” de docentes universitários das universidades públicas. Como resultado, essas universidades centraram-se, fundamentalmente, nas atividades pedagógicas, sendo a investigação quase inexistente, sem embargo de haver exceções em instituições de ensino superior já previamente existentes a essa “avalanche” das duas últimas décadas do século passado, terem estruturas pedagógicas próprias e mesmo atividades de investigação com algum significado.

No início deste século a situação da relação procura/oferta e uma regulamentação crescente e claramente assimétrica entre público/privado alterou-se radicalmente, pelo aumento claro do número de universidades públicas e pelo nível de oferta de cada uma delas e, fundamentalmente, pelo desenvolvimento do número e das características dos institutos politécnicos. Em contrapartida, a procura não

acompanhou esse aumento da oferta e, tendo em atenção o esforço financeiro pedido aos alunos ser claramente menor no caso das universidades públicas, financiadas pelo Orçamento do Estado, ou seja, pelos impostos dos cidadãos, a capacidade de atração do ensino superior privado diminuiu flagrantemente, até porque a almejada internacionalização estava ainda na “infância”. Isso implicou, naturalmente, um reequacionamento das universidades privadas que, entretanto, na generalidade, não tinham tido o cuidado de criar corpo docente próprio, nem dado qualquer relevância à necessidade de investigação. É também nessa altura que são produzidos diplomas fundamentais para o enquadramento legal do ensino superior com alterações sucessivas até aos dias de hoje, que já foram suficientemente escalpelizadas nos relatórios precedentes, sendo de salientar, em particular, a criação da A3ES, bem como a inesperada e injustificada extensão da FCT no campo da acreditação de ciclos de estudo.

Esta é uma das várias inconsistências do corpo legislativo que perturba, quando não inibe, o traçado de uma estratégia consistente e sustentada das universidades privadas, com peso relevante na criação de um corpo docente próprio, como é naturalmente exigido, tanto mais que a satisfação deste corpo docente é uma condição necessária, embora não suficiente, para acreditação de ciclos de estudo que, por sua vez, são uma peça fundamental da estratégia de qualquer universidade.

Nesta área houve alterações significativas nos últimos anos, coexistindo com a Pandemia que, naturalmente, afetou a concretização de qualquer estratégia, bem como a própria atividade dos docentes.

Essas alterações e as suas consequências sobre a constituição de um corpo docente próprio serão abordadas no capítulo final, numa perspetiva holística, procurando conjugar todos os papéis pedidos aos docentes: ensino, investigação, gestão universitária e serviço à comunidade.

Dessa abordagem emergirão as dificuldades a superar e as barreiras criadas à evolução das carreiras dos docentes, um ponto crucial para a sua ligação à universidade.

Nesta breve introdução não pode deixar de salientar-se, como marco decisivo da inconsistência e inibição da autonomia universitária do ensino superior privado, a falta de concretização do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Privado, já previsto há cerca de 15 anos no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, designadamente nos Artigos 52º (Corpo Docente dos Estabelecimentos de Ensino Superior Privado) em que no nº 1 se assegura uma carreira paralela à do ensino público e no nº 2 “as mesmas habilitações e graus legalmente exigidos para o exercício de funções da categoria respetiva no ensino superior público” e no 53º, que estabelece que o regime do pessoal docente e de investigação das instituições privadas é aprovado por decreto-lei.

O facto é que esse decreto-lei nunca se concretizou e há um vazio que, para além das exigências de igualdade absoluta entre o público e o privado que os artigos acima referidos bem mostram, deixa na incerteza a possibilidade de decidir, sem receio de vir essa decisão a ser infirmada, algo específico no que toca aos docentes das universidades privadas.

É curiosa até a expressão do nº 1 do Artigo 52º que “assegura uma carreira paralela à do ensino público”, em particular o conteúdo das duas palavras por mim sublinhadas.

Uma interpretação possível do “assegura” é o de garantia do tipo dessa carreira que, depois, é afinal descrita no Artigo 52º. Mas “assegura” porque receia que o Ensino Superior Privado não crie, por si, as condições de uma “carreira paralela” à do Ensino superior público ou, pela interpretação “bondosa” do termo, porque assim facilita, o que é verdade, a possibilidade de uma mais fácil transição dos docentes entre os dois tipos de ensino? Atendendo à situação existente na altura da publicação do referido diploma até se entende, dadas as condições existentes nalguns estabelecimentos de Ensino Superior Privado, o receio que atrás é referido. Mas, por outro lado, não seria legítimo haver essa situação indefinida quando as decisões sobre a carreira dos docentes em termos de estabilidade não dependiam das próprias instituições, mas da esperada aprovação do tal decreto-lei que nunca apareceu?

Quanto ao termo “paralela” a confusão é total. Ora, o “Grande Dicionário da Língua Portuguesa” de J. Pedro Machado, da Sociedade da Língua Portuguesa (ed. Amigos do Livro) refere “Paralelo, adj., (do gr. *parállelos* um ao lado do outro, pelo lat. *parallelu*). Diz-se de uma linha em relação a outra quando, existindo no mesmo plano, nunca se encontram por mais que se prolonguem”.

E, se, porventura, quisermos admitir que os dois ensinos não estão no mesmo plano, a definição para planos paralelos é, *mutatis mutandis*, a mesma.

Tendo em atenção que o que até agora está estabelecido é a igualdade (o sublinhado é meu) entre as exigências para a construção das carreiras entre Público e Privado, estando definidas para o Público estão automaticamente definidas para o Privado.

O que é que fica para o Privado? O que a noção de “paralelo” deixar ficar, até que o tal diploma apareça podendo contrariar, ou pôr em causa, as decisões, entretanto assumidas, por não se poder esperar por um diploma que não aparece. Mas faz sentido esse diploma? Será ainda preciso regulamentar ainda mais o Ensino Superior Privado nesta matéria para além, do que já se exige? Não se evidencia nos processos de Avaliação e Acreditação que o “juízo” do funcionamento dos ciclos e da sua acreditação tem, no campo das condições exigidas aos docentes, coincidência entre o Público e o Privado?

No fundo, em termos matemáticos, duas linhas coincidentes são o limite de duas linhas paralelas cuja distância tende para zero. Não estamos já nesse limite?

Será abusar da “autonomia” se ainda restarem para o Ensino Superior Privado as regras, por exemplo, em termos temporais ou de flexibilidade entre as diversas vertentes das competências e atividades dos docentes que, na ausência do diploma referido, naturalmente têm sido concretizadas nos respetivos estatutos?

Se não é, e não é por certo, qual será o conteúdo desse “sebastiânico” diploma? “Desaparecer definitivamente no nevoeiro”?

Este um dos muitos exemplos da inconsistência da legislação existente no ensino superior que prejudica claramente as estratégias universitárias e a definição das carreiras docentes.

E isso é particularmente grave quando se exige, para a acreditação, uma estrutura de carreiras que implica um avanço da situação atual da generalidade das instituições, estando as promoções prejudicadas pelos cumprimentos de regras inconsistentes que vão até ao arrepio dos objetivos expressos no preâmbulo dos diplomas, que são contrariados por artigos ou alíneas que subvertem esses objetivos, de que é exemplo claro o diploma relativo à atribuição do título de “agregado”, que será abordado no capítulo final deste relatório.

Sendo este o quadro em que a UAL vive a que há a acrescentar os efeitos da Pandemia durante o ano letivo de 2020-2021, procurar-se descrever a evolução do corpo docente e das suas atividades, começando pela sua caracterização, passando depois ao modo como os estudantes avaliam a atividade docente e acabando com uma referência específica às atividades de investigação (em complemento do ponto 2 deste relatório inteiramente dedicado a essa atividade) e às outras atividades não docentes, quer as de gestão académica quer as de interligação com a sociedade.

### 1.3.1. Caracterização do corpo docente

Esta caracterização tem por base as informações do Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída, que permite dar uma visão global do corpo docente da UAL, bem como, com maior especificidade, de cada departamento.

A isso acresce a possibilidade de, por vezes, referir algumas características dentro dos cursos de alguns dos departamentos, o que é particularmente significativo, pois, em muitos casos, os docentes afetos a um departamento têm atividade letiva em cursos de outro departamento, dada a existência da desejável interdisciplinaridade.

Como se refere na Introdução deste relatório, o Reitor já dispôs este ano do conjunto de relatórios dos cursos e departamentos que lhe permitem dar notas dessas particularidades, quando adequadamente assinaladas nesses relatórios e cuja oportunidade o justifique.

Assim, começando pela estrutura global do conjunto dos docentes da UAL em 2020-2021, o número total de Docentes foi de 218, repartidos por 3 regimes (Tempo Integral,



Tempo Parcial, Tempo Completo) e algumas situações especiais caracterizadas como “colaboração”. Neste caso essa “colaboração” refere-se apenas a 8 docentes (5,3% do total dos docentes) 50% dos quais no Departamento de Direito.

Há um relativo equilíbrio entre os outros 3 regimes no conjunto da UAL, embora ainda prevaleça o tempo parcial como o de maior peso (35,3%) algo acima do tempo completo (31,2%) e do tempo integral (29,8%).

O número total de docentes (218), consistentemente com uma grande diversidade do número de alunos e de cursos dentro de cada departamento, distribui-se desigualmente entre estes. Assim, o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais incorpora a maior percentagem do total dos docentes (24,3%), sendo Direito o segundo com maior peso (17,0%), cabendo ao Departamento de Relações Internacionais a menor fatia (6,9%). O Departamento de Ciências da Comunicação tem 13,8% e, ainda acima de 10%, há os Departamentos de Arquitetura (10,6%) e Psicologia (10,6%), ao passo que entre os de menor peso, contam-se o Departamento de Engenharias e Ciências da Computação (8,7%) e História (8,3%).

Estes valores escondem, contudo, uma significativa assimetria existente entre os departamentos no que respeita à estrutura dos regimes de contratação. Assim, Relações Internacionais, com o menor número de docentes, é o que tem, claramente, uma maior proporção (60%) de docentes em tempo completo, com Arquitetura a ter, de longe, numa situação que há que ultrapassar com urgência, a menor percentagem (8,7%). Acima da média (31,2%) da UAL, neste regime, estão ainda, e claramente, História (44,4%) e Psicologia (43,5%), com o Departamento de Engenharias e Ciências da Computação (31,6%) praticamente igual à média, tal como, embora ligeiramente abaixo, Ciências Económicas e Empresariais (30,2%). Inferiores claramente à média estão Direito (24,3%) e Ciências da Comunicação (26,7%).

Essa assimetria reflete-se, naturalmente, nos outros dois regimes, com Arquitetura a assumir a maior fatia de tempo integral entre os seus docentes (52,2%) e Relações Internacionais no extremo oposto (12,3%). Acima da média da UAL (29,8%) está

claramente o Departamento de Engenharias e Ciências da Computação (47,4%) e, ainda, História (33,3%).

Bem abaixo da média estão Psicologia (17,4%) e Ciências da Comunicação (20,0%), mas mais próximos da média Ciências Económicas e Empresariais (28,3%) e Direito (29,7%).

Ciências da Comunicação tem a maior percentagem relativa em tempo parcial (50%), havendo nos restantes uma menor dispersão em relação à média (35,3%), praticamente verificada em Direito (35,1%), com Arquitetura (34,2%), Psicologia (34,8%) e, sobretudo, Ciências Económicas e Empresariais (41,5%) com valores superiores à média. Por outro lado, todos os outros se situam entre 21,1% [Engenharias e Ciências da Computação] e 26,7% [Relações Internacionais e História].

Tendo em atenção a relevância do grau de Doutor na carreira docente e acreditação dos diversos ciclos de estudo, embora com exigências diferenciadas, há que referir a existência de 151 doutores (69,3%) no total de docentes.

A maior fatia de doutorados no conjunto da UAL é de Ciências Económicas e Empresariais (24,5%), seguida de Direito (18,5%), em consonância com o facto de serem os dois maiores departamentos da UAL. Acima de 10% estão Ciências da Comunicação (13,9%) e Psicologia (11,9%), com Engenharia e Ciências da Computação (9,9%) e História (9,3%) próximos desse valor, sendo Relações Internacionais (6,6%) e Arquitetura (5,3%) os que apresentam menores valores.

Se esta é a caracterização da divisão dos doutores da UAL pelos diversos departamentos, é relevante não perder de vista o seu peso relativo dentro de cada departamento, verificando-se uma dispersão não muito significativa só contrariada, claramente, por Arquitetura (34,8%) com cerca de metade da média, com Relações Internacionais ainda um pouco abaixo da média (66,7%) e Ciências Económicas e Empresariais (69,8%) e Ciências da Comunicação (70,0%) apenas ligeiramente superiores à média. Os valores mais elevados são de Engenharia e Ciências da Computação (78,9%) e Psicologia (78,3%), com História próxima (79,8%) e Direito ainda com um valor bem acima da média (75,6%).

Qualquer comparação entre departamentos com base nestes valores corre o risco de levar a conclusões erradas, já que esses valores têm que ser vistos tendo em atenção o número de alunos, o número de turmas, em particular quando os cursos têm horários diurnos e pós-laboral, bem como o tipo de ciclo de estudos que incorporam o regime de contratação dos doutores e, não menos relevantemente, os ciclos de estudo de cada departamento, dadas as exigências diferenciadas entre os rácios de doutorados nos 3 ciclos de estudos.

Podem dar-se passos no sentido de uma melhor caracterização, calculando outros indicadores, como o número de docentes (e, neste caso, também de doutorados) por alunos, bem como as repartições dos doutorados pelos regimes de contratação. Esta última já se fez para o conjunto dos docentes, mas continua a haver necessidade de olhar para esses números com cuidado, pois a dimensão das turmas e a óbvia e desejada presença de docentes (incluindo doutores) de um departamento na lecionação de disciplinas de cursos sediados noutros departamentos, perturbam qualquer comparação.

Para além disso, o rigor das pretendidas comparações é ainda prejudicado pela heterogeneidade entre os departamentos relativamente aos cursos e ciclos dentro de cada um deles, bem com, e não com menor relevância, a existência ou ausência de cursos diurnos e pós-laborais.

No seguimento da referência à importância dos doutorados nos processos de acreditação dos ciclos de estudo, há uma exigência que não pode ser esquecida, que tem a ver com a existência de uma carreira em que os doutorados se integrarão, sendo relevante as categorias em que se encontram, impondo-se, inclusivamente, rácios dessas categorias no conjunto do corpo docente, a atingir em prazos não alargados.

Nesse sentido, e não deixando de lembrar a diversidade das situações dos Departamentos, em particular no que toca aos ciclos de estudo neles existentes, há que apresentar a distribuição dos doutorados pelas diferentes categorias, a partir do quadros de docentes apresentado no Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída.

Nesta caracterização deve ter-se em particular atenção as categorias que são tipificadas na definição das carreiras, isto é, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Catedrático, **a que**, quando for o caso, diferenciar com o título de Agregado. Há que distinguir, ainda, os Convidados no conjunto total dos docentes.

Assim, no conjunto dos departamentos, há 13 Professores Catedráticos (6%), a que acrescem 2 Convidados (0,9%). Há 46 Professores Associados (21,1%), a que acresce um Professor Associado com Agregação (0,5%) e 117 Professores Auxiliares (53,7%), a que há a acrescentar 1 Professor Auxiliar com Agregação (0,5%) e 2 Professores Convidados (0,9%), correspondendo a 83,6% do total dos docentes.

Os restantes, fora destas categorias, são convidados, sendo de salientar ainda a existência de 11,9% de Assistentes Convidados.

A leitura destes dados mostra bem que há ainda um caminho a trilhar para se alcançarem os rácios desejáveis, assunto que será também mais aprofundado no capítulo final.

Dentro da mesma preocupação de satisfação das condições regulamentares para acreditação dos ciclos de estudo, há que referir como é que os Doutorados (151) se repartem pelos diferentes regimes de contratação, com 67 (44,4%) em tempo completo, 45 (29,8%) em tempo integral, 36 (23,8) em tempo parcial, salientando-se, ainda, 3 (2%) em colaboração.

Tal como acontece para o conjunto dos docentes, no caso dos doutorados também há claras diferenças entre os departamentos no que toca à distribuição por regimes de contratação. Assim, como situações extremas temos Relações Internacionais, com 90% dos doutorados em tempo completo e Arquitetura com apenas 25% em tempo completo. Acima da média (44,4%), estão História (57,1%) e Psicologia (55,6%), estando todos os outros abaixo dessa média, sendo particularmente baixo Direito (32,1%).

Já no regime de tempo integral, a maior taxa é em Arquitetura (50%), sendo ainda claramente superior à média Direito (39,2%) e Ciências Económicas e Empresariais (37,8%).

No que toca ao regime de tempo parcial, há que pôr em evidência Ciências da Comunicação (47,6%), o dobro da média da universidade, sendo ainda muito significativa a presença deste regime em Direito (28,6%) e Psicologia (27,8%).

Finalmente, no que respeita às categorias, há que referir, uma vez mais, que há uma distribuição heterogénea entre os departamentos.

Assim, em 3 dos 8 departamentos, não há qualquer Professor Catedrático, concentrando Direito (5) e História cerca de dois terços do total. Como é evidente, as exigências futuras dos processos de acreditação impõem aqui uma atenção especial, apesar de, atualmente, os rácios propostos se referirem usualmente ao conjunto de catedráticos e associados. Quanto a estes últimos, há docentes em todos os departamentos (total de 46), mas também com grande assimetria interdepartamental, com Direito a concentrar cerca de um terço (15) dos docentes nesta categoria.

Esta posição específica de Direito foi, também, resultado de um concurso aberto ao exterior para contratação de docentes nessa categoria, que ocorreu no ano letivo precedente.

A situação mais preocupante é a de Engenharia e Ciências da Computação, com apenas um docente nesta categoria.

A UAL tem feito esforços no sentido de proporcionar a promoção dos docentes, mas há dificuldades na formação de júris, na medida em que o regulamento em vigor exige a presença exclusiva de membros com categoria superior à de Associado, o que diminui fortemente as possibilidades de escolha e de disponibilidade.

Finalmente, no que diz respeito na Professores Auxiliares (um total de 117), estão, naturalmente, presentes em todos os departamentos, sendo Ciências Económicas e Empresariais (28,2%) o departamento com maior número.

Estes dados mostram, claramente, uma necessidade de atuação estratégica de forma a ter um corpo docente mais equilibrado em todos os departamentos.

Já foi referida a dificuldade de construção de júris adequados, mas há que não esquecer, e esta não é questão menor, que para haver candidatos elegíveis é

fundamental o preenchimento de condições que exigem, designadamente, nas áreas de investigação, passos relevantes que têm de ser dados, quer institucionalmente, quer individualmente, assunto que será retomado no capítulo final do relatório.

Com os cuidados já assinalados relativos às comparações entre departamentos e cursos em relação aos docentes, procurou-se fazer um conjunto de avaliações de correlação envolvendo os docentes doutorados, designadamente os docentes em tempo integral, e suas relações com o número de estudantes e o número total de docentes, distribuídos pelos diversos departamentos. Os resultados principais apontam para:

- i) Uma forte correlação entre o número de doutorados e o número de docentes por departamento (0,938);
- ii) O valor da correlação diminui para o caso da relação entre docentes em tempo integral e doutorados em tempo integral (0,849), o que evidencia já alguma diferença mais sensível entre a ligação dos doutorados de um departamento à UAL;
- iii) Menor correlação, ainda, foi observada (0,745) entre o número de docentes e o número de docentes em tempo integral, traduzindo afinal a já salientada presença de vários docentes em tempo parcial, com diferentes afetações entre departamentos;
- iv) Esta participação dos docentes em tempo parcial assimetricamente distribuídos entre os vários departamentos é ainda visível no coeficiente de correlação (0,658) entre a percentagem de docentes em tempo integral e a percentagem de doutorados em tempo integral (percentagem calculada em relação ao número total de docente de cada departamento);
- v) Quando se passa às relações entre docentes e estudantes de cada departamento, os resultados são algo diferenciados. Assim:
  - a) A correlação mais significativa (0,826) é a existente entre o número de estudantes e o número de estudantes/docentes por departamento, evidenciando o esperado aumento do número de estudantes por docente em cursos com maior número, dada a indivisibilidade criada pelo

número de disciplinas, que só pode ser atenuado pelo número de turmas e consequente aumento de docentes;

- b) Também se verifica uma correlação interessante (0,800) entre o número de estudantes e o número de doutorados por departamento, como aliás seria de esperar dadas as correlações já atrás apresentadas;
- c) Em contrapartida, e traduzindo bem as diferenças entre a situação dos diferentes departamentos no que toca às condições contratuais dos seus docentes, o coeficiente de correlação entre a percentagem de doutorados em tempo integral e o coeficiente de doutorados em tempo integral por aluno é de (0,402);
- d) Finalmente, o resultado mais singular, com um coeficiente de correlação praticamente nulo, embora ligeiramente negativo (-0,028) verificou-se entre o número de estudantes de cada departamento e o seu coeficiente pelo número de doutorados em tempo integral que, de algum modo, mitiga os eventuais efeitos identificados em i e ii).

Estes resultados estatísticos vêm confirmar as observações que foram feitas ao longo deste ponto do relatório, ratificando, afinal, os “pontos de esforço” a que há que dar atenção e solução em ordem a proporcionar uma melhor qualidade na relação docente/estudante e, também, na transformação do corpo docente em ordem a cumprir os rácios cada vez mais exigentes impostos pelo sistema de acreditação dos cursos.

### 1.3.2 Avaliação dos docentes

A avaliação dos docentes é sempre um problema de difícil resolução, pela subjetividade, que não é alienável, e pelo constante, e nem sempre bem fundado argumento, dos critérios métricos usados nas diversas avaliações. A contestação é contínua fundamentalmente porque é maior a preocupação pelas consequências pessoais dessa avaliação do que pelo não reconhecimento da sua utilidade, se feita em moldes sérios e, sobretudo, transparentes e participados.

Entende o Reitor que o seu relatório neste campo tem como objetivo apenas e só a melhoria do processo pedagógico com tudo o que isso envolve e não qualquer objetivo de qualificação ou desqualificação específica de qualquer docente.

Em princípio haveria três “peças” fundamentais que o Reitor poderia usar em conjunto para esta avaliação: os inquéritos aos estudantes, os inquéritos de satisfação dos docentes e as avaliações dos próprios docentes. Só que este último, por certo o mais controverso, ainda não ficou completamente operacionalizado no ano letivo de 2020/2021, dadas as reconhecidas dificuldades de aplicação do regulamento existente. Foram, no entanto, dados passos significativos no sentido da sua aplicação, aliás imprescindível para a acreditação institucional da Universidade.

Centrar-nos-emos, pois, nos Inquéritos aos Estudantes, dando depois nota da visão dos docentes relativamente ao modo como avaliam as condições em que exercem a docência na UAL.

A experiência acumulada de anos de realização e de melhoria deste tipo de inquéritos confere a esta avaliação dos estudantes um significativo valor, até pela consistência que têm demonstrado, com dois sinais que consideramos de relevância para essa significância: os estudantes avaliam as unidades letivas e, sobretudo os docentes, em termos gerais, com melhores níveis do que se autoavaliam a eles mesmos; por outro lado, é crescente número de estudantes que faz observações qualitativas, que são opcionais, não sendo irrelevante o número de apreciações positivas e até de louvor, o que, obviamente, confere credibilidade aos comentários apresentados.

Uma primeira avaliação dos resultados globais dos inquéritos relativos aos dois semestres do ano letivo 2020/2021 ratifica, inteiramente, esta experiência. De facto, tendo os dois semestres sido integralmente vividos no contexto da Pandemia, mas com manifestas diferenças de alteração das perturbações durante o ano letivo, os resultados globais dos dois semestres são praticamente idênticos. E isso é tanto mais curioso quanto é certo que as taxas de resposta entre os dois semestres foram muito diferentes: 25,1% no 1º semestre e apenas 11,6% no 2º semestre.



É óbvio que estas taxas estão longe de corresponder a um desejável nível de participação dos estudantes, em particular a ocorrida no 2º semestre. Isto apesar de todos os esforços e persistência do Gabinete da Qualidade, a quem muito se deve aquilo que, apesar de tudo, é conseguido.

Mesmo com estas taxas, não pode deixar de se referir que se duas “amostras”, tão diferentes em dimensão, conduzem aos mesmos resultados, estes merecem que lhes seja conferida alguma credibilidade e, por isso, devem ser tidos em conta na avaliação dos docentes, dos estudantes e das condições de funcionamento da UAL.

E se assim é, o Reitor não pode senão regozijar-se com os resultados obtidos que significam que é legítima a hipótese de que os estudantes da UAL consideram muito meritório quer o nível dos docentes, quer o interesse das unidades curriculares, quer ainda as condições de funcionamento dos cursos, para além da sua própria “performance”. Assim, na escala 1 a 5, a moda de todos os itens relativos à caracterização e funcionamento das unidades curriculares foi 5 e as médias foram sempre ligeiramente superiores a 4, com a exceção do que se refere ao cumprimento integral dos programas que ultrapassou os 4,5.

No que diz respeito à avaliação dos vários itens relativos à caracterização dos docentes e ao modo de funcionamento das aulas, também a moda foi 5 em todos eles e as médias superaram sempre o 4, com relevo para a assiduidade e pontualidade e para o reconhecimento do domínio das matérias lecionadas pelos docentes.

Este conjunto de valorizações não pode deixar de evidenciar que, pelo menos, o nível pedagógico, o nível dos cursos e a qualidade dos docentes satisfaz quase plenamente as expectativas dos estudantes que responderam aos inquéritos.

Confirma-se, pois, a legitimação da hipótese de que, pelo menos no conceito dos estudantes que frequentam a UAL, o processo ensino/aprendizagem tem uma qualidade que responde às suas expectativas. Ao escrever o “processo ensino/aprendizagem” engloba-se também a autoavaliação dos estudantes e as condições de funcionamento dos cursos.

No que respeita aos estudantes, como já foi referido, essa autoavaliação é inferior à avaliação que fazem dos seus docentes e das disciplinas que frequentam. Só que, sendo inferiores, continuam a ter valores significativos. De facto, nos 8 pontos de autoavaliação dos estudantes, 4 deles têm uma moda de 5 (assistir regularmente às aulas, participar em discussões de trabalhos de grupo fora das sessões e contacto, fácil adaptação ao ensino remoto, facilidade de acesso à bibliografia e material pedagógico necessários às unidades curriculares) e as outras 4 (manter uma atitude atenta e participativa nas sessões de contacto remoto, preparação, investigação e consulta da bibliografia sobre a matéria, gerir o tempo de forma eficaz durante o semestre e autoapreciação global) uma moda de 4.

Contudo, as médias foram, também, todas iguais ou superiores a 4, com relevo para a assiduidade, muito semelhante à que os estudantes atribuíram aos seus docentes, um sinal de aulas verdadeiramente participadas, pelo menos pelos estudantes que responderam aos inquéritos.

Por outro lado, também as rúbricas que caracterizam as infraestruturas e serviços de apoio ao ensino, têm todas a moda de 5 (exceto a qualidade das instalações que no 2º semestre teve moda de 4), com médias sempre não inferiores a 4.

Não pode deixar de se salientar que a maior média diz respeito ao “acesso, uso e conteúdos de e-learning”, bem como, ainda que em menor grau, “funcionamento das plataformas de apoio ao ensino remoto”.

Estes são sinais muito positivos no que toca ao modo como a UAL se adaptou às exigências impostas pela Pandemia, ao mesmo tempo que se abrem caminhos de futuro para uma potencial flexibilização dos métodos e dos meios pedagógicos.

Assim é possível concluir que, na opinião dos estudantes que responderam ao inquérito, o processo ensino/aprendizagem (note-se que também foi reconhecido pelos estudantes que os docentes evidenciaram não só cuidado na preparação das sessões de contacto, mas também que essas sessões foram adaptadas pelos docentes ao contexto do ensino de contacto remoto) atingiu apreciável qualidade, ultrapassando as dificuldades que a Pandemia criou.

Naturalmente, estes resultados gerais não podem obnubilar algumas diferenças assinaláveis entre os departamentos, dentro dos próprios departamentos tendo em atenção os diversos cursos e ciclos de estudos e também entre os dois turnos em que alguns dos ciclos de estudo funcionam, o diurno e o pós-laboral.

Além destas diferenças vale a pena salientar, desde já, que no caso dos docentes há, nalguns casos, diferenças significativas de apreciação quando os docentes lecionam cadeiras diferentes.

Esta síntese inicial de resultados vem na sequência de uma leitura extensa dos inquéritos dos estudantes relativos à sua apreciação dos docentes e das disciplinas que frequentam, e que devem constituir matéria de reflexão pessoal por parte de todos, e cada um, dos docentes, bem como dos diretores dos departamentos no sentido de correção e melhorias, quiçá mesmo de decisões que levem a mudanças que a observação continuada dos comportamentos pode, e deve, justificar.

Parece óbvio, contudo, que todas estas reflexões só têm validade perante um conjunto bem representativo de respostas aos inquéritos por parte dos estudantes, o que não foi assegurado no caso do ano letivo 2020/2021, em particular no segundo semestre, onde, globalmente, o número de respostas foi francamente insuficiente.

Para além do número global de respostas ter sido insuficiente, nota-se que, em certos casos, designadamente nalgumas disciplinas, o número de respostas relativas a um dado docente é tão baixo que não há condições para poder tirar qualquer conclusão ou mesmo hipóteses de avaliação, já que, num número não irrelevante de vezes, se tem apenas a opinião de um só estudante, ou de um ou dois, mesmo em disciplinas com um número de inscritos já apreciável.

Não tem o Reitor qualquer dúvida, e a preocupação e o tempo que dedica à análise dos dados fornecidos pelos inquéritos são prova disso, que as indicações fornecidas pelos inquéritos são potencialmente relevantes para obtenção de melhorias pedagógicas e de governação dos próprios cursos e departamentos.

Mas tal só pode ser conseguido com um processo de preenchimento de inquéritos que garanta uma representatividade estatística que permita um mínimo de confiança nas induções que se façam a partir dos resultados dos inquéritos.

Neste contexto, todas as notas que se apresentarão a seguir serão, em muitos casos, observações de dados e não induções de comportamentos, sem embargo de, nalguns casos, nomeadamente em disciplinas do primeiro semestre, haver casos em que algumas induções já terão um mínimo de legitimidade, o que será enfatizado no próprio texto.

Assim, as situações com maior significado estatístico serão, naturalmente, encontradas nos inquéritos relativos ao primeiro semestre, já que os do segundo semestre tiveram, como já foi salientado, uma expressão demasiado reduzida. Contudo, em termos globais, não pode deixar de ser observado que as tendências de avaliação aí expressas estão em linha com os resultados mais significativos obtidos para o primeiro semestre.

Centrando, pois, as observações mais específicas nos resultados do primeiro semestre, não pode deixar de se dar nota da dispersão de percentagem de respostas dentro dos vários cursos e departamentos, com Arquitetura a ocupar uma posição não aceitável, ao nível, aliás, das percentagens obtidas no segundo semestre, pouco superior a 10%, o que, obviamente, invalida a formulação de qualquer hipótese de explicação com um mínimo de consistência estatística. É uma situação que tem de ser ultrapassada sem qualquer atenuante se assim não acontecer.

Preocupante é também o facto de os cursos de menor dimensão terem não só, como é óbvio, menor número de respostas, como menor nível de percentagens, com muitos casos abaixo da média do próprio semestre, com a exceção saliente do curso pós-laboral de Gestão do Desporto, em que houve uma percentagem muito significativa de 72,9% de respostas.

Aliás, com grande generalidade, as percentagens de respostas aos inquéritos nos cursos pós-laborais foram superiores ao dos diurnos, podendo ser relevante

encontrar uma explicação para este facto, no sentido de melhorar a participação dos estudantes.

De referir, ainda, uma situação muito assimétrica nos inquéritos aos cursos de mestrado, alguns mesmo sem que conste qualquer referência, como é o caso do Mestrado de Gestão, não havendo, pois, na generalidade, condições para uma avaliação minimamente consistente da posição dos estudantes face ao funcionamento desses cursos, nalguns departamentos.

Ainda em termos do preenchimento dos inquéritos é de salientar a presença em todos eles de quadros em que se procura referir as indicações de melhorias suscitadas por inquéritos anteriores, com prazos para a sua concretização mas sem referências específicas à sua real concretização, o que não permite, obviamente, avaliar o efeito real destas ações.

A leitura pormenorizada de todos os relatórios de avaliação, designadamente os relatórios ao primeiro semestre, constitui, apesar dos cuidados a ter com a já assinalada falta de representatividade adequada de muitas das respostas agregadas, um importante meio de acompanhamento por parte dos diretores dos departamentos dos problemas das disciplinas e do comportamento pedagógico do processo ensino/aprendizagem.

O Reitor, sem querer entrar em pormenor na identificação de situações específicas, eventualmente preocupantes, não pode deixar de dar algumas pistas com algum alcance geral para a avaliação desse comportamento pedagógico.

O método que seguiu, obviamente simplificado e visando principalmente um objetivo geral e não de individualização de casos, quer de disciplinas, quer de docentes (objetivo que deixa a cargo dos diretores de departamento), assentou nos seguintes pressupostos:

- i) Sendo a média e a moda da generalidade das avaliações dos docentes acima de 4 numa escala de 5, valores de moda iguais ou inferiores a 3, em qualquer dos itens observados são, em princípio, indicação de uma “performance” menos aceitável, mesmo em termos relativos, com as modas de 2 e, particularmente,

de 1, particularmente preocupantes. Em consequência, houve a preocupação de detetar todos os docentes que tivessem, pelo menos, uma notação igual ou menor que 3 em qualquer dos itens observados. Contudo, não se deu relevância no caso de aparecer exclusivamente uma notação desse tipo para o caso do nível de exigência de avaliação, por essa indicação estar condicionada por situações quer dos estudantes, quer dos docentes, quer ainda, de natureza diversa das disciplinas, que podem suprir uma valoração completamente distorcida dessa notação.

- ii) Enquadramento estatístico dessas notações, desvalorizando-as nos casos (e são muitos) em que o número absoluto ou relativo de respostas a essa situação específica é muito reduzido.
- iii) Comparar as notações relativas a cada docente em que as notações menos positivas sejam identificadas nas diversas disciplinas que lecionou, tendo em atenção o turno do curso e o respetivo departamento

Deste “exercício” extraíram-se as seguintes observações (não são conclusões pelos motivos já mais que enfatizados) que parece útil seguir com atenção:

- a) O número de casos com prevalência de 2 e 1 é, como era esperado, muito reduzido, traduzindo situações preocupantes que não podem ser ignoradas e que têm de ser adequadamente tratadas.
- b) Contudo, quer no tipo de casos referido em a), quer nas situações mais específicas de uma notação menos positiva num ou mais itens de avaliação, há que ter em conta a eventual (e, aliás, comum) variação entre as diversas disciplinas ou turnos em que o docente leciona.
- c) Embora as disciplinas tenham também habitualmente notações elevadas, há um ou outro caso, poucos, mas, por isso mesmo, significativos, uma avaliação muito negativa, que não pode deixar de ser devidamente atendida, em particular, quando tal acontece em simultâneo, o que nem sempre acontece, com uma não positiva avaliação do docente que a leciona.
- d) Há um conjunto de situações em número já não negligenciável, em que os docentes têm uma notação excelente em assiduidade/pontualidade, bem como

em evidência de bons conhecimentos, mas notações menos positivas nos outros critérios, salientando-se, em particular, a “disponibilidade” e “comunicação” (algo a que os estudantes dão particular atenção), bem como o “cuidado com a preparação das aulas”, temas que, em termos pedagógicos, não podem “passar em claro”. Em sentido contrário, mas com um número de casos menor, há referências de “menor nível de conhecimentos”, coexistindo com excelente na assiduidade, na comunicação e na disponibilidade.

- e) Importa relevar que o que é descrito em d) ocorre, por vezes, para um docente num turno diurno, mas não no pós-laboral e vice-versa, notando-se em especial o que respeita ao critério da “disponibilidade”.
- f) Devem merecer particular atenção as situações, e não são casos singulares, em que as notações atribuídas a um docente, numa disciplina, são bem diferentes das que são atribuídas noutra disciplina lecionada no mesmo curso ou em cursos do mesmo departamento. Isto pode indiciar, mais que uma falha do docente, uma inadequação da atribuição do serviço docente dentro do curso ou do departamento, que deve ser corrigida.
- g) Por último, mas não menos relevantemente pela procura de cooperação interdepartamental que sempre deve ser incentivada, evidenciam-se situações em que as notações dos docentes na ou nas disciplinas do seu próprio departamento são bem diferentes das atribuídas nas disciplinas afins que o docente leciona noutros departamentos em que colabora. O mais interessante é que a divergência de notações tanto é favorável à situação das disciplinas do seu próprio departamento, como às disciplinas do departamento ao qual presta colaboração. Isto significa que tem de haver particular cuidado com a afetação dos docentes entre os departamentos e à necessidade de os docentes se adaptarem e prepararem os seus cursos tendo em atenção as características dos estudantes a quem se dirigem. Não sendo assim, incentiva-se a tendência de os diretores dos departamentos pressionarem a escolha por si de todos os docentes das disciplinas lecionadas no seu departamento, ao arrepio dos objetivos de uma universidade onde a cooperação interdepartamental, um

ponto nevrálgico para dar o passo para a interdisciplinaridade, tem de ser incentivada.

Por último, uma breve referência aos resultados do Inquérito de Satisfação dos Docentes e Investigadores, cobrindo opiniões e sugestões sobre as condições de docência, as condições de investigação e as condições para o desenvolvimento profissional e pessoal, designadamente sobre necessidades de formação.

Responderam ao inquérito validamente 96 docentes/investigadores, representando uma percentagem de 46% dos potenciais 208 inquiridos.

Não deixa de ser curioso salientar que, tendo o período para responder ao inquérito sido de cerca de um mês (de 28-06-2021 a 26-07-2021), cerca de 80% se tenham concentrado entre os dias 4 e 8 de julho, o que evidencia que a percentagem de respostas poderia e deveria ter sido bem maior.

Relativamente ao tipo de ligação à UAL, só 3 não são de docentes da UAL, caindo, provavelmente, na categoria de investigadores. O número destes (76) (só 20 responderam não à qualidade de investigador), dos quais 61 se declaram investigadores na UAL, não pode deixar de criar perplexidades face à quantidade e qualidade da investigação produzida na UAL, a avaliar pelos dados já atrás apresentados.

Acresce que, no que diz respeito às condições de investigação na UAL, há uma percentagem de cerca de 36% de respostas que consideram que as condições de trabalho para investigação são fracas ou más (pontuações de 1 a 3, na escala de 1 a 5), mas cerca de 47% atribuem 4 (a moda da distribuição) e 17% a classificação máxima (5).

A distribuição de classificações no que respeita à disponibilidade de ferramentas para a investigação tem um andamento próximo, mas menos favorável, já que as classificações de 1 a 3 aumentam para 42%, conquanto a classificação máxima (5) tenha subido para 26%.

Noutro plano, as respostas valorizam bem o apoio do GAID (cerca de 80% de classificações de 4 e 5, sendo esta última a moda da distribuição).



A conjugação destes resultados parece sugerir que, embora haja ainda que melhorar nas condições de investigação, há passos dados que justificariam, porventura, outra “performance” na investigação, não podendo deixar de salientar, face aos casos de insatisfação manifestados, o facto de 10 docentes terem respondido à questão “Sente necessidade de outras ferramentas/recursos para investigação” e só 5 terem feito “comentários ou sugestões de melhoria”.

Numa questão genérica sobre internacionalização, ligeiramente menos de metade de respostas assinalaram o “Sim”, o que não pode deixar de ser preocupante. O mesmo acontece, ainda com maior intensidade, no campo da “disseminação de conhecimentos”, sendo que esta tem maior presença “Noutros locais” que “na UAL”.

No campo das participações em eventos académicos, surge uma ligeira melhoria com cerca de 55% a referirem a sua participação como oradores em eventos científicos internacionais, com uma percentagem próxima, embora ligeiramente superior (60%), no caso de eventos nacionais.

Já no campo das publicações, 50% referem publicações de artigos sem indexação e cerca de 46% com indexação. Em contrapartida, a presença em atas é algo reduzido face às participações referenciadas, bem como a produção de livros, enquanto no que toca a capítulos de livros a presença sobe para cerca de 48%.

Embora estes resultados sejam algo diferentes dos atrás apresentados baseados nas respostas dos docentes ao inquérito (as amostras não são iguais), em termos gerais a imagem da “performance” dos docentes no campo da investigação é semelhante e confirmam-se as observações feitas a este propósito.

No campo da docência confirmam-se os resultados dos inquéritos aos estudantes (quase 60% dão a classificação máxima de 5 e só 4 docentes dão a classificação de 3), com resultados praticamente iguais no apoio aos estudantes fora das horas de docência.

A situação não é muito diferente no que respeita à avaliação, embora apareçam 2 respostas, quer na Avaliação Final, quer na Avaliação Contínua, com classificação de 2.

Por outro lado, no que toca às condições de funcionamento, confirmam-se, de novo, os resultados dos inquéritos aos estudantes, com a avaliação muito positiva da publicação dos Sumários (cerca de 70% com a classificação de 5), tendo a avaliação das salas uma valorização um pouco menor, já que a moda é o 4, e há 11 classificações de 1 a 3.

Tal não se verifica quando se aborda o problema das salas para a realização das avaliações, voltando a moda a ser 5 e diminuindo as avaliações menos favoráveis.

Já no que toca à ligação à Biblioteca, os resultados são mistos, pois se valoriza muito positivamente (a moda é 5) o Apoio aos Utilizadores e aos Investigadores, bem como os Empréstimos e a Formação de Utilizadores, embora nestes dois últimos casos o número de respostas válidas caia, significativamente, para menos de metade. Assim, mais de metade considera N/A (não aplicável) o que sugere uma indiferença face a estas atividades.

A situação é menos satisfatória no uso da Biblioteca, já que aparecem 31 (para 25 que consideram N/A) que dão baixas classificações ao seu uso, embora a recomendem aos seus estudantes.

Também o apoio da Secretaria e o Serviços de Apoio aos Departamentos são muito bem avaliados, confirmando-se, afinal, que no campo da docência, sem embargo das necessárias e contínuas melhorias, a situação é favorável, bastante melhor que na Investigação.

Contudo, a parte final do inquérito traz algumas perplexidades e preocupações quanto ao aspeto da necessidade de melhoria contínua.

Começando pelas questões relativas à satisfação com a carreira docente e às perspetivas de evolução, embora a maioria se situe nas valorizações de 4 e 5, não se pode ignorar que cerca de um terço dá valorizações inferiores, aparecendo mesmo cerca de 13% de “1”, o que não pode ser ignorado.

E quando, finalmente, se pede a identificação de áreas com necessidade de formação/acompanhamento, quer em pedagogia/termos pedagógicos, quer na tutoria

pedagógica, há uma grande dispersão de resultados, sendo a moda “1”, o que preocupa numa altura de perspetiva de profundas alterações no campo pedagógico.

Entendido o inquérito como autoavaliação dos docentes relativo à necessidade de avaliação de áreas com necessidades de formação/acompanhamento, a escala pode dar origem a equívocos. Assim, a classificação de “1” significa que o docente entende não precisar de formação/acompanhamento nas áreas em questão, o que pode significar quer um bom e atualizado conhecimento, quer alguma facilitação na necessidade do contínuo desenvolvimento das competências.

De um modo ou outro, não há dúvida de que os resultados apresentados evidenciam clara necessidade de formação/acompanhamento nas várias áreas aí descritas, desde a assunção de participação ativa no Sistema de Gestão da Qualidade da UAL, até ao uso das várias ferramentas informáticas disponíveis (Office, Estatísticas, SIGES/Secretaria Virtual, e-Learning-Moodle), bem como para o eficiente uso de equipamentos eletrónicos em sala de aula e na ferramenta de apoio à investigação (pesquisa bibliográfica, consulta e acesso a publicações académicas, preenchimento de CV, publicação em “open access”, depósito no Repositório “Camões”, candidaturas à investigação competitiva e angariação e financiamento de contratos de investigação aplicada).

Estas últimas fragilidades são consistentes e evidenciam o ainda frágil nível de investigação na UAL.

### **1.3.3. Atividades de investigação e outras não docentes**

Como é evidente o registo das atividades dos docentes para além das atividades pedagógicas é crucial para a caracterização da sua inserção na universidade, tendo em atenção os vários tipos de atividades que um docente universitário deve desempenhar.

A recolha dessa informação não é fácil e exige a integral cooperação dos docentes, procurando que o sistema de recolha dessas informações seja o mais simples possível, evitando duplicações que são sempre um inaceitável esforço extra dos docentes. Ao longo dos anos, e no contexto do Relatório do Reitor, tem havido a

preocupação de aceder a todas as fontes disponíveis, evitando sobrecarregar os docentes com informações já disponíveis na universidade. É neste contexto que o Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações, que em anos precedentes era integralmente preenchido pelos docentes, este ano, na continuidade do ano anterior, apenas solicitou aos docentes informações que não estavam disponíveis, designadamente a participação em júris de mestrados e doutoramentos fora da UAL, indicando a condição em que participou e a participação em órgãos da UAL.

O Anexo 10, que serve de base às reflexões que se seguem, é devido à colaboração do GAID e, sobretudo à recolha e integração do conjunto de informações que a Anabela Cunha, como sempre, realizou. Essas reflexões socorrer-se-ão, sempre que tal se justifique, dos conteúdos dos relatórios que os Coordenadores de Curso apresentaram.

A primeira nota a reter é a relativamente fraca participação dos docentes no conjunto dessas atividades, pelo menos tanto quanto as informações recolhidas permitem concluir. Aliás, não deixa de ser exetável este resultado, tendo em atenção a percentagem de docentes que limitam as suas participações à lecionação, particularmente os que estão em tempo parcial. No entanto, há que salientar que há docentes em tempo parcial que evidenciam outras atividades e docentes noutros regimes que as não evidenciam. Ou não as realizaram, o que é preocupante, ou não as comunicaram, o que é inaceitável.

Assim, a percentagem de docentes que deram informações nesta área foi de 53,7% no conjunto de todos os departamentos da UAL, havendo, contudo, uma assimetria importante entre os diversos departamentos, sendo de destacar pela negativa o Departamento de Ciências da Comunicação, apenas com 23,3% de respostas e pela positiva o de Relações Internacionais, com 86,7% de respostas. Claramente abaixo da média situaram-se Ciências Económicas e Empresariais (43,4%) e Arquitetura (47,5%), Com História, Artes e Humanidades (77,8%) e Direito (73%) bem acima da média e Engenharia e Ciências da Computação (52,6%) e Psicologia (56,5%) em torno da média geral.

Uma outra característica que os dados revelam em termos globais é a concentração de alguns tipos de atividades em relativamente poucos docentes, sendo, naturalmente, o número de participações apresentadas bem diferentes do número de docentes que responderam, além de também haver significativas diferenças entre as participações nas diversas atividades que constam do Anexo 10.

Nestas últimas é altamente preocupante que só um docente de Relações Internacionais tenha apresentado participações (4) em cursos da Autónoma Academy, estando ausentes todos os outros departamentos.

Tendo em atenção o papel estratégico que a ligação da Autónoma Academy pode representar para a UAL e, também, para os seus docentes, ou houve uma clara falta de comunicação ou, e é o mais provável, terá de haver uma reflexão sobre o modo como está a funcionar esta ligação.

A maior percentagem da média de participações por docente é a do número de publicações, aliás, a rubrica também com maior número de docentes presentes (65), com 7,1 publicações por docente que informou ter participação nessa rubrica. Ainda aí, e globalmente, há que assinalar a posição cimeira do Departamento de História, Artes e Humanidades com 30,8% do conjunto de todas as publicações reportadas e também com o maior número (12) (dois terços de todos os que nesse departamento comunicaram atividades) de docentes nesta rubrica. Esses dados correspondem a uma média de 11,8 participações por docentes que apresentaram publicações, quase dupla da verificada para o conjunto de todos os departamentos.

Note-se, desde já, embora o assunto venha a ser tratado com maior pormenor mais adiante, que os tipos de publicações referidos pelos docentes são muito diferenciados, impondo-se, por isso, uma avaliação mais cuidada, tendo em atenção a qualidade da publicação, bem como a área disciplinar em que se insere.

Assinalam-se, entretanto, as baixas participações de respostas neste ponto do Departamento de Direito (só um terço dos que responderam ao inquérito e, portanto, menos de 20% do total de docentes do departamento) e ainda de Ciência Económicas

e Empresariais (47,8% dos que responderam ao inquérito e, portanto, apenas cerca de um quarto do total).

A média para o conjunto das respostas ao inquérito é apenas de 54,2% (pouco mais de metade e, portanto, da ordem de 25% do total dos docentes) e abaixo dessa média, embora perto, estão Arquitetura (50%) e Engenharia e Ciências da Computação (50%), sendo História, Artes e Humanidades e Ciências da Comunicação os que, claramente, se distinguem (85,7% cada).

Também há uma grande dispersão do número de publicações entre os diversos departamentos, bem como entre os docentes que responderam.

A maior média de publicações por docente que respondeu ao inquérito foi a de História, Artes e Humanidades (10,1 publicações por docente), sendo a média global de 3,9. Acima dessa média ficaram Ciências da Comunicação (4,7) e Relações Internacionais (4,5), com Arquitetura (4,0) e Psicologia (3,8) perto da média.

O resultado mais baixo foi o de Engenharia e de Ciências da Computação (0,52), sendo também muito baixos os observados em Direito (1,26) e Ciências Económicas e Empresariais (1,96).

A situação altera-se, significativamente, quando nos centramos na distribuição da média das publicações por docente, calculada só no grupo dos que, dentro de cada departamento, referiram ter publicado. Aí passa a ocupar o primeiro lugar o Departamento de Ciências da Comunicação com 13,3 publicações seguido, naturalmente, de História, Artes e Humanidades com os 11,8, já referidos, ambos claramente acima da média (6,7). Acima desta média surge Arquitetura (8) e próximo dela, como era de esperar, Psicologia e Relações Internacionais (ambos com 6,1). Os departamentos com resultados mais baixos vêm as suas médias subir bastante (mais que duplicam), mas mantendo, mesmo assim, valores bem abaixo da média, com Engenharia e Ciências da Computação com o valor mais baixo (1,2), Direito (3,8) e Ciências Económicas e Empresariais (4,1).

Estes resultados refletem tanto uma diversidade de atividades de publicação entre os diversos departamentos, como as atitudes dos docentes quer na decisão de

preencher, quer naquilo que consideram como publicações. Isso é bem visível no conteúdo do Anexo 10 e bem ratificado pela leitura dos relatórios dos coordenadores dos diversos cursos, naturalmente com maior expressão nas áreas de mestrados e doutoramentos.

A consulta desses relatórios para avaliação deste ponto específico, nasceu da estranheza dos valores indicados como publicações no departamento de Engenharia e Ciências da Computação, por não corresponderem à imagem e à experiência que o Reitor tem da observação do funcionamento desse departamento. E se é certo que, como é de esperar, o ponto da investigação é menos “visitado” pelos coordenadores de curso, mais empenhados no funcionamento letivo e pedagógico, particularmente nas licenciaturas, no caso do departamento referido há um capítulo final relevante, assumindo pelo respetivo diretor, dedicado à “Análise do corpo docente e da produção científica” que ratifica as impressões do Reitor e que mostra claramente que os “indicadores” usados no Anexo 10, resultam da heterogeneidade de posições assumidas pelos docentes nas respostas do questionário. Assim, no ponto referido como “Síntese numérica de publicações do corpo docente” e em consonância com o relevo dado á criação do Autónoma TechLab – Centro de Investigação em Tecnologias, há um quadro sumário que indica como publicações 1 capítulo de livro, 14 artigos e 17 “papers, posters e demos” num total de 32 publicações (se usarmos o critério mais geral usado pelos docentes no preenchimento do questionário e, mesmo assim, omitindo indicações que, por certo, também existem neste departamento), ou seja, o número indicado é pouco mais de um terço desta indicação do relatório. Se a isto acrescentarmos que os artigos indicados são apenas os relativos às publicações em revistas internacionais com revisão por pares, teremos explicada a razão da nossa estranheza, para concluir que não é este departamento que, por certo, está numa situação de nível de investigação induzida pelos dados do Anexo 10.

Já atrás foi referido o cuidado a ter com a avaliação dos dados que estão disponibilizados para a análise da atividade de investigação na UAL, que tendo dado passos que não podem ser ignorados, está ainda longe e, sobretudo, muito

heterogeneamente distribuída pelos diversos departamentos e, sobretudo, pelo papel que cada docente assume nesta área.

Mesmo assim, o Reitor não foge a analisar este sincretismo de tipologias de informação e de classificação implícita de “investigação” para poder fazer um diagnóstico o mais fiel possível da situação.

Em particular ressalta destas últimas observações, quão errado pode ser retirar conclusões (ou seja, generalizações) para valores numéricos que além de serem médias de distribuições com grande dispersão, não respeitam a propriedade crucial e tão esquecida da operação de adição (que é a base de cálculo das médias), ou seja, que a adição é uma operação homogénea, não havendo lugar a adicionar valores que não obedeçam a um critério comum, bem definido.

Um exemplo, em sentido contrário ao dado atrás, decorre da análise cuidadosa das respostas do questionário no caso (por exemplo, já que não é único) do número de publicações indicadas no Departamento de Ciências da Comunicação. Assim, 30 das 80 referências (37,7%) dizem respeito a participações e ações no âmbito do designado PICCLE (Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita) que “tem como principal finalidade disponibilizar um conjunto de meios de informação e comunicação sobre a leitura, a escrita e as literacias em ambiente digital, de modo a facilitar a sua integração nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos do terceiro ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário”.

Não é relevante esta atividade e não incorporará também áreas de investigação quer de natureza pedagógica, quer de aplicação tecnológica? Claro que sim e não é isso que está em causa, mas sim o evidenciar a diferente natureza das indicações misturadas na rubrica “Publicações” que são assumidas pelos docentes e que, na realidade, correspondem muito mais a potenciais atividades de investigação no seu sentido mais alargado que ao conceito de publicação, já ele por si muito heterogéneo. Que assim é, basta “passar os olhos” pelo Anexo 10 e ver a diversidade de “publicações” que aí aparecem: publicações indexadas em diferentes bases de dados a que se atribuem níveis diversos de qualidade”, publicações com “refree” ou sem “refree” nacionais ou



internacionais, livros (nacionais ou internacionais), capítulos de livros, “working papers”, etc., para, mesmo só nesta área, percebermos que estamos a abusar da “adição” simples quando calculámos as médias anteriores.

Ao mesmo tempo, tem o mérito, quando se acrescentam todas as outras rubricas que figuram no questionário, de evidenciar que a atividade de investigação vai bem para além das meras publicações, em particular nas publicações num número restrito de bases indexadas, e tudo isso deve, ponderadamente é claro, ser tido em conta, mas não através de uma meia adição de atividades, acontecimentos ou “produtos”.

Neste contexto, e voltando aos relatórios dos coordenadores de curso, é interessante a referência que se encontra em vários deles, a atividades de participação em conferências, ou a ciclos de colóquios bem integrados nas disciplinas ou nos objetivos de mestrados, ou na existência de “cátedras”, em número crescente, proporcionando relações interinstitucionais e entre investigadores cujo valor não pode ser esquecido.

Entre outras, e a título de exemplo a seguir em todos os mestrados e doutoramentos, designadamente através da inserção dos estudantes em projetos de investigação, o que é referido no Relatório do Diretor do Departamentos de História, Artes e Humanidades que, a certa altura, no caso do Mestrado em História e Património, vem referido como “produção técnico-científica dos mestrados”, referindo, nesse sentido, “relatórios técnico-científicos”, “apresentações em congressos”, “resumos publicados”, “capítulos de livros com peer review”, em que a cooperação entre mestrados e docentes/investigadores é bem clara e relevante.

Por último, o Anexo 10 revela uma grande disparidade de referências a publicações (no sentido atrás referido) entre os docentes, desde 1 referência (mínimo) até 35 (máximo), de tal modo que 10 docentes (15,4% dos que indicaram “publicações”) “produziram” 197 (42,7%) dessas “publicações”, o que mostra a grande concentração em muito poucos docentes distribuídos pelos vários departamentos. Contudo, nem sempre essa concentração corresponde a publicações no sentido mais estrito, sendo certo que alguns docentes apresentam menos “publicações”, mas mais concentradas no conceito mais estrito.

Independentemente do reconhecimento que “muito há que andar” no caminho da investigação na UAL, sobretudo no que toca à sua maior assunção pelos docentes e, de seguida, à melhoria do nível de investigação, não há dúvida que, mesmo nos critérios mais restritos que continuam a vigorar na avaliação da qualidade e do nível da investigação, ou seja, na publicação em revistas indexadas em bases de referência, estão indicados (só nas bases Scopus e Web of Science, não contando com mais de uma dezenas de outras que referem apenas “artigo em revista” científica internacional com refree) 65 publicações (14,1% de todas as 461 indicadas) o que é um passo assinalável face a anos precedentes.

Contudo, também aí há uma grande concentração entre docentes pois 15 docentes contribuem com quase dois terços (61,5%) para essas 65 publicações. Psicologia representa metade desses docente e um pouco mais de metade dessas publicações, seguida de Ciências Económicas em Empresariais com 3 docentes, de tal modo que ambos os departamentos representam 64,6% dessas publicações.

Referência ainda para dois docentes, um em História, Artes e Humanidades, com 7 publicações e outro em Engenharia e Ciências da Computação (5).

É certo que a natureza diferenciada das áreas científicas e, conseqüentemente, o tipo de “produto” de investigação e o seu modo de expressão ou “publicação” variam muito entre si e, portanto, há que não usar esta referência a publicações em revistas indexadas em bases bem referenciadas como indicador transversal e universal, mas não pode deixar de se notar a relativa ausência de publicações de docentes da UAL em áreas de doutoramentos acreditados, com exceção de História, nomeadamente Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, uma área claramente internacional, ainda por cima, com uma revista indexada na Scopus, havendo apenas uma referência a num artigo, ainda a publicar, no número especial dessa revista.

Em contrapartida, Relações Internacionais apresenta, segundo as indicações do Anexo 10, 13 organizações de seminários/conferências/workshops (65% do total de 20), mas referindo apenas 2 docentes nessas organizações, o que sugere uma concentração exagerada, ou um erro da informação. Aliás, essa “internacionalização”,

bem visível no dia-a-dia da UAL, e há que não esquecer que a Pandemia teve um efeito muito negativo na realização e participação de eventos desta natureza é, por isso mesmo, de salientar, estendendo-se à presença de 6 docentes (em 23 no total da UAL) num conjunto de 37 participações em congressos/seminários/workshops (40,2% do total das 92 participações referenciadas no questionário para o conjunto da UAL) evidenciando, de novo, uma concentração em poucos docentes.

Aliás, ainda no campo da organização de eventos do tipo referido, fruto talvez da Pandemia, que, contudo, não pode justificar tudo, apenas Arquitetura (com 3 organizadores e 4 eventos) e História (com 1 organizador e 3 eventos) aparecem referidos nestas atividades. Deste modo, 5 dos 8 departamentos não apresentam qualquer organização neste campo, o que não pode deixar de ser considerado preocupante, havendo alguma compensação no caso das presenças nesses eventos (23 docentes no total, com a única ausência de Arquitetura) e uma presença de 6 docentes de Engenharia e Ciências da Computação com um total de 16 participações e de Direito (4 docentes e 11 participações), Ciências da Comunicação (3 docentes e 12 participações) e História (23 docentes e 10 participações) ainda em realce.

Psicologia e Ciências Económicas e Empresariais tiveram apenas 1 docente envolvido, cada um deles com 3 participações.

Estas referências estão pormenorizadas para evidenciar, uma vez mais, a concentração de atividades em poucos docentes, sendo, particularmente no caso das participações, preocupante, porque a existência de vários eventos *on-line* e webinars teriam permitido uma presença mais densificada de docentes, sobretudo quando se tem em conta a necessidade de buscar caminhos de internacionalização para a UAL.

Esta concentração é ratificada na rubrica “Participação em órgãos da UAL”, em que apenas 28 docentes são referidos (12,8% do total dos docentes e 23,3% dos que responderam ao questionário).

Tendo em atenção a abrangência do conceito desta participação (membros do Conselho Científico, membros do Conselho Pedagógico, direção e subdireção de departamentos, coordenação de cursos, direção de unidades de investigação, entre

outras), para além das que, estatutariamente são inerentes, como a pertença dos doutorados, pelo menos os de tempo integral ou de carreira, às comissões científicas dos diversos departamentos, não se pode entender este número de participações.

Aliás, uma simples inspeção revela bem que a informação está incompleta. Aparecer 0 participações em Direito e em Psicologia é, obviamente, falso, até por conhecimento direto do Reitor, o que reclama uma alteração da recolha de informação útil, indispensável e relevante para o Relatório do Reitor poder descrever e avaliar a realidade da UAL.

Acresce a isto, entretanto, e uma vez mais, alguma concentração entre os docentes, pois a 28 docentes correspondem 69 participações (média de cerca de 2,5 participações por docente), sendo essa participação exageradamente (será erro de avaliação do que é essa participação?) em Ciências da Comunicação com uma média de 8,5 participações por docente.

O Reitor insiste neste ponto de concentração pela necessidade de integração da maior parte dos docentes nas diferentes atividades da UAL, quer por isso traduzir um melhor funcionamento da universidade, quer para, mesmo do ponto de vista da avaliação do desempenho de cada docente, criar condições para que todos e cada um dos docentes possa desempenhar as diferentes atividades que o Sistema de Avaliação do Desempenho impõe.

A concentração numa das vertentes apenas se justifica, e individualmente, quando é uma opção do docente aceite pela Entidade Instituidora. Quando assim não é, e na generalidade dos docentes não o será, a acumulação de participação por parte de poucos docentes não só pode diminuir o nível do seu desempenho em cada uma delas, como privar os colegas de participar em atividades diferenciadas, comprometendo, eventualmente, o seu desempenho global.

Só não será assim, se não houver disponibilidade da generalidade dos docentes, o que obrigará a UAL a recorrer “sempre aos mesmos”. Isso será um sinal de mau funcionamento e incapacidade da própria universidade.

Finalmente, aborda-se a presença dos docentes nas produções de dissertações de mestrados e de teses de doutoramentos.

Sempre defendi que, no atual Processo de Bolonha, diferentemente da tradição académica no período antecedente, há uma separação mais clara entre Mestrados e Doutoramentos do que entre aqueles e as Licenciaturas, de que os Mestrados Integrados são um bom exemplo.

Daí considerar que uma Orientação e até a presença em Júris de Doutoramento, sobretudo quando a intervenção de todos os membros é ativa (sendo que a atual lógica da existência de arguentes cria condições heterogêneas de participação) é uma relevante e imprescindível atividade de investigação dos docentes. Continua, contudo, e a legislação atual vai nesse sentido, a classificar-se a orientação de dissertações, ou provas equivalentes, e a participação em júris nas provas públicas da sua discussão, uma atividade ligada à investigação.

Apesar de entender dar peso diferente aos dois tipos de participação, ela não deixa de ser importante, pelo que ela se incorpora também neste capítulo que, de novo, se baseia na informação dos docentes.

Assim, globalmente, registam-se 37 participações de docentes em doutoramentos concluídos no ano letivo 2020/2021, sendo a arguência a participação maioritária com 19 referências (51,4%), enquanto a orientação de teses, com 8 referências (21,6%) teve a menor participação em termos relativos. A participação como vogal teve 10 referências (27% do total).

Como é de prever, dada a situação dos doutoramentos acreditados na UAL, que explica, em boa parte, o fraco nível de participação global, a repartição dos docentes pelos diversos departamentos teve enorme assimetria. Neste contexto, não aparece qualquer referência aos departamentos de Psicologia e Engenharia e Ciências da Computação, departamentos em que não há qualquer doutoramento acreditado na UAL.

História, Artes e Humanidades, com 22 participações, tem a clara maioria (59,5%), seguindo de Relações Internacionais com 7 (18,9%) e de Direito com 4 (10,8%).

As outras 3 participações são de docentes, um por cada departamento, em Arquitetura, Ciências da Comunicação e Ciências Económicas e Empresariais.

História, Artes e Humanidades e Relações Internacionais têm os seus doutoramentos acreditados e já em funcionamento na universidade há mais tempo, enquanto Arquitetura e Ciências da Comunicação têm doutoramentos acreditados, mas que ou só se iniciarão no ano seguinte (Arquitetura) ou começaram há tempo insuficiente para a produção de teses (Ciências da Comunicação).

Contrariamente, Direito tem ainda vários estudantes em fases de preparação e conclusão das suas teses, tendo em atenção que o doutoramento não foi reacreditado e haverá um espaço temporal relativamente reduzido para conclusão dessas teses, com uma preocupante pressão sobre a qualidade das teses que daí pode resultar.

Importa também ter em conta a concentração destas participações ao nível do corpo docente, verificando-se a participação de 20 docentes, média inferior a 2 docentes com participação entre os docentes que indicaram participações.

A maior concentração está em História, Artes e Humanidades (9 docentes para 21 participações) e em Relações Internacionais (4 docentes para 7 participações).

É evidente que a concentração calculada sem distinguir o tipo de participação não é suficiente para proporcionar um diagnóstico adequado do eventual efeito negativo dessa concentração, designadamente no que toca à orientação, dado o maior empenhamento quer em tempo, quer em nível de investigação que uma adequada orientação exige.

É claro que o número de orientações (8) ocorridas no ano letivo em avaliação não porá, em princípio, grandes problemas, mas é importante, como questão estratégica, estar atento a este problema, até para ter em conta os necessários equilíbrios entre docentes e a expectável necessidade de ter docentes com as desejadas categorias para que se possam garantir orientações de qualidade.

No ano em causa, em História, Artes e Humanidades, há um docente com 3 das 4 orientações, não havendo mais nenhum caso em que mais do que uma orientação seja referida.

Esta preocupação é levantada pelo Reitor não só em termos de princípio, mas pela elevada concentração que verificou ao nível de participações em mestrados, designadamente no contexto de alguns departamentos. Efetivamente, apesar de neste ciclo de estudos haver mestrados (no caso de Arquitetura é um mestrado integrado) em todos os departamentos, embora com números de estudantes muito diferentes, foram indicadas 399 participações, com Direito com 206 (51,6%) a apresentar a maioria absoluta dessas participações.

Globalmente, estas participações distribuíram-se quase equitativamente entre Presidência do Júri, com 140 (35,1%), Orientações com 133 (33,3%) e Arguências com 124 (31,1%), havendo ainda referência a 2 vogais.

Estes dados não devem ser confrontados com os relativos aos doutoramentos, dada a constituição diferenciada dos júris, quer em número, quer pelo facto de, nos doutoramentos na UAL, as Presidências terem sido sempre assumidas pelo Reitor.

A Direito segue-se, a distância considerável, Ciências Económicas e Empresariais com 65 participações (16,2%), Psicologia com 44 (11%) e Arquitetura (,5%). Ciências da Comunicação, com um mestrado recente, tem apenas 3 participações (0,8%) e História, Artes e Humanidades tem também uma presença bastante reduzida com 7 participações (1,8%). Relações Internacionais com 21 participações (5,3%) e Engenharia e Ciências da Computação com 19 (4,8%) ocupam posições intermédias, mas com uma participação relativamente diminuta.

No que toca à concentração por departamento, é de referir Direito com 27 participações (7,6 participações por docente que participou) e Arquitetura com 7 docentes (4,9 participações por docente). Com uma participação média superior a 3 estão ainda Ciências Económicas e Empresariais com 20 docentes (média de 3,25) e Psicologia com 14 docentes (média de 3,1). Relações Internacionais com 9 docentes, História, Artes e Humanidades, Engenharia e Ciências da Computação e Ciências da Comunicação têm participações mais reduzidas e com menor concentração nos docentes que intervêm nesses júris.

Estes dados, nalguns casos, vão ao encontro da preocupação acima assumida, sem demasiada “pressão” que, contudo, surge nalguns casos específicos quando se consideram as distribuições dentro dos departamentos. De facto, em geral, há sempre tendência para alguns, poucos, docentes concentrarem participações bem acima da média, embora estes valores que se indicam não traduzam em absoluto a situação real, pois o Reitor, porque tem de homologar os júris respetivos, não encontra entre os docentes que indicam participações, alguns com um número apreciável delas e que figuravam nos júris que foram homologados.

Contudo, concentrando-nos apenas na amostra produzida pelos próprios docentes, que está a ser avaliada, há que referir que em Arquitetura 2 dos docentes concentraram quase dois terços de todas as participações (este é um dos resultados que está enviesado pela ausência de informação de outros docentes membros de júris) em Direito em que 5 docentes referem mais de 50% das participações e 2 mais de 25%.

Além disso, tendo em atenção o já referido maior peso das Orientações não pode deixar de ser notado que, em Direito, 60% dessas orientações se referem apenas a 6 docentes e, em especial, 2 deles têm cerca de 30% do total de orientações.

Considerando o número de docentes e o número de mestrados, não parece uma distribuição muito razoável, apesar de não poder deixar de ter em conta eventuais concentrações dos temas das dissertações em certas áreas de especialidade que impliquem uma boa parte dessa concentração.

Finalmente, há que procurar identificar eventuais participações dos docentes da UAL em júris em outros estabelecimentos de ensino superior, na medida em que tal manifesta o reconhecimento do mérito do docente da UAL, designadamente em Doutoramentos, já que estes, ao contrário da tendência atual dos Mestrados em se concentrarem mais nos docentes próprios, exigem a presença de docentes exteriores à instituição em que o doutoramento é efetuado.

Recorrendo às informações contidas no Anexo 10, houve 18 presenças em doutoramentos de outras instituições de ensino superior, com presença mais visível



na área de História, Artes e Humanidades e Relações Internacionais, sendo 5 dessas instituições, estrangeiras.

É claro que, como é bem visível, a existência de doutoramentos acreditados na UAL tem significativa correlação com essas participações, algo que é importante incrementar como estratégia do maior reconhecimento da UAL.

Curiosamente, apesar da tendência atrás referida para a formação de júris de mestrado, o Anexo 10 regista 28 participações em júris de mestrado, habitualmente como arguentes, havendo ainda indicação de 2 orientadores. As presenças mais significativas são, claramente, as de Ciências Económicas e Empresariais, com 11 referências (39,3%) e Relações Internacionais, com 10 referências (35,7%), isto é, concentrando ambas as áreas três quartos de todas as referências.

Será interessante verificar as origens dessas presenças, não sendo de descartar como uma explicação plausível, a presença de docentes da UAL noutras instituições em que se lecionem também mestrados nas áreas das suas competências.

## 2. Representação da UAL

A escolha do título deste capítulo decorre fundamentalmente do nº 1 do Artigo 16º dos “Estatutos da UAL” que atribui ao Reitor a representação externa da UAL, mas também a coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos.

Na realidade, estes dois tipos de funções estão, na generalidade, muito interligados, designadamente no que toca às características de funcionamento dos diversos órgãos que, em maior ou menor profundidade, assumem relações com o exterior da UAL.

Daí resulta uma atividade do Reitor com alguma ambiguidade na interpretação de “Representação”, já que algumas vezes ela é uma presença passiva e, outras, com maior expressão e exigem uma intervenção que vai desde o meramente protocolar até um empenhamento de maior expressão e responsabilidade.

Daí que neste capítulo se justifique uma integração da generalidade das atividades do Reitor com alguma expressão exterior, que está bem assinalada nos Anexo 11 – Representações do Reitor e Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias.

Contudo, estas duas referências não esgotam, de facto, na prática, nem constituem habitualmente, a maior densidade do trabalho do Reitor, que se tem concentrado no acompanhamento e participação constante nos júris de doutoramento realizados na UAL, que implicam, naturalmente, contactos com outros estabelecimentos de ensino superior, desde a presença obrigatória de docentes exteriores à UAL nesses júris e a quem o Reitor agradece a disponível e nunca regateada cooperação, tal como em júris ligados a concursos de promoção de docentes na carreira académica.

A isso acrescem as participações em assuntos ligados à A3ES e à FCT, nas áreas de avaliação e acreditação e da investigação e desenvolvimento, respetivamente, bem como atividades no âmbito da Direção da APESP, cujo mandato terminou em meados de 2021, sendo também seu representante no Conselho Coordenador do Ensino Superior.

O Anexo 11 traduz, de algum modo, todo este conjunto de participações, sendo aí bem evidente o efeito da Pandemia COVID 19 pois, das 44 referências aí contidas, apenas 6 (cerca de 14%) foram presenciais, duas na própria UAL, uma das quais uma reunião para receber a visita do Diretor-Geral da Universidade Europeia, duas no Teatro Thalia, uma delas relativa a uma das duas reuniões do Conselho Coordenador do Ensino Superior, a outra para participar na Conferência "Refletir sobre o passado e o futuro da avaliação e acreditação do ensino superior em Portugal", organizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pela A3ES.

A segunda presença no âmbito do Conselho Coordenador do Ensino Superior, teve lugar no contexto de uma audição desse Conselho para discussão do PPR, um tema, aliás, que será retomado no último capítulo deste relatório.

As duas outras participações presenciais foram para assinalar a Assinatura de um protocolo de Cooperação com o Instituto de Defesa Nacional, assinatura realizada nas instalações deste instituto e no Museu Industrial da Baía Tejo, no Barreiro, em que interveio na Sessão de Encerramento do Colóquio "Patrimónios Fabril e Requalificação Urbana".

A primeira dessas presenças é sinal do elevado nível de cooperação existente entre a UAL e o Instituto de Defesa Nacional através, sobretudo, do Departamento de Relações Internacionais da UAL, designadamente do seu Diretor, Professor Doutor Luís Tomé.

O segundo é uma das expressões do apoio, que o Reitor muito agradece, que o Grupo Mello tem dado a atividades da UAL, em particular através do Departamento de História, Artes e Humanidades, graças, sobretudo, ao empenhamento constante do professor Doutor Miguel Faria.

A passagem de muitas reuniões para on-line permitiu a presença mais assídua em sessões promovidas pela EUA (European Universities Association), de que a UAL é associada, de tal modo que 11 (25%!) das referências no Anexo 11 dizem respeito a webinares promovidos pela EUA sobre temas diversos, salientando-se, em particular, 5 webinares designados Bologna Series em que se procurou aprofundar o futuro do

“Processo de Bolonha”, tendo em atenção várias temáticas, designadamente os aspetos da internacionalização ligados às políticas e práticas de mobilidade, a promoção da digitalização do ensino na EHEA (European High Education Area), a flexibilidade ensino/aprendizagem e o uso de microcréditos, o enquadramento da garantia de qualidade do ensino e, não menos relevantemente, a avaliação do “estado da Arte” e a perspetivação do futuro da dimensão social do “Processo de Bolonha”.

Para além deste 5 webinares, os outros 6, no âmbito da EUA, levantaram problemas de desenvolvimento universitário, com relevo para 2 webinares em dias consecutivos, que concretizaram a Conferência Anual (2021) da EUA, sob o título “Universities 2030: From vision to reality”, e outros que abordaram temas como “Universities and open innovation”, os modos de publicação e, sobretudo pelo seu significado e alcance, o ligado à utilização dos Fundos Europeus e o seu papel na modernização das políticas públicas, governação e garantia de transparência.

No âmbito específico da UAL, as presenças do Reitor estiveram fundamentalmente ligadas a conferências realizadas na UAL ou em que houve participação da UAL, bem como na apresentação de publicações. De salientar, em particular, a intervenção na abertura e encerramento da Conferência de três dias “7th International Conference on Euroasian and Politics” (IEPAS 2020), de que a UAL, na área do Departamento de Relações Internacionais, através do Centro de Investigação OBSERVARE tem sido anfitrião, bem como na abertura do IV Congresso Internacional do OBSERVARE. Ainda nesta área e com ligação com o OBSERVARE, interveio na abertura da Conferência Internacional “Europe as a Global Actor”, em parceria com o CES-ISCTE/IUL e na abertura da 3a. Conferência sobre “Dimensão Externa da Segurança Interna”, em cooperação com o CEPOL.

Ainda na área das conferências relevo para a Conferência Internacional Música para a Saúde e Bem-Estar”, um projeto de grande alcance social coliderado pela Doutora Iolanda Galinha em cooperação com o ISCTE, evidenciando, tal como nos casos precedentes, grande empenho do Reitor em promover e participar em cooperações interuniversitárias.

Neste contexto, e no plano da internacionalização das relações, não pode deixar de ser mencionada a continuação do desenvolvimento do “Fórum Luso-Espanhol - Internacionalização Ibérica, Espanha e Portugal na economia mundial 2020”, em condições especiais, dada a impossibilidade da realização presencial do encontro anual. Em sua substituição e muito pelo esforço específico do Doutor Gonzalo Solana, da Universidade de Nebrija, e com a participação de investigadores de outras universidades espanholas com o patrocínio do ICO (Instituto de Crédito Oficial) de Espanha, foram publicados vários artigos colocados sob a epígrafe do Fórum, que foram apresentados em Madrid e em que o Reitor participou on-line. Foi também produzido e publicado um detalhado Sumário Executivo bilingue, tendo o Reitor sido responsável pela tradução para português. Desta forma se garantiu a continuidade do Fórum, estando já assegurado um novo desenvolvimento envolvendo, para além das duas universidades, outras entidades do fórum empresarial e de organizações culturais e governamentais.

No âmbito da ligação a empresas e, em particular, tendo em atenção o vetor da responsabilidade social e o envolvimento dos estudantes, designadamente no campo do voluntariado, o Reitor empenhou-se na inclusão da UAL no projeto “Transforma Portugal”. Em particular, e no âmbito das participações do Santander, o Reitor participou no evento de partilha de projetos universitários no âmbito do prémio UNICOVID19 e lançamento da formação do projeto da Universidade do Porto/Santander “Inspira-te”.

Ainda neste campo saliento a presença na conferência de apresentação do livro “Indicadores de Responsabilidade Social e Instituições do Ensino Superior”, com organização do Observatório da Responsabilidade Social e Instituições do Ensino Superior (ORSIES), tendo marcado também presença na reunião de arranque do ano de duas redes colaborativas do ensino superior, sendo uma delas a ORSIES e a outra o CME - Consórcio maior Empregabilidade.

Ainda em relação ao Santander, o Reitor continuou a integrar o Conselho de Administração da Universia, em representação da UAL.

Na atenção particular aos estudantes, de que a empregabilidade tem de ser marco relevante, foi entrevistado, no contexto do “Projeto sobre recrutamento de estudantes internacionais”, realizado pelo CIPES (Center for Research in High Education” e, reuniu com a Associação de Estudantes da Ilha do Príncipe, outra das reuniões presenciais realizadas na UAL, com a participação de autoridades do governo regional da Ilha do Príncipe, com vista à possibilidade de apoio aos estudantes dessa ilha. Estes contactos com estudantes com origem nos países de língua portuguesa têm sido preocupação constante do Reitor, este ano, infelizmente, prejudicado pela Pandemia, que impediu os tradicionais encontros dos estudantes africanos.

Dando seguimento às participações em webinars realizados pela Universidade de Harvard, em que se discutem propostas de adaptação e melhoria dos processos ensino/aprendizagem suscitados pela Pandemia, com exacerbamento da utilização de meios digitais, o Reitor participou em vários desses seminários, com vista a um melhor entendimento e desenvolvimento dos diversos tipos de ensino/aprendizagem, designadamente o ensino híbrido e o ensino à distância.

Finalmente, uma presença específica no lançamento da revista on-line “European Review of Business Economics”, publicada no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (CICEE), para a qual escreveu o artigo de apresentação e objetivos da revista, assunto que, aliás, terá relevância noutros pontos deste relatório.

A Pandemia teve naturais efeitos nas relações externas da UAL, tendo baixado o número de protocolos, convénios e parcerias celebrados em 2020/2021 (Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias). Assim, foram assinados 20 protocolos, 18 com entidades nacionais e apenas 2 com entidades estrangeiras.

A natureza dos vários tipos de cooperação é muito diferente, tendo grande expressão o Departamento de Psicologia, com 13 das 18 cooperações nacionais, 12 das quais permitem a desejada realização de estágio, assinados por um ano, mas abertos à renovação, sob a designação mais genérica de “colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades

profissionais em áreas comuns”, sendo, em termos de duração, o protocolo assinado com o Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E., cuja validade é determinada pela duração dos estágios.

O Reitor não pode deixar de mostrar o seu apreço pelos esforços persistentes do Departamento de Psicologia o sentido da concretização de estágios para os estudantes de Psicologia da UAL que, obviamente, são parte relevante do seu curso, colocando-os, desde logo, no meio dos desafios que a profissão comporta na realidade.

Estas cooperações têm sempre, pelo menos, dois cooperadores e, portanto, o Reitor quer agradecer às várias entidades públicas, privadas e da área social que têm permitido a concretização destes estágios, numa expressão, simultânea, de abertura da universidade à sociedade, mas também, e não menos relevantemente, do acolhimento da sociedade aos nossos estudantes.

Para além dos estágios há a assinalar, ainda no contexto do Departamento de Psicologia, um significativo acordo com o Instituto Valenciano de Infertilidade – Clínica de Reprodução Assistida, destinado a “regular a execução, disseminação, exploração e propriedade dos resultados provenientes do projeto de investigação decorrente da dissertação de mestrão de uma aluna”, com uma duração até 5 anos após a conclusão do projeto”.

O Departamento de Relações Internacionais, na esteira de ligações privilegiadas, está presente no protocolo com o Instituto de Defesa Nacional com o objetivo da “Promoção e desenvolvimento de cursos de estudos regionais ou estudos de área, uma expressão de cooperação interinstitucional que é sempre de saudar e que urge estimular noutras áreas científicas ou, preferencialmente até, numa perspetiva interdisciplinar.

Inserido nesta perspetiva está uma colaboração do Departamento de Direito com um conhecido escritório de advogados, com o objetivo específico de “cooperação em áreas de formação científica e cultural no âmbito do Direito ou Ciências Jurídicas; credenciar alunos da UAL com formação complementar e experiência em ferramentas práticas”, um passo relevante nas ligações que proporcionam as desejadas experiências profissionais dos estudantes.

Mas há uma outra cooperação que tem especial sentido, na medida em que tem duas componentes que importa sempre fortalecer: a cooperação dos departamentos da UAL com a Autónoma Academy, numa lógica de extensão universitária às situações profissionais e a outra componente que exprime com rigor esse objetivo são concretizados na prática. Com efeito, a cooperação entre, por um lado, o par Autónoma Academy/Departamento de Direito e, por outro, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses visando, designadamente, a “cooperação em áreas de formação científica e cultural”. Aliás, neste contexto, tem de se saudar a posição da Autónoma Academy com um acordo com o Sindicato dos Quadros Técnicos Bancários, visando “promover conjuntamente formação pós-graduada na área da gestão sindical e relações de trabalho, bem como, outro acordo, numa área mais específica de atividade, com a Pomegranate – Consultoria e Formação para “promover conjuntamente formação pós-graduada na área da gestão de projetos”.

Os dois protocolos celebrados com entidades estrangeiras, embora poucos, têm uma expressão não irrelevante. Assim, no âmbito do Departamento de Relações Internacionais, este departamento assinou um protocolo com a CEPOL – European Union Agency for Law Enforcement, por 4 anos, tendo como objetivo a “implementação dos programas de trabalho anuais da agência; implementação dos resultados da EU-SNA (EU Strategic Training Needs Assessment); fomento da cooperação entre os institutos de formação dos estados-membros no seio da rede e promoção do reconhecimento mútuo da aplicação da lei.

Por sua vez, o Departamento de História, Artes e Humanidades tem um acordo com o CAIRIM – Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique, por 5 anos prorrogável, com o objetivo de promover a “cooperação académica-científico-cultural”. Este acordo tem uma relevância muito particular, não só pela natureza das duas instituições parceiras, aprofundando as relações da UAL com os Países de Língua Oficial Portuguesa, mas também porque o fez numa área em desenvolvimento no departamento, com o interesse adicional de nesta área haver crescente cooperação interinstitucional da UAL em Portugal.



Uma avaliação integrada destas cooperações não pode deixar de assinalar que, por vezes, e em número não aceitável, os protocolos assinados ao longo do tempo ficam pelo caminho ou não passam mesmo de ser apenas umas “folhas de papel”. É fundamental que se promovam protocolos, com particular ênfase, dado o défice existente, no campo internacional, mas têm de ter uma concretização adequada, designadamente através de um acompanhamento ativo. A generalidade dos protocolos interinstitucionais mais relevantes indica, por norma, dois responsáveis, um de cada uma das entidades que assinam o protocolo, para garantir a execução desses protocolos.

É fundamental, e há que o fazer com urgência, assegurar, do lado da UAL, que o responsável por cada protocolo está designado e, depois, assegurar que, anualmente, haverá um relatório para avaliar a evolução do protocolo, ficando em aberto a decisão inalienável de dar por findo protocolos que são vazios de conteúdo ou de ação.

Por fim, numa atividade que é da maior importância universitária e que é expressão da cooperação interuniversitária, o Reitor interveio, como Presidente de Júri de todos os doutoramentos realizados na UAL durante o ano letivo em apreço, na sequência do que tem feito nos anos precedentes.

Conforme é visível no Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2020/2021), o número de doutoramentos aumentou claramente em relação ao ano precedente, tendo sido relativamente pouco afetados pela Pandemia. Como já foi referido no relatório relativo ao ano letivo precedente, a realização de provas públicas (e de realização de reuniões prévias de júris) é das atividades universitárias que menos “sofre” com as condições que a Pandemia impõe, adaptando-se bem à utilização da videoconferência.

Não está em causa, evidentemente, o interesse primário da prova presencial, mas há que reconhecer que a realização on-line tem algumas vantagens que o Reitor tem sentido, como é o caso da possibilidade de uma maior “presença” de assistentes, tornando a prova mais pública, da facilidade em encontrar datas para a realização das reuniões de júri e das provas públicas, “uma dor de cabeça” para conciliar datas dadas as diferentes agendas dos membros dos júris e, não menos relevantemente, a

possibilidade de alargar a participação nos júris de membros estrangeiros, alargando o leque de possibilidades de concretização de júris de qualidade e com desejado nível de diversificação.

Como é claro, há desvantagens, como é o caso de uma maior intervenção de membros do júri, o face-a-face do Candidato com o conjunto dos membros do júri e, alguma dificuldade e maior morosidade, como já foi bem visível num ou noutra caso, quando a avaliação do candidato pelos vários membros do júri tem significativas diferenças, pois, nesse caso, a presença em conjunto é claramente uma vantagem.

No futuro, provavelmente, soluções híbridas serão, em muitos casos, as situações mais frequentes, designadamente se se pretender internacionalizar e diversificar o júri. Contudo, a minha experiência aponta para que a maioria do júri esteja presente fisicamente e, sobretudo, o candidato.

Passando a uma breve análise das informações constantes do Anexo 13, salientam-se 8 doutoramentos, 3 em Direito, 3 em História e 2 em Relações Internacionais, em condições, contudo, que não são iguais. Enquanto os doutoramentos em História e Relações Internacionais se desenrolaram, com normalidade, no sentido em que são doutoramentos acreditados, os de Direito, por decisão de não renovar a acreditação do doutoramento nessa área, têm uma pressão temporal para a sua realização, com os tempos concedidos para essa concretização a merecerem forte contestação, pela sua indeterminação que, quando “levantada”, tem tido uma decisão claramente “leonina” por parte das instituições públicas. Tendo em atenção este facto, será provável um aumento, nos tempos imediatos, de doutoramentos em Direito, com a conseqüente potencial influência negativa sobre a qualidade das teses ou, em alternativa, da desistência de candidatos. Naturalmente, a UAL tentará sempre apoiar os doutorandos no sentido de produção de teses de qualidade.

Isso é, aliás, muito evidente, até agora, nos dados do Anexo 13, sobretudo se se compararem os resultados com os anos precedentes. De facto, a média dos doutoramentos ultrapassou 16 valores, sendo a moda e a mediana 17 valores (Muito Bom), havendo apenas um 15 (Bom) em Relações Internacionais e um doutoramento,

claramente mais fraco, em Direito, com 12 valores, exprimindo uma tese e uma prova pública que estão longe de atingir uma qualidade desejável num doutoramento, mas que resulta meramente da aplicação da escala valorativa do “processo de Bolonha”, que merece, por isso mesmo, uma reflexão adequada.

O Reitor não pode deixar de salientar as duas classificações de 18 valores (Excelente) obtidas nos doutoramentos em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, com um tema marcadamente relevante e com uma fusão, como se deseja, entre as duas componentes deste doutoramento (“A estagnação secular e os seus efeitos nas estruturas do poder global) e outro em História, com um tema pouco tratado, mas com relevância crescente (“O problema corpo-mente no Portugal Contemporâneo: para uma epistemologia do desporto (1870-1910)”).

Aliás, o Reitor não quer deixar de relevar as temáticas relevantes, atuais e desafiantes que foram abordadas nas teses (mesmo na tese de 12 valores – “O Direito à vida e a sua proteção no estado de direito”). Ainda em Direito, “O Dimensionalismo jurídico dos animais” e “Pobreza energética – oportunidades”.

Ainda em História, “Olhares cruzados sobre o(s) feminismo(s) e a educação feminina em Portugal e no Brasil nos alvares do século XX” e, com grande originalidade e ligação à história do turismo “O olhar do império inglês sobre a cidade de Lisboa nos guias de viagem Murray, 1850-1890”.

A preocupação de elencar esta temática está ligada à discussão sobre o nível e o mérito dos doutoramentos realizados na UAL, cujas exigências em nada ficam a dever às melhores universidades públicas. Isso mesmo pode ser confirmado pelos membros dos diversos júris de universidades portuguesas e estrangeiras que têm integrado os vários júris de doutoramentos da UAL.

Há que reconhecer, no entanto, e essa é a razão para a defesa do nível atual dos doutoramentos na UAL, que a mudança no processo de admissão da tese a provas públicas é altamente responsável pela clara melhoria do nível das teses. Com efeito, a introdução de uma prova pública com um arguente externo à UAL, como primeira e condicionalmente condição de apresentação da tese a provas públicas, permitiu não

só um escrutínio mais rigoroso e alargado do conteúdo da tese e até da capacidade de argumentação do candidato como ainda, e não menos relevantemente, a formulação de recomendações para melhoria da tese que, obviamente, constituem um contributo importante para a melhoria da qualidade.

Acresce que este processo, ao incorporar professores externos à UAL, confere a desejável cooperação universitária, dando à tese um sinal de aceitação no âmbito universitário, que será, ou não, ratificado por um júri nas provas públicas, também ele com pelo menos dois membros de instituições de ensino superior exteriores à UAL.

Isto só é possível pela disponibilidade de muitos professores exteriores à UAL, a quem o Reitor quer expressar, em nome da UAL, o seu mais vivo reconhecimento, que é prova de um espírito universitário que ultrapassa, como é desejável, a fronteira das instituições.

Esse agradecimento é ainda mais justificado pelo reconhecimento do tempo e do estudo real que essas participações exigem, sem qualquer contrapartida e, mesmo do ponto de vista curricular, sem o reconhecimento do peso que essas funções deveriam ter, não só pelo referido trabalho e estudo que exigem, mas também pelo seu significado na construção das instituições de ensino superior. É que se o grau de doutor é a “charneira” da carreira académica, como se constituiriam essas instituições sem essa cooperação institucional?

Ficaria, no entanto, incompleto este agradecimento, já que essa cooperação se estende também a concursos de promoção na carreira docente e na concretização de provas de agregação, que não estão especificamente referenciadas no relatório, mas que a UAL tem sempre recebido a disponibilidade e o empenho de professores de fora da UAL.

Finalmente os agradecimentos devidos aos orientadores e coorientadores das teses, um trabalho de grande responsabilidade e incluindo a preocupação de também acompanhar a investigação, impondo-se um estudo permanente, tarefa também por valorizar devidamente no contexto da avaliação das carreiras e dos respetivos currículos.

Caberia, porventura, neste ponto relativo a doutoramentos, uma reflexão sobre as características de um doutoramento, a extensão a doutoramentos interdisciplinares e interinstitucionais, nacionais ou estrangeiros, e o papel que, na sua acreditação, têm tido quer a A3ES quer, inusitadamente, a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O Reitor, em termos de representação, ou a título pessoal, tem dialogado avulsamente sobre estas temáticas, que muito têm posto em causa a possibilidade de uma estratégia autónoma, mas não irresponsável nem alienada da necessária “accountability”, das instituições de ensino superior.

Contudo, esse tema será mais adequadamente enquadrado no capítulo relativo às avaliações e acreditações e, sobretudo, no capítulo final deste relatório.

### 3. A internacionalização da UAL

Não se pretende, nem faria sentido dada a estrutura analítica deste relatório, referir num capítulo o que é a real internacionalização da UAL, uma vez que essa caracterização imporia a conjugação de todas as ações e situações de natureza internacional em que a UAL, como instituição, a CEU como entidade instituidora, os docentes, as unidades de investigação, a Autónoma Academy e os vários departamentos estão envolvidos.

Deste modo, a visão integral do nível, da qualidade e do alcance da internacionalização da UAL só é abarcado pela leitura integrada de todo o relatório. Contudo, mesmo com a leitura integral e atenta do relatório, será difícil ter uma visão completa da internacionalização, porque na descrição de cada uma das rúbricas do relatório, essa componente nem sempre está devidamente ressaltada. Isto não quer justificar uma visão menos positiva da UAL nessa vertente, tanto mais que o Reitor não tem dúvidas que há ainda muito a fazer nessa área, como se salientará no capítulo final. Por outro lado, e ratificando esta perceção de que essa componente nem sempre é devidamente valorizada (quicá, mesmo, não procurada) em todas as ações e situações que traduzem o funcionamento da UAL, o que tem de ser corrigido.

Além disso é fácil verificar uma grande assimetria de aprofundamento das ações e situações entre os diversos departamentos, os docentes e os cursos, embora, em termos formais, no que toca aos estudantes, o peso dos estudantes não portugueses seja muito significativo, como se mostra, embora quase só concentrado nos estudantes provenientes de países de língua portuguesa.

Também entre os docentes o nível de internacionalização, claramente ainda anémico, é assimetricamente distribuído, quer no que respeita a participações em colóquios, congressos e seminários internacionais, quer em participações letivas e de júris de graduação, quer ainda, e não menos relevantemente, em publicações em revistas internacionais, embora haja que reconhecer que passos significativos têm sido dados.

Também nas Relações Institucionais há um défice a superar, embora também aqui tenha havido alguns passos que estão a conduzir a consolidação de cooperação internacional que deve ser tida em conta.

Globalmente, como seria de esperar, a Pandemia COVID19 afetou profundamente todo o panorama das ações de Internacionalização.

O Reitor, contudo, e pela experiência vivida, não pode deixar de fazer notar que a palavra “afetou” não é sinónimo de “prejudicou”, em sentido estrito.

É evidente que tudo quanto implicou deslocações e presenças físicas e, portanto, o fortalecimento de relações internacionais que não podem prescindir, para se consolidarem, dos contactos pessoais, onde até a informalidade muito conta, foi deveras prejudicado. Contudo, nem tudo se perdeu e algo, talvez bastante mais se ganhou, pelo menos potencialmente, dependendo a concretização desses ganhos da nossa estratégia futura e da constância no empenhamento dessas ações.

Efetivamente, e aqui o Reitor quer deixar bem expresso ao Conselho de Administração da CEU e a toda a Comunidade Académica, sem esquecer o pessoal não docente, a capacidade de adaptação e de inovação para transformar a lógica de funcionamento na concretização de muitas ações. Deste modo, várias das atividades de natureza internacional puderam ser realizadas noutra figurino, muitas vezes com maior número de presenças e outras foram criadas “ex novo” aproveitando os meios digitais. Estes ampliaram, de um modo inesperado e incentivado pela maior dificuldade ou mesmo impossibilidade de deslocação física, as possibilidades de “materializar” relações internacionais, como foi o caso de congressos, júris de provas de doutoramento e mestrado e divulgação de revistas *on-line*.

Estas observações são, no fundo, um desafio a uma nova visão e conseqüente dinâmica de concretização da Internacionalização, explorando novos caminhos que se abrem e que não podem ser desperdiçados.

Em particular, urge dar prioridade aos caminhos entretanto abertos e consolidá-los, numa perspetiva de gradualismo que não pode ser alienada, medindo cuidadosamente as capacidades da UAL para não abrir demasiados caminhos que se perdem por falta

de visão estratégica conjunta e, também, por não se ter em conta o ambiente desfavorável que rodeia, em Portugal e não só, o Ensino Superior Privado e Cooperativo.

O Reitor não vai aqui repetir o que escreveu sobre este assunto no capítulo equivalente do seu relatório relativo ao ano letivo precedente, desde o exagerado peso dado à língua inglesa, ainda mais em contexto da União Europeia, da qual o Reino Unido se excluiu (ia escrever Inglaterra, mas o “politicamente correto” impede-me de o fazer), até às condições desiguais em que não só a legislação, mas também, e inaceitavelmente, a atuação dos governos e agências governamentais colocam o Ensino Superior Privado e Cooperativo.

Há, todavia, dois exemplos que não podem ser passados em claro, como expressão via dessa discriminação. Em primeiro lugar, e no campo legislativo, a discriminação na possibilidade de recrutamento de estudantes internacionais, designadamente para os 2<sup>os</sup> e 3<sup>os</sup> ciclos, já que as universidades privadas estão impedidas de poderem reconhecer os diplomas de instituições estrangeiras, sendo este processo monopolizado pelas universidades públicas. Como é evidente, um estudante estrangeiro que quer vir frequentar um mestrado ou um doutoramento não vai, em princípio, pedir a equivalência para depois vir a frequentar o curso numa privada, a não ser em situações limite de uma escolha prévia muito específica.

E esta situação é tanto mais incompreensível, quando é certo que foi criada, no âmbito da Direção-Geral do Ensino Superior, uma Comissão para tomar decisões genéricas nessa matéria, com a representação específica da APESP de que o Reitor da UAL foi o representante, com base num espírito de cooperação universitária a nível nacional que o Ensino Superior Privado e Cooperativo nunca regateou.

O Reitor deu plena cooperação em todas as reuniões, em perfeito e apoiado pé de igualdade com todos os outros membros da Comissão, o que não pode deixar de ser salientado. Aliás, os membros da comissão foram unânimes no reconhecimento de que a situação era discriminatória e até incompreensível. De facto, que sentido faz, e como foi, por isso tomada a decisão em causa, quando o Ensino Superior Privado pode



estar em pé de igualdade com o Público numa comissão que decide algo, mas fica em desigualdade perante as condições de aplicação dessas decisões?

O segundo exemplo, tão ou mais relevante, dada a sua expressão estratégica e de consequências mais profundas, tem a ver com a aplicação concreta do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e a expectativa negativa de um equilibrado e justo acesso por todos os cidadãos e todas as instituições aos montantes e, sobretudo, aos resultados de aplicação desses fundos.

Confesso que a minha expectativa nunca foi muito otimista. Na “Pronúncia” sobre o PRR que fiz na respetiva Consulta Pública (da qual, aliás, nunca houve qualquer relatório, como é de esperar de qualquer consulta pública) aponte que “logo que foi anunciada a existência de fundos para programas desta natureza, escrevi que tinha alguma esperança que, desta vez, a aplicação desses fundos tivesse um enquadramento transversal à sociedade, em que as pessoas de reconhecida competência, nas várias áreas e especialidades, fossem chamadas a cooperar...

Infelizmente, quando a decisão foi assumida, perdi essa esperança, pois o Senhor Primeiro Ministro de Portugal foi claro no seu objetivo, bem expresso no jornal “Público” (14-12-2020), que transcrevo: “Os fundos europeus vão ajudar a cumprir o Programa do Governo”...

A primeira constatação (que verifiquei nos vários ambientes empresariais e universitários em que estou envolvido) é a de que o programa tem um caráter estatizante, quer pelo critério de apropriação dos fundos, quer pelo tipo de governação que apresenta...

Não se põe em causa a legitimidade democrática de o Governo ter a coordenação política do programa, mas sim se, por um lado, isso impõe, sem alternativa, também a monopolização operacional de todo o programa e, por outro, se esse programa responde prioritariamente aos fins para que foi criado na origem. Por outras palavras, o destinatário desses fundos é Portugal ou é o Governo?

E, no campo universitário, referi a “radical ausência das instituições universitárias que são completamente minorizadas em todo o programa, pois o papel que para elas é

sugerido, quando o é, é sempre de “ir a reboque” sem qualquer participação de liderança ou , ao menos, de parceria.”

Contudo, detetei hoje uma janela de esperança com a criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT) com uma constituição que responde quase integralmente às preocupações que manifesto (o “quase” deriva de entre os universitários não estar nenhum de instituições privadas, mas isso já não se estranha).

Reconheço que as 20 individualidades são uma boa escolha e aí está uma boa amostra para uma presença de peso nas componentes de investigação e inovação que o Programa incorpora. É só aproveitar”, mas para mais adiante, acrescentar: “Contudo, nas fundamentais condições de ensino/aprendizagem no Ensino Superior, muito afetadas pela Pandemia e prejudicando as mais débeis, o Programa é, inaceitavelmente, um deserto”.

O leitor poderá estranhar esta extensa citação neste contexto do tratamento da Internacionalização, mas é bom não esquecer que as ações da internacionalização, no campo universitário, quer no ensino/aprendizagem, quer na I&D, se baseiam em bolsas e projetos apoiados por fundos que devem ser aplicados com equidade e sem discriminação.

Passou algum tempo e não sei se houve alterações significativas no Programa depois da consulta pública, mas já houve algum lançamento de projetos e aí a discriminação existiu, não formalmente, mas por implícito comportamento inadequado das autoridades governamentais.

Aliás, a minha crítica à versão do PRR era dirigida à pouca atenção dada às universidades e ao ensino superior na generalidade.

Nesse sentido, parece não se justificar o argumento de discriminação do privado, pois, em princípio, todo o ensino superior está algo desprezado. Só que, o modo como se lançaram os primeiros projetos, revela bem que não é preciso tratar especificamente desses assuntos, porque as universidades públicas estão no programa do Governo, ao qual, como foi publicamente assumido, o PRR se destina.

Mas o comportamento é mais subtil e, formalmente, criam-se regras que, em princípio, permitem que os projetos estejam abertos a todos. Como sempre, formalmente, parece não existir discriminação, mas na prática, e subtilmente, ela aparece, como já apareceu no lançamento de projetos perto das férias de verão, com um prazo muito curto para apresentação de propostas, aliás, de preparação muito exigente pois impunham (e bem!) ligações interinstitucionais e até empresariais que, obviamente, são difíceis de concretizar.

Quando o concurso foi anunciado, a UAL e a Autónoma Academy, que seria um elemento importante para as ligações ao exterior, concluíram rapidamente que não haveria condições para concretizar um projeto de qualidade, vindo a saber, nessa altura, que universidades públicas já estavam a preparar os seus projetos há mais tempo. Como e porquê?

O assunto será retomado no capítulo final, pois há que não desistir de lutar contra a discriminação, criando-se ligações consequentes para que as condições formais e, sobretudo, os critérios de acesso e seleção não concretizem uma situação para a qual aponta o primeiro sinal de aplicação do PRR e do seu efeito na utilização de fundos de apoio à Internacionalização.

Feitas estas considerações gerais, neste capítulo faz sentido evidenciar os meios logísticos e institucionais dentro da CEU e da UAL especificamente focados em Internacionalização, designadamente dois gabinetes, cujos relatórios se apresentam nos Anexo 14 e Anexo 15.

### **3.1. Gabinete ERASMUS+ e de Mobilidades Internacionais**

O relatório deste gabinete, constante do Anexo 14 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais 2020-2021, está cuidadosamente elaborado e aborda quatro pontos em que o 2º Programa de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+ é a primeira consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional, constituindo a parte mais visível da atividade do gabinete. Contudo, não se devem deixar no esquecimento as tais

tarefas de menor visibilidade incluídas na promoção de redes com universidades parceiras (3º tema) e, menos ainda, o 4º tema – Apoio aos departamentos/unidades da UAL, designadamente no que toca aos diversos pedidos de tradução das várias áreas da UAL e da CEU, bem como as ligadas aos processos de acreditação dos cursos da UAL junto da A3ES, não só pela importância dos assuntos em si, mas também e sobretudo, pela disponibilidade permanente para responder às habituais urgências.

Como é de prever, este gabinete, pela natureza das suas funções, foi altamente afetado pela Pandemia, tendo funcionado sobretudo remotamente. Contudo, demonstrando grande versatilidade e capacidade de adaptação, tem de se considerar que o ano foi positivo nestas vertentes, tendo-se conseguido que as verbas aprovadas na Candidatura ao Erasmus+ para o ano 2021, mas com mobilidade reduzida nesse ano, já que muitos dos alunos adiaram as suas mobilidades para o ano 2021-2022, não fossem perdidas. Para isso conseguiu-se uma adenda ao Contrato Erasmus+ entre a UAL e a Agência Nacional, através do alargamento do período de aplicação para 24 meses, em lugar dos habituais 16.

Não menos relevantemente é de assinalar o sucesso da candidatura para a obtenção da nova Carta Erasmus para o período 2021-2022, um dos pontos específicos da procura da consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano internacional.

A busca dessa consolidação assenta, em permanência, no web site da UAL, em português e inglês, a par de outras informações relevantes de que se destacam as candidaturas Erasmus+, documentos de suporte e informações diversas destinadas a alunos recebidos (“incoming”) quer das universidades europeias quer das brasileiras (mobilidade extraeuropeia).

Acresce ainda, condição essencial para as candidaturas à Carta Erasmus e *Call* 2021, a atualização constante da documentação sobre a UAL no portal ORS (Organisation Registration for Actions Managed by National Agencies).

Naturalmente, como já se salientou, a atividade mais visível e mais intensa é a ligada aos Programas de Mobilidade, com ênfase no Programa Erasmus+.

Ao contrário do que sucedeu nos anos precedentes, não é possível apresentar aqui um relatório relativo ao ano 2020-2021 pois, como já foi referido, a aplicação “anual” do programa estende-se até 31 de maio de 2022.

Contudo, as previsões são otimistas e sinal de uma excelente execução. Assim, prevê-se uma execução de 100% dos 74000 euros contratualizados, mas com uma execução de 120% dos fluxos de mobilidade, fruto de uma gestão inventiva e eficiente que permitiu a saída de 43 alunos no total, acima dos 28 previstos e contratualizados.

A UAL recebeu estudantes de 10 países, 7 da União Europeia, Suíça, Turquia (num total de 59 estudantes, a que acresceram 4 de 3 universidades brasileiras, sendo 2 do Rio Grande do Sul e 1 do Rio de Janeiro (Universidade Cândido Mendes).

De salientar a presença de Espanha, com 17 estudantes (28,8% do total), de 9 diferentes universidades, sendo Castilla la Mancha (com 4 estudantes) a mais representada, seguida da Complutense, Rey Juan Carlos e La Salle (cada uma com 3 estudantes).

Tendo em atenção a proximidade é natural e urgente ampliar este número, numa manifestação de cooperação que promova em conjunto as duas línguas de expressão mundial e o mérito e qualidade crescente das universidades de ambos os países.

Nesse sentido, é de salientar também que o maior contingente de alunos da UAL no programa Erasmus+ (outgoing”) se dirigiu a Espanha (8 estudantes em 17, quase 50% do total), em 4 universidades espanholas, com a maioria em Salamanca (4).

É claro que os números são ainda pouco significativos, mas, em termos de relações ibéricas, representam globalmente um incremento que deve procurar estimular-se, particularmente num ano em que, com naturalidade, devido à Pandemia, o total de alunos em mobilidade diminuiu.

Ainda no que toca à representatividade dos países, saliência para a Roménia (10 estudantes provindos de 2 universidades), a maioria deles em Gestão (8) e, como tem sido frequente, a Itália (também 10, de 4 universidades), agora com relevância para as Relações Internacionais (6), embora como é tradicional, Arquitetura continue com alguma expressão através do Instituto Politécnico de Milão (3).

Aliás, no que se refere às áreas escolhidas pelos estudantes estrangeiros, Arquitetura continua com uma posição de relevo (17, sendo o maior contingente (6) de Espanha e 5 da Alemanha), mas a liderança vai para Gestão (21, com a Roménia a liderar (8), com a presença de estudantes de 7 países).

Também Relações Internacionais tem alguma expressão (19, com a maioria, como já foi referido, de alunos italianos) e, ainda, Psicologia (6) 4 dos quais de Espanha.

Há ainda estudantes noutras áreas, mas com expressão diminuta: Ciências da Comunicação (3), Economia (2), Engenharia Informática e Telecomunicações (2) e Direito (1).

Já no que toca aos estudantes da UAL no programa Erasmus+ a maior presença é em Arquitetura (3 na Alemanha e 3 em Itália) dispersando-se os outros 11 por Ciências da Comunicação (4), Gestão (3), Direito (2), e História (2).

É de referir ainda que quer nos estudantes “ingoing”, quer nos “outgoing” prevalecem claramente as alunas, que representam mais de 60% nas “ingoing” e 58,8% nas “outgoing”.

Como é sabido, o Programa Erasmus+ também se estende aos docentes e funcionários, mas a Pandemia levou a que em 2020-2021 não houvesse aí qualquer mobilidade. Apenas se registou a presença, através do programa, de 10 visitantes de 2 universidades polacas.

A evolução desta mobilidade vai depender, como é natural, da evolução da Pandemia e até, eventualmente, da potencial influência do papel que o ensino à distância e on-line, na sequência da experiência da Pandemia, virá a ter.

Contudo, há a certeza que o Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais, tendo até já em atenção a nova carta Erasmus para o período 2021-2022, continuará o seu excelente trabalho, que o Reitor e a UAL reconhecem, com um agradecimento especial à Dra. Carolina Peralta.

### 3.2. Gabinete de Relações Internacionais Institucionais

Na sequência da decisão assumida no ano transato de criação deste gabinete em conjugação com o das Mobilidades Internacionais, aumentando assim a área institucional mais ligada à área da Internacionalização.

Como era de esperar, também este gabinete foi perturbado pela Pandemia, dados os seus objetivos: “apoiar a internacionalização da CEU/UAL, incluindo o estabelecimento de parcerias, o apoio à realização de conferências internacionais com instituições parceiras e a tradução de documentos”.

Isto mesmo é traduzido no Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete Relações Internacionais Institucionais – 2020/2021, embora parte das funções não tenham sido postas em causa, na medida em que a disponibilidade dos meios digitais permitiram a realização, com maior ou menor dificuldade, da maioria das tarefas necessárias.

Ao contrário, foi o estabelecimento de novas parcerias que mais sofreu, levando a adiamento da assinatura de alguns protocolos e da realização de duas conferências internacionais, inicialmente adiadas para 2021 e, recentemente, para 2022.

Uma delas, adiada para 20 de setembro de 2022, “era promovida pelo grupo *Eurasiaresearch* com quem a CEU tem uma colaboração institucional.

Contudo, este adiamento não pôs em causa as relações com o grupo, já que isso levou à participação de docentes (alguns até como *keynote speakers* em conferências on-line em áreas relevantes como *Research in Life-Sciences & Healthcare, Science and Technology Research e Social Sciences and Humanities*, todas realizadas em abril de 2021.

No que respeita às atividades menos afetadas pela Pandemia, dada a necessidade de tradução imposta pelos processos de submissão de novos cursos apresentados à A3ES, bem como a exigida tradução das pronúncias na sequência dos cursos submetidos e, ainda, como foi o caso dos Doutoramentos em Business Economics e Psicologia, a tradução dos recursos e pareceres jurídicos a eles associados.

No plano de apoio à área do ensino, o gabinete realizou a tradução de dezenas de certificados e diplomas, sendo ainda de salientar a relação com a Autónoma Academy, quer no que toca à tradução dos diversos cursos aí ministrados, quer de documentos que figuram no seu site.

Por último, há que salientar o apoio a docentes e investigadores na tradução ou revisão de artigos, particularmente nas áreas de engenharia e de economia, bem como à Revista Estudo Prévio, do Departamento de Arquitetura.

Espera-se que a evolução da Pandemia permita que se desenvolvam mais parcerias internacionais na realização de conferências de investigação em várias áreas, ao mesmo tempo que possa, de algum modo, ser aliviada a pressão da tradução que este ano se sentiu.

Conhecedor dessa pressão de permanente urgência de traduções, asem atender a calendários e dias de descanso, o Reitor quer expressar à Dra. Isabel Silva o seu profundo reconhecimento pela contribuição dada à UAL.



## 4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade

Este capítulo do relatório procura descrever e perspetivar o papel da UAL na vida dos seus estudantes no que toca ao desenvolvimento da noção de cidadania, já que este conceito incorpora, ou deve incorporar, a inserção e vivência de cada cidadão como membro vivo de uma sociedade solidária.

Contudo, quando habitualmente se aborda esta questão, muitas vezes ficamos confinados ao papel que a universidade deve ter em contribuir para o mercado de trabalho de uma maneira eficiente.

De facto, quando se olha para os questionários da A3ES, o que emerge é a preocupação com o nível de empregabilidade dos estudantes e, no caso de novas propostas, as perspetivas de empregabilidade, com relevância para os estágios dos estudantes e o acompanhamento que é feito pela instituição.

Não se põe em causa a necessidade e o mérito destes objetivos, mas estão longe de abarcar a real função da universidade como integradora dos seus estudantes no seio da sociedade, por duas razões de natureza diferente.

A primeira prende-se com o perene problema da função da universidade na sociedade: produtora de profissionais ou criadora de pensamento crítico e conseqüente inovação?

O pragmatismo que existe na sociedade, aliado a uma visão de curto prazo, claramente prevalecente, faz com que, na generalidade, a escolha dos estudantes, por si ou por influência familiar ou social, conduza à primeira opção na pergunta anterior.

Mais do que discutir se a opção é certa ou errada, atendendo às circunstâncias, importa perguntar antes se a pergunta ainda (ou alguma vez) faz sentido.

Se olharmos para os critérios que, nas avaliações institucionais das universidades, bem como nos currículos dos professores aquando dos concursos de progressão na carreira, verificamos que aparecem investigação, ensino, funcionamento interno da instituição e serviço à sociedade.

Independentemente do modo com cada um destes objetivos é definido (e haveria muito a discutir neste ponto) parece claro que a verdadeira inserção de estudantes na universidade implicará algo mais que o desenvolvimento de aptidões para conquistar um emprego.

A segunda razão está ligada à alienação da evolução temporal das tecnologias e do seu efeito em toda a sociedade, designadamente nas estruturas empresariais e sociais que determinam atividades individuais e coletivas que, frequentemente, não são as que, uns anos antes “estavam na moda” e, por isso, foram escolhidas pelos estudantes. A “empregabilidade”, o que quer que isso seja, de “hoje” é diferente da de “amanhã” que o estudante tem de ter em conta, não só na escolha do curso, mas na flexibilidade que deve ter para, no futuro, se ir adaptando às mutações da atividade económica e das condições sociais.

Claro que a situação estará tanto mais facilitada para o estudante quanto mais aberto e flexível for o próprio sistema de escolha, o que está longe de acontecer gradualmente.

Quando referimos flexibilidade estamos já a falar do presente, pois parece claro que a evolução tecnológica e a digitalização da economia, que se baseiam no conhecimento e nas competências pessoais (que têm de ser permanentemente atualizadas), fazem com que a ideia de “empregabilidade” mude em muitas áreas da economia. Aí o “capital humano” é tão ou mais relevante que “capital financeiro”, de modo que, mesmo colocado no âmbito de uma organização o “empregado” é um “ativo” da organização, mas com autonomia para tomar as suas próprias decisões, incluindo, como crescentemente se vê, lançar-se sozinho ou em grupo, em novas organizações ou mesmo decidir mudar para outras, como bem se evidencia pela chamada “caça aos talentos” de que tanto se fala.

Isto significa que mais que “empregabilidade” está em causa, efetivamente, a preparação dos estudantes para a sua inserção ativa na vida económica, e não necessariamente para uma inserção profissional específica na sociedade.

Este é um desafio a que a Universidade tem de saber responder, bem como toda a legislação que enquadra o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, designadamente as ligadas às Agências de Acreditação e Financiamento da Investigação.

É evidente que este é um passo que exige uma mudança e uma adaptação social, sem embargo de se reconhecer que, por ora, o papel da “inserção profissional” é prevalecente.

Daí a existência na UAL de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), cujo relatório de atividades se apresenta no Anexo 16 - Relatório de Atividades do GIP - Gabinete de Inserção Profissional, chamando-se, desde logo, a atenção para as dificuldades que a Pandemia criou ao seu funcionamento, superadas pela diligente atuação que tornou possível um funcionamento quase regular, que o Reitor salienta e agradece à responsável pelo GIP, Dra. Cecília Dias.

Do conteúdo do relatório em anexo há que salientar a celebração, com entidades e empresas, de 3 protocolos de cooperação e 77 protocolos de estágio, evidenciando estes últimos a preocupação pela tal inserção profissional em atividades específicas.

Os três protocolos de cooperação foram de natureza diferente: dois deles mais especificamente ligados a áreas científicas (Comunicação e Gestão do Desporto), mas um terceiro ligado à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciências e Cultura (OEI), numa perspetiva mais alargada que se saúda, com uma lógica de internacionalização que a UAL tem assumido como estrategicamente relevante.

No que respeita aos estágios, a grande fatia vai para a área da Gestão do Desporto, com 53 (cerca de dois terços do total), envolvendo vários tipos de entidades, desde clubes desportivos a municípios, federações e associações desportivas e empresas.

A segunda área mais representativa é a Ciências da Comunicação, com 11 estágios, tendo a área de Informática e de Relações Internacionais 4 cada, Gestão e História duas cada uma e Gestão de Unidades de Saúde 1 estágio, num hospital privado.

Para além desses estágios, o GIP proporciona aos estudantes, pelo do site institucional da UAL, através de páginas ligadas a redes sociais e profissionais, ofertas de emprego (42) e de estágios (85), a grande maioria ligada a empresas.

Acresce ainda a referência a 4 bolsas para participação no Programa EIA – European Innovation Academy, atribuídas pelo Santander Universidades.

É de salientar, também, o atendimento e apoio específico aos alunos, durante o confinamento, na preparação de candidaturas, elaboração de currículos e inscrições.

Finalmente, confirma-se a dificuldade em definir uma taxa de empregabilidade, mesmo na sequência de estágios, já que quer os candidatos, quer as empresas, não comunicam ao GIP, apesar de solicitação nesse sentido, a eventual passagem de estágio à condição de empregado.

## 5. Avaliação/Acreditação

O Reitor entende que, neste ponto do relatório, não deve repetir tudo o que, ao longo de vários anos, tem exposto sobre este assunto, quer sobre a sua absoluta necessidade e importância, quer sobre o modo de regular e operacionalizar estas funções, infelizmente ainda muito longe do que seria desejável, sem falar na discricionariedade, quando não discriminação, de muitas decisões que nesse âmbito têm sido tomadas.

Por isso, neste ponto, relatar-se-ão, sobretudo, as tarefas realizadas relativas aos processos de renovação e acreditação dos cursos em funcionamento, bem como a sua situação atual (em 22-01-2022), as visitas realizadas pelas CAE, a submissão de cursos novos e os pedidos especiais de renovação e acreditação de ciclos de estudo não-alinhados - Processos PERA, constante do Anexo 18 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2020/2021.

Importa, antes de tudo, salientar também que este ponto do relatório não pode ser desligado das atividades de investigação (referidas noutros pontos do relatório) que são, em boa parte, avaliadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que acaba por ter um papel decisivo na acreditação dos cursos do 3º ciclo.

Do mesmo modo, mas mais no plano interno de avaliação do funcionamento dos cursos e dos processos de docência, importa fazer referência às questões da Qualidade – obviamente centrais em qualquer projeto de avaliação/acreditação – com repercussões óbvias nos processos formais de avaliação e acreditação dos cursos e, sobretudo, da instituição. Os passos dados nesse sentido constam do Anexo 17 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2020/2021.

Como se referiu, o Anexo 18 descreve em pormenor a situação dos cursos nos anos mais recentes, havendo a salientar, no presente ano letivo, a entrega dos relatórios de follow-up do 2º ciclo de Direito, do 1º ciclo de Informática de Gestão, a informação adicional do 1º ciclo de Engenharia Informática e Telecomunicações requerida pela CAE respetiva.

No que toca às decisões assumidas pela A3ES no período em análise, há que referir a não acreditação do 3º ciclo de Psicologia, incluindo a negação de provimento do recurso apresentado, a não acreditação do 3º ciclo de Engenharia Informática e Telecomunicações, o 3º ciclo de Direito, o 2º ciclo de Direito Empresarial, o 2º ciclo de Política Internacional (Ensino à Distância) e o 3º ciclo de Economia e Gestão Empresarial, incluindo, também, a negação ao provimento do recurso apresentado.

Em sentido contrário, foram acreditados o 2º ciclo de Direito, Ciências Jurídico-Policiais (acreditado por 3 anos) e o 3º ciclo de Arquitetura (acreditado por três anos).

Foi, entretanto, apresentado um 3º ciclo de Património, Tecnologia e Território (Ensino à Distância), submetido e em apreciação preliminar.

Também no período em análise foi confirmada a acreditação (por 6 anos a partir de 31 de julho de 2019) dos 1º e 2º ciclos de Relações Internacionais e a não acreditação do 2º ciclo dos Estudos de Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais.

De assinalar, ainda, a decisão do Conselho de Administração da CEU/UAL em descontinuar o curso de 1º ciclo de Administração de Unidades de Saúde, com a respetiva informação à A3ES.

Finalmente, no âmbito dos processos PERA, há a assinalar a acreditação do 3º ciclo de Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (acreditação por 4 anos).

Como foi afirmado no início deste ponto, o Reitor não vai fazer uma análise específica das decisões assumidas, que já estão, em geral, devidamente adjetivadas nessa afirmação e que serão integradas nas considerações estratégicas que integrarão o capítulo final deste relatório.

No entanto, não pode deixar de ser assinalado, desde já, o que se tem passado com o 3º ciclo de Economia e Gestão Empresarial (“Business Economics” em Inglês).

Esta proposta (que já é a segunda) foi, ao contrário da primeira, liminarmente rejeitada pela A3ES, não tendo sido, portanto, avaliada, já que nem uma CAE foi nomeada, algo que nunca tinha sucedido. A situação é particularmente gritante porque a proposta (tal como a primeira, aliás, rejeitada por uma CAE manifestamente sem a capacidade

necessária e suficiente para uma avaliação exigente, mas competente) foi cuidadosamente preparada, melhorando claramente a primeira, ancorando-se na evolução apreciável de um Centro de Investigação criado há pouco mais de dois anos, incluindo o lançamento de uma revista nas áreas científicas em causa.

Naturalmente a UAL reagiu através de uma pronúncia à recusa liminar apresentada, invocando erros formais no calendário de aplicação de algumas das disposições do Decreto-Lei nº 65/2018, só tendo obtido resposta muitos meses depois, o que é obviamente inaceitável.

Independentemente de todas estas decisões e até arbitrariedades, o Reitor não quer deixar de agradecer profundamente toda a competência, diligência e resiliência, para além da constante disponibilidade, do Professor Doutor José Subtil e da Mestre Telma Ruas, bem como aos colaboradores da UAL, designadamente nas traduções, na concretização da apresentação das propostas à A3ES.

Naturalmente, são credores do apreço e dos agradecimentos do Reitor os construtores das propostas, designadamente as dos 3ºs ciclos, pelo peso da preparação e de contactos mais exigentes, cujos esforços foram, nalguns casos como já está evidenciado, desrespeitados.

Já foi evidenciado o papel da Qualidade no valor intrínseco dos cursos e da investigação numa instituição universitária, pelo que, há que retomar, com base no Anexo 17 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2020/2021, a situação da UAL nesse campo.

Por uma questão de justiça, o Reitor não pode deixar de reconhecer que, face ao descrito no relatório relativo ao ano letivo precedente, passos relevantes foram dados. Em particular, evidenciar o maior empenhamento dos docentes e investigadores da UAL na construção inalienável do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ), sem o qual a acreditação institucional definitiva da UAL não pode ocorrer.

Antes de chamar a atenção para alguns dos pontos do relatório do Anexo 17 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2020/2021, do Gabinete da Qualidade, o Reitor quer deixar bem patente o seu apreço e reconhecimento pelos esforços contínuos,

sem desfalecimento, no sentido da concretização do SIGQ, do Dr. Fernando Martins, como membro da Administração da CEU e do Eng<sup>o</sup> João Moura Ferreira e Dra. Rita Trindade do Gabinete da Qualidade.

Por outro lado, e reconhecendo os avanços feitos relativamente ao ano precedente, o Reitor não pode, nem quer, deixar de manifestar a sua preocupação pelo facto de haver ainda um número não despreciable de docentes/investigadores que não respondem às exigências do sistema ou que não respondem atempadamente, pondo em causa todos os esforços comuns.

É particularmente preocupante o que se passa com a aplicação da Avaliação dos Docentes, sem embargo de reconhecer que foi sempre, e continua a ser uma situação delicada, pelas implicações potenciais que os docentes/investigadores receiam.

Também reconhece que o sistema em vigor tem de sofrer adaptações e melhorias que serão tanto mais robustas quanto a sua aplicação for mais alargada.

Por isso, independentemente das insuficiências do atual formato, entende-se mal que continue a haver uma significativa relutância ao preenchimento dos respetivos questionários. De facto, esse questionário foi longamente preparado, com pré-projectos, com a participação dos diversos departamentos e com a garantia dada de que só em situações claramente extremas e devidamente provadas, haveria consequências da avaliação dos resultados dos questionários nesta primeira aplicação formal, cuja realização urgente é crucial.

Um Sistema de Garantia da Qualidade é composto por um conjunto coerente de temáticas que têm de ser observadas globalmente. Mas também é um processo de crescimento e de melhoria interna da instituição. Por isso, como sistematicamente tem sido afirmado e garantido, o objetivo da Avaliação dos Docentes/Investigadores é a melhoria da qualidade pedagógica e de investigação dos docentes/investigadores.

No sentido de concretização dessas melhorias, está também a melhoria dos próprios processos de avaliação, só possível pela passagem do teste de aplicação.

Por isso, o Reitor apela veementemente à colaboração de todos, com a garantia do seu empenhamento na melhoria dessas condições de avaliação.



Entrando, agora, no conteúdo do já referido Anexo 17, realizado novamente em condições perturbadas pela Pandemia, há que salientar a realização do Conselho de Avaliação da Qualidade, para apreciação da situação e formalização do Planeamento da Qualidade para o ano letivo.

No relatório salienta-se, naturalmente, o papel imprescindível das FUC (Ficha da Unidade Curricular) e das RUC (Relatório da Unidade Curricular) que são as peças de partida para todo o processo de construção do Sistema.

Da leitura depreende-se que o problema das FUC foi praticamente resolvido, enquanto o das RUC foi melhorado, mas não sem embargo de aí se reconhecer que a conjugação dos efeitos da Pandemia com algumas dificuldades ao nível informático possa ser responsabilizada pela situação, que se espera seja rapidamente superada.

Salienta-se também, a questão da Avaliação de Funcionários não Docentes da UAL que, de acordo com o relatório, sofrem algum atraso por questões que revelam bem a natureza integrada de todo o sistema e, portanto, pela necessidade, em primeiro lugar, de um modelo bem articulado e, em segundo lugar, do seu pronto e adequado cumprimento.

É neste contexto que convém lembrar que o RADD – Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da UAL – foi publicado no Diário da República em 16 de julho de 2021, e que é nesse quadro legal (cristalizado pelo formato da avaliação nessa altura) que a primeira avaliação foi lançada.

Não esquecer, entre as importantes atividades do Gabinete da Qualidade, o lançamento e tratamento dos Inquéritos aos Estudantes, agora também com adaptações dos questionários pedagógicos ao contexto do ensino à distância, bem como a sistematização das propostas de melhoria que daí resultem e que devem ser elaboradas e postas em vigor pelos respetivos departamentos. É uma ação já com uma experiência significativa, que é tida em conta noutros pontos deste relatório, que a Pandemia também afetou, mas cujo nível de preenchimento tem que ser claramente melhorado, tanto mais que os valores atingidos ultimamente, mesmo antes da

Pandemia, estavam longe de ser satisfatórios, ainda por cima com variações entre os dois semestres.

Também é de assinalar o lançamento e a análise dos resultados dos Inquéritos de Satisfação a Docentes e Investigadores que são uma peça relevante para a gestão universitária e um complemento útil dos outros inquéritos sobre os docentes/investigadores.

O Sistema Interno de Garantia da Qualidade deve abranger toda a comunidade CEU/UAL, sendo relevante para o reconhecimento da UAL, não só do ponto de vista institucional, mas também do ponto de vista da qualidade dos seus cursos, do seu nível de investigação e do modo como se enquadra na sociedade em que se insere.

O Reitor espera que todos nos envolvamos na adequada concretização desse sistema, não só pela inalienável necessidade dos reconhecimentos dos ciclos de estudo, mas principalmente por poder contribuir para a melhoria da qualidade dos seus cursos e da generalidade das suas atividades.

O Gabinete da Qualidade tem o seu papel neste campo e o processo de comunicação é cada vez mais decisivo. Daí a valorização do lançamento da Newsletter da Qualidade, sendo importante saber o seu grau de recetividade e o modo como se valoriza essa comunicação.

Finalmente, são de salientar as atividades externas à CEU/UAL no campo da Qualidade, designadamente o acompanhamento das atividades do CS/11 – Comissão Setorial do IPQ para a Qualidade no Ensino.

## 6. Considerações Finais

Contrariamente aos relatórios anteriores, o último capítulo (tal como está referenciado ao longo de todo o relatório) não será designado por “Reflexões Estratégicas” por três razões:

A primeira é que, como ficou bem vincado ao longo do tempo, em muitos dos capítulos, a enumeração e discussão dos assuntos focados conduziu a abordagens estratégicas, mesmo que não muito aprofundadas.

Em segundo lugar, e dado o facto de, como se refere na Introdução, o relatório ter sido escrito em pleno funcionamento do ano letivo 2021/2022, acaba por influenciar situações que teriam componentes estratégicas a um ano de vista, mas que sendo vividas, algumas delas, já na feitura no relatório, são observadas com uma lógica de aplicação e não como perspetiva futura. Daí que, em vários pontos do relatório, se refira que algumas dessas situações serão retomadas neste capítulo, o que, obviamente, será feito.

Finalmente, a terceira razão decorre da disponibilidade dos vários relatórios dos Coordenadores de Curso, em particular a referência a critérios típicos de análise SWOT, alguns dos quais são fonte de reflexão.

Todas as razões acabam por evidenciar que o que, em termos de expressão estratégica, designadamente no que toca ao seu desenvolvimento no ano letivo de 2021/2022, normalmente, apareceria como “perspetivas para o ano letivo 2021/2022” já vem, frequentemente, descrito como vivências, mais do que como perspetivas. Nesse sentido, já são mais uma reflexão crítica do que estratégica, cabendo aqui, em particular, as contribuições dos relatórios dos Coordenadores de Curso.

Neste contexto, parece dever salientar-se um reconhecimento bastante difundido da necessidade de aumentar o nível de internacionalização, ao mesmo tempo que são referidas dificuldades, desde a deficiência de conhecimentos de inglês por parte dos estudantes e até de docentes, o que põe em causa, muitas vezes, a possibilidade de lecionar cursos em inglês, se esse for o objetivo, até à dificuldade em estabelecer, como seria desejável, parcerias internacionais.

Naturalmente reconhece-se que, nas atuais condições de conseguir publicações com visibilidade internacional, esta deficiência é mais um óbice à concretização dessas publicações pelos docentes/investigadores da UAL. Mas não pode deixar de se salientar que não será essa a principal causa do relativo baixo nível de

internacionalização da UAL no campo das publicações, apesar de, sobretudo nalgumas áreas científicas, alguns passos positivos já tenham sido dados.

Nalgumas áreas científicas em que a relação com a sociedade civil e as empresas está mais integrada no processo de ensino/aprendizagem, como é o caso da existência de estágios curriculares, salientam-se algumas dificuldades de concretização, surgindo, por vezes, uma posição discriminatória quando se compara a situação com o ensino estatal nas mesmas áreas. Contudo, essa dificuldade tem sido superada com protocolos com entidades de diversos tipos que têm mantido uma abertura aos estudantes da UAL que se agradece, sem que, no entanto, se deixe de reclamar a paridade com o ensino estatal.

Em certas áreas é também referida a dificuldade na contratação de novos docentes, sobretudo por causa de uma concorrência muito forte, resultado, na maioria dos casos, de um défice de oferta nessas áreas, situação de difícil resolução a curto prazo, mas a que é necessário dar a devida atenção.

A Pandemia também deixou o seu rasto, sendo salientada a necessidade de melhoria contínua dos conteúdos *on-line*. Mas, a referência mais objetiva e interessante, que é um bom indicador do inconveniente pedagógico, para não falar os problemas de socialização dos estudantes e da comunidade, vem de Arquitetura, em que a não presença física causou alguns problemas de rendimento dos estudantes, dada a natureza do processo de ensino/aprendizagem que lhe é característico, tendo havido mais retenções, sobretudo em anos iniciais, do que o normal. É um desafio que se põe no caso de se pensar em cursos híbridos ou a distância.

Uma nota final, neste contexto, que tem a ver com a investigação na UAL e que será tratado a seguir. Fica, desde já, o registo do reconhecimento, nalgumas áreas de insuficiente cultura de investigação nalguns docentes, não participando em projetos, nem criando equipas de investigação entre docentes com a incorporação de estudantes de mestrado e de doutoramento.

Passando agora às referências aos diversos assuntos ao longo do relatório, para além do problema da investigação e da sua ligação aos diversos ciclos de estudos, há que

salientar que o funcionamento menos eficaz do Conselho Pedagógico é também resultado da sua composição e características de funcionamento determinadas pelo atual Estatuto da UAL. Daí a necessidade de partir para uma alteração, tendo-se já proposto e ensaiado uma estruturação e um processo de funcionamento alternativos, que visam garantir uma presença mais continuada dos estudantes, ao mesmo tempo que distingue o funcionamento entre ciclos de estudos.

Aliás, o Estatuto atual, tendo em atenção a evolução do funcionamento e das condições legislativas e regulamentares a que está sujeito, umas vezes por imposição, outras vezes por ausência, tem evidenciado alguns desajustamentos a que é conveniente tentar ultrapassar através de uma cautelosa proposta de reformulação, que tem muito a ver com a própria governação da UAL e a sua ligação à CEU.

Procurando, agora, retomar algumas referências ao longo do relatório que remetiam para este último ponto, deve começar-se por dar evidência a Anexos que apresentavam já as suas perspetivas de evolução para o ano de 2021/2022.

Assim, a Autónoma Academy, em plena sintonia com o enquadramento deste relatório, perspetiva o futuro tendo em atenção a incerteza do efeito da Pandemia e da crise atual, sobre os padrões de formação pós-graduada e do interesse das empresas e das organizações, sem falar da melhoria das competências profissionais dos indivíduos, na lógica da aprendizagem contínua.

Apesar dessa incerteza, aponta caminhos centrados na realidade atual, destacando-se a plena integração dos processos relativos à ESFEM, exigindo reforço de recursos humanos. Por um lado, há um desafio garantido de buscar novas práticas e um novo modelo de ensino/aprendizagem, com acompanhamento individualizado dos alunos, o que parece exigir o recurso a serviços externos, sem embargo de a coordenação e o controlo estarem sempre nas mãos dos colaboradores da Autónoma Academy.

Em termos de volume de atividade e devidamente ponderadas as incertezas, aponta-se para uma atividade do mesmo nível do ano 2020/2021, embora com um ligeiro aumento do número de alunos, com interessantes perspetivas de receitas a

atingir quase 1 milhão de euros, que poderão proporcionar um excedente da ordem de 300 mil euros que justificarão um investimento no já referenciado projeto de busca de novos métodos de ensino.

Por último, é afluído o problema da potencial integração do IAO (Instituto de Artes e Ofícios), tendo em conta a sua reestruturação e o seu posicionamento no contexto da CEU, mas os contornos são ainda indefinidos.

Também a Biblioteca e os Serviços Editoriais, como foi assinalado, apresentaram os seus planos de atividades para o ano seguinte, numa trajetória consistente com a estratégia que tem estado na base da sua evolução, face, em particular, aos desenvolvimentos da digitalização.

Neste âmbito, destaca-se o que é designado por Objetivo 4 relativo à Promoção da Biblioteca Digital, incorporando a divulgação do site da Biblioteca e participação nas redes sociais, na divulgação das Bases de Dados e dos recursos assinados pela universidade, bem como a promoção da utilização dos recursos da Biblioteca Virtual. Este objetivo é acompanhado pelo desenvolvimento dos outros objetivos usuais da Biblioteca, no seu papel de apoio ao Ensino e à Investigação, impondo-se também uma adequação e desenvolvimento do fundo documental e dos espaços físicos, bem como a sua cooperação no reforço de promoção de parcerias departamentais e institucionais.

No que toca aos Serviços Editoriais, há uma manutenção da estratégia, procurando incentivar e aumentar os índices de publicação científica e avançar com o processo de migração das publicações da UAL para o Open Journal System e para o Open Book System.

O conjunto das restantes referências é aqui retomado através de uma abordagem integrada de problemas centrais à existência de uma estratégia coerente da UAL e consistente quer com a sua própria governação, quer com a da sua ligação ao universo CEU.

Neste contexto, emergem com maior ênfase os problemas e respetivas conexões da carreira docente, da acreditação de ciclos de estudo, da internacionalização e da

política de investigação que acabam por, tendo em atenção o contexto externo, nacional e europeu, pôr em causa algumas inadequações, ou mesmo restrições, dos Estatutos da UAL e até de alguns regulamentos mais recentes de enquadramento do funcionamento da UAL.

Envolvendo todo esse conjunto estão, naturalmente, os desafios da transição digital, com novos modelos de ensino/aprendizagem, internacionalização do ensino e da investigação, alterações na gestão universitária e nos processos de avaliação.

No campo da estruturação dos cursos, abrem-se perspectivas diferenciadoras, desde cursos presenciais a cursos a distância, passando por cursos híbridos de várias naturezas que constituem um verdadeiro desafio às agências de acreditação, bem como, e sobretudo, aos docentes que têm de reconfigurar os seus métodos de ensino e de contacto com os estudantes, configurando-se, cada vez mais, a desejada lógica de ensino/aprendizagem.

Esta evolução potencial permite uma maior internacionalização dos cursos e, portanto, uma maior concorrência entre os cursos, com grande ameaça do domínio crescente das universidades de maior expressão internacional. Contudo, tendo em atenção o papel da língua no processo de ensino/aprendizagem, será possível uma diferenciação potenciadora de não despreciadas possibilidades de presença significativa de outras instituições, não sendo de esquecer as enormes e desejáveis possibilidades de cooperação interinstitucionais.

Estes ambientes de profunda transformação devem permitir a libertação e concretização de ideias inovadoras que podem ser coartadas pelo imobilismo ou falta de capacidade de adaptação das regras de funcionamento, designadamente as das agências de acreditação. Infelizmente, e no que toca a Portugal e em particular nos cursos a distância, este receio parece ver confirmada a sua legitimidade.

Na envolvente externa, em particular na União Europeia, o desenvolvimento do Processo de Bolonha tem tido algumas inconsistências, designadamente o continuado isolamento da Área Europeia de Ensino Superior e a Área Europeia de Investigação, apesar dos constantes apelos de há mais de uma década dos Ministros do Ensino

Superior e Investigação Científica europeus para que haja uma clara cooperação entre ambas, o que seria consistente com as exigências de acreditação dos diversos ciclos de estudos que, incorporam ambas as vertentes. Recentemente houve mais uma abordagem do assunto que culminou com o nascimento de mais uma área – a Área da Inovação Europeia, ficando-se a aguardar que isso contribua para uma cooperação horizontal das diversas atividades, incluindo a ligação do ensino superior à sociedade, mas correndo o risco de, em vez de duas áreas separadas, passarmos a ter três.

É neste contexto que, há vários anos, desde a Declaração de Salzburg, que a EUA (Associação Europeia das Universidades) tem vindo a propor a criação de Escolas Doutorais, separando os 3ºs ciclos dos 2º ciclos, dando um papel fundamental à investigação na construção dessas escolas, aparecendo como caminho a percorrer a transformação digital da informação e do ensino doutoral, um papel central e de unificação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a busca da defesa da equidade, diversidade e inclusão.

Tudo isso apontando para uma dinâmica de desenvolvimento institucional flexível, mas com a garantia de qualidade assegurada por um processo de avaliação justo e equilibrado.

Quando se comparam estas prospetivas com o enquadramento legislativo, regulamentar, de avaliação e de acreditação em Portugal, bem como a posição individualista das diversas instituições de ensino superior, facilmente concluiremos que estamos ainda muito longe do caminho apontado.

Assim, olhando para o enquadramento exterior nacional, encontramos tanto do ponto de vista formal, como de atuação, demasiadas inconsistências e imposições que limitam a necessária e tão apregoada autonomia universitária, para que as instituições possam, com responsabilidade e qualidade, devidamente avaliada, adaptar-se a estes novos desafios.

Do ponto de vista formal, o tão decantado Decreto-Lei nº 65/2018, em si mesmo ou, sobretudo, quando cotejado com outras peças legislativas, é um “poço” de contradições e conseqüentes limitações à assunção de estratégias autónomas das



instituições de ensino superior, com influência negativa na criação das condições que o próprio decreto exige para o funcionamento dessas instituições.

Não cabe nestas considerações finais dissecar esse decreto-lei para evidenciar essas limitações, mas não podemos deixar passar em claro algumas dessas situações.

A mais inconsistente e limitativa de todas, teve uma maior visibilidade no aparecimento de decisões da A3ES de “não acreditação liminar” de 3ºs ciclos, resultante da exigência de um curso estar ancorado numa Unidade de Investigação da própria universidade, com a classificação mínima de Muito Bom, no contexto da avaliação dessas Unidades num ciclo de avaliação quadrienal, ainda por cima destinado a um financiamento seletivo e limitado.

Ela é limitativa porque, quer se queira quer não, a existência de um orçamento limitado acaba por obrigar, implicitamente, a estabelecer um “ranking” baseado também no custo de oportunidade de uma eficiente aplicação dos fundos escassos, o que favorece as unidades já bem instaladas e com “boa imagem”, dificultando novas entradas.

De facto, aceitando que deve haver um “bom” nível de investigação (porquê logo um “muito bom” nível para uma Unidade nova que, assim, já tem de “nascer crescida”?), o que impõe uma avaliação específica de cada Unidade, não integrada num fluxo de projetos concorrentes a um financiamento. Deve ser uma avaliação medindo, exclusivamente, o mérito absoluto da Unidade e não o mérito relativo.

A limitação, particularmente no caso de novas propostas de cursos de 3ºs ciclos, é ainda mais clara no quadro temporal, já que, dado o calendário de avaliações da FCT, uma Unidade que seja registada logo a seguir ao primeiro ciclo de avaliações da FCT, tem de esperar 4 anos para ser avaliada e poder, no caso de sucesso na avaliação, fornecer a base necessária para apresentação de uma proposta de doutoramento.

Como a apresentação de novas propostas para acreditação é anual, restringe-se, assim, a possibilidade de apresentação de novas propostas de criação de cursos. Isto não sucederia se, uma vez que o decreto-lei nº 65/2018 acaba por conferir à FCT a responsabilidade de decidir quando e se uma proposta pode ser avaliada por uma CAE,

a FCT assumisse, de facto, essa responsabilidade de ser parte crucial do processo de acreditação, avaliando proposta a proposta, ano a ano, o que, obviamente, não faz.

O que, de facto, acontece, é aproveitar, com absoluta inconsistência, um concurso para obtenção de financiamento para, com os critérios logicamente estabelecidos com essa finalidade, classificar uma Unidade.

E cá caímos na referida inconsistência que tem várias vertentes, a menor das quais não é um incentivo para as instituições de ensino superior optarem por uma visão de curto prazo que pode acabar por ser “perversa” no que toca quer à concretização efetiva de uma estratégia de investigação bem ancorada na instituição, quer ao resultado final dessa visão de curto prazo que pode, também, levar ao resultado contrário ao esperado com a apresentação de propostas de doutoramento. Pode assim frustrar-se quer o desenvolvimento de um processo de investigação dentro da instituição, quer o objetivo de ver acreditado um doutoramento que “sacrificou” esse potencial processo de desenvolvimento.

Esta dupla consequência pode, com efeito, resultar do comportamento benigno do Artigo 29º do referido decreto-lei, aplicando a alínea c) do nº 2 em que a condição exigida é “a integração mínima de 75% dos docentes do doutoramento em Unidades de Investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou especialidade, obtido na sequência de avaliação desenvolvida para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.”.

Com a eventual estratégia de colocação dos melhores investigadores em Unidades de outras instituições pode conseguir-se a não rejeição liminar, mas não se garante a acreditação do curso, sendo que a única certeza é a “desnatação” das unidades de investigação próprias, comprometendo o disposto na já referida alínea d) do nº 2 do Artigo 29º.

Ainda no campo da inconsistência e regressando à FCT, o Reitor não pode deixar de repetir o que tem escrito em outros relatórios: o Decreto-Lei nº 65/2018 invoca no seu preâmbulo “um conjunto de recomendações apresentadas pela OCDE em fevereiro de 2018...” e “Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE, é

essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior...”.

Ora, o que a OCDE apresentou na data referida foi apenas um “Draft” que foi alvo de discussão longa e aberta, tendo o Reitor participado em duas dessas sessões, e que explicitou claramente “This note is a summary of the findings and main recommendations of the review. It is a draft document for consultation purpose only.

The document reflects the results of the Review at a pre-final stage and has not yet benefited from the comments of the Portuguese authorities.”

Assim, é ilegítimo considerar que esse “draft” contém as recomendações finais da OCDE, já que o relatório final é posterior à data de publicação do decreto-lei em causa.

E, no que toca à FCT, importa relembrar o que o relatório final contém:

- “Policy Issue 3.5 “*Funding allocation process at agency level are not adequate to implement national priorities*”

E em texto “FCT effectiveness is also hindered by the types of linkages established, upward, with its line ministry (MCTES) and, downward, with the research communities. This configuration results in a low level of effective autonomy of the agency vis-à-vis both its ‘principal’ and its ‘beneficiaries’:

- There is no formal process for the ministry to convey strategic orientations and targets to its research agency and the head of FCT is also responsible for serving as the Director General for Research at MCTES. In many OECD countries, agencies are separate from their line ministry, and are governed by performance contracts negotiated between the agency and the ministry.
- The independence of the FCT from the scientific communities represented in its Scientific Councils is undermined by the agency’s internal governance arrangements. These are characterised by fragmentation between disciplines and the absence of strong power at the strategic management level of the agency.”

Em caixa: **“Recommendation to ensure predictable and strategic funding environment for the HERI system”**.

**“3.6. Reform the FCT, increasing its capacity to effectively balance national research priorities and the priorities of the nation’s scientific research communities.**

The institutional arrangements between FCT and MCTES should allow the ministry to provide clear guidance and associated resources to the agency on a multi-annual basis and monitor the performance of the agency in implementing these orientations. Such arrangements could take the form, for instance, of multi-annual letters of assignment or performance contracts negotiated between FCT and MCTES, setting out clear objectives and planned resources in line with the national knowledge strategy.

The independence of FCT in the fulfilment of these objectives should be strengthened by institutional reforms such as the dissociation of the roles of Director General for Research Planning and President of FCT. More radical reforms could also be considered, including a change of the current ‘Public Institute’ status of FCT, which provides only limited administrative and financial autonomy, into a public Foundation status. The latter option would also increase its operational flexibility.

The capacity of FCT to put in place the necessary measures to fulfil the objectives assigned to it should be also strengthened by changes of its internal organisational structure to ensure increased autonomy vis-à-vis the scientific communities it funds. A key condition of this autonomy is a clear separation between the “scientific evaluation” bodies and the “decision making” bodies that assign the indicative allocations of resources per areas, instruments. Potential options include notably the creation of an FCT “General Advisory Council”, with a broader scope and stronger role than the current Conselho Consultivo, and changes to strengthen the FCT “Governing Board” (Conselho Directivo) with the appointment of additional members.

Wider autonomy vis-à-vis funded scientific communities should be complemented by a review of its scientific panel structure, to ensure that the FCT is capable of responding effectively to new knowledge needs, and to a range of research communities that are applied, clinical, or transdisciplinary.”

Não é difícil concluir que grande parte destas recomendações não foram seguidas e, pior ainda, põe-se em causa, claramente, os processos de afetação dos fundos, ou seja, os concursos nos quais são atribuídas as classificações das unidades que vão condicionar a apresentação de novas propostas de doutoramento.

Vale a pena salientar, no que concerne a 3.6., que para atingir os objetivos especificados a FCT tem de se fortalecer através de mudanças na organização da sua estrutura interna para assegurar uma autonomia acrescida face às comunidades científicas que financia, sendo para isso fundamental (“key condition”) uma clara separação entre os “scientific evaluation bodies” and “decision making bodies”. Acresce a isso, a necessidade de reforçar o Conselho Diretivo da FCT, bem como uma revisão da estrutura dos painéis científicos de avaliação, de modo a assegurar que a FCT é capaz de uma resposta efetiva às necessidades dos novos conhecimentos e a uma gama de comunidades de investigação, sejam elas de investigação aplicada, clínica ou transdisciplinar.

Como é evidente, muito disto está para cumprir, mesmo no estrito ponto dos processos de financiamento, quanto mais na capacidade e competência para servir os objetivos de acreditação que lhe são cometidos.

Mas as inconsistências formais que o “exterior” impõe afetam mesmo o funcionamento e o nível de autonomia interna das instituições de ensino superior, designadamente no que diz respeito à Carreira Docente, que é, também ela, pelas exigências formais impostas às percentagens das diversas categorias académicas, afetada.

Nem é preciso invocar o “pecado capital” de o RJIES (ainda existe!) ter explicitado que essa carreira para o Ensino Superior Privado e Cooperativo iria ser regulamentada por um diploma posterior, assegurando uma carreira paralela à do Ensino Público, que continua por aparecer, embora o Reitor receie muito que o “paralelo” seja substituído por “coincidente” (que é a forma limite de paralelismo), coartando ainda mais a pouca autonomia existente.

Basta atender no quase “ciclo vicioso” a que as afirmações preambulares e os conteúdos dos diplomas conduzem para entender as incertezas, quando não impossibilidades, de assumir decisões neste campo.

Assim, em meu entender, o Decreto-Lei nº 239/2007 que aprova o regime jurídico para atribuição do título de agregado, põe em causa a verdadeira autonomia universitária, ao referir no nº 2 do Artigo 4º que “Cada Universidade pode atribuir o título académico de agregado nos ramos de conhecimento ou especialidades em que, nos termos do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, pode conferir o grau de doutor” restringe a interpretação de “poder”, já que este diploma, no seu Artigo 29º, começando no seu nº 1 por respeitar a autonomia universitária e a interpretação “aberta” de “poder”, até relativamente ao grau de doutor (“os ramos do conhecimento e especialidades em que cada universidade confere o grau de doutor são fixados pelo tal órgão legal e estatutariamente competente”), colocando, no nº 2 as condições para uma universidade poder conferir o grau de doutor, acaba por tirar qualquer autonomia à instituição universitária para apreciação dessas mesmas condições, pois no nº 3 estabelece que “A verificação da satisfação dos requisitos referidos no número anterior é feita no âmbito do processo de acreditação”.

É aqui que se levanta o problema da possibilidade (de um ponto de vista mais formal, o “poder” no sentido de (“Ter domínio, autorização para”) uma instituição poder conferir o título de agregado.

Em defesa da possibilidade de uma instituição de ensino superior conferir esse título, há vários pontos a salientar:

1º Olhando para o conjunto de regulamentações e processos de acreditação atuais, bem para além da data do Decreto-Lei nº 74/2006, altura em que nem estava ainda em funções a A3ES, verifica-se que a concessão de um título (agregado) acaba, pelo princípio da incipiência, por ter condições prévias de acreditação que se impõem à concessão de graus. Mas mais! Como, atualmente, a acreditação de um Doutoramento pressupõe a atribuição de, pelo menos, uma classificação de “Muito Bom”, em ciclos de avaliação que, ainda por cima, têm calendários incompatíveis com

as naturais estratégias universitárias, o “poder” de uma universidade atribuir o título (que não é um grau!) académico, que é relevante para a estruturação do seu corpo docente, designadamente no que toca aos professores catedráticos é, em última análise, “decidido” pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, como já foi evidenciado. É a completa negação da autonomia universitária e a amputação de qualquer possibilidade de criar uma estratégia autónoma de desenvolvimento.

2º Que fique claro que não se põe em causa a necessidade imperiosa de defender mecanismos de qualidade na concessão desse título, mas sim a impossibilidade de uma instituição universitária ter condições de qualificar autonomamente o seu corpo docente, por incoerência da legislação e de processos de acreditação desgarrados.

É que se o que está em causa é a defesa da qualidade, o próprio Decreto-Lei nº239/2007, no seu preâmbulo, dá a solução: “Trata-se de um título académico, conferido na sequência de provas públicas exigentes (o sublinhado é meu), com objetivos e efeitos próprios, que não se confunde nem com mais um grau académico, nem com os procedimentos de acesso ao topo da carreira docente universitária ou de investigação e cujo papel nestes procedimentos será equacionado no âmbito da revisão dos respetivos estatutos”.

Como o Decreto-Lei nº 239/2007 não foi revogado nem, tanto quanto pude verificar, teve qualquer alteração, vale a pena debruçarmo-nos sobre esta caracterização do título, caracterização que, por isso mesmo, continua válida, e retirar daí as principais consequências:

- i) É manifesto que o que, nesta caracterização, garante a qualidade são as provas públicas. E isso, para além da expressão acima sublinhada, é reforçado pelo texto seguinte, ainda no preâmbulo do diploma: “No presente decreto-lei, para além da introdução de uma definição moderna e clara do que o título atesta e das provas que conduzem à sua atribuição, intui-se a obrigatoriedade de, quanto do candidato seja docente ou investigador da universidade onde requer a realização das provas, a maioria dos membros do júri ser externa a esta universidade, de modo a contribuir para a desejável abertura institucional...”

Repare-se na exigência de que a maioria do júri deve ser externa à universidade (o que, curiosamente, não se exige para a concessão do grau de doutor), sendo a credibilidade do júri e as respetivas provas públicas o garante de qualidade do título e o seu reconhecimento interuniversitário.

Para isso basta nomear um júri completamente constituído por professores externos à instituição. E, se se entender que será bom que, para além do Reitor, que preside, haja professores da própria instituição, para não haver quaisquer dúvidas de não interferência do seu corpo docente na discussão das provas públicas, indicar-se-á um professor catedrático com agregação de uma outra área, já que, à semelhança do que acontece no doutoramento, pode haver membros do júri de áreas diferentes à área da agregação.

- ii) Se no preâmbulo se reconhece que este título “não se confunde... com mais um grau académico”, que sentido faz impedir universidade (que pode constituir um júri que respeite todas as exigências especificadas no Preâmbulo) de concretizar esse júri e essas provas perante as candidaturas que manifestamente têm todas as condições de sucesso?
- iii) Não pode escapar também a referência preambular a que o título também não tem a ver “com os procedimentos de acesso ao topo da carreira docente universitária ou de investigação, e cujo papel nestes procedimentos será equacionado no âmbito da revisão dos respetivos estatutos”. Significa que não é uma condição legal obrigatória ser titular de agregação para aceder ao topo da carreira e que isso deve ser tido em atenção na revisão dos estatutos.

Então se a universidade está limitada pela impossibilidade de outorgar esse título, não será de, dentro da autonomia que lhe resta, não incorporar essa exigência nos estatutos e respetivos regulamentos, de modo a que possa estruturar o seu corpo docente?

Porém, é esse o melhor meio de o conseguir ou antes avançar com as provas de agregação, mantendo as exigências de qualidade para acesso ao topo da carreira?



3º No fundo, trata-se de dar corpo a um parecer da European University Association (EUA) numa consulta pública recente da Comissão Europeia sobre desenvolvimento de uma estratégia para as universidades:

- Princípios e valores
  - “Academic freedom
  - “Institutional autonomy
  - Freedom of learning
  - Educate the next generation with critical thinking based on accepted standards of academic ethics and integrity”

- O que deve ser evitado

“telling them (the universities) what to do regarding their institutional development, staffing, financial and academic matters, what they teach and the way they teach, how and which type of research they conduct or how do engaging in innovation”.

“The matters must be decided at the University Community, based on institutional autonomy and accountability, internal and external quality assurance... but there is no one-size-fits-all model”.

Não será que tudo isto está plasmado nas preocupações expressas no Preâmbulo do Decreto-Lei nº 239/2007?

Não garantirá a composição do júri atrás proposto que tudo é “decided at the University Community level (a tal preocupação de “contribuir para a desejável abertura institucional”), com respeito pela “institutional autonomy” e, sobretudo, com a preocupação de respeitar “institutional accountability” e “internal and external quality assurance”?

Se as condicionantes externas são limitativas, o funcionamento da própria UAL e os regulamentos internos que a regem não têm, no entender do Reitor, tido as necessárias e adequadas adaptações à evolução legislativa, regulamentar e até de

comportamento das instituições da tutela, de avaliação e acreditação, criando entraves internos às alterações que seriam desejáveis.

Creio que não há razões para que uma instituição se autolimite para além do que lhe é imposto exteriormente, e o melhor modo é, nos regulamentos internos, flexibilizar o seu conteúdo, obviamente com a preocupação inalienável de não deixar ambiguidades insuperáveis.

É neste contexto que o Reitor entende ser urgente voltar a rever os Estatutos, cujo conteúdo, manifestamente, não permite uma adequada composição dos Conselho Científico e Pedagógico, por exemplo, bem como uma expressão mais clara das responsabilidades de gestão académica nos campos docente, de ensino/aprendizagem e de investigação.

Uma revisão cuidada dos Estatutos, adaptando-se, com flexibilidade, às novas condições, até porque continua a indefinição do modo como a chamada transição digital, com as diferentes configurações de cursos e até de unidades de investigação, que pode proporcionar para já não referir a passagem dos 3<sup>os</sup> ciclos para Escolas Doutorais, impõe mesmo o não “fechamento” dos Estatutos a essas potenciais alterações, para que não venham a tornar-se rapidamente inadequadas.

Independentemente do reconhecimento de que a eventual criação de Escolas Doutorais, cuja estrutura deve ser tal que incentive e permita a interdisciplinaridade, pode implicar um reposicionamento da política de investigação, nada obsta a que se estabeleça, desde já, uma política aberta a essa transformação. Um dos modos de o fazer é, sem pôr em causa a legítima autonomia das áreas científicas e respetivas unidades de investigação, se procure já uma política de cooperação interna, baseada, por exemplo, numa estrutura em rede, estendendo-a, sempre que possível, e há que tornar isso mesmo possível, a entidades exteriores à UAL, nacionais ou estrangeiras, desde instituições de ensino superior a instituições autónomas de investigação, empresas e associações profissionais e empresariais.

Esta preocupação incorpora também em si o problema da Internacionalização que, quer do ponto de vista da atração de estudantes e até de docentes, quer do ponto de

vista da investigação, até pelas possibilidades que hoje a digitalização proporciona, é um imperativo.

Ora, quer a Investigação, quer a Internacionalização, que nem sequer podem ser desligadas, exigem esforços financeiros a que uma universidade privada tem de dar uma resposta, diferente das universidades públicas, sem embargo de reconhecer que estas têm de lutar, também, com restrições orçamentais.

Por isso mesmo, há que procurar captar esses financiamentos, que não podem ser obtidos com base nas propinas e outras receitas cobradas aos estudantes.

Independentemente dos esforços de busca de outras fontes, como já se referiu a propósito da Autónoma Academy e da capacidade de ligações a empresas e outras organizações, há que garantir ter acesso, nas mesmas condições do ensino público, já que a UAL é uma instituição de utilidade pública, aos fundos de Investigação, em especial aos que não estão no Orçamento do Estado, designadamente a fundos europeus.

Na situação atual emerge, naturalmente, o recurso aos fundos do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência).

E os primeiros resultados dessa aplicação não podem senão deixar uma forte preocupação quanto à discriminação das instituições de ensino superior privado.

Nada, afinal, que o Reitor não esperasse e que já, em tempo útil, na resposta pessoal que enviou no âmbito da Consulta Pública (onde está o relatório e as consequências dessa consulta?) tinha expressado e que se reproduzem:

“Em primeiro lugar gostaria de salientar que, logo que foi anunciada a existência de fundos para programas desta natureza, escrevi que tinha esperança que, desta vez, a aplicação desses fundos tivesse um enquadramento transversal à sociedade, em que as pessoas de reconhecida competência nas várias áreas e especialidades fossem chamadas a cooperar. Em particular, avançava com uma equipa de gestão multidisciplinar que integrasse especialistas, independentemente de pertencerem a organismos da “órbita” do Estado (que é mais alargado que a “órbita do Governo”,

diferença frequentemente esquecida) ou a instituições da sociedade civil e também especialistas independentes.

Infelizmente, quando a decisão foi assumida, perdi a essa esperança, pois o Senhor Primeiro Ministro de Portugal foi claro no seu objetivo, bem expresso no jornal “Público” (14-12-2020) que transcrevo: “Os fundos europeus vão ajudar a cumprir o Programa do Governo...”.

Basta confrontar essas declarações com as dos primeiros ministros de outros países para detetar esta diferença subliminar (confundir os objetivos do Governo e das suas instituições com os de cada indivíduo e da sociedade portuguesa em geral).

Quer a constituição das unidades de gestão, quer as primeiras aplicações dos fundos não aliviaram, antes aumentaram, os receios expressos. Em particular, houve logo na primeira abertura de fundos para a investigação uma inaceitável discriminação das instituições de ensino superior privado, com uma vantagem dada às públicas (ou algumas delas) de informação precoce e privilegiada sobre o conteúdo dos concursos.

Aliás, isso vai no sentido tradicional de avaliação dos diversos projetos em várias áreas, que há que combater fortemente.

Isso implica uma maior coesão nacional e internacional, designadamente dentro da União Europeia, pois são fundos europeus que estão em causa, das instituições de ensino superior privado, individualmente, mas, sobretudo, através das suas associações específicas, parecendo haver, agora, mais sentido de urgência na concretização de esforços nesse sentido.

O Reitor não quer terminar sem retomar o último parágrafo do relatório precedente, já que ele alerta para a concretização de uma condição necessária para que a UAL possa ter um peso que permita ser um agente relevante na área do ensino superior privado.

Eis o parágrafo referido:

“Só que, para poder “exigir” esta atuação por parte de quem avalia e acredita, a CEU/UAL tem de fazer a sua parte e é nisso que temos de nos empenhar. E um passo

urgente e inalienável, não me canso de o relevar, é construir e acreditar um Sistema Interno de Garantia da Qualidade! Para quê? Para justificarmos uma autonomia que nos permita ser inovadores e competitivos”.

O Reitor



José Manuel Amado da Silva

## Anexo 1 – Cursos que conferem grau

## Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2020/2021)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Administração de Unidades de Saúde	6	7	4	10		14					10	31
Ciências da Comunicação	96	100	3	75		115					99	290
Direito	156	169	15	163	10	234	4	247			185	813
Economia	17	21	6	21	5	46					28	88
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	3	3	9	14	1	9					13	26
Engenharia Informática	64	71	7	53	2	100					73	224
Gestão	135	142	13	88	3	193					151	423
Gestão do Desporto	34	34	6	40	4	54					44	128
História	16	16	2	19		18					18	53
Informática de Gestão	19	20	1	11	1	36					21	67
Psicologia	75	83	1	56		97					76	236
Relações Internacionais	43	44	7	54		67					50	165
Arquitetura	28	28	8	22		22		9		36	36	117
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>692</b>	<b>738</b>	<b>82</b>	<b>626</b>	<b>26</b>	<b>1005</b>	<b>4</b>	<b>256</b>		<b>36</b>	<b>804</b>	<b>2661</b>

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos com exceção do Estágio / Projeto Dissertação
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História, Arqueologia e Património									1		1		
História e Patrimónios	7	7									7	7	7
Engenharia e Tecnologia Informáticas													
Engenharia Informática e de Telecomunicações	11	11		12					5	11	28	23	
Gestão de Empresas	39	42	2	34					62	41	138	76	
Direito	19	22	81	103					126	100	251	125	
Psicologia													
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	42	42	8	37					36	50	115	79	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica													
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais				5							5	5	
Comunicação Aplicada	12	17		12							12	29	29
Relações Internacionais	12	16		10					6	12	32	26	
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>142</b>	<b>157</b>	<b>91</b>	<b>213</b>					<b>236</b>	<b>233</b>	<b>606</b>	<b>370</b>	

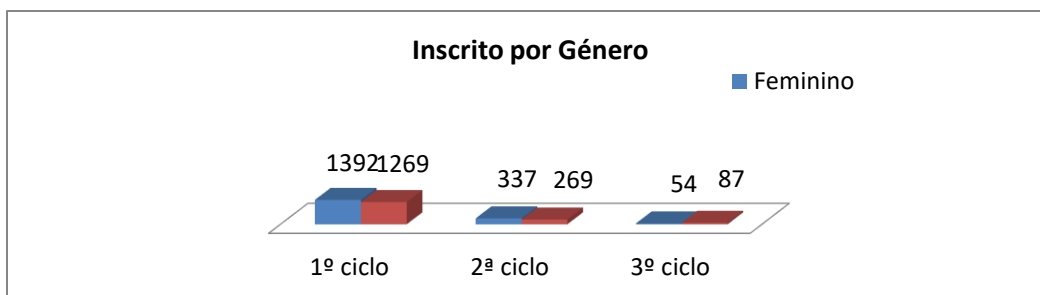
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
História	6	7	1	11		1							10	7	29	
Economia																
Direito				28		14							36		78	
Psicologia																
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2	3	8	16		3		1					8	10	31	
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	18	18													18	18
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>9</b>	<b>55</b>		<b>18</b>		<b>1</b>					<b>54</b>	<b>35</b>	<b>156</b>	
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>860</b>	<b>923</b>	<b>182</b>	<b>894</b>	<b>26</b>	<b>1023</b>	<b>4</b>	<b>257</b>					<b>290</b>	<b>1072</b>	<b>3423</b>	

**Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2020-2021)**

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Administração de Unidades de Saúde	2	5	4	6	5	9					31
Ciências da Comunicação	29	71	21	54	41	74					290
Direito	62	107	56	107	82	152	98	149			813
Economia	9	12	8	13	18	28					88
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		3	11	3	8	1					26
Engenharia Informática	62	9	46	7	88	12					224
Gestão	94	48	48	40	110	83					423
Gestão do Desporto	31	3	34	6	44	10					128
História	12	4	14	5	9	9					53
Informática de Gestão	18	2	8	3	28	8					67
Psicologia	19	64	10	46	20	77					236
Relações Internacionais	17	27	25	29	22	45					165
Arquitetura	11	17	13	9	12	10	7	2	13	23	117
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>366</b>	<b>372</b>	<b>298</b>	<b>328</b>	<b>487</b>	<b>518</b>	<b>105</b>	<b>151</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>2661</b>

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História, Arqueologia e Património									1		1
História e Patrimónios	5	2									7
Engenharia e Tecnologia Informáticas											
Engenharia Informática e de Telecomunicações	8	3	10	2					5		28
Gestão de Empresas	15	27	13	21					33	29	138
Direito	9	13	50	53					67	59	251
Psicologia											
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	15	27	7	30					2	34	115
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica											
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Rel.Internac.			4	1							5
Comunicação Aplicada	8	9	3	9							29
Relações Internacionais	6	10	4	6					4	2	32
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>66</b>	<b>91</b>	<b>91</b>	<b>122</b>					<b>112</b>	<b>124</b>	<b>606</b>

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História	4	3	7	4									4	6	29
Economia															
Direito			17	11									23	13	78
Psicologia															
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2	1	13	3	3	1							5	3	31
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	8	10													18
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>37</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>1</b>							<b>32</b>	<b>22</b>	<b>156</b>
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>															<b>3423</b>



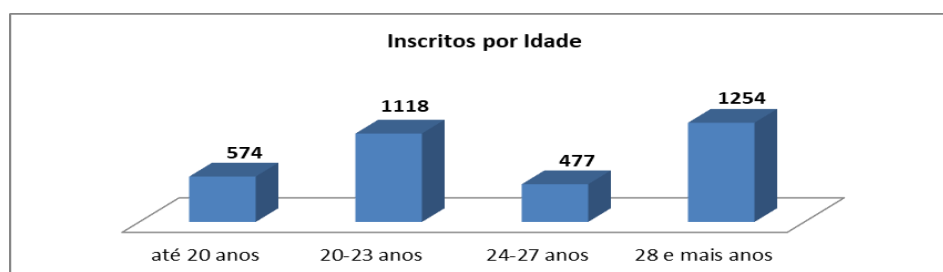


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2020-2021)

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Administração de Unidades de Saúde	1	13	5	12	31
Ciências da Comunicação	87	137	34	32	290
Direito	153	301	115	244	813
Economia	18	35	18	17	88
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	2	11	6	7	26
Engenharia Informática	49	80	31	64	224
Gestão	96	173	57	97	423
Gestão do Desporto	31	74	11	12	128
História	11	16	7	19	53
Informática de Gestão	14	13	8	32	67
Psicologia	61	88	24	63	236
Relações Internacionais	29	72	27	37	165
Arquitectura	22	39	30	26	117
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>574</b>	<b>1052</b>	<b>373</b>	<b>662</b>	<b>2661</b>

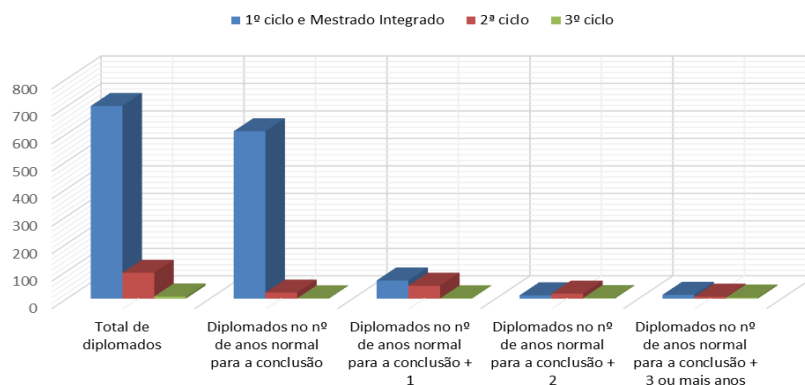
Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História, Arqueologia e Património				1	1
História e Patrimónios			1	6	7
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações		6	10	12	28
Gestão de Empresas		19	27	92	138
Direito		1	22	228	251
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		23	31	61	115
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Int.			1	4	5
Comunicação Aplicada		12	6	11	29
Relações Internacionais		5	6	21	32
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>		<b>66</b>	<b>104</b>	<b>436</b>	<b>606</b>

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História				29	29
Economia					
Direito				78	78
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia				31	31
Media e Sociedade no Contexto da CPLP				18	18
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>				<b>156</b>	<b>156</b>
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>574</b>	<b>1118</b>	<b>477</b>	<b>1254</b>	<b>3423</b>
Percentagem	16,77%	32,66%	13,94%	36,63%	



**Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2020/2021**

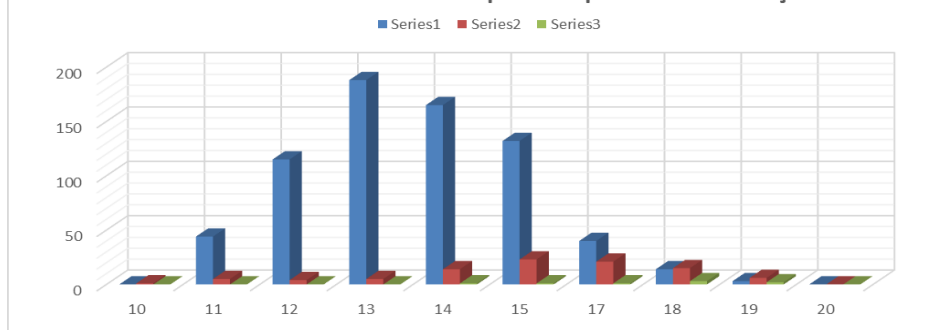
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração de Unidades de Saúde	10	8	2		
Ciências da Comunicação	86	80	5	1	
Direito	174	154	13	4	3
Economia	24	18	4	1	1
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	5	3	2		
Engenharia Informática	53	42	5	2	4
Gestão	146	126	14	1	5
Gestão do Desporto	28	26	2		
História	14	12	2		
Informática de Gestão	18	14	3	1	
Psicologia	82	75	7		
Relações Internacionais	40	35	4	1	
Estudos de Arquitectura	7	6	1		
Arquitectura	14	10	2	1	1
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>701</b>	<b>609</b>	<b>66</b>	<b>12</b>	<b>14</b>
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações	6	2	3	1	
Gestão de Empresas	17	1	6	6	4
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	54	18	28	5	3
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	14		9	5	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais					
Comunicação Aplicada	1		1		
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais	2	1		1	
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>94</b>	<b>22</b>	<b>47</b>	<b>18</b>	<b>7</b>
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História	3		1		2
Economia					
Direito	3			1	2
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2	1		1	
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>803</b>	<b>632</b>	<b>114</b>	<b>32</b>	<b>25</b>

**Eficiência Formativa**


### Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2020/2021, distribuídos pelas respetivas classificações

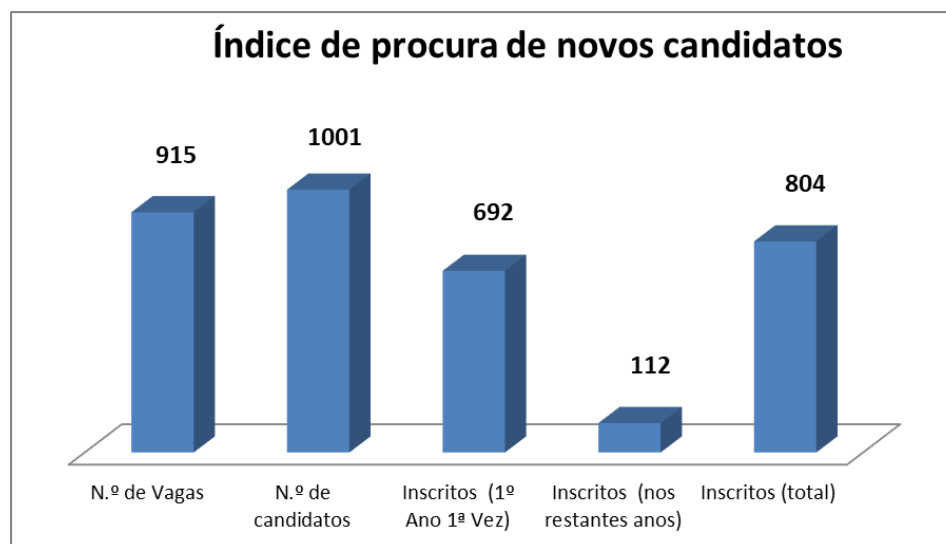
Curso	N.º diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																				
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20										
Administração de Unidades de Saúde	10		1	2	3	4																
Ciências da Comunicação	86			6	18	35	23	4														
Direito	174		27	72	51	17	7															
Economia	24		5	5	5	2	5		2													
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	5			1			3	1														
Engenharia Informática	53		1	2	10	9	19	11	1													
Gestão	146		5	20	55	40	21	3	2													
Gestão do Desporto	28			2	5	13	7	1														
História	14				2	4	3	2	3													
Informática de Gestão	18			1	5	6	5	1														
Psicologia	82				13	23	26	13	5	2												
Relações Internacionais	40		5	4	18	9	4															
Estudos de Arquitectura	7				1	1	3	1	1													
Arquitectura	14				2	2	6	4														
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>701</b>	<b>0</b>	<b>44</b>	<b>115</b>	<b>188</b>	<b>165</b>	<b>132</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
Curso	N.º diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																				
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20										
História, Arqueologia e Património																						
Engenharia e Tecnologia Informáticas																						
Engenharia Informática e de Telecomunicações	6			1	1		1		3													
Gestão de Empresas	17		3		1	2	3	5	3													
História da Náutica e Arqueologia Naval																						
Direito	54	1	2	2	3	10	17	12	6	1												
Psicologia																						
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	14					2	1	4	6	1												
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																						
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais																						
Comunicação Aplicada	1																				1	
Economia das Organizações e Competitividade																						
Relações Internacionais	2			1			1															
Mestrado em Estudos Portugueses																						
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval																						
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>94</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Curso	N.º diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																				
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20										
História	3											2	1									
Economia																						
Direito	3					1		1	1													
Psicologia																						
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2						1						1									
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>803</b>	<b>1</b>	<b>49</b>	<b>119</b>	<b>193</b>	<b>180</b>	<b>156</b>	<b>62</b>	<b>32</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Eficiência formativa distribuída pelas respetivas classificações



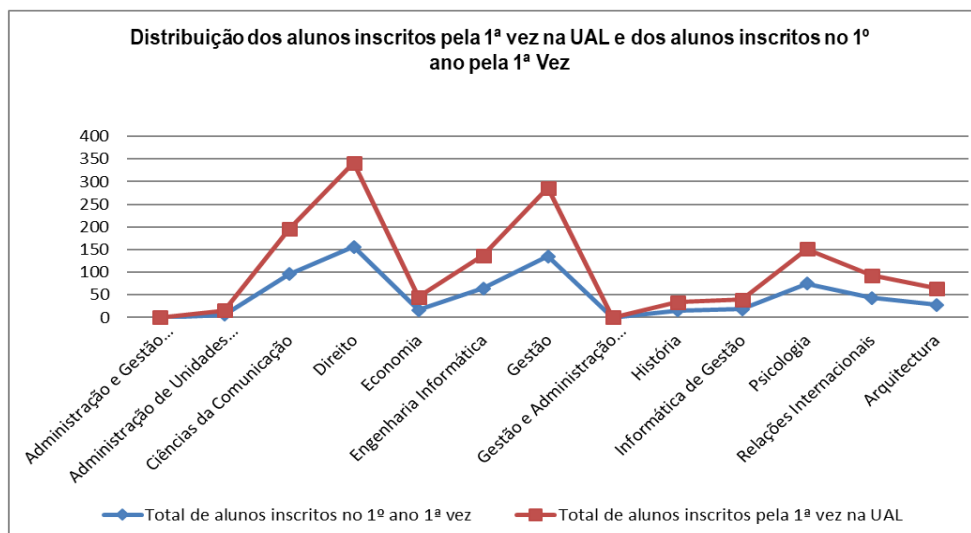
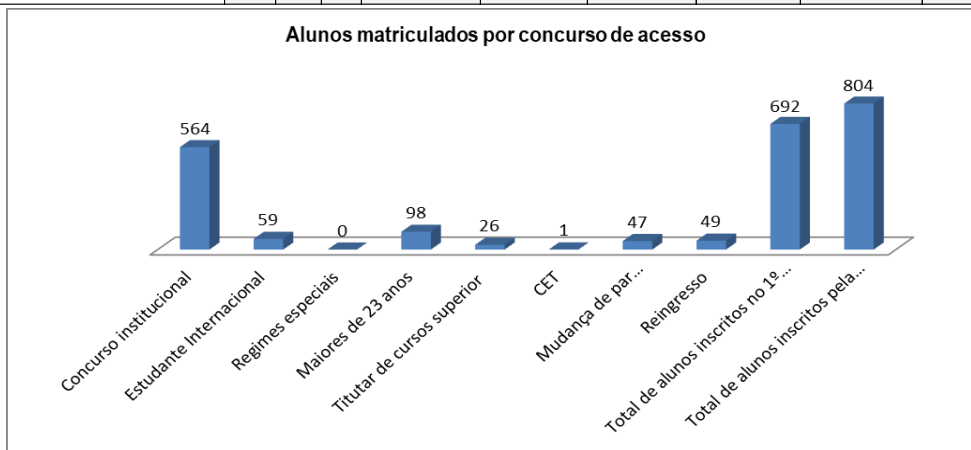
**Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2020-2021)**

Curso	ECTS	Alunos matriculados pela 1ª Vez								
		N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos	Inscritos	Inscritos	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
Administração de Unidades de Saúde	180	40	15	6	4	10	95,0	107	129,6	118,4
Ciências da Comunicação	180	100	107	96	3	99	95,0	115,4	172,3	136,0
Direito	180	140	222	156	29	185	95,0	105	164,9	139,2
Economia	180	25	50	17	11	28	95,0	108	155,4	130,1
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	32	3	10	13	95,0	151,1	151,1	151,1
Engenharia Informática	180	100	94	64	9	73	95,0	111,3	170,3	133,8
Gestão	180	150	167	135	16	151	95,0	106,1	197	132,3
Gestão do Desporto	180	45	44	34	10	44	95,0	109,9	151,9	131,2
História	180	20	19	16	2	18	95,0	123,1	148	132,1
Informática de Gestão	180	25	37	19	2	21	95,0	111,1	147,9	131,8
Psicologia	180	70	100	75	1	76	95,0	118,6	192	138,9
Relações Internacionais	180	75	73	43	7	50	95,0	117,8	149,4	132,2
Arquitetura	300	65	41	28	8	36	95,0	110,8	163,3	133,7
<b>TOTAL</b>		<b>915</b>	<b>1001</b>	<b>692</b>	<b>112</b>	<b>804</b>				



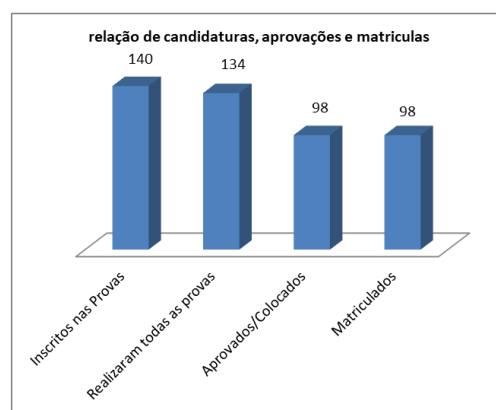
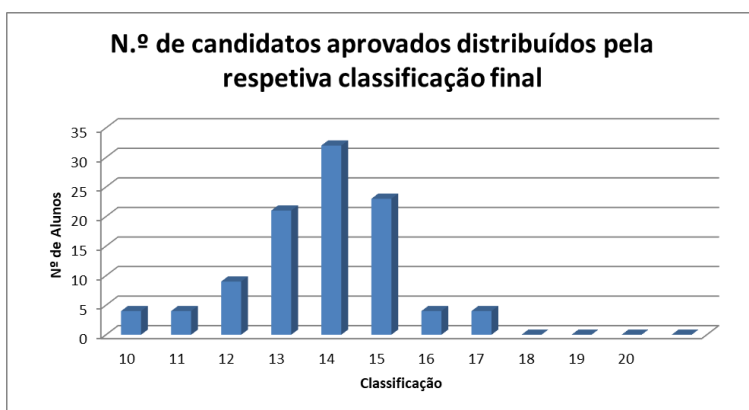
**Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2020/2021**

Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Concursos Especiais								Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso		Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos inscritos na UAL	
			Regimes especiais		Muitos de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Par Instituição/Curso					Reingresso
			Titular de curso de dupla certificação de nível secundário													
			1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.				
Administração de Unidades de Saúde	5	3					1					1		6	10	31
Ciências da Comunicação	80	1	1		9							7	1	9	96	290
Direito	132	14			15		3	9				6	6	18	156	813
Economia	15	5			4			3				1		1	17	88
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1	8				2						2			3	26
Engenharia Informática	46	7	3		14		1		1				1	4	64	224
Gestão	109	3	3		25	1	3					6	1	10	135	423
Gestão do Desporto	36	1	1		3	1						1	1		34	128
História	12		1		3		2							1	16	53
Informática de Gestão	13	2			4							1	1	1	19	67
Psicologia	56	4			10		2					4			75	236
Relações Internacionais	32	7			4		2					4	1	3	43	165
Arquitetura	27	4			2	1						1	1	2	28	117
<b>SUBTOTAL</b>	<b>564</b>	<b>59</b>	<b>9</b>		<b>93</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>1</b>			<b>34</b>	<b>13</b>	<b>49</b>	<b>692</b>	<b>2661</b>
<b>TOTAL</b>	<b>564</b>	<b>59</b>	<b>9</b>		<b>98</b>		<b>26</b>		<b>1</b>			<b>47</b>		<b>49</b>		



### Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2020/2021

Curso	CANDIDATOS														Matriculados		
	N. de candidatos Inscritos nas Provas	Nº de candidatos que realizaram todas as componentes da avaliação	Nº de aprovados (colocados)	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração de Unidades de Saúde																	
Ciências da Comunicação	13	12	9		1	3	1	1	2			1					9
Direito	34	34	15					8	5		2						15
Economia	6	6	4				1	1	1	1							4
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	2	2	2	1	1												2
Engenharia Informática	14	14	14		1	4	4	2	3								14
Gestão	33	32	26				9	13	3	1							26
Gestão do Desporto	6	6	4		1				3								4
História	3	3	3	3			2		1								3
Informática de Gestão	4	4	4			1	1	1	1								4
Psicologia	16	14	10				2	5	1	1	1						10
Relações Internacionais	4	4	4				1		2	1							4
Arquitetura	5	3	3			1		1	1								3
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>134</b>	<b>98</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>4</b>						<b>98</b>

**Legenda:**

Inscritos nas provas: candidatos que manifestaram vontade para realizar a prova

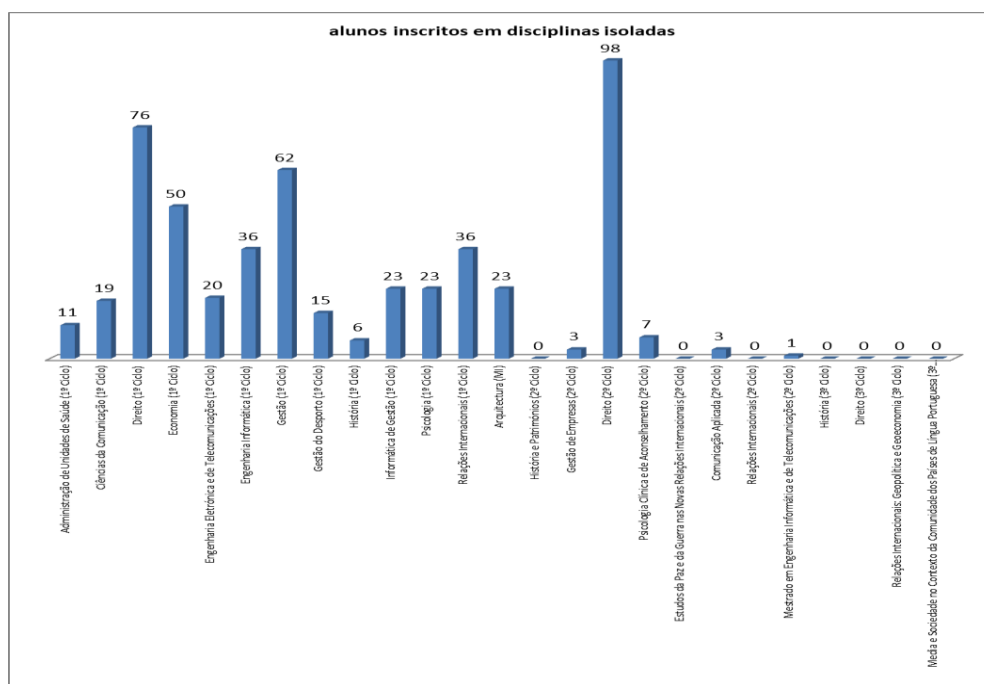
Realizaram todas as provas - Candidatos inscritos e que realizaram todas as componentes de avaliação (Prova Escrita | Entrevista | Avaliação Curricular)

Aprovados: Candidatos que realizaram as provas e obtiveram colocação

Matriculados: candidatos colocados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

**Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2020/2021**

Curso	Alunos Inscritos
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	11
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	19
Direito (1º Ciclo)	76
Economia (1º Ciclo)	50
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	20
Engenharia Informática (1º Ciclo)	36
Gestão (1º Ciclo)	62
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	15
História (1º Ciclo)	6
Informática de Gestão (1º Ciclo)	23
Psicologia (1º Ciclo)	23
Relações Internacionais (1º Ciclo)	36
Arquitetura (MI)	23
História e Patrimónios (2º Ciclo)	
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	3
Direito (2º Ciclo)	98
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	7
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	3
Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações (2º Ciclo)	1
História (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (3º Ciclo)	
<b>TOTAL</b>	<b>512</b>



## Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2020/2021

Curso	AO	BD	BO	BR	CN	CO	CV	ES	FR	GW	HR	IT	MD	MO	MZ	NL	PE	PT	RO	SN	ST	UA	ZA
Administração de Unidades de Saúde	4			1														25			1		
Ciências da Comunicação	10			6						1								271	1		1		
Direito	94			28			2			6	1				1	1	1	676	1		2		
Economia	38			2														48					
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	12			4				1										9					
Engenharia Informática	15			6				1				1						201					
Gestão	32			3				1				1						381	1		3	1	
Gestão do Desporto	2			2														124					
História				2														51					
Informática de Gestão	6			2														59					
Psicologia	7			8			2			1	1	1						215			1		
Relações Internacionais	23			7			3			2	1						1	126			1	1	
Arquitetura	17			19				1	1			10						68					1
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>260</b>			<b>90</b>			<b>7</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>1</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2254</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	

Curso	AO	BD	BO	BR	CN	CO	CV	ES	FR	GW	HR	IT	MD	MO	MZ	NL	PE	PT	RO	SN	ST	UA	ZA
História, Arqueologia e Património																		1					
História e Patrimónios	1			1														5					
Engenharia e Tecnologia Informáticas																							
Engenharia Informática e de Telecomunicações	16			3						1								8					
Gestão de Empresas	22			57			1	1		1	1				3			50	1		1		
Direito	28			179			2								1			40					
Psicologia																							
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2			18			1											93	1				
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																							
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Int.	2			1														2					
Comunicação Aplicada				7			1											21					
Economia das Organizações e Competitividade																							
Relações Internacionais	4	1		9	1		1											16					
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>75</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>275</b>	<b>1</b>		<b>6</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>1</b>			<b>1</b>	<b>3</b>			<b>236</b>	<b>1</b>	<b>1</b>		<b>1</b>	

Curso	AO	BD	BO	BR	CN	CO	CV	ES	FR	GW	HR	IT	MD	MO	MZ	NL	PE	PT	RO	SN	ST	UA	ZA
História				5		1						1			1			21					
Economia																							
Direito	3			56														19					
Psicologia																							
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	1			12														18					
Media e Sociedade no Contexto da CPLP				3														15					
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	<b>4</b>			<b>76</b>		<b>1</b>						<b>1</b>			<b>1</b>			<b>73</b>					
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>339</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>441</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2563</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

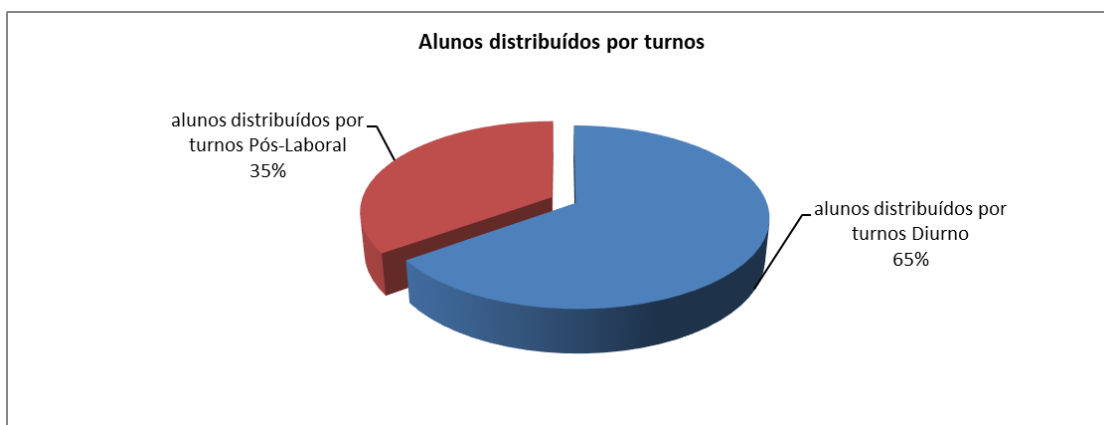
## Legenda

AO	Angola	FR	França	PE	Peru
BD	Bangladesh	GW	Guiné-Bissau	PT	Portugal
BO	Bolívia	HR	Croácia	RO	Roménia
BR	Brasil	IT	Itália	SN	Senegal
CN	China	MD	República da M	ST	São Tomé e Príncipe
CO	Colômbia	MO	Macau	UA	Ucrania
CV	Cabo Verde	MZ	Moçambique	ZA	África do Sul
ES	Espanha	NL	Países Baixos		



**Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2020/2021**

Ciclo de Estudos	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	579	131	483	121	553	430	138	109		
2º Ciclo	26	131	278	171						
3º Ciclo	1	27	31	24	23	41		9		
Mestrado Integrado	28		22		22		9		36	



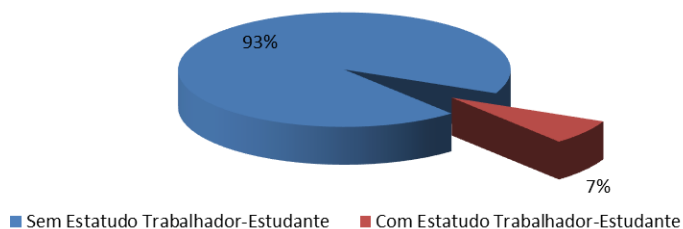
Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2020/2021

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração de Unidades de Saúde	5
Ciências da Comunicação	10
Direito	89
Economia	7
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	5
Engenharia Informática	15
Gestão	56
Gestão do Desporto	2
História	2
Informática de Gestão	15
Psicologia	20
Relações Internacionais	14
Arquitectura	2
<b>TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)</b>	<b>242</b>

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
História e Patrimónios	
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	
Direito	
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	1
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>1</b>

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História	
Economia	
Direito	
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	
<b>TOTAL (3º ciclo de estudos)</b>	
<b>TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS</b>	<b>243</b>

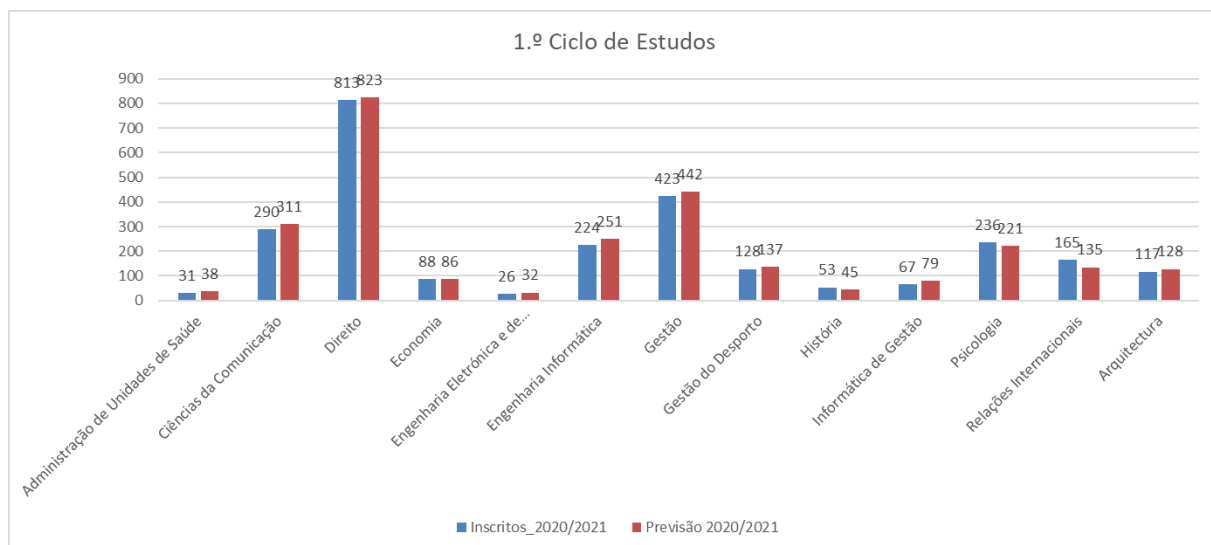
### Alunos com Estatuto Trabalhador- Estudante



**Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2020/2021 versus abandono**

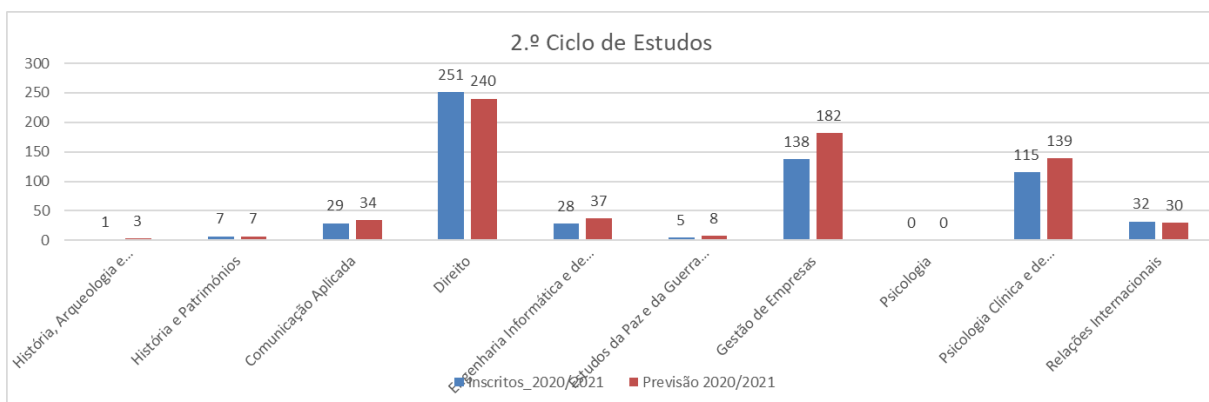
Licenciaturas e Mestrado Integrado:

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2019-20	Diplomados 2019-20	Inscritos 1ª Vez 2020-21	Inscritos 2020-21	Previsão 2020-21	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	43	15	10	31	38		-18,4%
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	306	94	99	290	311		-6,8%
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	763	125	185	813	823		-1,2%
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	77	19	28	88	86	2,3%	
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	25	6	13	26	32		-18,8%
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	237	59	73	224	251		-10,8%
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	470	179	151	423	442		-4,3%
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo	112	19	44	128	137		-6,6%
História	Licenciatura - 1.º ciclo	42	15	18	53	45	17,8%	
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	69	11	21	67	79		-15,2%
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	216	71	76	236	221	6,8%	
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	115	30	50	165	135	22,2%	
Arquitetura	Mestrado Integrado	102	10	36	117	128		-8,6%

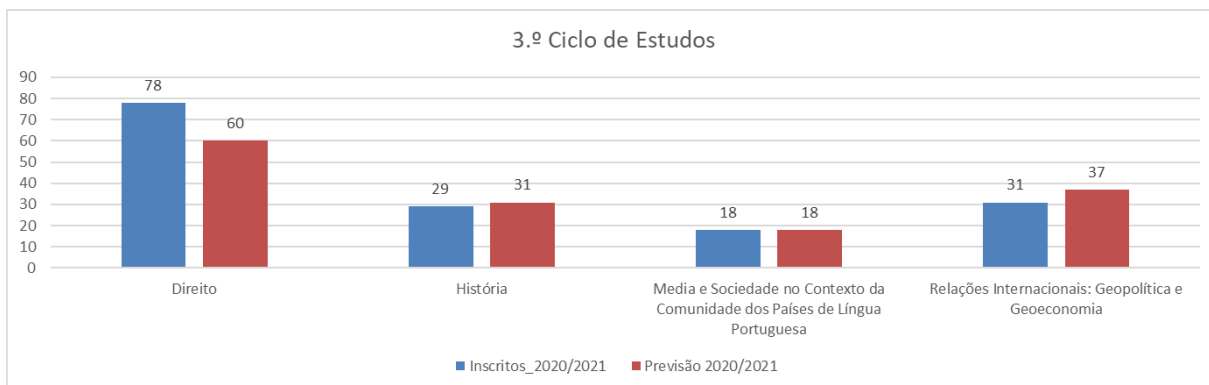


**Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2020/2021 versus abandono (cont.)**

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2019-20	Diplomados 2019-20	Inscritos 1ª Vez 2020-21	Inscritos 2020-21	Previsão 2020-21	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo	4	1		1	3		-66,7%
História e Patrimónios	Mestrado - 2.º ciclo			7	7	7		
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	22		12	29	34		-14,7%
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	235	95	100	251	240	4,6%	
Engenharia Informática e de Telecomunicações	Mestrado - 2.º ciclo	26		11	28	37		-24,3%
Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	12	4		5	8		-37,5%
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	159	18	41	138	182		-24,2%
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo							
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	99	10	50	115	139		-17,3%
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	21	3	12	32	30	6,7%	

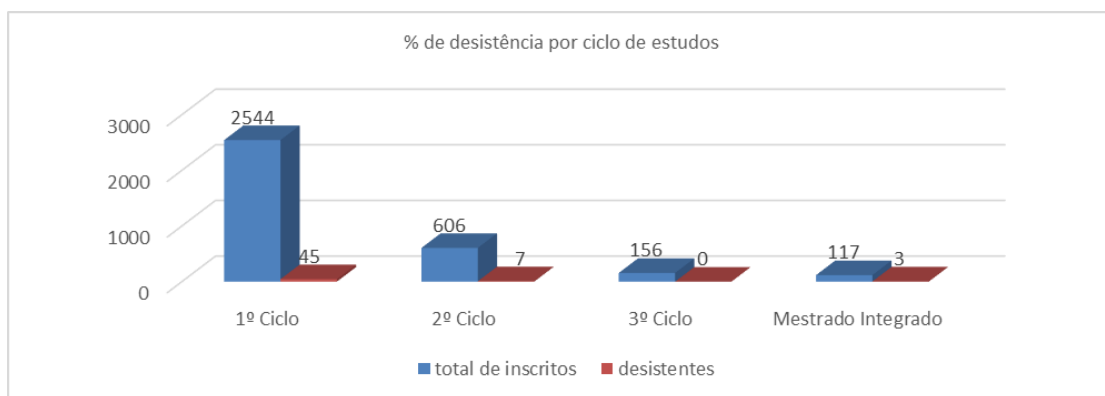


Designação do Curso	Grau	Inscritos 2019-20	Diplomados 2019-20	Inscritos 1ª Vez 2020-21	Inscritos 2020-21	Previsão 2020-21	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Direito	ciclo	61	1		78	60	30,0%	
História	ciclo	25	1	7	29	31		-6,5%
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	ciclo	27		10	31	37		-16,2%
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	ciclo			18	18	18		

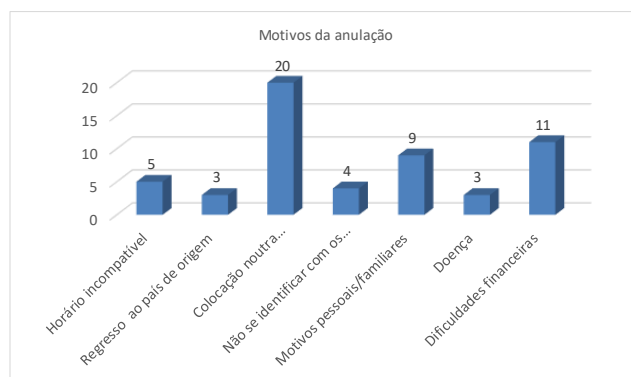


Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2020/2021

Grau	Curso	Nº de desistência
Licenciatura - 1.º ciclo	Administração de Unidades de Saúde	2
Licenciatura - 1.º ciclo	Ciências da Comunicação	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Direito	9
Licenciatura - 1.º ciclo	Economia	
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Informática	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão	10
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão do Desporto	2
Licenciatura - 1.º ciclo	História	5
Licenciatura - 1.º ciclo	Informática de Gestão	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Psicologia	4
Licenciatura - 1.º ciclo	Relações Internacionais	3
Mestrado Integrado	Arquitectura	3
Mestrado - 2.º ciclo	História e Patrimónios	
Mestrado - 2.º ciclo	Comunicação Aplicada	
Mestrado - 2.º ciclo	Direito	2
Mestrado - 2.º ciclo	Engenharia Informática e de Telecomunicações	1
Mestrado - 2.º ciclo	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Mestrado - 2.º ciclo	Gestão de Empresas	
Mestrado - 2.º ciclo	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	4
Mestrado - 2.º ciclo	Relações Internacionais	
Doutoramento - 3.º ciclo	Direito	
Doutoramento - 3.º ciclo	História	
Doutoramento - 3.º ciclo	Media e Sociedade no Contexto da CPLP	
Doutoramento - 3.º ciclo	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	

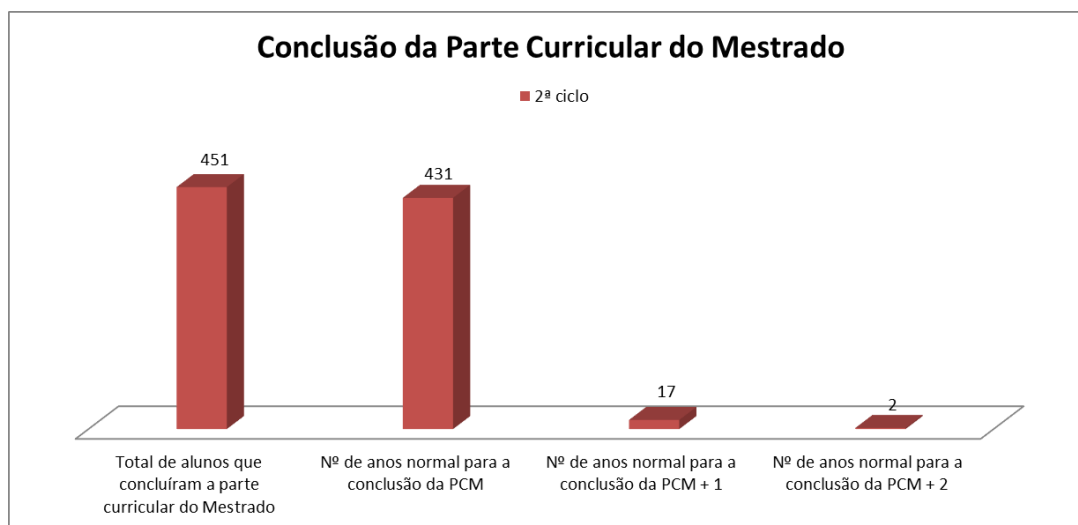


Motivos de anulação	
Horário incompatível	5
Regresso ao país de origem	3
Colocação noutra Universidade	20
Não se identificar com os curso	4
Motivos pessoais/familiares	9
Doença	3
Dificuldades financeiras	11
Total	55



**Quadro 15 - Conclusão da Parte Curricular do Mestrado no ano letivo 2019/2020**

Curso	Total de alunos que concluíram a parte curricular do	Nº de anos normal para a conclusão da PCM	Nº de anos normal para a conclusão da PCM + 1	Nº de anos normal para a conclusão da PCM + 2	Nº de anos normal para a conclusão da PCM + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património	3	2			
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações	17	15	2		
Gestão de Empresas	96	91	4	1	
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	229	223	5	1	
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	73	69	4		
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	5	4	1		
Comunicação Aplicada	12	12			
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais	16	15	1		
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>451</b>	<b>431</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>0</b>



### Quadro 16 - Projetos Entregues

Curso	Ano Lectivo 2020/2021
História, Arqueologia e Património	3
Engenharia Informática e de Telecomunicações	17
Gestão de Empresas	96
Direito	229
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	73
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	5
Comunicação Aplicada	12
Relações Internacionais	16
<b>TOTAL (2º ciclo de estudos)</b>	<b>451</b>



## Anexo 2 - Cursos não conferentes de grau



---

**AUTÓNOMA ACADEMY**  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Ano letivo 2020-2021  
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO - Ano letivo 2021-2022  
outubro de 2021

## 1 Introdução

O relatório de atividades que agora se apresenta tem como principal objetivo reportar as atividades desenvolvidas pela equipa da Autónoma Academy no decurso do ano letivo 2020-2021, que decorreu entre 1 de Outubro de 2020 e 30 de Setembro de 2021, os respetivos resultados económico-financeiros, bem como a apresentação do plano de atividades e da proposta de orçamento para o ano letivo 2021-2022.

O período em análise ainda continuou a ser fortemente marcado pela conjuntura sanitária do COVID 19, a que se juntou o enorme desafio da integração das pós-graduações de enfermagem, os dois fatores mais exigentes para a atividade da Autónoma Academy no ano transato.

Depois de se ter iniciado o ano letivo num quadro de dúvida sobre qual o modelo de ensino a adotar, muito rapidamente, em finais de outubro, todos os cursos em funcionamento passaram exclusivamente para o regime online, mesmo aqueles que se iniciaram com alunos em regime presencial e outros à distância.

Apesar desta incerteza, num número alargado de cursos o facto de as respetivas edições se terem iniciado com a possibilidade de os alunos poderem assistir às aulas online, alargou de forma relevante o âmbito geográfico da procura, permitindo ter turmas maiores do que as que usualmente se formavam.

Em Janeiro de 2021, com a integração definitiva da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM) na CEU, o acolhimento dos respetivos cursos exigiu especial atenção quer na gestão dos recursos humanos, quer em termos de procedimentos e gestão da oferta formativa, tendo já evidenciado já alguns resultados positivos, apesar do trabalho estar longe de concluído.

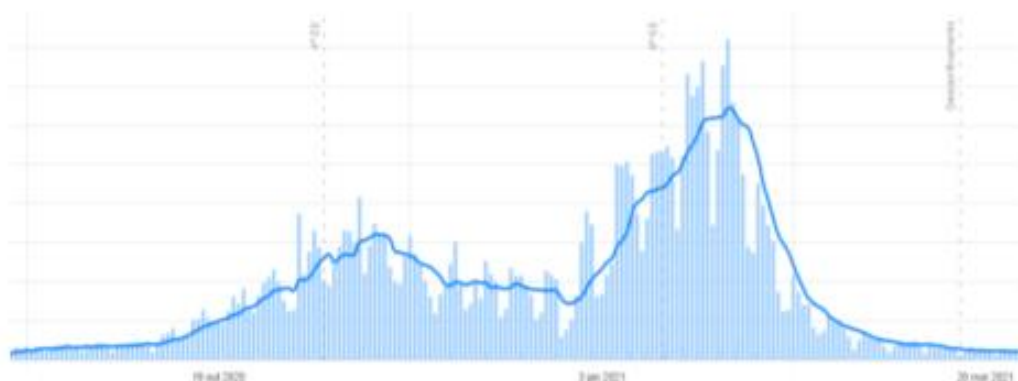
À semelhança de anos anteriores, o relatório está organizado de forma a evidenciar os cursos abertos, mas também aqueles que foram preparados e trabalhados e estão prontos a levar ao mercado no decurso do corrente ano letivo. Também se salienta todo o trabalho de organização interna e comunicação realizado, como suporte ao conjunto dos cursos geridos pela Autónoma Academy. Por último, apresentam-se os resultados económico-financeiros do período em análise, apurados com recurso a uma análise detalhada dos alunos e seus pagamentos em cada curso, bem como todas as despesas das respetivas contas de exploração e os custos de estrutura da escola.

As perspetivas para o ano letivo 2021-2022, ainda parcialmente marcadas pelos efeitos da pandemia COVID 19, refletem, acima de tudo, as opções de adaptação a uma nova realidade do mercado de ensino, por um lado, e a enorme descontinuidade marcada pela integração de todas as ofertas não conferentes de grau da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, por outro.

## 2 Atividades desenvolvidas no ano letivo 2020-2021

Embora não constituísse já total novidade, a incerteza decorrente do contexto de pandemia, especialmente agravado nos meses de Outubro de 2020 a Fevereiro de 2021 (*Gráfico 1*), meses críticos para abertura de cursos na Autónoma Academy, refletiu-se em algumas hesitações por parte de aulos e docentes, em especial nos cursos que, pela sua natureza, requerem uma componente presencial, como sejam alguns cursos de enfermagem e cursos que envolvam, por exemplo, utilização de estúdios de rádio/televisão.

*Gráfico 1 – Novos casos de Covid-19 em Portugal*



Acresce que, na área da enfermagem, a pandemia provocou uma elevada carga de trabalho sobre os profissionais que constituem o público-alvo das ofertas formativas, não favorecendo a sua atenção à formação, que habitualmente esses profissionais procuram.

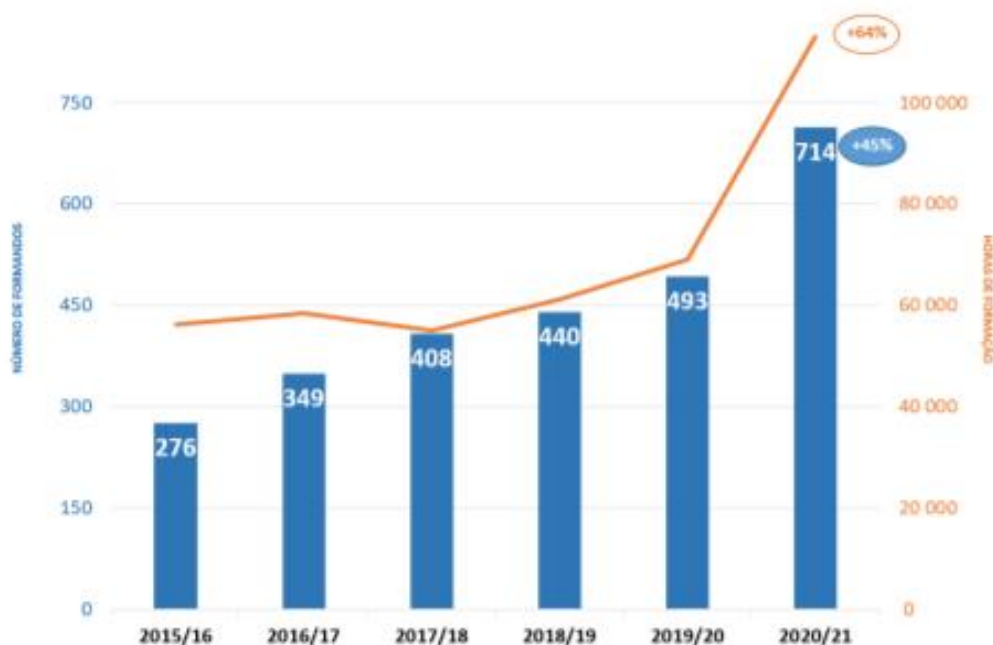
Apesar desse contexto externo, a equipa da Autónoma Academy conseguiu desenvolver a sua atividade em linha com o planeado, integrando os coordenadores dos cursos de enfermagem, ajustando os respetivos métodos de trabalho e acolhendo uma nova colaboradora anteriormente afeta à ESESM mas sem qualquer experiência na gestão das pós-graduações de enfermagem.

Sendo certo que o planeamento para o ano letivo 2020-21 enferrou de um conhecimento muito superficial sobre as pós-graduações em enfermagem, recorda-se que se antecipou um crescimento de 40% do número de alunos e de 45% do número de horas de formação, valores agregados que refletiam duas realidades bem distintas, a das ofertas da Autónoma Academy sem os cursos de enfermagem e a, menos conhecida, oferta dos cursos de enfermagem.

Naturalmente que isso não impede a apresentação dos resultados agregados da Autónoma Academy, que graças ao empenho redobrado de todos os colaboradores, durante ano transato geriu 714 alunos, o que representa um crescimento de 45% face ao ano letivo de 2019-20, que corresponde a mais 64% das horas de formação (*Gráfico 2*), superando dessa forma ambos os objetivos. Porém, ao longo do ano letivo, a integração, sem disrupções, da atividade da área

de enfermagem, foi-nos dando maior visibilidade sobre essa realidade e confirmando que tanto pelas suas especificidades, como, em especial, pelo processo de transição para o universo da CEU, será conveniente tratar autonomamente ambas as áreas até que essa integração se encontre razoavelmente estabilizada.

Gráfico 2 – Atividade da Autónoma Academy



Por simplicidade de comunicação, e sem prejuízo de a atividade da Autónoma Academy ser uma só para todos os cursos por si geridos, referir-nos-emos às ofertas formativas que não incluem enfermagem como “cursos da Autónoma Academy” e às ofertas de enfermagem como “cursos de PG da ESESFM”.

Assim, no caso dos cursos da Autónoma Academy o número de alunos neste ano letivo 2020-2021 ficou 6,8% abaixo do registado em 2019-20 (previmos -3,5%) e o número de horas de formação 10,8% abaixo (previmos -0,6%), sem que isso tenha condicionado os resultados económicos e financeiros (como adiante se verá), fruto de vários fatores, dos quais gostaríamos de destacar os seguintes:

- A decisão de adiamento do arranque de duas pós-graduações que, apesar dos alunos inscritos, requerem a utilização de estúdios de rádio/televisão da UAL Media;
- O facto de não ter sido possível levar a cabo alguns cursos que dependem da abertura de concursos (exemplos, Preparação para a Carreira Diplomática, Preparação para Inspetores da Polícia Judiciária) sendo que neste ano nenhum destes concursos foi aberto;
- A inexistência de condições para levar a cabo iniciativas desenhadas à medida das empresas e no seu seio desenvolvidas; e

- Um esforço de concentração nos cursos *core* da Autónoma Academy, as Pós-Graduações e os MBA, sendo que neste domínio se registou uma alteração positiva, já que em muitos cursos as turmas que se formaram foram maiores em número de alunos, com benefícios pedagógicos e financeiros.

Quanto aos cursos de enfermagem, a atividade superou as expectativas, com o número de alunos a fixar-se nos 253, mais 12,5% do que havíamos estimado. No entanto, entendemos dever ser particularmente prudentes relativamente aos números de 2020-21 porque se verificou uma situação anómala de sobreposição de mais do que uma edição de alguns cursos, como resultado a suspensão de edições do ano anterior, em resposta ao surgimento da pandemia.

Acresce que a própria extensão das PG da ESEFM leva a que alguns cursos se iniciem num ano letivo e apenas terminem no seguinte, tornando mais difícil a imputação dos seus indicadores de atividade, mas também os indicadores de execução financeira, ao ano letivo em análise. Esta é uma matéria que terá de ser amadurecida ao longo do corrente ano letivo.

## 2.1 Cursos da Autónoma Academy

A Tabela 1 mostra a listagem dos cursos abertos no ano letivo 2020-21, bem como o número de alunos que efetivamente os frequentaram, que totalizaram 461. Como é evidente, à semelhança dos anos anteriores, mantém-se uma enorme diversidade de áreas de conhecimento nas quais se realizaram cursos, mas nalguns cursos, refletindo o alargamento do mercado potencial da Autónoma Academy e a validade da oferta que lançamos para o mercado, registou-se um aumento do número de alunos por curso.

Apesar da necessidade de acomodar toda a atividade adicional das PG de Enfermagem, a pequena estrutura da Autónoma Academy abriu e geriu 28 cursos distintos, em áreas como a gestão, a história, a psicologia, o direito, as ciências da comunicação e as ciências humanas, servindo a diversidade de públicos-alvo que nos procuram, com formações de distintas durações e adaptadas a cada situação.

A capacidade de continuamente abrir edições deve ser evidenciada, sendo que esse esforço é recompensado pela qualidade da generalidade dos corpos docentes dos cursos e pela imagem de marca da Autónoma Academy, cada vez mais reconhecida pelo mercado.

No ano 2020-2021 o Instituto de Artes e Ofícios não funcionou por razões relacionadas com a pandemia COVID 19.

Tabela 1 - Cursos abertos no ano letivo 2020-2021 - AA

Designação do Curso	Nº de alunos efetivos
Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança (Set)	36
Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança (Fev)	42
Pós-Graduação em Direito do Desporto	23
Curso de Português para Falantes de Mandarim	18
Pós-Graduação em Tradução	23
Pós-Graduação em Direito Fiscal	10
Pós-Graduação em Direito das Migrações	24
Pós-Graduação em Maçonaria e Sociedades Iniciáticas	15
Pós-Graduação em Direito Administrativo e Urbanístico da Madeira (2ª turma)	9
Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Administrativo	10
Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial	24
Pós-Graduação em Mindfulness e PNL (Out)	7
Pós-Graduação em Mindfulness e PNL (Mar)	5
Pós Graduação em Proteção de Dados	10
Pós Graduação em Gestão Sindical e Relações Laborais	17
Pós Graduação em Direito Aéreo	10
MBA em Gestão de Bar	12
MBA Lisboa Atlântico	9
MBA em Gestão de Projetos	10
Curso de Especialização em Higiene e Saúde no Trabalho	18
Curso de Especialização em Economia Social e Mutualismo	15
Curso Regionais RI	15
Curso de Diplomacia RI	5
Curso de Estudos Avançados em Geopolítica da Africa Subsariana	24
Curso de Estudos Avançados em Geopolítica	27
Workshop Legendagem	4
TOFFEL	25
CHC – Mestrado em Gestão	13
<b>TOTAL ALUNOS</b>	<b>461</b>

No decurso do passado ano letivo houve apenas quatro cursos que não abriram, dando continuidade a uma trajetória decrescente e refletindo um critério cada vez mais apurado na prévia avaliação da viabilidade de cada curso, evitando desperdício de esforços na conceção, preparação, comunicação, etc., sem que se traduzam em atividade de formação efetiva.

O número de cursos não abertos representa uma redução superior a 40% face ao ano anterior e uma redução acumulada superior a 85% face ao ano letivo 2017-18 como ilustra a **Error! Reference source not found.**, tendo atingido um nível que provavelmente estará próximo do mínimo alcançável.

Tabela 2 – Número de cursos preparados que não abriram, por ano letivo

N.º de cursos	Ano letivo			
	<u>2017-18</u>	<u>2018-19</u>	<u>2019-20</u>	<u>2020-21</u>
	24	16	7	4

Em especial, neste último ano letivo, dois destes quatro cursos não abriram por opção de gestão e não por falta de atratividade no mercado, pois não havia condições de funcionamento dos mesmos à distância, nomeadamente a PG em Jornalismo Televisivo e Multiplataforma e a PG em Assessoria Política e Comunicação Estratégica que necessitam imperiosamente de sessões presenciais impossíveis de realizar quando os mesmos eram supostos iniciarem-se, em janeiro de 2021.

A Tabela 3 mostra o conjunto de cursos que não abriram. Alguns deles serão novamente disponibilizados ao mercado, com ligeiras afinações, no ano letivo que agora se inicia, outros serão objeto de reflexão quanto à oportunidade de voltarem a ser colocados no mercado.

Tabela 3 – Cursos preparados no ano 2020-2021 que não abriram

<b>Cursos</b>
Pós Graduação em Direito Societário
Pós Graduação em Comunicação de Moda
Pós Graduação em Assessoria Política e Comunicação Estratégica
Pós Graduação em Jornalismo Televisivo e Multiplataforma

Finalmente, a política de gestão de parcerias manteve-se neste período, efetuando uma gestão ativa dos protocolos existentes, tendo-se promovido novos protocolos que se revelaram úteis para desenvolvimento dos cursos a eles associados, mas o conjunto de iniciativas com os parceiros foi condicionado pelas circunstâncias de confinamento do país.

## 2.2 Cursos de PG da ESEFSM

Como já referido, a partir de 1 de janeiro de 2021 foi integrada a ESEFSM na atividade da CEU. A oferta formativa da ESEFSM ao nível das Pós-Graduações foi integrada na Autónoma Academy, tendo sido reforçada a equipa com um elemento da ESEFSM, a Eng.ª Emília Lourenço<sup>1</sup>, continuando a coordenação académica e pedagógica desta oferta formativa a ser desenvolvida pela Prof.ª. Dr.ª Sandra Queiroz, em articulação com o trabalho dos coordenadores de cada uma das PG em concreto e com a equipa de gestão da Autónoma Academy.

De entre as Pós-Graduações que se apresentam na Tabela 4 abaixo, havia um conjunto que vinha já a funcionar desde o início do ano letivo. Desde Janeiro de 2021 foram abertas mais quatro Pós-Graduações já nos moldes de funcionamento em vigor na Autónoma Academy, nomeadamente em termos das regras de candidatura e inscrição dos alunos.

Tabela 4 – Cursos de abertos no ano letivo 2020-2021 - ESEFSM

Designação do Curso	Nº de alunos efetivos
PG em Cuidados Paliativos	25
PG em Enfermagem de Neonatologia	34
PG em Enfermagem do Trabalho	19
PG em Enfermagem de Saúde Familiar	6
PG em Gestão e Inovação em Saúde	25
PG em Intervenção à Pessoa em Situação Crítica	32
PG em Prevenção e Tratamento de Feridas	28
PG em Prevenção e Controlo de Infeção	28
<b>TOTAL ALUNOS</b>	<b>197</b>

Os cursos abertos já em 2021 são as PG em Gestão e Inovação na Saúde (3ª Edição) em Março, as PG em Enfermagem de Saúde Familiar e Enfermagem no Trabalho em Abril e a PG em Prevenção e Controlo de Infeção em Maio. Refira-se que adaptação à mudança de instituição por parte dos alunos, patente, por exemplo, nos procedimentos de candidatura, foi feita de forma rápida e sem sobressaltos de maior.

Na atividade da ESEFSM são ainda de salientar as consequências nefastas para os estágios em algumas Pós-Graduações resultantes da pandemia COVID 19, que em muitas situações impediram mesmo a realização desses estágios na continuidade do curso. Assim, neste momento ainda há alunos de edições passadas a realizar estágio, cerca de 32. São disso exemplo alunos da 11ª Edição da PG em Intervenção à Pessoa em Situação Crítica e da 9ª Edição da PG em Prevenção e Tratamento de Feridas.

<sup>1</sup> Esta colaboradora veio a integrar a equipa da Autónoma Academy em substituição da Dr.ª Ana Trindade, que apenas colaborou connosco algumas semanas e passou a integrar a equipa da DCRE. Este processo que a direção da Autónoma Academy acolheu com naturalidade em nome do interesse global da CEU, não facilitou o processo, já de si exigente, de incorporação das PG da ESEFSM.

Por outro lado, houve um conjunto de alunos a frequentar edições anteriores de algumas das PG da ESEFSM, que não estão refletidas na tabela anterior, mas que exigiram o normal acompanhamento associado ao funcionamento de um curso de PG.

Embora as PG da ESEFSM estejam enquadradas num vasto conjunto de protocolos, não foi possível até à data uma análise dos mesmos por parte da direção da Autónoma Academy, coisa que se fará até dezembro de 2021.

### 2.3 Comunicação

No que diz respeito à atividade de comunicação, o ano letivo 2020-21 registou duas realidades distintas, uma relacionada com os cursos da Autónoma Academy, em linha com o trabalho que vinha sendo desenvolvido em anos anteriores, e outra, relacionada com as PG da ESEFSM, que constituiu uma situação nova, em fase de transição e que é necessário continuar a aprofundar e amadurecer.

No caso das PG da ESEFSM, para além do processo de transição em si, há um desafio adicional que decorre da opção de manter (e bem, a nosso ver) a autonomia da “marca” da escola de enfermagem, para capitalizar toda a sua reputação, pois a comunicação da oferta da licenciatura é muito distinta da comunicação das ofertas das PG. Como tal, haverá sempre a necessidade de coordenação entre do envolvimento da equipa de comunicação da CEU, a DCRE, e a atividade de comunicação desenvolvida pela Autónoma Academy.

Nesta fase inicial, e dada a insuficiência de recursos da Autónoma Academy para absorver na íntegra a atividade das PG da ESEFSM e tendo em conta que já haviam sido iniciadas pela DCRE campanhas de comunicação para a ESEFSM cobrindo ofertas de PG, a distribuição de tarefas foi sendo feita da forma que pareceu mais conveniente para evitar situações disfuncionais.

No caso da nossa atividade, destaque-se a necessidade de desenvolvimento de um site para as Pós-Graduações de Enfermagem, replicando as características do da Autónoma Academy, de forma a permitir a adoção das mesmas ações, procedimentos e iniciativas, já testadas e consolidadas na AA. Porém, como veremos no capítulo seguinte, a área de comunicação das PG da ESEFSM pode ser muito melhorada.

Quanto aos cursos da Autónoma Academy, as ferramentas que implementámos no ano anterior, nomeadamente aquelas relativas com o site, com o CRM dos alunos que através do site nos procuram e com a planeamento da comunicação dos cursos, foram um contributo fundamental para o acompanhamento dos nossos alunos num quadro em que ainda vivemos, inclusive, um novo confinamento.

A conjugação destas funcionalidades com o elevado nível de desempenho de resposta do website – sempre com o *PageSpeed Score A*, segundo a GTMetrix – e, ainda, com a proatividade da equipa da Autónoma Academy terá contribuído para um aumento muito significativo de tráfego, potenciando a sua ação comercial, que tem dado frutos em termos da entrada de alunos.

Apesar deste desempenho, continuaram a ser exploradas e introduzidas melhorias, como entrada em funcionamento de uma versão em língua inglesa e outras que serão implementadas ao longo do corrente ano letivo, como, por exemplo, o desenvolvimento de



uma nova *framework* de base que permita níveis de desempenho superiores a 95% já respeitando os novos indicadores de desempenho da GTMetrix.

A implementação de uma estratégia de comunicação melhor planeada e orientada, permitiu uma gestão mais harmoniosa dos distintos momentos ao longo do ano em que se abrem cursos, revelando resultados muito positivos, particularmente visíveis na abertura, por exemplo, dos três MBA que temos entre a nossa oferta formativa, cursos tradicionalmente difíceis de abrir pois estão inseridos em mercados altamente competitivos, onde a Autónoma Academy começa a fazer o seu percurso ano após ano.

Acresce que a atividade de comunicação desenvolveu ainda um conjunto de novas iniciativas, como a criação e envio de uma Newsletter ou o envio de SMS/Marketing, para além de passar a produzir todos os cartazes das conferências e *webinars* realizados. Em 2021 a Autónoma Academy também marcou presença na Feira Internacional da ExpoEduVirtual 2021.

Tal como no ano anterior, o investimento com meios externos limitou-se aos casos em que se entendeu poder acrescentar algo às ferramentas de que já dispomos e iniciativas desenvolvidas com os meios internos. Esse investimento foi realizado com o envolvimento de empresas especializadas, com quem temos vindo a otimizar todo o processo de comunicação e promoção dos cursos.

A Tabela 5 apresenta alguns exemplos demonstrativos da variedade das atividades online levadas a cabo, que envolveram mais de 1.400 participantes, para além de quase 4 mil pessoas que participaram nos *Webinars* de tradução, superando os valores alcançados no ano letivo 2019-2020.

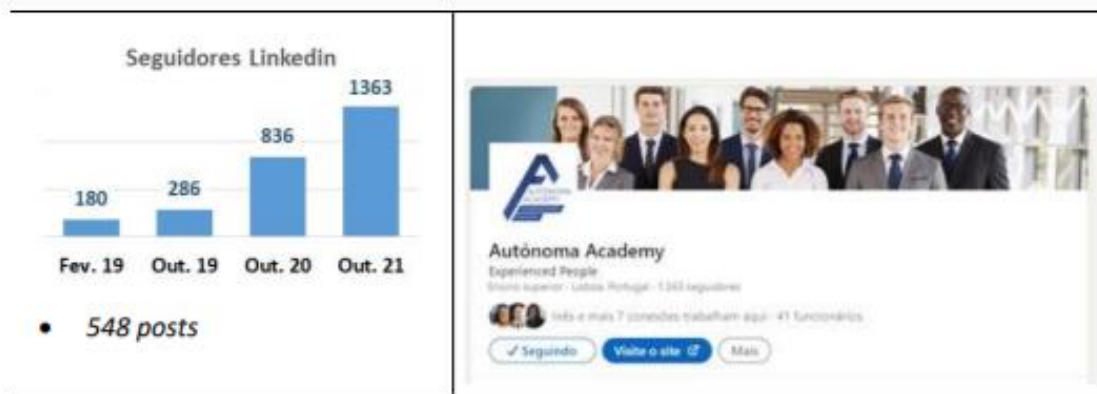
Tabela 5 – Atividades desenvolvidas online

EVENTO ONLINE	DATA	PARTICIPANTES
ShorTalk "ESPORTS"Desporto Eletrónico: que abordagem? Quais regras?	22-jul-2021	69
A Programação Neurolinguística ao serviço da tua vida e da tua carreira	19-abr-2021	263
Masterclass – Sustainable Project Management	8-abr-2021	109
A proteção de dados e o “passaporte” digital verde	26-mar-2021	268
Stress no contexto pandémico	8-mar-2021	210
Compliance e responsabilidade empresarial	2-mar-2021	66
Desafios da Gestão de Projectos pós-Covid	21-jan-2021	106
Paradigma das TIs na Comunicação Organizacional	19-jan-2021	85
OTratamento de Dados Pessoais em C. Eleitorais e Marketing Político	12-jan-2021	108
As Eleições Presidenciais nos E.U.A – Poder e Máscaras	4-nov-2020	50
Aula aberta: A Maçonaria em Portugal	8-out-2020	38
Aula Aberta: A Música em Maçonaria	6-out-2020	109
		1 481
Webinares no âmbito da Pós-Graduação em Tradução (21 no total)		4 094

Naturalmente que se manteve uma enorme atividade nas redes sociais, com um detalhado planeamento mensal, semanal e diário, meios de comunicação indispensáveis na realidade atual e que muito contribuem para a construção da notoriedade e reputação da marca Autónoma Academy. Isso mesmo está ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Presença nas redes sociais





Como resulta evidente, é assinalável o percurso realizado e os resultados alcançados em tão curto período, o que só foi possível graças ao referido planeamento e ao empenho dos colaboradores da escola.

## 2.4 Avaliação da Qualidade

Dando seguimento à política de promoção e controlo da qualidade, foram realizados inquéritos de satisfação de qualidade, incluindo questões específicas para as dimensões do ensino à distância, para a grande maioria dos cursos, como abaixo se descreve.

### Satisfação de Qualidade:

- Pós-Graduação em Direito Administrativo e Urbanístico na RAM
- Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial
- MBA Lisboa Atlântico
- Pós-Graduação em Proteção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na UE
- Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações de Trabalho
- Pós-Graduação em Direito das Migrações
- Pós-Graduação em Direito do Desporto
- Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações de Trabalho
- Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Administrativo
- Curso especialização Geopolítica da África Subsariana
- Pós-Graduação em Direito Aéreo
- MBA Lisboa Atlântico
- MBA Gestão de Projetos

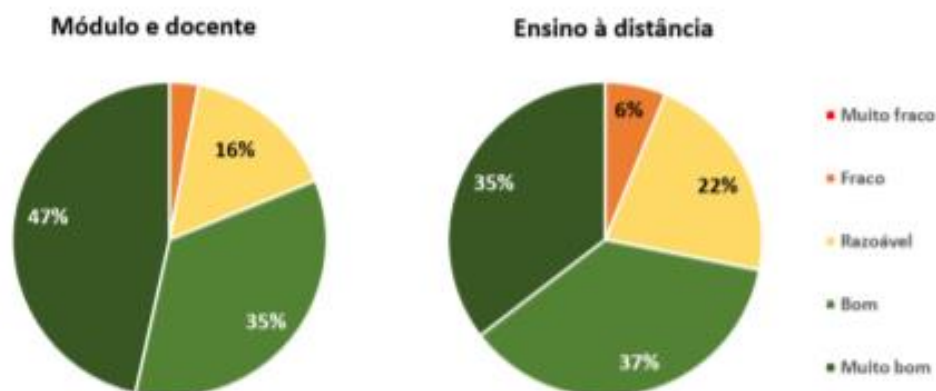
### Ensino à distância:

- Pós-Graduação em Direito das Migrações
- Pós-Graduação em Direito do Desporto
- Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações de Trabalho
- Pós-Graduação em Maçonaria e Sociedades Iniciáticas
- Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial

- Pós-Graduação em Direito Fiscal Empresarial
- Pós-Graduação em Programação Neuro-linguística e Mindfulness
- Estudos Avançados de Geopolítica
- MBA Gestão de Bar
- Pós-Graduação em Proteção de Dados Pessoais, Privacidade e Cibersegurança na UE
- MBA Lisboa Atlântico
- MBA Gestão de Projetos

Globalmente os resultados das avaliações foram muito positivos, com mais de 80% das respostas a considerarem os módulos dos cursos e os docentes bons ou muito bons, valores que são ligeiramente inferiores para o conjunto das perguntas acerca do ensino à distância, essencialmente no escalão muito bom (Gráfico 3). Ainda assim, mais de 70% das respostas foram “bom” ou “muito bom”, e apenas 6% atribuíram uma classificação negativa.

Gráfico 3 – Resultados globais dos inquéritos de satisfação



Embora a análise dos resultados detalhados, por curso e docente, tenha sido feita para identificar eventuais casos críticos que justificassem intervenção, no campo dos inquéritos de satisfação a atividade ficou aquém do planeado e desejado, não só no tratamento mais formal e atempado dos resultados, como dos esforços para aumentar a taxa de participação dos alunos nos inquéritos.

Isso deveu-se, em grande medida, à insuficiência de recursos humanos para realizar essa tarefa, em especial num contexto da necessidade de acomodação dos cursos de PG da ESEFSM.

## 2.5 O novo modelo de ensino para o futuro da Autónoma Academy

Ao longo do ano letivo a Autónoma Academy foi consolidando a sua reflexão sobre o modelo de ensino-aprendizagem no novo contexto de pandemia, mas, acima de tudo, a pensar no contexto pós-pandemia, encarando isso como um desafio e uma oportunidade de posicionamento estratégico no mercado da formação pós-graduada e executiva.

É certo que um ensino à distância simultaneamente alarga o mercado potencial, por um lado, e o número de potenciais concorrentes, por outro, alterando grande parte das “regras do jogo”, mas é convicção da direção da Autónoma Academy que esse novo contexto não será menos favorável à afirmação da instituição que o “antigo” contexto, tando mais que torna menos críticos aspetos em que temos tido forte desvantagem competitiva – como as instalações, acessibilidades e estacionamento – e salienta aspetos de agilidade e competências de atuação em ambiente digital, nos quais a vantagem competitiva de outras instituições de ensino superior no mercado não é tão evidente.

Assim, em estreita articulação com o CA da CEU, entendeu-se no final do ano letivo ser oportuno dar início a um projeto de desenvolvimento das linhas estruturantes de um modelo de ensino misto, que conjugue articuladamente desde a conceção dos cursos, o ensino presencial e o ensino à distância, em modo síncrono e assíncrono, reforçando o papel dos percursos dos próprios alunos e da produção de conteúdos por parte dos docentes.

Sendo esse um desafio tremendo, que muda o próprio modelo de negócio de cada curso e de cada edição, decidiu-se avançar com o ensaio dessa nova abordagem em um ou dois cursos já no ano letivo 2021-22, para avaliar os termos e as condições de alargamento à generalidade das ofertas formativas, tendo presente não só a capacidade de execução interna, como o eventual aproveitamento de fundos públicos, nacionais e comunitários, em que se enquadre a iniciativa em causa.

Foi decidido afetar a este projeto uma verba máxima de 50 mil euros, que serão incorporados no orçamento do ano letivo 2021-22 numa perspetiva de investimento, não só para a Autónoma Academy, como também para as restantes instituições de ensino do grupo CEU.

## 2.6 Resultados económico-financeiros

Dada a descontinuidade causada pela integração das PG da ESEFSM na atividade da Autónoma Academy, entendemos ser importante, pelo menos durante um ou dois anos, reportar os resultados da atividade autonomizando os cursos da Autónoma Academy em separado, pois só assim se poderá ter uma noção da continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido nessa área, sem as distorções de análise que decorreriam de apenas ter a informação agregada.

Por outro lado, no caso das PG da ESEFSM ainda temos alguma dificuldade em apurar com rigor os resultados dos cursos e de proceder a uma correta afetação de receitas e de custos a cada ano letivo, em especial pelo efeito conjugado de um processo de transição no decurso de um ano letivo e da circunstância particular de coexistirem várias edições de anos letivos anteriores, que foram adiadas ou suspensas devido ao contexto de pandemia. A afinação do correto apuramento das contas dos cursos de enfermagem vai depender tanto do crescente conhecimento que vamos tendo da especificidade de cada curso, como da estabilização dos

mesmos no seio da estrutura da Autónoma Academy. Contamos ter progressos significativos durante o corrente ano letivo.

Finalmente, importa notar que é mais razoável apresentar resultados desagregados para a Autónoma Academy num cenário de atividade *stand alone* (sem enfermagem), do que fazer o exercício complementar, uma vez que a atividade de enfermagem não foi integrada juntamente com todos os recursos humanos necessários para a gerir, passando a partilhar todos os custos de estrutura e custos comuns. Efetivamente, para além dos custos diretos de cada curso, o único custo incremental para a estrutura da Autónoma Academy foi o custo com a colaboradora Emília Lourenço.

A análise dos resultados das PG da ESEFSM fica assim comprometida, pois, fazer a diferença entre os resultados globais e os resultados dos cursos da Autónoma Academy constituiria um enviesamento provocado pela afetação da totalidade das sinergias obtidas com a integração das escolas, apenas aos cursos de enfermagem.

Feita esta nota metodológica, e começando pela atividade dos cursos da Autónoma Academy, registámos receitas de 642 mil euros, 7% acima das obtidas no ano letivo 2019-20, mas um crescimento inferior ao previsto no plano de atividades (15%), essencialmente fruto da opção de não abertura de dois cursos (como atrás explicado). Porém, os resultados não ficaram limitados, pois a dimensão das turmas e o esforço de racionalização de custos permitiu reduzir os custos cerca de 2,5% para menos de 470 mil euros, o que se traduziu em resultados superiores a 170 mil euros, 46% superiores ao do ano anterior e superando o valor previsto no plano de atividades, que se cifrava num aumento de 20%.

Considerando toda a atividade da Autónoma Academy, com enfermagem, e sem considerar as receitas e custos de PG da ESEFSM que entendemos deverem ser diferidos para o ano letivo 2021-22, a receitas ascenderam a 891 mil euros, ligeiramente abaixo dos 900 mil estimados no plano de atividades, mas ainda assim, representando um crescimento de cerca de 50% face ao ano anterior. Já os resultados ultrapassaram os 300 mil euros (*Gráfico 4*), excedendo claramente os valores orçamentados (200 mil).

Gráfico 4 – Contributo para os resultados da CEU



O desvio, positivo, face ao orçamentado pode ser em grande medida explicado pela sobrestimação dos custos dos cursos de enfermagem, devido ao limitado conhecimento que a direção da Autónoma Academy tinha dos mesmos aquando a realização do seu plano de atividades.

É notória a evolução do contributo da Autónoma Academy para o financiamento global da CEU e é inequívoco o impulso que a integração das PG da ESEFSM deram, tanto pelo volume da atividade formativa em si, como pelas sinergias associadas à partilha de recursos com a Autónoma Academy.

Em todo o caso, estes números agregados devem ser interpretados com alguma cautela, pois a afinação dos valores correspondentes à enfermagem, nomeadamente em resultado de um esforço de reconciliação com a área financeira da CEU (ainda por fazer), poderá vir a justificar algumas correções à posteriori.

### 3 Perspetivas para o ano letivo 2021-2022

As perspetivas para o ano letivo 2021-22 devem ser enquadradas numa imprevisível alteração do contexto externo de normalização da vida económica e social pós-pandemia, seguramente com novos padrões de comportamento, nomeadamente no que na aposta na formação diz respeito, bem como no desafio interno de consolidação da integração das formações de enfermagem.

A respeito da atividade interna da Autónoma Academy, será importante continuar a melhorar os processos relativos às PG da ESEFSM, bem como melhorar a coordenação dessa atividade com as restantes atividades da ESEFSM, não só, mas em especial, no que respeita ao aprofundamento das funções de comunicação.

Por outro lado, seria muito importante poder contar-se com o reforço do número de colaboradores, mais um colaborador que permitisse libertar a atual equipa da sobrecarga decorrente a atividade das PG da ESEFSM, permitindo um impulso na comunicação destas PG para os mesmos padrões das ofertas da Autónoma Academy<sup>2</sup>, permitindo dar continuidade ao aprofundamento das atividades de controlo de gestão e permitindo prosseguir o caminho de controlo de qualidade.

Adicionalmente, o reforço de meios poderia abrir espaço para a implementação de algumas das boas práticas do novo modelo de ensino-aprendizagem que está a ser trabalhado, nomeadamente com a formalização do gestor de sucesso de cada curso e a implementação de um sistema de acompanhamento individualizado dos alunos, ainda que em regime experimental de aplicação progressiva a apenas alguns cursos.

Uma parte destas novas tarefas pode ser feita com recurso a serviços externos e, nessa medida, vai estar refletida no plano de atividades e orçamento, mas a iniciativa, coordenação e controlo só poderão ser feitos pelos colaboradores da Autónoma Academy. Porém, a atual equipa não tem qualquer possibilidade de abarcar estes desafios.

---

<sup>2</sup> A este respeito, assinala-se que quando questionada sobre as áreas de melhoria na gestão da PG da ESEFSM a diretora da escola identificou em primeiro lugar o desejo de ter níveis de comunicação semelhantes as que observava para as ofertas formativas da Autónoma Academy.

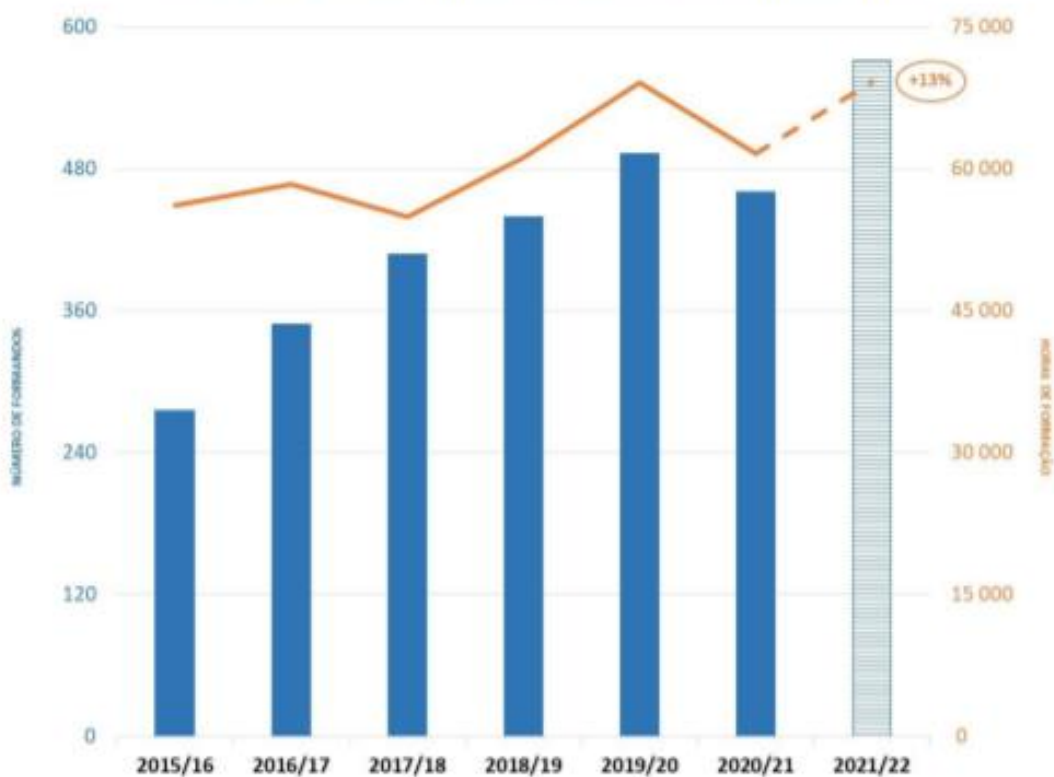
Compreendendo que esse reforço de meios requer a devida ponderação pelo CA da CEU e que a sua oportunidade envolve outras considerações de âmbito mais abrangente que o da Autónoma Academy, optou-se por apresentar as perspetivas para o corrente ano letivo assumindo os recursos atualmente existentes.

Finalmente, quanto aos pressupostos deste planeamento, dado que se encontra em curso um processo de reorganização do Instituto de Artes e Ofícios (IAO) e de reposicionamento na estrutura da CEU, não se teve em conta nas perspetivas da atividade os cursos que venham a funcionar nessa área.

Porém, a direção da Autónoma Academy está ciente da necessidade de gestão desses cursos, e participará ativamente em eventuais projetos de revitalização do IAO, tendo mesmo apresentado um projeto concreto ao CA da CEU.

Assim sendo, para os cursos da Autónoma Academy antecipamos um crescimento de atividade de cerca de 13%, avaliado pelo número de horas de formação (Gráfico 5), a que corresponde um crescimento de cerca de 16% no número de alunos<sup>3</sup>. Estes valores correspondem ao cenário central, com a devida ponderação de probabilidade de abertura de cursos e número de alunos por curso.

Gráfico 5 – Projeção da atividade, sem cursos de enfermagem.



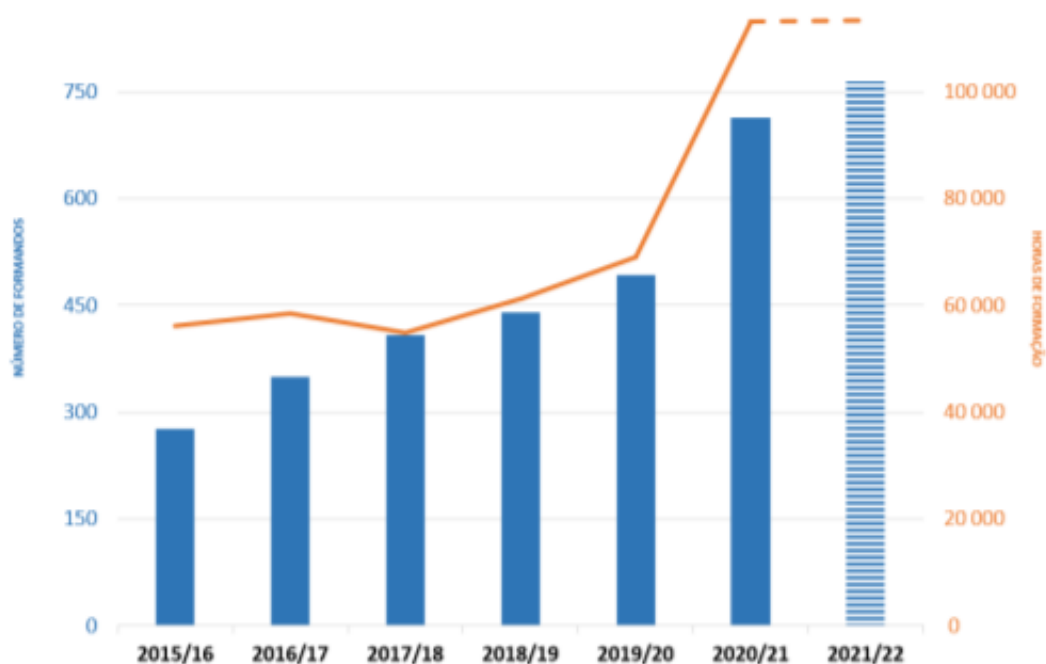
<sup>3</sup> Este crescimento elevar-se-ia para 24% se considerássemos os 34 alunos inscritos no curso de matemática, realizado por iniciativa do DCEE, mas, por se tratar de uma iniciativa de contornos muito distintos dos das restantes ofertas formativas, não o vamos aqui considerar para efeitos de comparação com o ano precedente.



Quanto às PG da ESEFSM, enfrentamos uma grande incerteza, decorrente não só do mercado dependente de um grupo profissional que estará a sair de um período de cerca de 2 anos muito críticos, como também da circunstância de se prever o lançamento de três novas ofertas formativas cujas perspetivas de sucesso ainda temos dificuldades em avaliar. Face à enorme variabilidade do número de alunos associada aos vários cenários traçados (entre cerca de 170 e mais de 230 alunos) considerámos prudentemente que o número de alunos a frequentar os cursos a abrir no ano letivo 2021-22 rondará os 193, um número ligeiramente inferior ao registado no ano anterior.

Se assim for, a atividade global da Autónoma Academy, sem considerar o IAO deverá manter-se sensivelmente ao mesmo nível do registado em 2020-21 (Gráfico 6), embora com ligeiro crescimento do número de alunos, incluindo os inscritos no curso de matemática de iniciativa do DCEE.

Gráfico 6 – Projeção da atividade, com cursos de enfermagem



A nível financeiro, apesar da enorme incerteza associada aos cursos de enfermagem, julgamos poder antecipar com razoável segurança receitas na ordem dos 950 mil euros, custos totais de 643 mil euros – já ajustando os custos da colaboradora Emília Lourenço todo o ano, os custos com a comunicação para 25 mil euros e os custos com os websites para 10 mil euros – o que permitirá um contributo para os resultados da CEU na ordem dos 307 mil euros, em linha com o realizado no ano letivo 2020-21.

Porém, deverá ainda incluir-se no orçamento da Autónoma Academy o investimento no projeto sobre os novos métodos de ensino, já atrás referido e assumido pelo CA da CEU, o que reduzirá o contributo para resultados até um mínimo 257 mil euros (se os 50 mil euros orçamentados forem integralmente realizados) e, desejavelmente o custo de um novo colaborador, que estimamos num máximo de 17.500 euros caso se juntasse à Autónoma

Academy ainda este ano civil. Neste último caso, esperamos que o aumento do potencial de trabalho se poderia traduzir em aumento de receitas que compensaria esses custos, pelo que o impacto nos resultados poderia mesmo ser positivo já no primeiro ano, apesar do impacto apenas se materializar na íntegra num período de dois anos letivos.

#### 4 Nota final

O ano letivo 2020-21 foi mais um ano muito exigente para os colaboradores da Autónoma Academy, que conseguiram integrar com sucesso toda a atividade das PG da ESESFM, sem disrupções e acolhendo uma nova colaboradora em condições particularmente difíceis a nível pessoal para ela e a nível do seu envolvimento em todos os processos de trabalho. A todos, incluindo a nova colaboradora, o reconhecido agradecimento da direção da Autónoma Academy.

É certo que há um enorme caminho para percorrer na área da enfermagem, mas também para se poderem superar os desafios da formação pós-graduada e executiva nas restantes áreas, num mercado crescentemente competitivo, sem desvirtuar os princípios que norteiam a Autónoma Academy e a CEU, e prosseguindo a nossa missão consolidando a reputação da instituição. Mas o sucesso com que temos superado os desafios dos últimos anos e os resultados que vimos apresentando continuamente ao longo de cinco anos, são fonte de confiança para enfrentarmos com entusiasmo as próximas etapas.

Naturalmente que este percurso só se faz no quadro global da CEU e da boa colaboração dos seus vários departamentos e, em especial com o acompanhamento muito próximo e sempre disponível do CA da CEU, ao qual agradecemos a confiança em nós depositada. Também da parte da Reitoria da UAL nunca faltou todo o suporte solicitado e a partilha de reflexão sobre o desenvolvimento da Autónoma Academy, dando-nos forças adicionais mesmo nos momentos mais exigentes.

Ao Conselho de Administração da CEU e à Reitoria da UAL reafirmamos o nosso entusiasmo e determinação em prosseguir com o projeto da Autónoma Academy, nos limites da nossa capacidade e dos recursos disponíveis, contribuindo dessa forma para a missão da CEU/UAL.

Lisboa, 2 de Outubro de 2021



**Prof. Eduardo Cardadeiro**  
Diretor da Autónoma Academy



**Dr.ª Celina Luís**  
Diretora executiva da Autónoma Academy

## Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico

---

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

23 de setembro de 2020 a 22 de setembro de 2021

### I – INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde, de uma forma geral, ao segundo ano do triénio do Conselho Científico que se pautou por três linhas de atuação.

Uma primeira pela avaliação e decisão de assuntos relacionados com a aprovação de projetos de tese, alteração e registo de teses, avaliação da qualidade das teses pela intervenção dos júris de qualidade, aprovação dos júris de provas públicas e admissão de candidatos a cursos de mestrado e doutoramento ao abrigo de situações excepcionais.

Uma segunda linha de atuação correspondeu à reforma de instrumentos de regulação e acompanhamento dos processos de ensino, tendo em conta as mudanças verificadas nos processos de avaliação e acreditação da A3ES, bem como das dinâmicas internas da universidade.

A terceira modalidade de intervenção foi a procura por encontrar novos apoios e orientações para as transformações estratégicas que se adivinham ou se presumem venham a acontecer, bem como aprovar novos cursos presenciais e de ensino a distância (EaD) para submeter à A3ES.

Toda a atividade do Conselho Científico foi permanentemente acompanhada pelo Reitor e pelo Conselho de Administração da Cooperativa de Ensino Universitário.

Para além dos conselheiros permanentes foram convidados vários doutores para assistirem às sessões quando as especificidades dos temas exigiram contributos particulares.

### II – ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

Mais do que relatar as sessões ocorridas, o relatório tem por objetivo, sobretudo, apresentar dados de forma que a avaliação das atividades seja feita pelos leitores e críticos académicos.

À entrada do último ano do triénio eletivo deste Conselho Científico, este relatório terá uma utilidade acrescida, justamente o de proporcionar um balanço do que foi feito e das urgências a tratar até ao mês de julho do próximo ano de 2022.

Evidentemente que o conteúdo deste relatório ganha maior relevância e acuidade se for comparado e ajustado às atividades da Reitoria, do Conselho Pedagógico e dos departamentos através das suas Comissões Científicas.

Vejamos, doravante, o significado de cada quadro que foi elaborada para exprimir as atividades ocorridas entre setembro de 2020 até setembro de 2021.

III – QUADRO I – SUMÁRIO DAS DELIBERAÇÕES - (23 de setembro 2020 a 22 de setembro 2021)

<b>Deliberação N.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Data</b>
495	Doutoramento em Direito	23/09/20
496	Mestrado em Direito Empresarial	23/09/20
497	Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	23/09/20
498	Doutoramento em Economia de Gestão Empresarial	23/09/20
499	Júri de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	23/09/20
500	Júri de doutoramento em Direito	28/10/20
501	Júri de doutoramento em Direito	28/10/20
502	Curso não conferente de grau - Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações de Trabalho	28/10/20
503	Júri de Creditação do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais	28/10/20
504	Júri de Creditação do Departamento de Relações Internacionais	28/10/20
505	Comissão para Propor um Regulamento sobre cursos de Ensino à Distância na UAL (EaD)	28/10/20
506	Adequação do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos com o Regulamento Geral de Avaliação	28/10/20
507	Mestrado de Ensino à Distância em Política Internacional	11/11/20
508	Registo de Tese de Doutoramento em Direito de Cristina Paula Guerreiro Soeiro	11/11/20
509	Registo de Tese de Doutoramento em Direito de António Raúl da Costa Torres Capaz Coelho	11/11/20
510	Registo de Tese de Doutoramento em Direito de Humberto Lacerda Alves	11/11/20
511	Registo de Tese de Doutoramento em Direito de Adelino D'Assunção Nobre de Melo Vera Cruz Pinto	11/11/20
512	Reuniões do Conselho Científico até final do 2.º semestre 2020/2021	16/12/20
513	Registo de Tese de Doutoramento em Direito de Rodolfo Milhomem de Sousa	16/12/20
514	Júri de Doutoramento em História	16/12/20
515	Recomendações sobre o Ensino à distância (EaD)	16/12/20
516	Júri de Creditação de Competências Profissionais e Académicas Área Científica de História, Artes e Humanidades	13/01/21
517	Correção do Título da Tese na deliberação n.º 514/2020 Área científica de História, Artes e Humanidades	13/01/21
518	Recomendações às Comissões Científicas	13/01/21
519	Aprovação e Registo de Projetos de Tese - Doutoramento em Direito	24/02/21

Deliberação N.º	Assunto	Data
520	Júri Doutoramento em Direito	24/02/21
521	Júri de Doutoramento em História	24/02/21
522	Artigo 8.º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos	31/03/21
523	Aprovação e Registo de Projetos de Tese e Respetivos Orientadores	31/03/21
524	Júris de Doutoramento em História e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	31/03/21
525	Alterações de Títulos de tese no Doutoramento em Direito e no Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	31/03/21
526	Admissões ao Curso de Doutoramento em História ao Abrigo da alínea B) do Artigo 30.º do RGMD	31/03/21
527	Convidados Permanentes à Reunião do Conselho Científico	31/03/21
528	Inclusão de dois Coorientadores na Tese de Doutoramento em História de Ricardo Fernando Fontes Jesus Serrado	31/03/21
529	Aprovação e Registo de Projetos de Tese e Respetivos Orientadores	14/04/21
530	Júri para Professor Catedrático - Luís José Rodrigues Leitão Tomé	14/04/21
531	Serviço Docente para o Segundo Semestre do Ano Letivo de 2020/2021	14/04/21
532	Aprovação e Registo de Projetos de Tese e Respetivos Orientadores	26/05/21
533	Correção de Títulos de Tese e Alteração nos Registos do <i>Renates</i>	26/05/21
534	Creditação de Competências Académicas para Ingresso no Mestrado em Relações Internacionais	26/05/21
535	Anulada	26/05/21
536	Aprovação e Registo de Projeto de Tese e Respetivo Orientador	30/06/21
537	Regulamento do Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	30/06/21
538	Regulamento do Doutoramento em Arquitetura	30/06/21
539	Regulamento Geral de Ensino a Distância	30/06/21
540	Artigo 8.º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos	30/06/21
541	Admissão de Alunos ao Doutoramento em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	30/06/21
542	Curso de Pós-Graduação na Área Científica de Arquitetura - Habitar é Deixar Vestígios	30/06/21
543	Reuniões do Conselho Científico até ao Final do Triénio	22/09/21
544	Despacho N.º 81/2021 de 24 de julho, do Presidente do Conselho Científico	22/09/21
545	Curso de Pós-Graduação em Ação Humanitária, Desenvolvimento e Geopolítica	22/09/21
546	Registo de Projetos de Tese - Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	22/09/21
547	Revisão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos	22/09/21

No espaço de um ano, a que corresponde o presente relatório, foram realizadas 11 (onze) sessões e concretizadas 53 deliberações, ou seja, uma média de cerca de 5 (cinco) deliberações por reunião, cobrindo todos os temas já anunciados na introdução.

#### IV – QUADRO II - SUMÁRIO DOS DESPACHOS

<b>Despacho N.º</b>	<b>Assunto</b>	<b>Data</b>
81/2021	Controlo de Qualidade do Progresso das Teses de Doutoramento	24/07/21

Só houve um despacho do Presidente, abordando um assunto já regulamentado, e teve por objetivo reforçar os mecanismos de controlo de qualidade das teses de doutoramento.

#### V – QUADRO III - PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DOS MEMBROS ÀS REUNIÕES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Como é evidente, a assiduidade é um dos referenciais mais significativos da atividade dos membros do Conselho Científico e demonstra uma participação excecional, podendo-se dizer que ronda os 87% se tivermos em conta que o Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida, Administrador Escolar, nunca participou em nenhuma reunião. O mesmo aconteceu com o Dr. João Varandas que foi um membro ausente e que tinha tido assento como convidado exterior para a área da saúde.



Relatório do Reitor 2020/2021



Conselheiro	23 de setembro 2020 a 22 setembro 2021											Totais
	23/09/20	28/10/20	11/11/20	16/12/20	13/01/21	24/02/21	31/03/21	14/04/21	26/05/21	30/06/21	22/09/21	P
	P	P	P		P	P	P	P	P	P	P	10
	P	P	P			P		P	P	P	P	8
	P	P	P		P	P	P	P	P	P	P	10
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11
	P	P	P	P	P	P		P	P	P	P	10
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11
	P			P	P	P		P	P	P	P	8
	P	P			P	P	P	P	P	P	P	9
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11
	P	P	P	P	P	P	P	P			P	10
												0
	P	P	P		P	P	P	P	P	P	P	10
	P	P			P	P	P	P	P	P	P	9
	P	P	P	P		P	P	P	P	P	P	10
	P	P		P	P	P	P	P		P	P	9
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	11
	P	P	P	P	P	P			P	P	P	9
<b>Totais P</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>217</b>
	<b>Média de presenças</b>		<b>19,1</b>									

## VI – QUADRO IV - RELAÇÃO POR CONSELHEIRO DE ASSIDUIDADE

O quadro personalizado das presenças dos conselheiros segue, em linha, com o que foi dito no quadro anterior. De notar que 8 (oito) conselheiros nunca faltaram e que outros 8 (oito) só tiveram uma falta, um grupo de 16 (dezasseis) no conjunto dos 23 (vinte e três).

Nome Conselheiro	Presenças	Ausências
	10	1
	8	3
	10	1
	11	0
	11	0
	10	1
	11	0
	8	3
	9	2
	11	0
	10	1
	10	1
	8	3
	11	0
	11	0
	10	1
	0	0
	10	1
	9	2
	10	1
	9	2
	11	0
	9	2

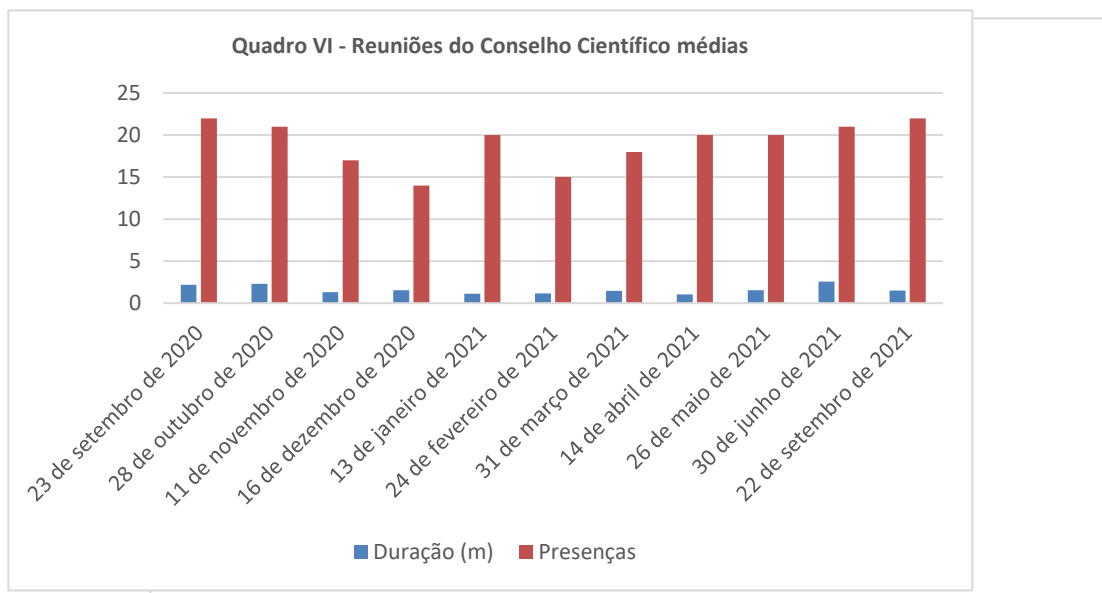
## VII – QUADRO V – CONVIDADOS ÀS REUNIÕES

O quadro dos convidados expressa a preocupação do Conselho Científico por recolher pareceres e conselhos de personalidades que, pelos conhecimentos e experiências, podem contribuir, como efetivamente aconteceu, para uma tomada de deliberações mais conformes às necessidades da universidade.

Nome	Reuniões	Total de reuniões
Bruno Miguel Carriço Dos Reis	30 de junho 2021	1
Celina Maria Domingos Luís Albuquerque Santos	22 de setembro 2021	1
Eduardo Miguel Vicente de Almeida Cardadeiro	30 de junho 2021	1
Frédéric Jean-Marc Vidal	14 de abril 2021 26 de maio 2021 22 de setembro 2021	3
José Amado da Silva (Reitor)	30 de junho 2021	1
Manuel Monteiro Guedes Valente	14 de abril 2021 26 de maio 2021 22 de setembro 2021	3
Mário Pedro Guerreiro Marques Da Silva	14 de abril 2021 26 de maio 2021	2
Telma Maria De Matos Campos Ruas	23 de setembro 2020 28 de outubro 2020 11 de novembro 2020 30 de junho 2021	4
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>

VIII – QUADRO VI - REUNIÕES DO CONSELHO CIENTÍFICO – MÉDIAS

Dia	Duração (m)	Presenças
23 de setembro de 2020	2,2	22
28 de outubro de 2020	2,3	21
11 de novembro de 2020	1,3	17
16 de dezembro de 2020	1,55	14
13 de janeiro de 2021	1,1	20
24 de fevereiro de 2021	1,15	15
31 de março de 2021	1,45	18
14 de abril de 2021	1,05	20
26 de maio de 2021	1,55	20
30 de junho de 2021	2,55	21
22 de setembro de 2021	1,5	22
<b>Totais</b>	<b>17,7</b>	<b>210</b>
<b>Média</b>	<b>1,61</b>	<b>19,09</b>



---

## IX – CONCLUSÕES

Podemos resumir o essencial das atividades nas seguintes conclusões:

- 1.- O Conselho Científico realizou 11 (onze) sessões num período de um ano que, descontando o mês de férias, foi, praticamente, uma reunião por mês, muito para além a que obriga os Estatutos da Universidade;
- 2.- A assiduidade às reuniões foi altíssima o que evidencia o interesse pela participação e bem assim a motivação dos conselheiros;
- 3.- Os assuntos tratados foram muito variados e incluíram questões do quotidiano da universidade e da sua tramitação académica, questões sobre regulação e orientação e, ainda, questões de natureza estratégica;

Como Presidente do Conselho Científico quero agradecer ao seu Secretário, Doutor Bruno Maia, como agradecer à D. Helena Silva o apoio administrativo que dispensou a todo o expediente e arquivo do Conselho Científico, bem como a atualização digital na página web do Conselho Científico.

Lisboa, 30 de novembro de 2021

O Presidente do Conselho Científico  
José Manuel Louzada Lopes Subtil

## Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico

## Conselho Pedagógico

### Relatório de actividades do ano académico de 2020/2021

O ano lectivo 2020/2021 continuou a confrontar-se com os múltiplos constrangimentos impostos pela Pandemia de COVID-19, que no ano precedente alterara profundamente as nossas condições de funcionamento, colocando as reuniões do Conselho em exclusividade no modelo de videoconferência.

Estes mesmos constrangimentos não permitiram a renovação do Conselho cujo processo eleitoral deveria ter sido realizado em Julho de 2020, tendo sido solicitado ao magnífico Reitor a 11 de maio de 2020 “que, tendo em consideração a dificuldade de realizar o processo eleitoral do Conselho Pedagógico no mês de Julho como previsto, por razões de Pandemia, fosse prorrogada a actividade do mesmo Conselho até ao início do próximo ano lectivo “em que o processo eleitoral poderia ser mais facilmente realizável, e o Conselho ainda em função poderia se pronunciar sobre algumas medidas estatutárias importantes, tais como novos ciclos de estudo, horários escolares e de exames etc., que são postas habitualmente nesse momento”.

Nestas condições não se realizou o processo eleitoral em julho, como proposto e o Conselho continuou em função. A 16 de outubro seguinte, o Presidente solicitou ao Magnífico Reitor um despacho sobre o processo eleitoral, continuando o Conselho ainda neste momento em funções, e aguardando a realização do processo eleitoral.

Tendo em consideração as dificuldades práticas de funcionamento de um Conselho Pedagógico, no formato inscrito nos Estatutos em vigor da UAL, uma alteração aos mesmos foi sugerida. Essa alteração parece indispensável para poder agilizar e aumentar a eficiência do funcionamento do nosso Conselho.

Durante o ano académico 2020/2021, o Conselho reuniu por videoconferência em quatro ocasiões: 30 de setembro e 9 de novembro de 2020 e a 29 de março e 7 de julho de 2021, reuniu ainda no início deste novo ano lectivo a 29 de setembro e a 3 de novembro 2021 para ratificar um parecer dado Pelo Presidente do Conselho, na base de uma delegação dada pelo Conselho na sessão precedente.

As Ordens de trabalho das reuniões do Conselho foram as seguintes:

## 2020

dia 30 de setembro

Ponto nº 1 - Ratificação da aprovação do Calendário Escolar;

Ponto nº 2 - Proposta de alteração aos Inquéritos de satisfação a docentes e estudantes face aos problemas de saúde pública;

Ponto nº 3 - Análise à proposta de criação de novos cursos;

Ponto nº 4- Outros Assuntos.

dia 9 de novembro

Ponto único:

Proposta de submissão de curso de 2º ciclo na área científica de Relações Internacionais na modalidade a distância.

## 2021

dia 29 de março

Ponto 1 - Informações.

Ponto 2 - Avaliação do 1º Semestre.

Ponto 3 - Ratificação dos calendários de Exames para o 1º Ciclo 2º Semestre.

Ponto 4 - Outros Assuntos.

dia 7 de julho

Ponto 1- Ratificação dos calendários de Exames para o 1º Ciclo e 2º ciclo no 2º Semestre.

Ponto 2 - Avaliação do 2º Semestre.

Ponto 3 -Apreciação de proposta de novos ciclos de estudos.

Ponto 4 -Outros Assuntos.

dia 29 de setembro

Ponto 1 - Preparação do Ano Lectivo

Ponto 2 - Apreciação de proposta de novos ciclos de estudos.

Ponto 3 - Outros Assuntos.

dia 3 de novembro

Ponto nº 1 - Ratificação da designação do Departamento de Engenharias e de Ciências da Computação.

Ponto nº 2 - Outros Assuntos.



Apesar da situação difícil que a Pandemia ocasiona, o Conselho teve sempre quórum para funcionar. Contudo o aspecto paritário foi fortemente comprometido em detrimentos dos conselheiros discente pouco presentes, o que é compreensível dadas as circunstâncias.

A participação dos Conselheiros foi sempre muito fortemente interventiva e empenhada, cumprindo fielmente os seus deveres e exercendo as suas competências estatutárias.

Não podemos também deixar de assinalar as excelentes relações de colaboração com o Conselho Científico e o Magnífico Reitor ao longo dos anos que assumi esta responsabilidade, assim como da inestimável colaboração e apoio da Secretária do Conselho, Conselheira Telma de Mattos Ruas.

Lisboa, 17 /11/2021

O Presidente do Conselho Pedagógico



Professor Doutor João Hipólito

## Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante

## Relatório das Atividades do Provedor do Estudante

respeitante ao período de  
1 de outubro de 2020 a 30 de setembro de 2021

### INTRODUÇÃO

O ano letivo findo foi totalmente abrangido pelo Covid 19, ao contrário do anterior que só foi afetado no 2.º semestre.

A situação provocou dificuldades a Docentes e Alunos que, durante todo o ano, estiveram sem contato físico, sempre estimulante e com melhor resultado académico.

O Provedor do Estudante, contudo, viu-se confrontado, com alguns casos que mereceram atenção e relato.

### 1 ASSUNTOS

- Reclamação da Aluna \_\_\_\_\_, 4.º ano do curso de Direito, pós-laboral, de 06 de outubro de 2020, unidade curricular Direito Penal II, sobre exame de recurso oral que não foi marcado atempadamente, tendo a Aluna, depois das insistências junto do Professor Doutor Fernando Silva, acabou por ser marcado um ano depois. Situação que não honrou o nome da C.E.U./U.A.L.;
- Reclamação do Aluno \_\_\_\_\_, 4.º ano do curso de Direito, pós-laboral, unidades curriculares de Direito Processual Penal e Direito Penal Especial, cujas notas não foram atempadamente lançadas, o que mereceu forte reação do Magnífico Reitor a quem dirigiu também, a reclamação;
- Aluna \_\_\_\_\_, 2.º ano, do curso de Direito, reclamação de 23 de junho de 2020, confusa e a pretender saber a quem se dirigir para tratamento de assuntos de toda a ordem respeitantes à U.A.L., o processo foi longo, porque insaciável na utilização do correio eletrónico, conforme resulta do processo.  
De acordo com o RJES e os Estatutos da U.A.L. solicitei ao Senhor Presidente da AAUAL, Luís Branco que esclarecesse com o detalhe possível a Aluna. O que fez. Porém o processo continuou sem passar do mesmo. No entretanto, fez-nos uma comunicação de que tinha feito uma queixa à I.G.E.C., em 5 de fevereiro de 2021, que mereceu despacho de arquivamento desta Entidade;
- Reclamação do Aluno \_\_\_\_\_, 4.º ano da licenciatura em Direito, queixando-se de *bullying* do colega \_\_\_\_\_. Após várias intervenções o assunto acabou por entender-se que merecia ser alvo de processo, o que foi feito. O Relatório elaborado e remetido à Exma. Administração, Magnífico Reitor e Diretor de Departamento, foi alvo de despacho concordante com a Recomendação feita;

- 2 Muitos outros casos se tornaram correntes, muito por via da situação pandémica, que foram tratados de acordo com os regulamentos e regras vigentes, a saber:
- Publicitação atrasada das avaliações;
  - Atrasos de pagamentos de propinas;
  - Avaliações recorridas e reclamadas.

Estas situações foram remetidas para o Administrador Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida ou informados os Alunos de como deviam proceder nos termos da autonomia pedagógica dos Docentes.

Como resumo mais alargado das intervenções do Provedor do Estudante, integra-se, como habitual, Excel explicativo de todos os assuntos tratados.

Nome	Curso	Ano	Regime	Data	Assunto	Observações
		4.º	PL	06/10/20	Exame de recurso oral, Direito Penal II, data de marcação, docente Prof. Doutor Fernando Silva	Despacho do Senhor Provedor do Estudante para o Prof. Doutor Fernando Silva. A Dra. Ana Matos falou também com a Aluna.
		4.º	PL	26/10/20	Atribuição notas, exames (Direito Processual Penal e Direito Penal Especial) e pagamentos	E-mail para o Diretor do Dep.º Direito, Prof. Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida e Magnífico Reitor
		2.º		23/06/20	Reclamação, vários assuntos administrativos	Processo longo. Encaminhado para a A.A.U.A.L. A aluna fez queixa para a IGEC que recomendou o arquivamento do processo.
	ais	1.º	Diurno	08/01/21	Reclamação do colega (comentários ofensivos aos colegas dentro e for a das aulas)	E-mail para o aluno do Provedor do Estudante. Conforme e-mail de 18/01/21, da Prof.ª Doutora Nancy Gomes a situação foi resolvida.
		4.º	Diurno	25/01/21	Queixa de <i>bullying</i> do colega	Após várias intervenções o assunto acabou por ser alvo de processo e Relatório elaborado e remetido à Administração da C.E.U., Magnífico Reitor e Diretor do Departamento que mereceu concordância.
		3.º		08/03/21	Reclamação UC Análise Económica do Direito (docente Prof. Doutor Arlindo Donário)	Assunto do foro da autonomia pedagógica
	ia	2.º		28/05/21	Irregularidades - 3.º ciclo, propinas	E-mail com conhecimento Diretor Departamento de História, Artes e Humanidades e conhecimento ao Prof. Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida. Reunião via <i>Zoom</i> com a Aluna em 1/06/21. A aluna fez uma reclamação para a IGEC de que se desconhece o desenvolvimento.
		1.º	PL	10/06/21	UC Matemática I e II, queixa do docente Lucian Radu	E-mail para o Diretor do Departamento e conhecimento ao Prof. Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida
		3.º	PL	28/07/21	UC Economia II, lecionada pelo Prof. Doutor Arlindo Donário/Prof. Ricardo Borges	Assunto do foro da autonomia pedagógica

### 3 CONCLUSÃO

Aproveito para agradecer a todos a quem foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Administração, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor, Presidente do Conselho Pedagógico, pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

Não posso deixar de dar uma nota especial para o Administrador Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida por, na escuridão da pandemia, ter colaborado em assuntos secantes para que se fizesse alguma luz.

Lisboa, 19 de outubro de 2021.

O Provedor do Estudante  
Ruy Seabra

## Anexo 6 – Relatório das atividades da Biblioteca

## Relatório Anual 2020/2021 & Plano de Atividades 2021/2022

### INTRODUÇÃO

O ano lectivo 2020/2021 pautou-se por um conjunto de novas dinâmicas e de novas exigências da comunidade académica.

Após um primeiro período de confinamento, fruto do contexto pandémico que vivemos, alunos, professores/investigadores e funcionários adoptaram novos métodos de trabalho e de estudo verificando-se uma maior incidência dos serviços da biblioteca no apoio à distância aos projectos de investigação e arquivo no Repositório Institucional, ao processo de ensino/aprendizagem e à concretização do serviço de empréstimo domiciliário em regime de *take-away*.

### 1ª PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA E DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL 2020/2021



**BIBLIOTECA**  
PROCEDIMENTOS 2020-2021

**ACESSO À BIBLIOTECA**  
O acesso às salas de leitura das Bibliotecas é restrito à comunidade da UAL/ESEFPM. É obrigatório o uso de máscara, a higienização das mãos e o distanciamento.

<b>Horário de Santa Marta</b> Segunda a sexta: 9h - 19h	<b>Horário de Campo de Ourique</b> Segunda a sexta: 9h - 12h   14h - 17h
--	---

A permanência está limitada a duas horas mediante marcação prévia: [biblioteca@grapeceu.pt](mailto:biblioteca@grapeceu.pt) até às 16h30m do dia anterior, com a indicação do n.º de aluno e horário pretendido:

<b>Santa Marta</b> 10h - 12h   13h - 15h   16h - 18h	<b>Campo de Ourique</b> 10h - 12h   14h - 16h
---	--

**CONSULTA DE OBRAS**  
Todas as obras disponíveis nas Bibliotecas só poderão ser consultadas mediante marcação prévia - [biblioteca@grapeceu.pt](mailto:biblioteca@grapeceu.pt) - até às 16h30 do dia anterior, com a indicação do n.º de aluno, identificação da obra (título, autor e localização) e horário pretendido.  
É obrigatória a colocação de luvas para a consulta das obras.

**HIGIENIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS**  
A higienização das mesas de leitura e dos pontos de atendimento será realizada após cada utilização.

**SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO TAKE-AWAY**  
O serviço de empréstimo domiciliário permanece em regime de take-away, como forma de evitar a concentração de utilizadores e para conseguirmos chegar a todos de forma segura.

- i) Cada utilizador pode requisitar 3 obras, em simultâneo, durante uma semana - poderá fazer um pedido de renovação por telefone ou e-mail.
- ii) Os pedidos de empréstimo deverão ser realizados através de e-mail: [biblioteca@grapeceu.pt](mailto:biblioteca@grapeceu.pt)
- iii) A Biblioteca informará sobre a disponibilidade das obras e processo de levantamento.
- iv) Os documentos devolvidos ficarão em quarentena durante 3 dias.

O presente relatório pretende dar a conhecer a concretização do plano de actividades de mais um ano atípico, em que a promoção do sucesso académico e a comunicação com a comunidade assentou em cinco objectivos, cujas actividades desenvolvidas pretenderam ir ao encontro das exigências internas e externas de forma presencial e à distância.



## 1 - Apoio à investigação

O aumento da produção científica exigiu um maior apoio dos serviços da Biblioteca e do Repositório Institucional aos investigadores e aos editores das publicações dos Centros de Investigação – OBSERVARE; Centro de Investigação em Psicologia; Ratio Legis; Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais e Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território. Este apoio concretizou-se na aquisição de bibliografia, em pedidos de EIB - Empréstimo Interbibliotecas, na atribuição de 161 DOI e no aumento do depósito de documentos em Camões – Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa:

2019/2020			2020/2021		
Consultas	Downloads	Nº Depósitos	Consultas	Downloads	Nº Depósitos
622.926	339.979	427	551.679	1.155.349	579

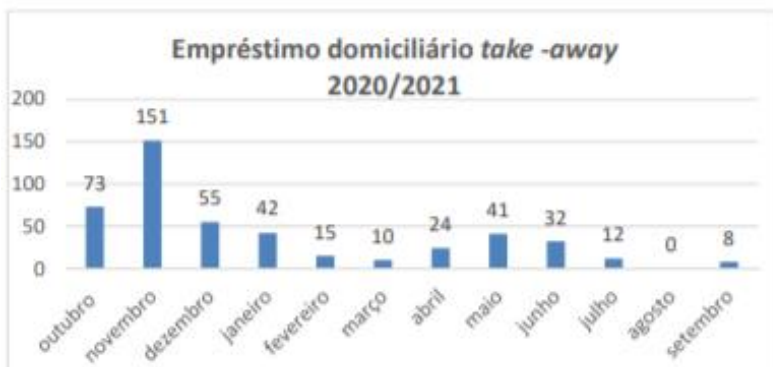
A promoção/divulgação da Ciência Aberta concretizou-se através do trabalho conjunto entre Universidade Autónoma de Lisboa e a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia que permitiu que professores/investigadores procederem à actualização do repositório institucional ao mesmo tempo que actualizam os currícula na plataforma Ciência Vitae. Este factor de acrescida visibilidade sobre a produção e a comunicação científica pode ser visionado através do tutorial: <https://educast.fcn.pt/vod/clips/1youmkqas1/desktop.mp4?locale=pt>

## 2 - APOIO AO ENSINO & APRENDIZAGEM



A formação de utilizadores e de bases de dados em contexto de sala de aula e através da plataforma zoom; a formação e promoção do *Curriculum Builder* - ferramenta de grande utilidade para apoiar os docentes na criação de listas bibliográficas no e-learning; <https://biblio.grupoceu.pt/curriculum-builder/>; a promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas e a difusão selectiva de informação - novidades bibliográficas e de serviços permitiram manter a ligação com a comunidade académica em mais um ano lectivo dividido entre o presencial e o

remoto que se reflectiu no serviço de empréstimo domiciliário *take-away* - 463 pedidos - e na reserva de salas – 121 pedidos de reserva.



Biblioteca Comum - o Catálogo Coletivo das Bibliotecas das Instituições de Investigação e Ensino Superior de Portugal é uma realidade à qual aderimos com o objectivo de disponibilizar a pesquisa integrada na grande maioria das Instituições de Ensino Superior.

<https://bibliotecacomum.pt/>



Inicio Sobre o projeto Ferramentas de apoio Acesso ao catálogo Notícias



## Novas adesões à Biblioteca Comum

Sem comentários Publicado em Notícias  
Por Rita Gonçalves Publicado em 28 de Setembro, 2021

O catálogo coletivo Biblioteca Comum integra cada vez mais instituições, sendo um sistema de acesso integrado com o acesso mais recente catálogo de bibliotecas de Ensino Superior e de instituições de investigação:

- Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa
- Biblioteca da Universidade de Madeira
- Biblioteca Pública de Braga
- Catálogo Coletivo das Bibliotecas da Universidade Católica Portuguesa
- Escola Superior de Educação de Coimbra
- Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia

### 3- ADEQUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDO DOCUMENTAL E O ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico das Bibliotecas - Santa Marta e Campo de Ourique - foram adequados à nova realidade através da colocação de separadores de acrílicos nas mesas de estudo e com a diminuição do nº de lugares para se poder trabalhar e receber os utilizadores em segurança.

Os documentos desactualizados e em mau estado foram retirados de circulação. Uns encontram-se em depósito e outros serão oferecidos à comunidade académica.

De acordo com a utilização e com as exigências dos programas e das entidades de avaliação, procedemos à renovação e assinatura 12 títulos de publicações periódicas .

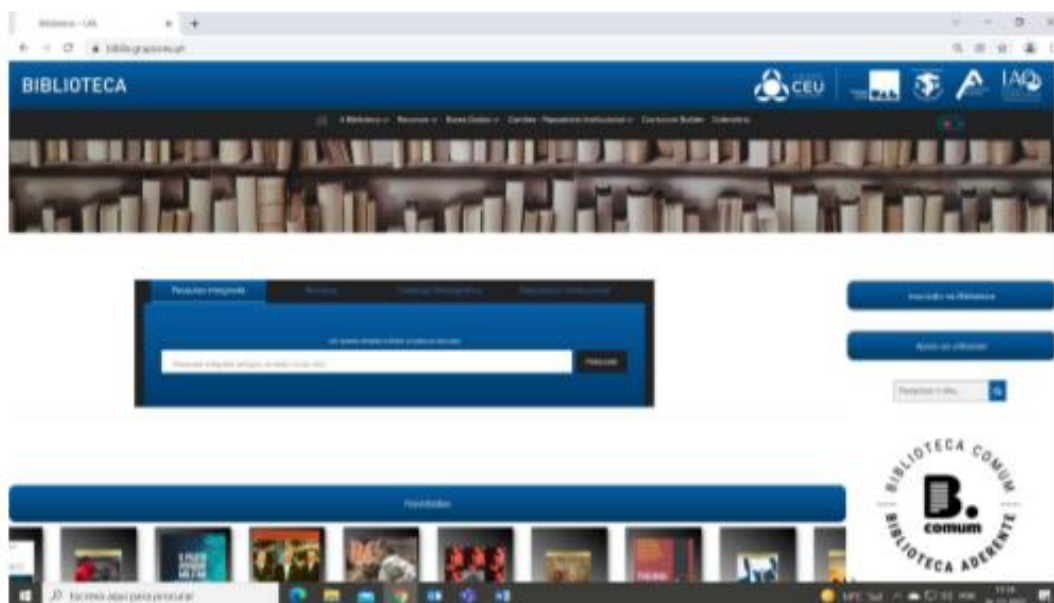
No que se refere ao tratamento documental, foram catalogadas 242 monografias, 71 publicações periódicas que nos chegaram através de oferta/permuta, 30 monografias adquiridas, 106 dissertações de mestrado e 7 teses de doutoramento..



#### 4 - Promoção da Biblioteca digital

A Biblioteca tem um site - [biblio.grupoceu.pt](http://biblio.grupoceu.pt) – e um perfil na rede social Facebook - <https://www.facebook.com/biblioautonoma> onde promove os seus serviços, assim como partilha as novidades bibliográficas, as formações e os projectos em que se envolve. Promove a utilização das Bases de Dados assinadas pela Universidade e a utilização dos recursos da biblioteca virtual.

A renovação do site foi uma tarefa contínua dos recursos humanos da Biblioteca de acordo com a constante necessidade de adaptação dos serviços.



### **5 – Promoção de parcerias departamentais e institucionais**

Os contactos com os directores de departamento demonstraram ser uma mais valia na difusão dos serviços e dos recursos da Biblioteca juntos dos professores e dos alunos assim como, na auscultação das necessidades específicas de cada área.

A parceria com o GAID na divulgação de acções a desenvolver para e com os Docentes/Investigadores foi uma constante que se pretende alargar a outras áreas de actuação.

## 2a PARTE – PLANO DE ACTIVIDADES 2021/2022

Na continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido elaborámos este plano com cinco objectivos e cujas actividades a desenvolver pretendem ir ao encontro das exigências internas e externas, presenciais e remotas:

OBJECTIVOS					
OBJECTIVO 1	OBJECTIVO 2	OBJECTIVO 3	OBJECTIVO 4	OBJECTIVO 5	
APOIAR A INVESTIGAÇÃO	APOIAR O ENSINO & APRENDIZAGEM	ADEQUAR E DESENVOLVER O FUNDO DOCUMENTAL E O ESPAÇO FÍSICO	PROMOVER A BIBLIOTECA DIGITAL	PROMOVER PARCERIAS DEPARTAMENTAIS E INSTITUCIONAIS	
<b>A C T I V I D A D E S</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição bibliográfica de acordo com os projectos em curso.</li> <li>• Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos</li> <li>• Promoção/divulgação da Ciência Aberta e do Repositório Institucional.</li> <li>• Realização de tarefas de apoio ao Auto-Arquivo.</li> <li>• Realização e divulgação de acções de formação / <i>webinars</i> no âmbito da investigação.</li> <li>• Apoio à elaboração de bibliografias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de utilizadores em contexto presencial e remoto.</li> <li>• Formação de bases de dados contexto presencial e remoto.</li> <li>• Realização de pesquisas temáticas.</li> <li>• Apoio à elaboração de bibliografias.</li> <li>• Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores.</li> <li>• Difusão selectiva de informação - novidades bibliográficas e de serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação dos documentos desactualizados e em mau estado.</li> <li>• Aquisição bibliográfica de acordo com o programa das cadeiras e com as exigências das entidades de avaliação.</li> <li>• Renovação e assinatura de publicações periódicas de acordo com a utilização e com as exigências dos programas e das entidades de avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do <i>site</i> da Biblioteca e participação nas redes sociais.</li> <li>• Divulgação das Bases de Dados e dos recursos assinados pela Universidade.</li> <li>• Promoção da utilização dos recursos da biblioteca virtual, através da realização de acções de formação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contacto com os directores de departamento, com o objetivo de promover a cooperação e articulação das necessidades institucionais.</li> <li>• Parceria com o GAID na divulgação de acções a desenvolver para e com o Docentes/Investigadores.</li> <li>• Apoio aos processos de avaliação interna e externa - SIGQ; MCTES; A3ES.</li> <li>• Realização de parcerias institucionais, com o objectivo de isentar o serviço de EIB - Empréstimo Interbibliotecas.</li> </ul>

Catarina Figueirinha Lopes

## Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão



---

## Serviços Editoriais

Relatório 2020/2021

Plano de atividades 2021/2022

1ª Parte – Relatório de Atividades

### 1. Serviços Editoriais

Os Serviços Editoriais atuaram essencialmente de duas formas:

- a) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro, cumprindo os desígnios da FCT.
- b) Como facilitadores na relação autor e editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.

Em ambos os casos, desenvolvem-se contactos com autores e tradutores, revisão e edição de textos, recolha de imagens, emissão de pedidos, gestão administrativa de pagamentos, etc.

#### 1.1. Apoio personalizado a docentes

- a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.
- b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto

#### 1.2. Conselhos Editoriais

A gestora dos Serviços Editoriais é membro dos Conselhos Editoriais das seguintes publicações:

- a) Janus.net, Observare, UAL
- b) Estudo Prévio, CEACTION, UAL

### 1.3. Representações externas

A gestora dos Serviços Editoriais representa a UAL junto da APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior.

### 1.4. Plataformas online

Criação da revista ERBE, European Review of Business Economics

Produção de e-books

Apoio ao NIPC@M

### 1.5. Edições em curso

	Título/Tema	
1.	Actas do Colóquio "Imprensa Nacional: 250 anos de História", em parceria com INCM	Impresso e e-book
2.	Monografia sobre o Palácio (coord. Miguel Figueira de Faria)	Impresso
3.	Norte Júnior (coord. José Manuel Fernandes)	Impresso
4.	Manuel da Maia (coord. Miguel Figueira de Faria), em colab com DGPC	Impresso
5.	Actas do colóquio Patrimónios Fabris e Requalificação Urbana, com a editora Principia, em parceria com a Fundação Amélia de Mello	Impresso
6.	Arquiteturas CUF – Estudos e contexto, idem	Impresso
7.	Um Mundo de Incertezas: as leituras possíveis de um tempo pandémico. Coord. Bruno Reis	Impresso <sup>1</sup>
8.	Comunicação, Cultura e Jornalismo Cultural Coord. Jaime Lourenço e Paula Lopes	Impresso <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Edição de cortesia (50 exemplares) da edição já finalizada em e-book

<sup>2</sup> *Idem*

## 1.7. Edições concluídas

	<b>Monografias - Título</b>	<b>Formato</b>
1	Um Mundo de Incertezas: as leituras possíveis de um tempo pandémico. Coord. Bruno Reis (DCC)	e-book
2	Comunicação, Cultura e Jornalismo cultural Coord. Jaime Lourenço e Paula Lopes (DCC)	e-book
3	A aquisição da colecção de pintura de Charles-Joseph, Príncipe de Ligne (1735- 1814), pelo Príncipe Regente D. João (1767-1826). O seu impacto nas colecções do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Mafalda Magalhães de Barros (DHAH)	e-book
4	Crónicas COVID-19: gestão do desporto em tempos de crise Vera Pedragosa (et al) (DCEE)	e-book
	<b>Publicações periódicas - Título</b>	<b>Formato</b>
5	Estudo Prévio, revista de Arquitetura	Online
6	Psique, revista de Psicologia	Online
7	Janus.net	Online
8	Janus Anuário	Online
9	Galileu, revista de Direito	Online
10	European Review of Business Economics (DCEE)	Online

## 2ª Parte – Plano Anual: Perspetivas Estratégicas e Ações a Desenvolver

### 1. Perspetivas Estratégicas

Aumentar o acesso à produção científica dos docentes e investigadores da UAL, através de novas edições.

Continuar a por em prática as recomendações da FCT sobre Ciência Aberta.

Continuar a insistir na indexação das nossas publicações.

### 2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2020/2021

Avançar com o processo de migração das nossas publicações para o Open Journal System e para o Open Book System.

Mestre Madalena Romão Mira  
Coordenadora dos Serviços Editoriais

## Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D

---

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES do GAID

outubro 2020 – setembro 2021 (resumo)

### 1. Actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento

No âmbito das principais actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID), destacam-se entre outras, as seguintes acções:

- a) Acompanhamento das diversas actividades desenvolvidas no âmbito dos Planos de Actividades de I&D dos Centros como seja, os procedimentos intrínsecos à participação virtual dos Docentes/Investigadores que ocorreram em variados eventos científicos nacionais e internacionais;
- b) Auxílio nos procedimentos necessários para a submissão das candidaturas e projectos levados a cabo pelas Unidades de I&D a distintos concursos promovidos por instituições públicas e privadas, sendo responsável pela gestão financeira daqueles que obtiveram financiamento, em estreita ligação com os Serviços Administrativos e Financeiros.
- c) Junto da FCT, o GAID continuou como elo de ligação, com destaque, entre outros assuntos, para aqueles que directamente dizem respeito às Unidades de I&D avaliadas por aquela Instituição. Ao presente o CIP é tem financiamento atribuído na sequência da classificação de *Bom* decorrente do processo de avaliação 2017-2018, gestão financeira que é levada a cabo pelo GAID em permanente sintonia com os Serviços Administrativos e Financeiros.
- d) O GAID recebeu e encaminhou ao GRI vários pedidos de Docentes/Investigadores para tradução de capítulos de livros e artigos científicos para publicação em revistas indexadas no País e no estrangeiro.
- e) Em Abril de 2021, o GAID elaborou e submeteu, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN20) solicitado pela DGEEC que envolve todo o corpo docente da UAL.
- f) Em Maio do corrente ano, o GAID desencadeou os procedimentos concursais necessários para a contratação de 1 bolseiro de investigação (FCT) para o CIP.

- g) Desde Maio, o GAID deu apoio e ajudou na coordenação do processo de implementação do site ScholarOne Manuscripts, para a Revista ERBE. Esta ferramenta adquirida à Clarivate permite a submissão autónoma pelo user/investigador do respectivo artigo na Revista EUROPEAN REVIEW OF BUSINESS ECONOMICS (ERBE) afecta ao CICEE.
- h) Em Junho, foi criado um novo site para o GAID, trabalho muito bem executado pelo Colega Pedro Completo. Com uma configuração mais atual e informativo, que se pretende que seja um veículo de divulgação de notícias, concursos, conferências, e informação diversa dirigida a todos e, em especial, aos Docentes/Investigadores que desenvolvem I&D, dando igualmente a conhecer notícias das suas atividades de I&D.
- i) O GAID disponibilizou no seu site um conjunto de tabelas com Revistas e Journals, com indexação na SCOPUS e Web of Science com o objetivo de ajudar os Docentes/Investigadores na procura títulos de Revistas e Journals, por área científica, com indexação na SCOPUS e Web of Science para publicação de artigos científicos.
- j) Em Setembro, o GAID lançou a sua primeira Newsletter, através da qual passa a disponibilizar informação diversa aos Docentes/Investigadores, como seja *calls* para anúncios de concursos anunciados por instituições nacionais e internacionais, bem como bolsas; prémios; realização de conferências e congressos, publicação de livros, e/ou notícias de atividades diversas dos seus Docentes/Investigadores.

**O GAID acompanhou e deu suporte nos procedimentos necessários das candidaturas aos concursos conforme seguem:**

### **1. Participação da CEU/UAL em concursos promovidos pela FCT**

As Unidades de I&D e Docentes, por via da CEU/UAL, neste ano Lectivo 2020-2021, corresponderam à chamada a *calls* dos concursos seguintes:

- a) Em Março de 2021, foi submetida 1 candidatura ao “Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual” por parte de uma Docente/Investigadora, sendo

o CIP a Instituição de Acolhimento. Apesar da boa pontuação, infelizmente, o projecto não foi selecionado para financiamento.

- b) Ainda em Abril, o GAID deu suporte à submissão de 10 candidaturas por via dos Centros de I&D ao concurso Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos promovido pela FCT, a saber: 2 Candidaturas do CIP, em que a CEU foi a Instituição Proponente; 1 Candidatura que integra o CEACT, num projecto submetido pelo CICS.Nova, em que a CEU foi Instituição Participante; 3 Candidaturas que integra o CICEE, submetidas pela Universidade Católica do Porto, em que a CEU foi Instituição Proponente e Participante; 2 Candidaturas do OBSERVARE, em que a CEU foi Proponente e Participante; 2 Candidaturas do CICH, em que a CEU foi a Instituição Proponente e Participante. Apesar da boa pontuação, não foram, porém, selecionados para financiamento. Nesta edição, o concurso da FCT teve, na sua generalidade, uma baixa percentagem de projectos financiados, inferior ao ano transacto.

## 2. Participação da CEU/UAL em concursos promovidos por outras entidades públicas:

- a) Em Dezembro de 2020, por via da CEU/UAL, enquanto Instituição Proponente, foi submetida 1 candidatura ao concurso “Apoio à organização de conferências e seminários e à realização de estudos 2021” para a co-financiamento, promovido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, por parte do Observare com o projecto: *Publicações científicas na área das Relações Internacionais no espaço lusófono*. Sem financiamento atribuído.
- b) Em Abril de 2020, por via da CEU/UAL, enquanto Instituição Proponente, foi submetida 1 candidatura ao concurso “Concessão de subsídios a projetos de interesse para a Defesa Nacional”, promovido pelo Ministério da Defesa Nacional, por parte do Observare com o projecto: «GESTÃO DO REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA, A DEFESA E A PAZ». Sem financiamento atribuído.
- c) Em Setembro de 2021, o GAID procedeu à elaboração dos Relatórios Financeiros a que juntou o Relatório Científico entregue pelo Coordenador do Projecto “Resolução de Conflitos”, coord. pelo Prof. Ricardo Sousa, e entregou,

como previsto e solicitado, aquando da finalização do mesmo, todo processo junto do Instituto Camões, que cofinanciou.

- d) O GAID acompanhou uma parte dos procedimentos necessários com vista à realização do Curso da “CEPOL, cuja sessão de abertura e encerramento decorreu nas instalações da UAL.

### **Actividades científicas concretizadas pelas equipas de investigadores dos Centros de I&D, e medidas para 2022**

Para o período em análise, não obstante as circunstâncias provocadas pela pandemia, que coincidiram precisamente e praticamente com todo o ano lectivo 2020-2021, importa ressaltar que os Docentes/Investigadores não deixaram de participar em distintos congressos/conferências de referência, nacionais e internacionais, por via de participação online em que puderam, de igual modo, apresentar os resultados finais e/ou *working progress papers* subjacentes aos projectos de I&D que desenvolvem.

Dos dados obtidos por via do Relatório de Produção Científica, referente ao ano lectivo 2020-2021, solicitado junto dos Investigadores, em Outubro do corrente ano, resultaram neste período cerca de 30 artigos em revistas científicas indexadas na Web of Science, e cerca de 92 artigos em revistas científicas indexadas na Scopus.

No quadro das principais actividades desenvolvidas pelos Centros de Investigação, estes dados e todos os projectos e produção científica a desenvolver-se serão fundamentais tendo em vista o concurso Avaliação da Unidades de I&D promovido pela FCT. Efectivamente, aguarda-se por parte daquela Instituição uma nova versão de Regulamento para o próximo exercício de avaliação de unidades de I&D, a qual está a ser preparada. Espera-se que no 1º trimestre de 2022 seja divulgada informação concreta sobre este concurso. Neste sentido, é certo e espera-se que os Centros de Investigação apresentem o seu Plano e candidatura ao mesmo, com vista à sua avaliação e financiamento para os próximos 4 anos.

Será fundamental para o 2.º e 3.º Ciclos que os Centros de I&D da UAL já avaliados e os que ainda não passaram por esse processo junto da FCT, possam desde já desencadear esforços para constituir uma equipa suficientemente estruturada e



qualificada para poderem candidatar-se ao próximo concurso de Avaliação de Unidades de I&D FCT, em 2022, ou, associar-se em parceria com outras Unidades de I&D avaliadas na FCT. É fundamental a realização de consórcios entre instituições de ensino superior, ou unidades orgânicas destas, e instituições de investigação e desenvolvimento. A ligação dos nossos Centros de Investigação ao mundo empresarial para que se atinja os objectivos dos Grupo CEU.

### **Resumidamente, iniciativas de maior relevo concretizadas pelos Centros de I&D:**

**Observare** - co-organizou com o CEI-ISCTE a conf.<sup>a</sup> internacional anual “Europe as a Global Actor” e com o ISCPSI da conf.<sup>a</sup> internacional anual “External Dimension of the Internal Security”; co-organização com o IUM e o IPRI-NOVA da conf.<sup>a</sup> “Uma Nova NATO Numa Nova Era” (17 Junho 2021). - Estabelecimento do Acordo de Parceria, celebrado 07/10/2020, com a European Union Agency for Law Enforcement Training / Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL) para o quadriénio 2021-2024, na sequência de concurso internacional em que a candidatura da UAL (envolvendo os Departamentos de Relações Internacionais, Direito, Ciências da Comunicação e Ciências e Tecnologias) foi aprovada com pontuação excelente de 48 pontos em 50 (*Decision of the CEPOL Executive Director 47-2020-DIR Offer of Framework Partnerships 2021-2024*).

**CIP** - Mantém, actualmente, em curso 21 projetos de investigação (5 deles, financiados por entidades externas) e já terminado 14 (8 com financiamento) (ver site). Foram ainda apresentadas candidaturas a diferentes concursos (Bial, FCT, Fundação Aga Khan) mais 4 projetos, não tendo estes obtido financiamento. - Entre 2018 e 2021 o CIP abriu os seguintes concursos para bolsheiros FCT: 6 Bolsas de Investigação (Mestres), 2 Bolsas de Investigação Pós-Doutoral (Doutores) e 1 Bolsa para investigador doutorado ao abrigo da norma transitória. Foi feita uma reformulação da equipa editorial da revista PSIQUE, a qual permitiu aumentar o número de artigos submetidos e dinamizar o processo de publicação. Em consequência, foi possível recuperar o atraso e publicar todos os números até ao final de 2020.

Foi desenvolvida e concluída com sucesso, a GO GENIUS é uma aplicação mobile destinada à aprendizagem assistida de Português Europeu, desenvolvida CIP-UAL com co-financiamento da FCT, destinada sobretudo a imigrantes, emigrantes portugueses e estrangeiros, abrangendo todas as faixas etárias. Também como ferramenta pedagógica para as escolas. A app, bilingue, apresenta diversos jogos e desafios didáticos para que os utilizadores atinjam o nível B1 em Português e está disponível em Android.

**Ratio Legis** - Dentro da coleção do Projecto Corpus Delicti, foi publicado o Vol. III e o Vol. IV encontra-se no prelo ambos a com publicação pela Almedina. Na mesma coleção está no prelo a publicação da obra Crime Organizado: A racionalidade penal no século XXI pela editora Tirant Lo Blanch. - Saliente-se o evento internacional com a Polícia Federal do Brasil. Evento Online Internacional em 08.10.2021 Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas. Obra a publicar resultante deste evento: "O processo penal no âmbito da responsabilidade penal da pessoa jurídica" Tirant Lo Blanch. Este projeto de investigação terá sinergias com o Mestrado em Ciência Jurídico Policiais (produção científica) - Participações em conferências internacionais (6). Dentro do projeto Direitos Humanos e Cultura de paz, objetivaram-se: -26º Congresso Mundial de Ciência Política do IPSA, 10-15/07/2021. - Colaboração dos Projetos de Investigação e correspondentes investigadores na edição da obra Homenagem ao Prof. António Carlos dos Santos (Almedina) já em fase de edição. Publicação dos correspondentes números da revista Galileu em 2020 com participação de mestrados e doutorandos. O primeiro número de 2021 inclui trabalhos de alunos de mestrado.

**CICH** - Destacam-se as seguintes acções: a) - Ciclo mensal de conf.ªs da CÁTEDRA DE HISTÓRIA E CULTURA LUSO-BRASILEIRA (colaboração com diferentes universidades brasileiras: UFRJ, USP, UFMG, entre outras); b)- Preparação de uma proposta de criação de um doutoramento em Património, Tecnologia e Território: Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Politécnico de Tomar, centros de I&D CGeo - Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Instituto Terra e Memória (a submeter em outubro de 2021); c)- Participação no projeto COESO – Collaborative Engagement on Social Issues, financiado pela Comissão Europeia EC-H2020-SWAFS Program (Science with and for Society) – Grant Agreement 101006325, no âmbito do protocolo assinado entre a CEU-UAL e o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia; d)- Participação da criação do curso livre "Lisboa: espaços e sociabilidades", Organização: Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa | Instituto de História da Arte, FCSH/UL Grupo: Estudos de Lisboa. Em curso a preparação de um protocolo de cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**CEACT** - Organizou mais um *Laboratório de Intervenção em Arquitectura – INSITUaction*, que tem como objectivo reforçar os laços entre a Universidade e a comunidade, proporcionando aos alunos e jovens arquitectos uma experiência inovadora de conjugar investigação e intervenção. O CEACTION aumentou o número de projetos em parceria com outras universidades e centros de investigação, dando prioridade ao trabalho com outras instituições. Destacam-se os projetos Atlas Almirante Reis (parceria com o CICS.Nova, no qual participaram 24 autores de 8 centros de investigação), projeto ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale (também em parceria com os CICS.Nova) projeto BIP-ZIP Fórum urbano (em parceria com o GESTUAL, FAUTL) e projeto Um monumento para o Lousal (em parceria com o CIEBA/FBAUL, Vicarte/FBAUL, IHA - Nova FCSH e DinâmiaCET -

ISCTE/IUL). Todos estes projetos tiveram também outros parceiros institucionais (ex. câmaras municipais de Lisboa e Grândola, Comunidade Intermunicipal do Média Tejo e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).

**CARS** - Tem vindo a desenvolver no âmbito da linha de investigação *Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito, Regulação Económica e Social*, projectos de investigação em torno daqueles temas. Durante o período em acerto, destacam-se como resultante dos projectos de investigação do CARS: a produção de 3 livros; 2 capítulos de Livro; 14 comunicações em encontros científicos internacionais com *referee*; 9 papers publicados; 1 participação no comité científico de um congresso internacional, 1 artigo publicado em revista internacional e organização de 6 conferências na UAL.

**Autónoma TechLab** - Destaca-se a recente renovação da infra-estrutura informática e que incluiu: 3 novos servidores; upgrade unidade storage; renovação de toda a infra-estrutura de rede (28 switches a 100Mbps e 1Gbps), substituição cablagem por CAT6/fibra OM4, firewalls, 9 WAPs e upgrade da rede EduRoam. Melhorar ligações à Internet, mais rápida e redundâncias (FCCN, Vodafone, ArTelecom). Licenciamento de novo software. - Implementação, prevista ocorrer a curto prazo, de parque informático escolar baseado em Thin Clients / Servidores, com criação de uma máquina virtual para cada UC, com software associado e storage, disponível a partir de qualquer local (UAL, casa, etc.). A UAL dispõe ainda de renovado e-learning Moodle, utilizado como repositório de conteúdos, testes e interação com estudantes. Oferece ainda serviços de Cloud Office 365 da Microsoft. - Novas parcerias celebradas com o Centro de Investigação em Tecnologias - Autónoma TechLAB: nomeadamente com as empresas de base tecnológica Extia e LEITEK Innovative Solutions. Contam-se ainda, entre outras, de parcerias com o Instituto de Telecomunicações (IT), a Associação de Formação para a Indústria (ATEC), o Dep. de Oceanografia e Pescas da Univ. dos Açores (DOP/UAç), a Estrut. de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e a empresa tecnológica YDreams, entre outras.

**NIPCOM** – Deu-se continuidade ao trabalho de cooperação científica desenvolvido nos últimos anos (em particular, nos últimos quatro anos) em que o foco esteve centrado no estabelecimento de protocolos com universidades do espaço CPLP, com o intuito de formular, para efeito de acreditação, uma proposta de terceiro ciclo inovadora que se configurava numa lógica de trabalho em rede. Validado o Doutoramento em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foram estabelecidas parcerias de cooperação nas áreas de investigação e mobilidade de docentes e discentes com as seguintes congéneres universitárias: Universidade de Cabo Verde (UNI-CV) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), firmando protocolos específicos com os respetivos Departamentos de Ciências Sociais, e formalização de um protocolo com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o seu Departamento de Ciências da Comunicação. - Foram estabelecidos estudos de

natureza comparativa com o *Citizenship, Culture & Communication* da Vilnius Tech (Lituânia), com o Mestrado de Comunicación y Cultura Digital da Universidad Autónoma de Queretáro, no México, e com a Universidad Complutense de Madrid. Em resultado destas parecerias, refira-se a publicação de dois livros de comunicação política no contexto digital, 12 artigos publicados em revistas indexadas e um congresso internacional (II Congreso Internacional de Comunicación y Redes Sociales de la Sociedad de la Información).

**CICEE** - Enquanto unidade orgânica assumiu como um dos seus objetivos estatutários “A promoção da integração em redes de investigação e parcerias de natureza científica, designadamente, protocolos e acordos de cooperação, com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, visando a participação e a integração dos membros do Centro em linhas, grupos, projetos e programas de investigação e de formação avançada” Neste sentido, o CICEE desenvolveu parcerias com o Centro de Estudos de Gestão e Economia (CEGE/CRP/UCP) da Universidade Católica Portuguesa, o Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura (ISTAR-IUL) do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da Universidade de Aveiro, para efeitos de apresentação de candidaturas aos concursos para projetos de IC&DT, FCT de 2020 e 2021. - Adicionalmente foi criado no website do CICEE uma série de *working papers* onde investigadores de outras instituições têm publicado a sua investigação, nalguns casos em parceria com investigadores do CICEE. Foi também criado um ciclo de seminários de investigação igualmente aberto a investigadores de outras instituições.

GAID, 30 de Dezembro de 2021.

*Cristina Dias*

## Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída

## Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2020/2021

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Arquitetura	Doutor	Proteção do ambiente	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Ciências Físicas	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Mestre		Assistente Convocado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convocado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convocado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado	Tempo parcial
	Arquitetura	Mestre	Arquitetura e construção	Assistente Convocado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Associado	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista - mestre	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar c/Agr.	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e construção	Professor Associado	Colaboração
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Associado	Tempo completo
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convocado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo e reportagem	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Mestre	Jornalismo e reportagem	Professor Assistente	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Associado	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências da Comunicação	Especialista - licenciado	Informação e Jornalismo	Prof. Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor		Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Artes	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Mestre	Informação e jornalismo	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Especialista - licenciado	Artes	Assistente Convitado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Especialista - mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Professor Associado	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo e reportagem	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar Convitado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências da Educação	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convitado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Especialista - mestre	Informação e Jornalismo	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e Comportamento	Professor Associado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Formação prof./ciências educ.	Professor Auxiliar	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Especialista - mestre	Informática	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Licenciado	Engenharia e técnica afins	Monitor	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Matemática e estatística	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Licenciado	Informática	Monitor	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Mestre	Informática	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Matemática e estatística	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng <sup>a</sup> Eletrotécnica e Computadores	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo



Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Proteção do ambiente	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista - licenciado	Saúde	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Catedrático	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências empresariais	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Matemática e Estatística	Professor Associado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Catedrático	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista - mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Catedrático	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista - mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Assistente Convitado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Serviços Pessoais	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Física	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências empresariais	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista - licenciado	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista - mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convitado	Tempo parcial
	Direito	Especialista - mestre	Direito	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Direito	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Mestre	Direito	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Especialista - mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Direito	Mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Associado	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Licenciado	Ciências Físicas	Professor Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Especialista - mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	História	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Arquitetura e construção	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	História	Licenciado	Humanidades	Assistente Convidado	Colaboração
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Artes	Professor Catedrático	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	História	Doutor	Artes	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Especialista - mestre	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Saúde	Professor Auxiliar	Colaboração
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Psicologia	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Mestre	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo integral
	Psicologia	Mestre	Ciências Sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Especialista - licenciado	Saúde	Prof. Auxiliar Convidado	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Investigador auxiliar	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Cated. Convidado	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Associado c/Agr.	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Cated. Convidado	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo

## Relatório do Reitor 2020/2021

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo

## Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

## Anexo 11 – Representações do Reitor



## Representações do Reitor no ano letivo 2020/2021

Data	Evento	Local
23/09/2020	Abertura da 7th International Conference on Eurasian and Politics (IEPAS 2020)	on line
25/09/2020	Encerramento da 7th International Conference on Eurasian and Politics (IEPAS 2020)	on line
29/09/2020	Webinar Call#4 Investigação e Call#5 Educação	on line
08/10/2020	EUA webinar: Universities and open innovation	on line
13/10/2020	Webinar EUA Bologna series - Internationalisation and mobility policies and practices	on line
14/10/2020	Assinatura de protocolo de cooperação com Instituto de Defesa Nacional	Instituto de Defesa Nacional
20/10/2020	Webinar EUA Bologna series - Digitally enhanced learning in the EHEA	on line
27/10/2020	Webinar Bologna series - Flexible learning: micro-credentials a way to enhance learning and teaching in the EHEA	on line
05/11/2020	Sessão Solene de Posse de Kassio Nunes Marques no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil	on line
06/11/2020	Abertura e boas-vindas na Sessão Inaugural do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	on line
10/11/2020	Webinar EUA Bologna series - An Introduction to the European quality assurance framework	on line
11/11/2020	Reunião do Conselho Coordenador do Ensino Superior	Teatro Thalia
12/11/2020	CIRSF Annual International Conference 2020 - Grandes Tendências da Regulação Financeira. As Estruturas Europeias de Governance da Supervisão Financeira	on line
16/11/2020	Cerimónia comemorativa do 38º aniversário da CESP	on line
17/11/2020	Webinar EUA Bologna series - Twenty years of social dimension in the Bologna Process: the state of art and the future	on line
18/11/2020	Fórum Luso-Espanhol - Internacionalización Ibérica, España y Portugal en la economía mundial 2020	on line
04/12/2020	Evento de partilha de projetos universitários no âmbito do Prémio UNICOVID19 e lançamento da formação U. Porto Santander Inspira-te	on line
14/12/2020	Conferência de Apresentação do Livro "Indicadores de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior" organizado pelo Observatório de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES)	on line

Data	Evento	Local
18/12/2020	Conferência "Refletir sobre o passado e o futuro da avaliação e acreditação do ensino superior em Portugal" organizada pelo MCES e a A3ES	Teatro Thalia
14/01/2021	Sessão de apresentação do projeto TRANSFORMA PORTUGAL	on line
22/01/2021	Reunião de arranque de ano de duas redes colaborativas de instituições de ensino superior: o Consórcio Maior Empregabilidade (CME) e o Observatório da Responsabilidade Social (ORSIES).	on line
02/02/2021	Lançamento do programa "Horizonte Europa" no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da EU e organizada em estreita colaboração com a Comissão Europeia	on line
12/02/2021	Entrevista: Projeto sobre recrutamento de estudantes internacionais para CIPES (Centre for Research in Higher Education Policies)	on line
18/02/2021	Reunião de trabalho do Projeto Transforma Portugal	on line
18/02/2021	Intervenção na Abertura do IV Congresso Internacional do OBSERVARE	on line
24/02/2021	Audição Conselho Coordenador do Ensino Superior - PRR	on line
10/03/2021	Conferência Internacional Música para a Saúde e o Bem-estar - ISCTE	on line
08/04/2021	Apresentação do novo Programa de Estudos da FFMS 2021-2023	on line
12/04/2021	Apresentação do Anuário Janus 2020-2021	on line
22/04/2021	Visita do Dr. Francisco Teixeira, Diretor-geral da Universidade Europeia	UAL
22/04/2021	2021 EUA Annual Conference "Universities 2030: From vision to reality"	on line
23/04/2021	2021 EUA Annual Conference "Universities 2030: From vision to reality"	on line
29/04/2021	Webinar EUA: "Smooth recognition of academic qualifications: The role of quality assurance"	on line
05/05/2021	Dia Mundial da Língua Portuguesa organizado pela AULP e Entrega do Prémio Fernão Mendes Pinto	on line
10/05/2021	Intervenção na Abertura da Conferência internacional "Europe as a Global Actor", OBSERVARE-UAL em parceria com CEI-ISCTE/IUL	on line
17/05/2021	Reunião com Associação dos Estudantes da Ilha do Príncipe	UAL
21/05/2021	Intervenção na Sessão de Encerramento do Colóquio Patrimónios Fabris e Requalificação Urbana	Museu Industrial da Baía do Tejo
27/05/2021	Webinar EUA: "Fundos Europeus: modernização das políticas públicas, governação e transparência"	on line

Data	Evento	Local
02/06/2021	Seminário "A União Europeia e o Mediterrâneo: Espaço de Cooperação" organizado por Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Comandante do Instituto Universitário Militar e o Presidente da EuroDefense Portugal	on line
08/06/2021	Webinar EUA: Scholarly publishing series / Webinar 3: Quo vadis, transformative agreements?	on line
08/06/2021	Lançamento do livro "Resolução de Conflitos - Estudos de Casos" de Ricardo Sousa	on line
15/06/2021	Webinar EUA: Let's get practical: aligning institutional action with Plan S	on line
16/06/2021	Intervenção na Abertura da 3ª conferência sobre "Dimensão Externa da Segurança Interna" organizada pelo OBSERVARE e CEPOL	on line
22/07/2021	Lançamento da Revista ERBE, publicada pelo CICEE - Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais	on line

## Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias

## Protocolos, convénio e parcerias - 2020/2021

### Celebrados com entidades nacionais

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
30/10/2020	CIP - Centro de Investigação em Psicologia	Instituto Valenciano de Infertilidade - Clínica de Reprodução Assistida	Acordo de colaboração para regular a execução, disseminação, exploração e propriedade dos resultados proveniente de projeto de investigação decorrente de dissertação de mestrado de aluna	até 5 anos após conclusão do projeto
09/10/2020	Dep. Psicologia	ADM Estrela- Associação Social e Desenvolvimento	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
14/10/2020	Dep. Relações Internacionais	Instituto de Defesa Nacional	Promoção e desenvolvimento de Cursos de Estudos Regionais ou Estudos de Área	indeterminado
16/10/2020	Autónoma Academy	Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários	Promover conjuntamente formação pós-graduada na área da gestão sindical e relações de trabalho	indeterminado
26/10/2020	Dep. Psicologia	MR - Terapias, Formação e Consultoria	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
01/11/2020	Autónoma Academy	Pomegranate - Consultoria e Formação	Promover conjuntamente formação pós-graduada na área da gestão de projetos	1 ano, renovável
19/11/2020	Dep. Psicologia	Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
___/12/2020	Dep. Psicologia	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	duração dos estágios
07/01/2021	Dep. Psicologia	Centro Social Paroquial de S. Pedro e S. João do Estoril	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
24/04/2021	Dep. Psicologia	Junta de Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
01/06/2021	Dep. Psicologia	Fundação CAJIL	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
01/07/2021	Dep. Psicologia	Centro Catarina Lucas	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
09/07/2021	Dep. Psicologia	Cruz Vermelha Portuguesa	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
13/07/2021	Autónoma Academy/Dep. Direito	Associação Sindical dos Juizes Portugueses	Cooperação em áreas de formação científica e cultural	1 ano, renovável
26/07/2021	Dep. Direito	RSA - Raposo Subtil e Associados, Sociedade de Advogados	Cooperação em áreas de formação científica e cultural no âmbito do Direito ou Ciências Jurídicas; credenciar alunos da UAL com formação complementar e experiência em ferramentas práticas	1 ano, renovável
30/07/2021	Dep. Psicologia	Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
30/07/2021	Dep. Psicologia	Académico de Torres Vedras	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável
16/08/2021	Dep. Psicologia	Residência Luz Tejo	Colaboração nos domínios do ensino, investigação e articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas comuns (Estágios Curriculares)	1 ano, renovável

---

**Celebrados com entidades estrangeiras**

<b>Data</b>	<b>Departamento</b>	<b>Entidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Duração</b>
06/10/2020	Dep. Relações Internacionais	CEPOL - European Union Agency for Law Enforcement Training	Implementação dos programas de trabalho anuais da agência; implementação dos resultados da EU-STNA; Fomento da cooperação entre os institutos de formação dos Estados-Membros no seio da rede e promoção do reconhecimento mútuo da aplicação da lei	4 anos
08/04/2021	Dep. História, Artes e Humanidades	CAIRIM - Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique	Cooperação académico-científico-cultural	5 anos, prorrogável

## Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2020/2021)



## Doutoramentos na UAL no ano letivo 2020/2021

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
18/dez/20	Direito	José Mampaia André	O Direito à Vida e a sua Proteção no Estado de Direito	12
22/fev/21	Relações Internacionais	Joana Ramos Vidal Gomes Lopes	Geopolítica e Migrações Internacionais no Mediterrâneo no século XXI: A crise do Mediterrâneo	15
16/abr/21	Direito	Cristina Maria Miranda Alves Braamcamp Sobral	O Dimensionalismo jurídico dos animais	17
20/abr/21	História	Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas	Olhares cruzados sobre o(s) feminismo(s) e a educação feminina em Portugal e nos Brasil nos alvares do século XX	17
18/jun/21	História	Francisca Rijarda Aristóteles Giandini	O olhar do império inglês sobre a cidade de Lisboa nos guias de viagem Murray, 1850-1890	17
6/jul/21	Relações Internacionais	Henrique Nuno Esteves Correia dos Santos Morais	A estagnação secular e os seus efeitos nas estruturas de poder global	18
8/jul/21	História	Ricardo Fernando Fontes Jesus Serrado	O problema corpo-mente no Portugal Contemporâneo: para uma epistemologia do desporto (1870-1910)	18
23/jul/21	Direito	Mauro Loeffler	Pobreza Energética – Oportunidades	16

## Anexo 14 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais 2020-2021

## Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais 2020-2021

No ano letivo 2020-21, o Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais funcionou sobretudo remotamente. As funcionárias deslocavam-se à universidade sempre que necessário (ex: recolha de assinaturas para documentos a enviar à Agência Nacional, acesso ao SIGES). Não obstante a pandemia, o ano ainda assim revelou-se bastante positivo. Fez-se a candidatura e obteve-se a nova carta Erasmus para o período 2021-2027. A candidatura às verbas de mobilidades para o ano 2021 foi aprovada. O número de mobilidades foi reduzido face aos anos anteriores, pois muitos alunos adiaram as suas mobilidades para o ano letivo 2021-22. De forma a não ter que devolver parte da verba por gastar, foi feita uma adenda ao contrato Erasmus+ entre a Universidade Autónoma e a Agência Nacional, alargando-o para 24 meses, em vez dos habituais 16. Dessa forma, será possível utilizar toda a verba atribuída. Os alunos da UAL que se encontram a realizar mobilidade no primeiro semestre de 2021-22 estão com bolsas ainda do contrato de 2020.

### 1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional

Atualização constante da informação sobre o Gabinete e respetivas atividades no *website* da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, atribuição da Carta Erasmus 2021-2027, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, informação diversa destinada a alunos *incoming* tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de *buddies* etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, e artigos científicos de membros dos vários centros de investigação.

Atualização constante à medida que é necessário de documentação sobre a UAL no portal ORS (Organisation registration for actions managed by National Agencies (europa.eu), que é essencial para as candidaturas à Carta Erasmus e *Call* 2021.

### 2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+

Como a duração do projeto relativamente ao ano de 2020-21 foi alargada até 31 de maio de 2022, ainda não foi realizado ou submetido o relatório final. Prevê-se uma execução total (100%) da verba contratualizada (74.000 euros) e uma execução de 120% dos fluxos de mobilidade. Realizaram-se 16 mobilidades de alunos da UAL ao longo de 2020-21 (incluindo 3 estágios em Itália de alunos de arquitetura), e atualmente encontram-se em mobilidade mais 28 alunos, perfazendo um total de 43 alunos *outgoing* (acima dos 28 previstos e contratualizados). As 43 mobilidades *outgoing* distribuem-se da seguinte forma: Alemanha (3 estudantes de arquitetura, 1 aluna de direito); Espanha (1 aluno de história; 1 aluna de gestão, 2 alunas de c. comunicação, 2 alunos de R. Internacionais, 4 alunos de direito); Bulgária (1 aluno de gestão do desporto); República Checa (3 alunos de gestão do desporto, 1 aluna de

gestão); Itália (4 alunos de direito, 3 alunos de RI); Polónia (4 aluna de ciências da comunicação, 6 alunos de direito, 8 alunos de gestão).

As sessões de esclarecimento sobre o programa Erasmus+ com o objetivo de incentivar a mobilidade e consequente internacionalização da UAL foram realizadas por zoom. A mobilidade extraeuropeia não se realizou devido à pandemia, e apesar de publicitadas, não houve interesse por parte dos alunos nas bolsas de mobilidade Santander.

Devido às restrições impostas pela pandemia, não se realizaram quaisquer mobilidades de professores ou de funcionários. No entanto, ainda recebemos 10 visitantes provenientes de universidades parceiras na Polónia, que só foi possível receber no pátio da universidade. Quanto às mobilidades *incoming*, estudaram na UAL 63 alunos (dos quais 4 do Brasil, que prolongaram estudos do ano anterior), provenientes de distintas universidades parceiras (lista em anexo).

Continuação do projeto *buddies* para facilitar a integração de alunos *incoming*, e das aulas de português (a distância). Com a vinda do gabinete para o edifício universo, o mesmo ficou descaracterizado. Não foi possível trazer alguns elementos que o caracterizavam (ex: vitrine Erasmus+ e mapa de internacionalização da UAL). As paredes de pladur não permitem pendurar nada.

### **3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras**

Como não houve mobilidade de professores/investigadores, este objetivo não foi cumprido.

### **4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL**

O Gabinete respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Administração, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O Gabinete desempenhou um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais. O Gabinete participou no processo de acreditação da UAL junto da A3ES (tradução de textos).

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais, 14 de outubro de 2021

## Estudantes Erasmus+ incoming 2020-21

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Complutense	1	M	5	Gestão Engenharia Informática Relações Int.	Estudos
		1	M	5		Estudos
		1	F			Estudos
	Salamanca	1	F	5	Psicologia	Estudos
	ETSA	1	M	9	Arquitetura	Estudos
Rey Juan Carlos	Valladolid	1	M	5	Ciências Com. Psicologia	
		1	M	5		
		1	F	5		
		1	F	9	Arquitetura	
	La Salle	2	F	9	Arquitetura	
		1	F			
	Granada	1	M	9	Arquitetura	
Castilla La Mancha	Comillas	1	M	9	Economia Gestão	
		1	F	5		
		2	M	5		
		1	F	9	Psicologia	
República Checa	Pardubice	3	F	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	4	M	5	Gestão	Estudos
	PJAIT	1	M	5	Eng. Informática	
Bulgária	Univ. of National and World Economy					
		1	F	5	Gestão	Estudos
Roménia	SNSPA	1	M	5	Gestão	
		1	F			
		1	M	5		
		1	F			
	ASE	2	M	9	Ciências Com. Gestão	
		4	F	5		
Itália	La Campania	3	F	5	R. Internacionais	Estudos
	La Sapienza	1	F	9	R. Internacionais	Estudos
		1	M	9		
		1	F	5		
	Politécnico Milão	3	F	5	Arquitetura	
	Univ. Palermo	1	F	5	Gestão	
Suiça	USI	2	F	5	Arquitetura	
Turquia	METU	1	M	5	R. Internacionais	
	Karadeniz	1	M	5		
	Hamburgo	1	M	5	Direito	
Alemanha	HAWK	2	F	5	Arquitetura	
Alemanha	Arts Berlin	1	M	5	Arquitetura	Estudos
		2	F	9		

Total: 59

## Alunos incoming em mobilidade extraeuropeia 2020-21

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Brasil	Cândido Mendes	1	M	5	Gestão	
	UFSM	1	F	9	Arquitetura	
	PUCRS	2	F	5	Psicologia	

Total: 4

C. Comunicação: 3 alunos

Gestão: 21 alunos

Arquitetura: 17 alunos

Relações Internacionais: 9 alunos

Engenharia Informática: 2 alunos

Direito: 1 aluno

Psicologia: 6 alunos

Economia: 2 alunos

Total de alunos *incoming* (Erasmus+ e Brasil): 63 (88 em 2019-20, 68 em 2017/18; 61 em 2016/17 e 60 em 2015-2016)

**Legenda:**

- ETSA Madrid (Escuela Superior de Tecnologias de Arquitectura)
- PUCRS (PUC Rio Grande do Sul)
- POLIMI (Politécnico de Milão)
- SNSPA (National School of Political and Administrative Studies)
- UNWE (University of National and World Economy)
- AGH (University of Science and Technology)
- USI (Università della Svizzera Italiana)
- PJAIT (Japanese-Polish Academy of Technology)

## Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	Principal País de Origem	
Arquitetura	17	Espanha	6
C. Comunicação	3	Roménia	2
Gestão	21	Roménia	8
Economia	2	Bulgária	1
Direito	1	Alemanha	1
Psicologia	6	Espanha	4
Relações Internacionais	10	Itália	5
Engenharia Informática e Tel.	2	Polónia	1
Relações Internacionais	9	Itália	9

Estudantes da UAL em  
Mobilidade Erasmus+  
2020-21¶

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Comillas	1	M	5	C. Comunicação Gestão	Estudos
		1	F			
	Salamanca	1	M	9	História Direito	Estudos
		2	F			
Complutense	1	F	5	C. Comunicação	Estudos	
	Católica Santo António de Múrcia	1	F	5	Ciências Com.	Estudos
Alemanha	University of the Arts	1	F	5	Arquitetura	Estudos
		1	M	5		
		1	M	9		
Polónia	Gdansk Academy of Banking	2	F	5	Gestão	Estudos
Itália	La Sapienza	1	F	9	Direito	Estudos
	Estágio	1	F	5	Arquitetura	Estágio
		2	M	5		

**Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2020-2021: 0**

**Funcionários da UAL em mobilidade Erasmus 2020-21: 0**

**Visitantes Erasmus+ no ano letivo de 2020-2021**

País	Universidade	Género	Número	Departamento
Polónia	Gdansk Academy of Banking	F	4	GME
		M	2	
	Szczwecin	F	4	

## Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete Relações Internacionais Institucionais – 2020/2021



O Gabinete de Relações Internacionais Institucionais tem como principal objetivo apoiar internacionalização da CEU/UAL, incluindo o estabelecimento de parcerias, o apoio à realização de conferências internacionais com instituições parceiras e a tradução de documentos.

O estabelecimento de novas parcerias foi reduzido dada a situação pandémica, havendo mesmo alguns protocolos cuja assinatura tem sido adiada devido a esta situação, o mesmo tendo acontecido a realização de conferências internacionais. As duas conferências programadas para o início do ano letivo 2020/2021 foram inicialmente adiadas para 2021 e, recentemente, para 2022.

A conferência programada para 11 a 16 de outubro de 2021, adiada para setembro de 2022, era promovida pelo grupo *Eurasiaresearch*, com quem a CEU/UAL tem uma colaboração institucional. No âmbito desta colaboração, alguns docentes da UAL foram convidados para *keynote speakers* em conferências do grupo realizadas online, nomeadamente na ICRLSH – *International Conference on Research in Life-Sciences & Healthcare* -, na ICSTR – *International Conference on Science & Technology Research*, e na ICSSH – *International Conference on Social Science & Humanities*, todas realizadas em abril de 2021.

O Gabinete realizou ainda a tradução de processos de novos cursos a serem submetidos à A3ES, nomeadamente, dos doutoramentos em Engenharia Informática e de Telecomunicações, Arquitetura, Economia, Direito e Psicologia, do Mestrado em Direito Empresarial, assim como do Mestrado em Relações Internacionais no regime de Educação a Distância e dos processos PERA - Pedido Especial de Renovação da Acreditação de Ciclos de Estudos Não-Alinhados - da Licenciatura em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e do Doutoramento em Relações Internacionais. O Gabinete foi também responsável pela tradução de todas as pronúncias enviadas à A3ES na sequência da avaliação dos cursos submetidos (Mestrado em RI e Mestrado em Estudos da Guerra e da Paz, Doutoramento em Arquitetura, Doutoramento em Direito e Mestrado em Direito Empresarial, Doutoramento em Engenharia Informática e de Telecomunicações, Doutoramento em Psicologia, Mestrado em Ciências Jurídico-Policiais, Doutoramento em *Business Economics* e Mestrado em Relações Internacionais – regime de Ensino a Distância) e ainda dos recursos e pareceres jurídicos do Doutoramento em *Business Economics* e do Doutoramento em Psicologia.

Adicionalmente, e ainda no âmbito da tradução, o Gabinete realizou a tradução de cerca de três dezenas de certificados e diplomas (de licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-graduações), a tradução de mais de duas dezenas de cursos oferecidos pela Autónoma Academy, assim como de outros documentos constantes do site da Autónoma Academy como, por exemplo, a política de privacidade.

Para além destas atividades, o Gabinete apoiou docentes e investigadores na tradução e na revisão de textos científicos, tendo feito a tradução e/ou revisão de *papers* nas áreas da economia e da engenharia e dos artigos dos números 17 e 18 da revista *Estudo Prévio*, do Departamento de Arquitetura, num total de 19 *papers*.

## Anexo 16 - Relatório de Atividades do GIP - Gabinete de Inserção Profissional

---

## GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL – GIP RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020/2021

Apesar dos efeitos negativos gerados pela pandemia, no ano letivo em análise, o Gabinete de Inserção Profissional, desenvolveu as principais atividades inerentes ao bom funcionamento do Gabinete.

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), celebrou com Entidades e Empresas, 3 Protocolos de Cooperação e 77 Protocolos de Estágio, num total de 80 Protocolos.

O Gabinete disponibilizou aos alunos, através do Site institucional da UAL, páginas de *Facebook* do GIP e *Alumni* e *LinKedin* do *Alumni*, 42 ofertas de empregos (5 ofertas de Entidades e 37 ofertas de Empresas), 85 ofertas de estágios (2 ofertas de Entidades, 3 ofertas de Associações e 61 ofertas de Empresas) e 4 bolsas para participação no Programa EIA – European Innovation Academy atribuídas pelo Santander Universidades.

Durante o período de confinamento, o atendimento e apoio aos alunos, ajuda na elaboração de currículos, inscrições, Candidaturas, informações em geral, etc, foi maioritariamente assegurado por telefone e por e-mail.

Nos casos em que se tornou necessário o atendimento aos alunos foi feito presencialmente.

Durante esse mesmo período o atendimento às Empresas e público em geral foi assegurado exclusivamente por telefone, por e-mail e zoom.

Relativamente à taxa de empregabilidade, esclarece-se, que, não obstante, quer os candidatos, quer as empresas, normalmente não comunicam à UAL a passagem de estagiário para trabalhador ou mesmo para contratação de emprego - o que sempre se solicita.

Os Serviços, na falta de comunicação, em grande parte dos casos, tomam conhecimento informal de muitas dessas situações.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - ANO LECTIVO 2020/2021 (setembro de 2020 a agosto de 2021)			
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - ESTÁGIOS - ANO LECTIVO 2020/2021 (DE SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021)			
ÁREA DE COMUNICAÇÃO			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
14/05/2021 14/08/2021	COFINA MEDIA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	4
28/09/2020 - 12/11/2020	LUSODADOS - INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO, LDA		2
01/04/2021	OEI - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA		2
27/09/2021	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, SA		2
15/09/2020	CRUZETA TORCIDA - PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA		1
<b>TOTAL DE ESTÁGIOS</b>			<b>11</b>
ÁREA DE DESPORTO			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
29/03/2021	ANDRÉ MANZ, PRODUÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS, UNIPessoal LDA	LICENCIATURA EM GESTÃO DO DESPORTO	3
29/03/2021	APDD - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DESPORTIVO		1
29/03/2021	CIRCUITO RADICAL, LDA		1
29/03/2021	CLUBE FUTEBOL BENFICA		1
29/03/2021	CLUBE VII - EXPLORAÇÃO DE HEALTH CLUBS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA		1
29/03/2021	COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL		2
29/03/2021	CONFEDERAÇÃO DE DESPORTO DE PORTUGAL		1
29/03/2021	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY		1
29/03/2021	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY		1
05/04/2021	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY		1
15/03/2021 29/03/2021 05/04/2021 22/04/2021	FITNESS HUT		14
06/04/2021	IHS - CENTRO DESPORTIVO OLIVAS		1
29/03/2021 05/04/2021 06/04/2021 22/04/2021	IPDI - INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, I.P.		4
05/04/2021	LH, CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DESPORTIVA, LDA		1
29/03/2021 10/05/2021	MUNICÍPIO DE CASCAIS		2
29/03/2021 22/04/2021 31/05/2021	MUNICÍPIO DE LISBOA / DEPARTAMENTO DAS ATIVIDADES FÍSICAS E DO DESPORTO (DAFD)		5
22/04/2021	PORTUGAL ACTIVO - ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DE FITNESS E SAÚDE		1
29/03/2021	RACKETS PRO	1	
29/03/2021 06/04/2021	SEASO RETURN, S.A. - KALO RIAS	2	
12/04/2021	SPORT LISBOA E BENFICA	1	
08/02/2021 01/03/2021 29/03/2021 12/04/2021	SPORTING CLUBE DE PORTUGAL - FUTEBOL SAD	7	
29/03/2021	YOUR BEST ACADEMY, UNIPessoal, LDA	1	
<b>TOTAL DE ESTÁGIOS</b>			<b>53</b>
ÁREA DE GESTÃO			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
01/09/2021	PUMA IBERIA, S.L.U.	LICENCIATURA EM GESTÃO	2
<b>TOTAL DE ESTÁGIOS</b>			<b>2</b>
ÁREA DE HISTÓRIA			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
04/01/2021	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL - MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	2

ÁREA DE INFORMÁTICA			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
21/09/2020	PRIMEIT CONSULTING, S.A.	LICENCIATURA EM ENGENHARIA INFORMÁTICA	2
21/09/2020	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA		2
TOTAL DE ESTÁGIOS			4
ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
08/03/2021	PROMEDIATION	CURSO BREVE DE ESTUDOS AVANÇADOS DE GEOPOLÍTICA	1
09/11/2020	DGPON - DIREÇÃO GERAL DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	LICENCIATURA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2
09/11/2020		MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
15/10/2021	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS		1
TOTAL DE ESTÁGIOS			4
ÁREA DE GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE			
Data de Início	Empresas	Curso	TOTAL DE ESTÁGIOS
06/04/2021	LUSIADAS, S.A.	LICENCIATURA EM ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	1
TOTAL DE ESTÁGIOS			1
PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO			
Data de Início	Empresas	Área	TOTAL
22/06/2021	GRUPO IMPRESA	Comunicação	1
15/02/2021	LH, CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DESPORTIVA, LDA	Desporto	1
24/03/2021	OEI - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA	Diversas áreas	1
TOTAL DE ESTÁGIOS			3
<b>TOTAL DE PROTOCOLOS CELEBRADOS: 80</b>			

## Relatório do Reitor 2020/2021

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - EMPRESAS - OFERTAS DE ESTÁGIOS - ANO LECTIVO 2020/2021					
EMPRESA	ACTIVIDADE EMPRESA	TIPO ESTÁGIO	FUNÇÃO	ÁREA DO CURSO	TOTAL
ALLIANCE HEALTHCARE	Distribuidora de produtos farmaceuticos	Estágio Profissional	Marketing	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1
APULIA PRAIA HOTEL	Unidade Hoteleira	Estágios Profissionalizantes	Área da Comunicação e Marketing		4
BENFICA PLAY	Plataforma online com conteúdos exclusivos do SLB	Estágios Curriculares	Marketing & Sales		1
GFS - GLOBAL FLIGHT SCHOOL	Serviços médicos do coração		Área de Marketing		1
GS1 PORTUGAL	Criação de serviços de gestão de dados comerciais		Área da Comunicação e Marketing		1
PARINAMA	Prest. serviços operativos e de gestão		Área de Comunicação Interna		1
SELPUS	Soluções de outsourcing de Vendas e Marketing		Comercial & Merchandiser		1
SPARK AGENCY	Agência de recrutamento e gestão de talento	Estágio Profissional	Área da Comunicação e Marketing		2
SITEL PORTUGAL	Contact center, vendas terceirizadas, suporte técnico, atendimento ao cliente e outros processos de negócios para grandes empresas	Estágios Profissionais	Customer Care		1
SKILLINK	Recrutamento e selecção		Digital recruitment and selection / Marketing		1
APULIA PRAIA HOTEL	Unidade Hoteleira	ESTÁGIOS CURRICULARES	ANIMAÇÃO DE ATIVIDADE TURÍSTICA MARKETING E COMUNICAÇÃO MULTIMÉDIA E AUDIOVISUAL	5	
SLB SPORT LISBOA E BENFICA	Clube multidesportivo português	Estágio Curricular	Comercial & Merchandiser	1	
BELZUZ ABOGADOS, S.L.P	Sociedade de Advogados	ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES	Advogado na área do Direito Contencioso	DIREITO	1
CMS RUI PENA & ARNAUT	Sociedade de Advogados		Secretariado / Apoio Geral		1
VICTORIA SEGUROS	Sector segurador		ESTÁGIO PROFISSIONAL		Área de Sinistros
ABOUT NAV, LDA	Serviços em IT	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Programador	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS / INFORMÁTICA	1
ALTICE PORTUGAL	Desenvolvimento das telecomunicações, sistemas e tecnologias de informação (IT)		Programa de Trainees - Darwin 2021		1
ARTSOFT	Software de gestão para empresas		Software Engineer - Quality Assurance Junior - Quality Assurance Senior		3
GRUPO CONSTANT	Gestão de Recursos Humanos		Quality Assurance Engineer		3
PARINAMA	Prest. serviços operativos e de gestão		TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		1
UNICRE	Instituição financeira de crédito		Unlocker na área de Sistemas e Operações		1
VIVA TRANSLATIONS	Serviços e Traduções		Business Developer		1

# Relatório do Reitor 2020/2021



ALTER SOLUTIONS PORTUGAL	Consultoria de IT	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Gestão	ECONOMIA / GESTÃO	1	
ACADEMIA CIMPOR	Indústria de Cimentos, Talento e Formação		Consultor Trainee Cyber-Segurança		1	
BCG BOSTON CONSULTING GROUP	Consultoria empresarial	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Administrativo área financeira		1	
COLLIERS INTERNATIONAL	Serviços de corretagem de imóveis comerciais	ESTÁGIO CURRICULAR	Consultor para avaliação e Estudos Económicos		1	
COMUNIOLOG CONSULTING	Empresa de formação profissional	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Gestor Financeiro		1	
CTT CORREIOS DE PORTUGAL	Soluções de envio de correio e expresso (encomendas), ofertas de poupanças e produtos e serviços empresariais, nomeadamente soluções de e-commerce, logística, publicidade, digitalização e outsourcing de processos	PROGRAMA DE TRAINEES	Logística e Distribuição		1	
EDP ENERGIAS DE PORTUGAL	Produção, distribuição e comercialização de electricidade, e comercialização de gás	ESTÁGIO PROFISSIONAL TRAINEE PROGRAM	Business Consultant Gestão de dívidas de clientes		2	
FIVE THOUSAND MILES	Empresa portuguesa que gere e cria oportunidades de negócio no continente africano	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Executivo de Operações Gestor de Projecto Executivo de Parcerias Gestor Comercial Junior		4	
GFS - GLOBAL FLIGHT SCHOOL	Serviços médicos do coração	ESTÁGIO CURRICULAR	Planeamento e Gestão		1	
LONGO PRAZO	Gestão de Activos, Activos Mobiliários e Imobiliários	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Aanalista Funcional		1	
M. SILVA, P. CAIADO, & ASSOCIADOS	Soc. de auditoria e revisores de contas		Auditoria		1	
PREVIMED	Prestação de serviços de Segurança e Saúde no trabalho, Segurança Alimentar e Formação		Administrativo Financeiro / Contabilidade		1	
REFORMOSA	Trabalhos de Arquitetura e Engenharia		Gestor Comercial		1	
SIBS SOCIEDADE INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS Forward Payment Solutions, SA	Gestão das Redes ATM Express e MULTIBANCO		Programa de Trainees SIBS		1	
O BOTICÁRIO	Comércio de produtos de cosmética naturais		Planeamento de Gestão	1		
OPHIOMICS	Área da Biotecnologia que desenvolve soluções de oncologia		Office Manager	1		
UNIPLACES	Plataforma de alojamento		Setor >Comercial	1		
VIA CONSULTING	Consultoria de gestão e sist. informação		Gestão e Sistemas de Informação	1		
NOVA DENTISMED	Clínica de Medicina Dentária		ESTÁGIO CURRICULAR	Gestor de Unidades de Saúde	LIC. GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	1
BLISSA	Imobiliária		ESTÁGIO PROFISSIONAL	Real Estate Partner	TODAS AS ÁREAS	1
IKEA - GRUPO INGKA	Venda de móveis e utensílios		ESTÁGIO PROFISSIONAL	Restauração		1
INTERMARCHÉ	Supermercado francês comercial, parte do grupo 'Os Mosqueteiros'	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Chefe de Secor	1		
ALTAMIRA	Portal imobiliário	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Real Estate Partner	1		
				<b>EMPRESAS - TOTAL DE ESTÁGIOS</b>	<b>61</b>	

Área de Ciências da Comunicação: 20 ofertas

Área de Direito: 3 ofertas

Área de Ciências e Tecnologias: 11 ofertas

Áreas de Economia e Gestão: 22 ofertas

Área de Gestão de Unid Saúde: 1 oferta

Todas as áreas: 4 ofertas



## Relatório do Reitor 2020/2021

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - ENTIDADES - OFERTAS DE ESTÁGIOS ANO LETIVO 2020/2021					
ENTIDADE	ACTIVIDADE	TIPO FUNÇÃO	FUNÇÃO	ÁREA DE CURSO	SUBTOTAL
OEI - ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS	Desenvolvimento da Ibero-América com alcance regional nas áreas de educação, ciência, cultura, línguas e direitos humanos	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Gestor de Redes Sociais	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	1
FORMAÇÃO GLOBAL	Formação e-learning	ESTÁGIO CURRICULAR	Marketing e Comunicação		1
BANCO MONTEPIO	Instituição financeira	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Programa de Trainees 2021 - área Comunicação		2
LIGA PORTUGAL, EY e SABSEG	Organização e gestão de atividades ligadas ao Futebol	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Investigador áreas da Ciência e Tecnologia ao serviço do Futebol - 3ª edição Programa Centro de Estudos	GESTÃO DESPORTO	1
METROPOLITANO DE LISBOA	Transporte Urbano	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Programa Trainees na área de Direito	DIREITO	1
NOVA MEDICAL SCHOOL FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	Instituição de Ensino Superior		Jurista - Técnico Superior		1
METROPOLITANO DE LISBOA	Transporte Urbano	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Programa Trainees na área de Tecnologias	CIÊNCIAS E TECNOLOGIA / INFORMÁTICA	1
BANCO MONTEPIO	Instituição financeira de crédito		Programa de Trainees 2021 - Tecnologia		2
IST - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	Instituição Superior de Ensino		Área de transferência de Tecnologia		1
MNE - MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Executa e coordena a política externa de Portugal	ESTÁGIO CURRICULAR	Área de Marketing	ECONOMIA / GESTÃO	1
METROPOLITANO DE LISBOA	Transporte Urbano	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Programa Trainees na área de Economia e Gestão		2
ISAG INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E	Instituição Superior de Ensino		Técnico de Apoio à Gestão		1
BANCO MONTEPIO	Instituição financeira		Programa de Trainees 2021 - Marketing Comercial - Recursos Humanos - Área Financeira		3
CCILM - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-MEXICANA	Desenvolve as relações socioeconómicas, comerciais e culturais entre os agentes empresariais de Portugal no México		Assessor de Direção - Área Financeira		1
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	Gestão e administração das infraestruturas ferroviárias e rodoviárias	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Gestão do Património Histórico e cultural	HISTÓRIA	2
<b>ENTIDADES - TOTAL DE OFERTAS ESTÁGIOS</b>					<b>21</b>
Área de Ciências da Comunicação: 4 ofertas					
Área de Gestão do Desporto: 1 oferta					
Área de Direito: 2 ofertas					
Área de Ciências e Tecnologias / Informática: 4 ofertas					
Área de Economia / Gestão: 8 ofertas					
Área de História: 2 ofertas					

# Relatório do Reitor 2020/2021

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - EMPRESAS - OFERTAS DE EMPREGO ANO LECTIVO 2020/2021						
EMPRESA	ACTIVIDADE EMPRESA	TIPO OFERTA	FUNÇÃO	ÁREA DO CURSO	TOTAL	
COFINA MEDIA S.A.	Empresas de media	Emprego	MARKETING TÉCNICO DE HELP-DESK	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO / MARKETING	2	
SELPLUS	Soluções de outsourcing de Vendas e Marketing		DATA ANALYST E SUPORTE ÀS OPERAÇÕES		1	
ZUMUB	Loja online de suplementos alimentares e nutrição		TRAINEE MARKETING TRAINEE DE DESIGN		2	
LI&P LECHÉNE, IRIGUEZ & PARTNERS, SL	Consultoria para questões fiscais, aduanейras e comerciais		CONSULTOR LEGAL E FISCAL SÉNIOR	DIREITO	1	
AERA TECHNOLOGIES	Serviços de transformação digital através da Tecnologia cognitiva		PCF ALGORITHM ENGINEER FTGS SOFTWARE DEVELOPMENT SOFTWARE DEVELOPER WSS	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS / INFORMÁTICA	3	
COFINA MEDIA S.A.	Empresas de media		TÉCNICO DE INFORMÁTICA		1	
EOTIM PORTUGAL	Recrutamento especializado de IT		LEAD DEVELOPER JUNIOR DEVELOPER		2	
IRIUM	Soluções e Sistemas de IT		PH DEVELOPER APPLICATION SUPPORT ENGINEER JAVA FULLSTACK DEVELOPER		3	
NETJETS	Táxi aéreo		HR SYSTEM ANALYST		1	
POMEROL PARTNERS	Consultoria, serviços e soluções: Business Intelligence, Web Integrations, Infrastructure & Training Services		JUNIOR / MID-LEVEL BI CONSULTANT JUNIOR/MID-LEVEL FULLSTACK DEVELOPER		2	
ZOOM DO IT	Sistemas de Informação		INFORMÁTICA		1	
ZUMUB	Loja online de suplementos alimentares e nutrição		SENIOR DEVELOPER		1	
AGAP2IT	Consultora de sistemas de informação		BILLING SPECIALIST JUNIOR BUSINESS CONTROL		2	
COFINA MEDIA S.A.	Empresas de media		GESTÃO		1	
NEYOND	Consultoria que presta serviços na área financeira contabilística e fiscal		BPO (ACCOUNTING) - JUNIOR ASSISTANT	ECONOMIA / GESTÃO	1	
RNA REDE NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, S.A.	Prestação de serviços de assistência a pessoas e bens		GESTÃO DE PROCESSOS DE SINISTROS		1	
STEP AHEAD CONSULTING	Consultoria na área das IT		CONSULTOR DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES CONSULTOR DE DESENVOLVIMENTO CRM CONSULTOR DE SALESFORCE		3	
TALENTO HUMANO	Consultora Especializada de Recrutamento e Seleção		BUSINESS SALES SPECIALIST		1	
ZUMUB	Loja online de suplementos alimentares e nutrição		Emprego	DIRECTOR OF GROWTH ASSISTENTE DE ARMAZÉM ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE CONTABILIDADE COUNTRY MANAGER - ITALY, NETHERLANDS, GERMANY SALES EXPORT - ENGLISH SALES - FRANCE SALES - ITALY E-COMMERCE & MARKET PLACE	ECONOMIA / GESTÃO	8
				<b>EMPRESAS - TOTAL DE OFERTAS DE EMPREGOS</b>	<b>37</b>	
Área de Ciências da Comunicação: 5 ofertas						
Área de Direito: 1 oferta						
Área de Ciências e Tecnologias: 14 ofertas						
Áreas de Economia e Gestão: 17 ofertas						

## Relatório do Reitor 2020/2021

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - ENTIDADES - OFERTAS DE EMPREGO ANO LECTIVO 2020/2021					
EMPRESA	ACTIVIDADE EMPRESA	TIPO OFERTA	FUNÇÃO	ÁREA DO CURSO	TOTAL
AERA TECHNOLOGIES	Tecnologia cognitiva	EMPREGO	PCF ALGORITHM ENGINEER	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS / INFORMÁTICA	2
SALSIANOS DE MANIQUE	Instituição educativa católica		PROFESSOR DE TI - 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO		1
CARITAS	Confederação Humanitária da Igreja Católica		GESTOR DE PROJECTOS	ECONOMIA / GESTÃO	1
AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL	Defesa dos Direitos Humanos		COORDENADOR DE INVESTIGAÇÃO		1
STª CASA DA MISERICÓRDIA DA ALDEIA GALEGA E MERCEANA	Serviços para pessoas idosas		ENFERMEIRO(A)	LIC. ENFERMAGEM	1
				<b>ENTIDADES - TOTAL DE OFERTAS DE EMPREGOS</b>	<b>5</b>
Área de Ciências e Tecnologia: 3 ofertas					
Área de Economia e Gestão: 2 oferta					
Área de Enfermagem: 1 oferta					

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - ASSOCIAÇÕES - OFERTAS DE ESTÁGIOS - ANO LETIVO 2020/2021					
ENTIDADE	ACTIVIDADE	TIPO FUNÇÃO	FUNÇÃO	ÁREA DE CURSO	SUBTOTAL
ASSOCIAÇÃO SALVADOR	Instituição particular de solidariedade social que atua na área da deficiência motora	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	Angariação de Doadores	TODAS AS ÁREAS	2
APPDH - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PAIS E DOENTES COM HEMOGLOBINOPATIAS	Instituição Particular de Solidariedade Social para a Saúde e Acção Social		Especialista em Trabalho Social		1
				<b>ASSOCIAÇÕES - TOTAL DE ESTÁGIOS</b>	<b>3</b>
Todas as áreas: 3 ofertas					

**GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - PROGRAMA DE BOLSAS SANTANDER UNIVERSIDADES**
**PROGRAMA DE BOLSAS EIA- EUROPEAN INNOVATION ACADEMY - ANO LETIVO 2020/2021**

<b>Data de início</b>	<b>Data de fim</b>	<b>Área de Licenciatura</b>	<b>Subtotal</b>
02/07/2021	23/07/2021	Ciências da Comunicação	2
02/07/2021	23/07/2021	Gestão	2
TOTAL DE BOLSAS			4
Área de Ciências da Comunicação: 2 bolsas			
Área de Gestão: 2 bolsas			
Lisboa, 28 de novembro de 2021			
Cecília Dias			

## Anexo 17 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2020/2021

## Gabinete da Qualidade

### Relatório de Atividade em 2020-2021

1. No Gabinete da Qualidade, o ano lectivo de 2020/21 foi vivido, quase totalmente, em confinamento, tal como já tinha acontecido no 2º semestre de 2019/20. Isto obrigou à realização de trabalho remoto durante todo o ano lectivo de 2020/21, com excepção de um breve período de cerca de um mês, no fim de Setembro e parte de Outubro de 2020.

*Quadro 1: O impacto do confinamento COVID-19 no Gabinete da Qualidade, nos anos lectivos de 2019/20 e 2020/21:*

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2020			20						21	(a) 25		
2021			(b) (b)						26			

*Amarelo: confinamento, trabalho remoto.*

*Verde: trabalho presencial na UAL:*

*(a) - escalas semanais (metade da equipa em presencial, outra metade em remoto);*

*(b) - apoio presencial, na UAL, à realização dos exames remotos (pela Dr.ª Rita Trindade).*

Os trabalhos da equipa do Gabinete da Qualidade decorreram nos mesmos moldes do 2º semestre de 2019/20:

- Trabalho remoto dos 2 elementos do Gab. da Qualidade;
- Acesso aos dados e documentação de trabalho, por acesso remoto à partilha "Qualidade", no servidor da UAL;
- Ferramentas de trabalho baseadas no uso do Microsoft Office 365;
- Uso, quando necessário, da ferramenta de vídeo-conferência Zoom;
- Metodologia de trabalho:
  - Tele-reunião diária, no início do dia, para coordenação dos trabalhos em curso;
  - Reporte periódico com o administrador com o Pelouro da Qualidade, Sr. Administrador Fernando Martins;
  - Gestão cuidadosa de toda a informação do Gabinete, na partilha, de modo a assegurar registos completos e actualizados.

2. Apesar do trabalho remoto, o Gab. Qualidade procurou manter as suas rotinas de trabalho, nomeadamente aquelas com impacto institucional com outras áreas, internas e externas. Nesta óptica, foi criado e distribuído o "Calendário da Qualidade", sendo também incluída uma versão reduzida no "Calendário do Ano Lectivo – 20/21", oficial, criado pela DAF - Recursos Humanos, e distribuída a toda a Universidade.

A versão final do "Calendário da Qualidade 20/21" está no Anexo 01.

3. O **CAQ – Conselho de Avaliação da Qualidade** foi realizado mais tarde do que habitual, dadas as dificuldades de reunião presencial.

Contudo as linhas directrizes do Planeamento da Qualidade para 20/21 foram propostas, de um modo informal, e superiormente validadas, no início do ano lectivo.

O CAQ nº5 decorreu no dia 31 de Maio de 2021, tendo sido formalizado o Planeamento da Qualidade para 2020-21.

4. Relativamente às ferramentas informáticas da Qualidade **FUC e RUC**, foi dado apoio à resolução de algumas questões mais complexas destas aplicações.

Em 18 de Fevereiro de 2021, foi feito o lançamento da aplicação **RUC**, relativamente ao ano lectivo de 2019/20. Isto foi possível porque já existiam no sistema informático todos os dados relacionados com esse ano lectivo, a saber: FUC, inquéritos aos estudantes, registo informático dos sumários, pautas de lançamento das avaliações escolares.

Esta acção permitiu:

- recuperar um ano de registos académicos anteriores;
- treinar Docentes e Coordenadores científicos no preenchimento do RUC;
- contribuir para despistar erros e incorrecções ao nível da aplicação.

De facto, foram identificadas anomalias relativas à análise da % das aulas leccionadas, muitas das quais se deveram a diversos lançamentos incorrectos de sumários.

Estas situações são compreensíveis, dado o preenchimento informático dos sumários se ter iniciado já no decorrer do 2º semestre de 2019/20 (em plena pandemia, e em ambiente de leccionação remoto).

Contudo, foi também confirmada a existência de outras fontes de erro na análise da % das aulas leccionadas, que apenas puderam ser diagnosticadas posteriormente.

Por esta razão, este indicador do RUC “% de aulas leccionadas”, relativamente aos anos 2019/20 e 2020/21, devem ser sempre analisados com bastantes reservas.

5. Outra frente de actividade, está relacionada com o desenvolvimento do **RADD – Regulamento de Avaliação de Desempenho de Docentes da UAL**, e configuração da aplicação @Doc da Digitalis - ferramenta de suporte ao processo de Avaliação de Desempenho de Docentes.

Sob orientação do Senhor Reitor e do Administrador Fernando Martins este trabalho foi realizado ao nível do Gab. da Qualidade, em grande medida, pela Dr.ª Rita Trindade, que assegurou todas as fases de desenvolvimento.

O Regulamento RADD foi publicado no Diário da República em 16 de Julho de 2021, tendo deste modo ficado definido o quadro legal para a sua completa aplicação.

Foi ainda realizada uma formação piloto com Docentes do DCT – Departamento de Ciências e Tecnologia, em 26 de Julho de 2021.

6. Relativamente à **Avaliação de Funcionários Não Docentes da UAL**, o modelo que nos foi sugerido pela Qualiwork tinha alguma dificuldade de compatibilização com a estrutura e práticas da UAL.

Nas sucessivas reuniões de trabalho, foi confirmado que o modelo de avaliação da UAL deveria estar inter-relacionado com a estrutura interna. Por esta razão, foi necessário aguardar mais algum tempo, antes do lançamento deste projecto.

7. Continuou a ser refeita toda a **documentação do sistema da qualidade interna**. O anterior modelo de documentação, fortemente baseado na aplicação Visio, originava situações complexas e excessivamente trabalhosas, no que se relacionava com a edição e formação da documentação. Por este motivo, foi criado um novo formato gráfico, de modo a simplificar gestão da documentação.

Toda a documentação existente tem que ser passada para o novo formato, e continuou a ser revista.

#### 8. Newsletter da Qualidade

Durante o ano de 2021 foram lançados os números 02 e 03 da Newsletter da Qualidade, a 02 de Fevereiro de 2021 e 03 de Julho de 2021, respectivamente.

9. As principais actividades realizadas podem ser sintetizadas:

##### **FUC – Fichas de Unidade Curricular**

Apoio ao lançamento das FUC 2020/2021

Actualização do Guia de Edição da FUC 2020/2021

Apoio à implementação do processo de preenchimento das FUC referentes a Dissertações de Mestrado, Estágios e Teses de Doutoramento

##### **RUC – Relatório de Unidade Curricular**

Implementação da ferramenta RUC

Lançamento dos RUC 2019/2020 e 2020/2021 (1º Semestre)

Elaboração do Guia de Edição do RUC 2019/2020 e 2020/2021

Apoio aos Docentes no preenchimento do RUC

Identificação de áreas de melhoria na ferramenta RUC (ex: % horas leccionadas)

##### **FUC+RUC**

Elaboração dos Princípios de Gestão das ferramentas FUC e RUC

##### **RADD – Regulamento de Avaliação de Desempenho de Docentes da UAL**

Participação na elaboração do Regulamento de Avaliação de Desempenho de Docentes da UAL

Configuração da ferramenta @Doc

Apoio ao processo de formação aos Docentes sobre a ferramenta @Doc

Elaboração do manual de utilização @Doc (em curso)

##### **Avaliação de Desempenho de Não Docentes**

Preparação do arranque do processo de Avaliação de Desempenho de Não Docentes

##### **Inquéritos Estudantes**

Lançamento dos Inquéritos Pedagógicos a Estudantes



Adaptação dos questionários pedagógicos ao contexto de ensino à distância  
Análise dos Resultados dos Inquéritos Pedagógicos a Estudantes  
Sistematização das propostas de melhoria elaboradas pelos Departamentos Académicos

### **Inquéritos Docentes**

Lançamento dos Inquéritos de Satisfação a Docentes e Investigadores  
Análise dos Resultados dos Inquéritos de Satisfação a Docentes e Investigadores

### **Comunicação**

Lançamento das Newsletters da Qualidade - Nºs 02 e 03

### **SIGQ**

Revisão da Documentação do SIGQ (em curso)  
Desenvolvimento de um novo modelo para os PR 01 a 07, 11 a 12, 15, 17 a 21

### **CS/11**

Acompanhamento das actividades do CS/11 – Comissão Sectorial do IPQ para a Qualidade no Ensino.

### **Outras actividades**

Apoio ao processo de Pedido Especial de Renovação da Acreditação de Ciclos de Estudos Não-Alinhados (PERA) para a Licenciatura em Engenharia Electrónica e de Telecomunicações (DCT) e Doutoramento em Geopolítica e Geo-Economia (DRI)

Apoio à realização dos Exames do 1º semestre 2020/2021:

Por solicitação da Administração Escolar, a Dr.ª Rita Trindade, enquadrada numa equipa coordenada pela SAD – Secretaria de Apoio aos Departamentos, prestou apoio presencial aos exames, durante alguns dias, entre o fim de Fevereiro e o princípio de Março 2021. Estes exames foram realizados remotamente.

## Relatório do Reitor 2020/2021

### Calendário de Actividades – Qualidade - Ano lectivo 2020/2021

Actividade	Set 20	Out 20	Nov 20	Dez 20	Jan 21	Fev 21	Mar 21	Abr 21	Mai 21	Jun 21	Jul 21	Ago 21	Set 21	Out 21
1º Semestre / 2º Semestre														
Período Lectivo														
Período de Avaliações														
Inquéritos Estudantes e Docentes 19/20														
Elaboração Propostas de Melhoria 19/20														
RUC 19/20 (1º e 2º Semestres)														
FUC 20/21														
Inquéritos Estudantes 20/21														
Inquéritos Docentes 20/21														
Elaboração Propostas de Melhoria 20/21														
RUC 20/21														

Actividade		Responsáveis	1º Semestre	2º Semestre
Inquéritos Estudantes 19/20	Período de resposta	Estudantes		01/10/2020 a 01/12/2020
	Análise e tratamento de resultados	Gabinete da Qualidade		02/12/2020 a 10/12/2020
	Divulgação ao CA-CEU e Reitor	Gabinete da Qualidade		11/12/2020
	Divulgação aos Departamentos	Administração Escolar		11/12/2020
	Apresentação de Propostas de Melhoria	Dir. de Departamento, Depart. Académico		Até 25/01/2021
Inquéritos Docentes 19/20	Período de resposta	Docentes		30/09/2020 a 15/11/2020
	Análise e tratamento de resultados	Gabinete da Qualidade		16/11/2020 a 13/12/2020
	Divulgação ao CA-CEU e Reitor	Gabinete da Qualidade		14/12/2020
RUC 19/20	Abertura	Gabinete da Qualidade	17/02/2021	(1º e 2º Semestre)
	Preenchimento, análise e abertura de Acções Correctivas	Docente Resp. UC, Coord. Científico	A partir de 18/02/2021	(1º e 2º Semestre)
FUC 20/21	Abertura (após nomeação dos Docentes Resp. UC)	SAD / Gabinete da Qualidade	01/10/2020	(1º e 2º Semestre)
	Edição, Validação e Publicação	Docente Resp. UC, Coord. Científico, SAD	Até 06/10/2020	Até 29/03/2021
Inquéritos Estudantes 20/21	Período de resposta	Estudantes	28/01/2021 a 14/03/2021	03/06/2021 a 19/07/2021
	Análise e tratamento de resultados	Gabinete da Qualidade	15/03/2021 a 28/03/2021	20/07/2021 a 28/07/2021
	Divulgação ao CA-CEU e Reitor	Gabinete da Qualidade	29/03/2021	29/07/2021
	Divulgação aos Departamentos	Administração Escolar	29/03/2021	29/07/2021
	Apresentação de Propostas de Melhoria	Dir. de Departamento, Depart. Académico	Até 12/04/2021	Até 13/09/2021
Inquéritos Docentes 20/21	Período de resposta	Docentes	23/04/2021 a 12/05/2021	05/07/2021 a 26/07/2021
	Análise e tratamento de resultados	Gabinete da Qualidade	13/05/2021 a 16/05/2021	27/07/2021 a 29/07/2021
	Divulgação ao CA-CEU e Reitor	Gabinete da Qualidade	17/05/2021	30/07/2021
RUC 20/21	Abertura	Gabinete da Qualidade	10/05/2021	Previsto para o final de 2021
	Preenchimento, análise e abertura de Acções Correctivas	Docente Resp. UC, Coord. Científico	A partir de 11/05/2021	Previsto para o final de 2021

Calendário de Actividades – Qualidade - Ano lectivo 2020/2021 – Revisto e Actualizado em 29-11-2021 V00.i

## Anexo 18 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2020/2021

---

## Situação dos Cursos Conferentes de Grau junto da A3ES

### Quadro I - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Data da Submissão dos Processos</b>	<b>Estado</b>
Arquitectura	Mestrado Integrado	21 de Dezembro 2018 ( 765 dias)	ACEF enviado à CAE (231 dias)
Economia	1º Ciclo	23 de Dezembro de 2019 (398 dias)	ACEF enviado à CAE (38 dias)

Quadro II - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento – após realização das visitas

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Visitas das Comissões de Avaliação Externa</b>	<b>Relatórios preliminares</b>	<b>Pronúncias</b>	<b>Decisão Conselho de Administração A3ES</b>	
Direito	1º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 3 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Direito	2º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 1 ano a partir de 31 de Julho de 2019	Entrega de Relatório de Follow-Up ( em janeiro 2021)
Direito	3º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Não Acreditar	
Informática de Gestão	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 1 ano a partir de 31 de Julho de 2019	Entrega de Relatório de Follow-Up ( em junho 2021)
Engenharia Informática	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Psicologia	1º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	

Relatório do Reitor 2020/2021

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Visitas das Comissões de Avaliação Externa</b>	<b>Relatórios preliminares</b>	<b>Pronúncias</b>	<b>Decisão Conselho de Administração A3ES</b>	
História	1º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
História, Arqueologia e Património	2º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
História	3º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Não apresentou pronúncia	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Ciências da Comunicação	1º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 20 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Comunicação Aplicada	2º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 22 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Relações Internacionais	1º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Não foi apresentada pronúncia. Comunicação à A3ES em 20-11-2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Relações Internacionais	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Apresentada pronúncia em 20 de Novembro de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de novembro de 2020	Apresentada pronúncia em 25 de Novembro de 2020	Não Acreditar	

Relatório do Reitor 2020/2021

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Visitas das Comissões de Avaliação Externa</b>	<b>Solicitação de informação adicional</b>	<b>Pronúncias</b>	<b>Decisão Conselho de Administração A3ES</b>	
Gestão	1º Ciclo	4,5 e 7 Dez 2022 Visitas realizadas por Zoom.	A CAE solicitou informação adicional que foi remetida em 24 de Janeiro			
Gestão de Empresas	2º Ciclo	4,5 e 7 Dez 2022 Visitas realizadas por Zoom	A CAE solicitou informação adicional que foi remetida em 24 de Janeiro			
Administração de Unidades de Saúde	1º Ciclo	4,5 e 7 Dez 2022 Visitas realizadas por Zoom	A CAE solicitou informação adicional que foi remetida em 24 de Janeiro	-----	-----	O CA da CEU/UAL decidiu descontinuar o curso a informação foi remetida à A3ES em 17 de Janeiro de 2022

## Quadro III – Submissão de Cursos Novos

Cursos	Ciclos de Estudos	Data da Submissão dos Processos	Estado		Decisão Conselho de Administração A3ES
				Em 2 de Fevereiro 2021	
Psicologia	3º Ciclo	14 de Outubro de 2020 ( 102 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES	Negação provimento ao Recurso – 28 de Julho 2021
Engenharia Informática e Telecomunicações	3º ciclo	14 de Outubro de 2020 ( 102 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE em Análise	Não acreditar – 7 de Junho 2021
Direito	3º ciclo	15 de Outubro de 2020 ( 101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES Nomeada CAE	Não Acreditar – 2 de Junho 2021
Direito Empresarial	2º ciclo	15 de Outubro de 2020 ( 101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise	Não Acreditar – 7 de Junho 2021
Direito, Ciências Jurídico-Policiais	2º ciclo	15 de Outubro de 2020 ( 101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise	Acreditar 3 anos- 16 de junho 2021
Economia da Gestão Empresarial	3º Ciclo	15 de Outubro de 2020	PAPNCE em correcção – solicitação em 21 de Janeiro 2021	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise	Negação provimento ao Recurso – 23 de Setembro 2021
Arquitectura	3º ciclo	15 de Outubro de 2020	CAE nomeada – informação em em 21 de Janeiro 2021	Nomeada CAE PAPCE enviado à Comissão de Avaliação Externa	Acreditar 3 anos- 21 de abril 2021



## Relatório do Reitor 2020/2021

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Data da Submissão dos Processos</b>	<b>Estado</b>	<b>Decisão Conselho de Administração A3ES</b>
Política internacional (EaD)	2º Ciclo	13 de Novembro de 2020 (72 dias)	-----	Não Acreditar 16 de Novembro 2021
Economia Empresarial	3º ciclo	15 Outubro 2022	Pronúncia apresentado por RIES à recusa liminar apresentada (37 dias)	
Património, Tecnologia e Território (EaD)	3º Ciclo	23 de Novembro 2021 (65 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar (65 dias)	

**Quadro IV – Processos PERA – Pedido Especial de Renovação da Acreditação de Ciclos de Estudos não-alinhados**

<b>Cursos</b>	<b>Ciclos de Estudos</b>	<b>Data da Submissão dos Processos Estado</b>	<b>Estado</b>
Engenharia Informática e Telecomunicações	1º Ciclo	4 de Março 2021	CAE solicitação de informação (Unidades curriculares e corpo docente) adicional requerida em 24 de Janeiro 2021
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	3º ciclo	4 de Março 2021	Acreditar 4 anos
Gestão do Desporto	1º Ciclo	22 dezembro 2021	PERA submetido em apreciação liminar(36 dias)

Lisboa, 27 de Janeiro de 2022